



Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

MESTRADO EM TURISMO

Ramo – Inovação em Turismo Ativo e Experiências

Dissertação

Desenvolvimento do Turismo Ativo na Ilha do Príncipe

Miguel Ramires Jorge Roque

Estoril, março de 2023



MESTRADO EM TURISMO

Ramo – Inovação em Turismo Ativo e Experiências

Dissertação

Desenvolvimento do Turismo Ativo na ilha do Príncipe

Miguel Ramires Jorge Roque

Orientador: Professor Doutor Francisco António dos Santos da Silva

Coorientadora: Professora Doutora Dulce Mendes Sarroeira

Dissertação apresentada à Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril para a obtenção do
Grau de Mestre, tendo como Júri das Provas:

Professor Doutor Nuno Ricardo Mendes Dias (Escola Superior de Hotelaria e Turismo do
Estoril) na qualidade de Presidente do Júri

Professora Doutora Teresa Paula Domingues da Cunha Bento (Escola Superior de Desporto de
Rio Maior) na qualidade de Arguente

Professor Doutor Francisco António dos Santos da Silva (Escola Superior de Hotelaria e
Turismo do Estoril) na qualidade de Orientador

Estoril, março de 2023

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por me educarem a ser quem sou hoje e pela confiança depositada em mim. São exemplos de trabalho que sacrificaram muito para eu ter as possibilidades de percorrer o meu caminho.

Aos meus avós por me acarinharem, sentirem a minha falta, valorizarem a minha companhia e desejarem o meu bem.

Aos meus irmãos por estarem sempre prontos a desafiar-me e me tornarem numa melhor pessoa.

Aos meus amigos por se preocuparem com o meu sucesso, acompanharem a minha jornada e por partilharmos alegrias. Um obrigado especial à Kaiate que teve a amabilidade de me ajudar em tudo o que eu precisei para a concretização deste trabalho.

Aos meus orientadores, professor Francisco e professora Dulce, por o serem e desempenharem um papel crucial ao exigir o melhor de mim e me motivarem levando este trabalho a bom porto.

Aos que participaram neste trabalho, aos entrevistados e contactados que se disponibilizaram para ajudar naquilo que precisasse. Um especial agradecimento ao André Rosa pela amabilidade de me desafiar para fazer parte da Judo Global e um especial agradecimento também à Estrela Matilde e ao Yodiney dos Santos pelo trabalho que fazem no Príncipe e por contribuírem para a minha consciencialização.

Aos que me receberam no Príncipe, por me integrarem e me fazerem sentir em casa. Um especial agradecimento à família Paz por me adotar no seu seio familiar e me acolher no seu quotidiano. Um especial agradecimento ao Joel dos Santos, ao Esmael de Sousa e ao Helder Évora por me acompanharem com pura bondade nalgumas das minhas aventuras.

À Sonha Faz e Acontece, por me ter disponibilizado casa durante toda a minha estada no Príncipe e me ter dado a oportunidade de integrar os seus projetos e contribuir positivamente para o Príncipe. Um especial agradecimento aos voluntários que me acompanharam no mês de julho, portugueses e locais, por me fazerem crescer, especialmente ao Kley, à Liliana e à Catarina pela entrega sem nada esperar em troca.

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos	III
Índice geral	IV
Índice de figuras	VI
Índice de quadros	VII
Resumo	VIII
Abstract	IX
Abreviaturas, Siglas e Acrónimos	X
1 Introdução	1
1.1 Enquadramento e problemática da investigação	1
1.2 Objetivos	3
1.3 Abordagem metodológica	4
1.4 Estrutura da dissertação	4
2 Turismo ativo em Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS)	6
2.1 Turismo nas SIDS	6
2.1.1 Caracterização dos SIDS	6
2.1.2 Turismo como elemento-chave das SIDS	12
2.2 Turismo Ativo e de experiências	14
2.2.1 Abordagem conceptual ao turismo ativo e de experiências	14
2.2.2 Ecoturismo e desenvolvimento sustentável	16
2.2.3 Turismo ativo, mercados e perfil dos turistas	18
3 Metodologia da investigação	21
3.1 Introdução	21
3.2 Modelo conceptual da investigação	21
3.3 Trabalho de Campo	23
3.4 Entrevistas	27
3.4.1 Enquadramento	27
3.4.2 Universo e amostra	28
3.4.3 Desenho do guião da entrevista	29
3.4.4 Aplicação e tratamento das entrevistas	31
4 A ilha do Príncipe	32
4.1 Caracterização geográfica	32
4.1.1 Aspetos gerais	32

4.1.2	Localização, acessibilidades e infraestruturas	33
4.1.3	Ambiente físico	34
4.1.4	População e cultura.....	36
4.1.5	Atividade económica.....	37
4.2	A ilha do Príncipe como destino turístico.....	40
4.2.1	Relevância e evolução da atividade turística.....	40
4.2.2	Caracterização do destino.....	43
4.2.3	Oferta de animação turística.....	51
4.3	Inventário de recursos turísticos associados ao turismo ativo	55
5	Apresentação e análise de resultados	62
5.1	Observação direta	62
5.1.1	Enquadramento.....	62
5.1.2	Atividades terrestres	63
5.1.3	Análise de atividades marítimas	67
5.1.4	Análise de atividades de interpretação ambiental.....	74
5.1.5	Análise de atividades de interpretação cultural	80
5.2	Entrevistas.....	81
5.2.1	Dimensão A – Ponto de situação do turismo.....	82
5.2.2	Dimensão B – A intervenção das entidades locais no processo de desenvolvimento turístico 88	
5.2.3	Dimensão C – O futuro do turismo	93
5.3	Propostas de valorização do turismo ativo no Príncipe	97
5.3.1	Formação e qualificação de recursos humanos	98
5.3.2	Diversificação e inovação da oferta.....	100
5.3.3	Qualificação do destino	102
6	Conclusões e recomendações.....	105
6.1	Análise conclusiva.....	105
6.2	Limitações do estudo e proposta de desenvolvimento futuro	107
	Referências bibliográficas.....	109
	Anexos	116
	Anexo I	116
	Apêndices	120
	Apêndice I – Matrizes de Avaliação.....	120
	Apêndice II – Transcrição das Entrevistas	123

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Estrutura da dissertação	5
Figura 2. Localização dos SIDS	7
Figura 3. Metodologia utilizada na observação direta.....	23
Figura 4. Estrutura metodológica do inventário	23
Figura 5. Rede Rodoviária do Príncipe 2022	33
Figura 6. Carta topográfica do Príncipe	35
Figura 7. Distribuição geográfica espacial da população por distrito	37
Figura 8. Número de visitantes do Príncipe nos últimos 5 anos.....	42
Figura 9. Zonação Geral da Reserva da Biosfera	44
Figura 10. Importância das atividades de uso dos recursos florestais	44
Figura 11. Zonas de Proteção do PNP.....	45
Figura 12. Vocações geradoras de afinidade do Príncipe.....	48
Figura 13. Mapa de trilhos recomendados e outros percursos pedestres.....	64
Figura 14. Praia das Burras	69
Figura 15. Praia Campanhã	69
Figura 16. Praia da Lapa.....	70
Figura 17. Mapa de atividade piscatória por comunidade.....	71
Figura 18. Locais de mergulho do Príncipe.....	73
Figura 19. Distribuição média de ninhos por espécie, de 2017 a 2020	74
Figura 20. Museu Kaxí Tetuga.....	75
Figura 21. Mapa da possível área de extração do mel.....	78
Figura 22. Mapa da possível área de extração do vinho da palma	79
Figura 23. Mapa da possível área de extração de plantas medicinais	80

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 Lista de SIDS.....	6
Quadro 2 Principais atividades de animação e desportos na natureza.....	15
Quadro 3 Perfil e atividades mais frequentes dos principais segmentos do turismo de natureza	20
Quadro 4 Especialistas de produtos turísticos no Príncipe	26
Quadro 5 Personalidades entrevistadas	28
Quadro 6 Entrevistas realizadas.....	31
Quadro 7 Composição da população por sexo e por idades	36
Quadro 8 Posicionamento estratégico por produtos	47
Quadro 9 Listagem das entidades hoteleiras do Príncipe	50
Quadro 10 Oferta de atividades de animação turística	52
Quadro 11 Organização do inventário: classificação por grupos	55
Quadro 12 Listagem de recursos turísticos do Príncipe (243).....	56
Quadro 13 Caracterização do inventário – Quedas de água	59
Quadro 14 Ficha de Recurso Cod.1.1.3.1	61
Quadro 15 Especialistas para avaliação de produtos turísticos	62
Quadro 16 Principais atividades de animação e desporto na natureza no Príncipe	63
Quadro 17 Dimensão A – Ponto de situação do turismo	82
Quadro 18 Dimensão B – A intervenção das entidades locais no processo de desenvolvimento turístico.....	89
Quadro 19 Dimensão C – O futuro do turismo na região	94

RESUMO

Ainda que a ilha do Príncipe sofra de constrangimentos associados à dupla insularidade, a região é um destino com um desenvolvimento turístico muito aquém do seu potencial. Esta dissertação visa contribuir para o desenvolvimento sustentável do Príncipe, através da apresentação de propostas de valorização do turismo ativo.

Na primeira parte é enquadrado o contexto em que se inserem os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, analisada a relevância do turismo para o seu desenvolvimento, e abordada a necessidade de adotar um modelo de desenvolvimento adequado ao território, que privilegie a sustentabilidade e satisfaça as necessidades do “novo turista”, mais ativo e interessado na descoberta da identidade dos locais e na fruição de experiências de grande valor emocional.

De forma a sustentar as propostas elaboradas, foi posteriormente realizada a caracterização geográfica e turística do território e realizado o inventário dos potenciais recursos turísticos, em particular os que podem ser associados ao turismo ativo e na natureza, procedendo-se de seguida à avaliação dos principais produtos turísticos e análise das potencialidades das principais atividades de animação e desporto na natureza. A classificação dos recursos e a sua potencialidade foram avaliadas através da observação de campo e da aplicação de entrevistas a vários especialistas locais. Estes dois métodos foram igualmente importantes para se chegar a um conjunto de propostas de desenvolvimento do turismo ativo na região.

Os resultados obtidos revelam um território com muitas fragilidades, mas com boas condições para desenvolver o ecoturismo *soft*, associado ao segmento de turismo ativo sustentado nos recursos endógenos.

Com base na investigação desenvolvida, apresentam-se propostas que pretendem contribuir para uma melhoria do setor nas respostas às exigências do território, promovendo a sua afirmação no mercado internacional como um destino qualificado e sustentável.

Palavras-chave: Ilha do Príncipe; Ecoturismo; SIDS; Turismo ativo; Turismo em ilhas; Turismo sustentável.

ABSTRACT

Although the island of Príncipe suffers from constraints associated with its double insularity, the region is a destination with a tourism development well below its potential. This dissertation aims to contribute to the sustainable development of Príncipe, through the presentation of proposals for the enhancement of active tourism.

In the first part, is framed the context in which Small Island Developing States are inserted, is analyzed the relevance of tourism for their development and addressed the need to adopt a development model suited to the territory, one that favors sustainability and meets the needs of the “new tourist”, more active and interested in discovering the identity of places and enjoys experiences of great emotional value.

In order to support the proposals elaborated, was subsequently carried out a geographic and tourist characterization of the territory as well as an inventory of the potential tourist resources, particularly those that can be associated with active and nature tourism, proceeding then with the evaluation of the main tourist products and analysis of the potential of the main entertainment activities and sports in nature. The classification of resources and their potential were assessed through field observation and interviews with several local experts. These two methods were equally important in achieving a set of proposals for the development of active tourism in the region.

The results obtained reveal a territory with many weaknesses, but with good conditions for developing soft ecotourism, associated with the segment of active tourism sustained on endogenous resources.

Based on the research developed, the proposals presented aim to contribute to an improvement of the sector by responding to the demands of the territory, promoting its affirmation in the international market as a qualified and sustainable destination.

Key words: Príncipe Island; Ecotourism; SIDS; Active Tourism; Island Tourism; Sustainable Tourism.

ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

- AIMS** | Africa, Oceano Índico, Mediterrâneo e Mar da China Meridional
- ANEME** | Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas
- AOSIS** | *Alliance Of Small Island States*
- ATO** | *Active Tourism Organization*
- ATTRAP** | Associação dos Terapeutas Tradicionais da Região Autónoma do Príncipe
- COOPAPIP** | Cooperativa de Apicultores da Ilha do Príncipe
- CPLP** | Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- CVR** | Cooperativa de Valorização de Resíduos
- EUA** | Estados Unidos da América
- HBD** | *Here Be Dragons*
- INE** | Instituto Nacional de Estatística
- OMT** | Organização Mundial do Turismo
- MINCETUR** | Ministério do Comércio Externo e Turismo
- PGRP** | Presidência do Governo Regional do Príncipe
- PNP** | Parque Natural do Príncipe
- RAP** | Região Autónoma do Príncipe
- RH** | Recursos Humanos
- SIDS** | *Small Island Developing States* (em português: Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento)
- SIG** | Sistema de Informação Geográfica
- STP** | São Tomé e Príncipe
- TR** | Trilho Recomendado da Biosfera
- UN** | *United Nations*
- UN-DESA** | *United Nations – Department of Economic and Social Affairs*
- UN-HABITAT** | *United Nations – Human Settlements Programme*
- UN-OHRLLS** | *United Nations – Office of the High Representative for the least Developed Countries, Landlocked Developing Countries and Small Island Developing States*
- UNESCO** | Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura
- UNWTO** | *United Nations World Tourism Organization*
- WTO** | *World Tourism Organization*

1 INTRODUÇÃO

1.1 ENQUADRAMENTO E PROBLEMÁTICA DA INVESTIGAÇÃO

A ilha do Príncipe é a segunda maior ilha do arquipélago de São Tomé e Príncipe, localizada na região equatorial, no largo do golfo da Guiné. Situada em pleno oceano Atlântico, a cerca de 200 km da costa da África Ocidental, o acesso ao Príncipe é realizado a partir da ilha de São Tomé, que se encontra a uma distância de aproximadamente 170 km para sudoeste. Para além do isolamento, a pequena dimensão desta ilha faz com que muitos dos recursos necessários para o seu desenvolvimento económico, mas também para o dia a dia dos seus quase oito mil habitantes, tenham de ser importados de São Tomé e de outros países. Consequentemente, a ilha do Príncipe é afetada pela dupla insularidade (internamente, afastada e dependente da ilha de São Tomé e pela dependência externa a que está sujeito todo o arquipélago), separada dos principais fluxos humanos, financeiros, comerciais e informacionais, o que condiciona muito a economia e a sociedade local (Almada, 2011).

Segundo Silva (2013), nas últimas décadas a globalização e modernização dos transportes e comunicações fez acelerar o desenvolvimento das acessibilidades a pequenos estados insulares, como a ilha do Príncipe, criando por um lado a possibilidade de um maior número de novos turistas explorarem e conhecerem destinos mais remotos, virgens e autênticos, com maior facilidade e segurança e, por outro lado, permitir a estes territórios, com independência política ou autonomia administrativa, a adoção de uma estratégia económica orientada para o exterior, nomeadamente com a exportação de serviços.

Caracterizados por alguns fatores restritivos e sem grandes alternativas económicas, estes Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (em inglês: SIDS – *Small Island Developing States*), têm vindo a apostar no setor do turismo para tentar equilibrar o défice da balança comercial (UNWTO, 2012). Mas, uma vez que estas ilhas têm um elevado nível de fragilidade económica, ambiental e social (Turvey, 2007), é necessária alguma ponderação ao apostar neste setor, visto que o turismo tanto pode ser um fator potenciador como destruidor do desenvolvimento do território. Demasiada dependência do turismo poderá tornar-se uma opção dispendiosa, devido à volatilidade do setor face a épocas de crise (UN-DESA, 2010), tal como aconteceu no período da pandemia mundial covid-19, que repentinamente paralisou o setor, causando grandes estragos, particularmente em destinos que dependem fortemente dos fluxos turísticos, originando a queda das suas receitas e o aumento das taxas de pobreza (Figuroa, 2021). Em caso de uma procura turística excessiva e predominantemente de massas, o turismo pode

tornar-se nocivo para os frágeis e ao mesmo tempo ricos ecossistemas, devido à pressão gerada pela sua atividade.

A massificação de um destino pode ainda levar a uma artificialização dos principais espaços turísticos, à perda de autenticidade e à exposição ao risco da identidade local, uma vez que está em contacto com as diferentes culturas induzidas pelo turista (UNTWO, 2012; Silva, 2013). Sendo esses fatores os elementos essenciais da oferta desses destinos e das principais motivações que levam os turistas a quererem visitá-los, é essencial que sejam preservados.

Nesse sentido, é essencial que os governos e as sociedades tenham como estratégia para o desenvolvimento desses destinos a sustentabilidade e não o rápido lucro, garantindo que os recursos não sejam degradados e assegurando a prosperidade do território a longo prazo. Só com uma visão adequada será possível que o turismo sirva de motor de desenvolvimento quantitativo e qualitativo, beneficiando simultaneamente a sociedade, a economia e o meio ambiente.

Tanto o governo de São Tomé e Príncipe (STP) como o governo da região autónoma da ilha do Príncipe assumem o turismo como a principal estratégia económica do arquipélago (Nascimento, 2022). Segundo o Plano estratégico e de marketing para o turismo de STP (Costa, 2018), apesar do notável crescimento do setor do turismo (264% entre 2010 e 2016), a exploração do potencial turístico dos recursos naturais, históricos e culturais do arquipélago está ainda numa fase embrionária, não tendo ainda o país conseguido afirmar-se no mercado internacional. No entanto, segundo a Ministra do turismo (Lavres, 2020), antes da pandemia, em 2019, mais de trinta e cinco mil turistas visitaram o país, dos quais oito mil visitaram a Região Autónoma do Príncipe (RAP) (Nascimento, 2022), representando as receitas das atividades turísticas pouco mais de 30% do Produto Interno Bruto (PIB).

O planeamento turístico na ilha do Príncipe já foi traçado, pretendendo posicionar-se como um destino dirigido a um mercado médio alto, para viajantes experientes que colocam nas suas preferências viagens responsáveis e que aliam natureza, mar e cultura (Duarte et al., 2012). Procura ser um destino de vanguarda na inovação e sustentabilidade, direcionado para um turismo alternativo responsável afastado dos mercados massificados, estando para isso a ser desenvolvido um trabalho contínuo e progressivo sobre bases sólidas (ibid.). Neste sentido, é preciso explorar, proteger e desenvolver novas soluções que vão ao encontro dos objetivos, mas que satisfaçam igualmente a sociedade local, o ambiente, a economia e os seus visitantes. Assim, torna-se necessário encontrar estratégias turísticas que não comprometam nenhum dos seus elementos e sejam benéficas para o conjunto.

As novas dinâmicas da procura turística têm vindo a reforçar o papel do setor da animação turística nos destinos, particularmente na valorização da experiência turística (Morse et al., 2022), num destino insular de pequenas dimensões, onde as atrações têm de ser exímias para justificar

os obstáculos que o turista enfrenta ao visitar esta ilha. É imperioso que as atrações sejam capazes de valorizar, conservar e proteger os recursos naturais e culturais da ilha, que provavelmente sem o turismo se veria obrigada a explorá-los de forma não sustentável ou até a perdê-los, juntamente com a identidade e cultura da ilha.

Neste sentido, segundo a UNWTO (2004), o Príncipe, sendo uma região insular, deve focar-se em aumentar a sua atratividade, ao enfatizar as suas especificidades únicas do território e aproveitando os seus recursos, de acordo com as preferências do mercado de turistas que deseja alcançar, destacando-se dos restantes destinos turísticos. Desta forma, pode obter vantagens competitivas com base na qualidade, diferenciação, inovação da oferta e não no preço.

Com este estudo pretende-se começar por analisar o território, em particular a oferta turística do Príncipe, para depois abordar as potencialidades do destino e, por fim, propor medidas de desenvolvimento do setor, sustentadas na oferta de produtos disponibilizados pela animação turística, mais especificamente através do turismo ativo. Desta forma, procura-se que o destino consiga responder, não só às preferências do “novo turista”, como às necessidades do tipo de turismo mais adequado para o território, contribuindo assim para que o Príncipe se afirme como um destino inovador e sustentável. Considerando estes aspetos, foi definida como pergunta de partida, ou questão desta investigação: Poderá o desenvolvimento do turismo ativo na região ser um pilar essencial para a afirmação do Príncipe como um destino turístico mais atrativo e competitivo, afirmando-se simultaneamente como modelo a nível da sustentabilidade?

1.2 OBJETIVOS

Este trabalho de investigação tem como principal objetivo a apresentação de propostas de valorização do turismo ativo no Príncipe que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável e inovador do destino. São ainda identificados os seguintes objetivos específicos:

- Analisar os modelos de desenvolvimento turístico das regiões insulares de pequena dimensão e, em particular, de São Tomé e Príncipe;
- Caracterizar o turismo ativo e respetivo mercado;
- Caracterizar o turismo no Príncipe, com especial atenção ao setor da animação turística;
- Proceder ao inventário dos recursos turísticos associados ao turismo ativo no Príncipe;
- Avaliar o potencial dos recursos turísticos e desenvolvimento de produtos associados ao turismo ativo no Príncipe;
- Auscultar diversos *stakeholders* em relação ao potencial da animação turística no Príncipe;
- Apresentar propostas de valorização do turismo no Príncipe e, em especial do turismo ativo, que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável do destino.

1.3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

A metodologia adotada segue um processo dividido em três etapas:

- i) A etapa inicial é dedicada à revisão da literatura com recurso a fontes de informação secundárias, analisando os paradigmas dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e compreendendo a significância do setor do turismo, percebendo os cuidados a ter nestes frágeis estados insulares e a necessidade de adotar estratégias que tenham enraizadas a sustentabilidade, finalizando com a conceptualização do turismo ativo e exploração das potencialidades deste segmento, que vão ao encontro das necessidades destes destinos;
- ii) Numa segunda fase, a caracterização do destino e do diagnóstico do setor turístico, inicia-se com recurso a dados secundários, mas finaliza-se com a recolha de dados primários, com recurso a trabalho de campo e entrevistas semiestruturadas a *stakeholders* locais que caracterizam e avaliam os recursos turísticos que possam sustentar a oferta em turismo ativo. Precedendo-se nesta fase à inventariação dos recursos turísticos que sustentam a oferta em turismo ativo no Príncipe, realiza-se posteriormente a respetiva avaliação, classificação e hierarquização dos recursos, seguindo a metodologia proposta por Cerro (1993), para avaliar o potencial dos recursos e a metodologia utilizada pela Organização dos Estados Americanos (1998), para posterior hierarquização em cinco níveis;
- iii) Na terceira e última etapa, com base na análise do trabalho desenvolvido previamente, serão apresentadas propostas de valorização do turismo ativo no Príncipe, que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável e inovador do destino.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação encontra-se estruturada em seis capítulos, conforme indicado na figura 1.

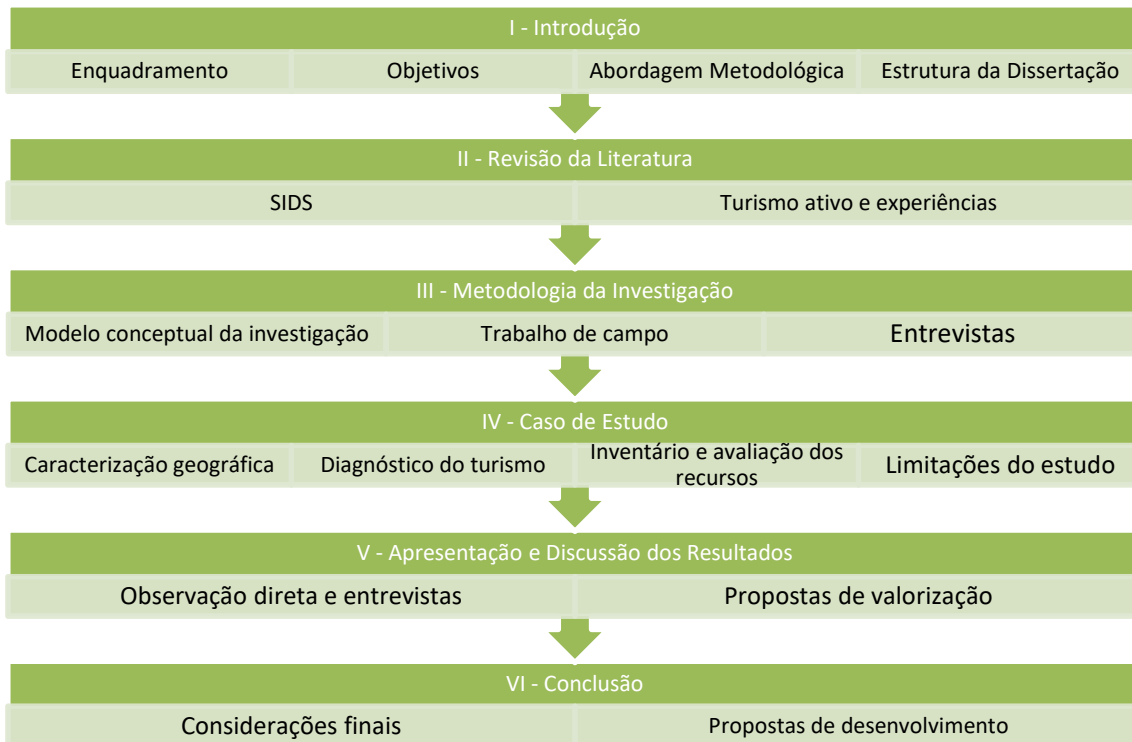


Figura 1. Estrutura da dissertação

O primeiro capítulo diz respeito à introdução, na qual se estabelece o contexto, apresenta-se o tema e os objetivos, terminando com a abordagem metodológica e estrutura da dissertação.

No segundo capítulo realiza-se a revisão da literatura que sustenta este trabalho de investigação, incluindo os principais conceitos, a caracterização do SIDS e, mais especificamente, do turismo nestes territórios, seguindo-se da conceptualização e análise do turismo ativo e de experiências.

O terceiro capítulo é dedicado à metodologia da investigação empírica aplicada ao caso de estudo. No quarto capítulo é feita a caracterização da ilha do Príncipe, nomeadamente a sua caracterização geográfica, socioeconómica e cultural. Posteriormente é realizado o diagnóstico do sector do turismo na ilha, com especial ênfase no segmento da animação turística, incluindo a inventariação e avaliação dos recursos turísticos associados ao turismo ativo.

No quinto capítulo são apresentados e analisados os resultados dos dados e informação recolhida, com base no levantamento e avaliação dos recursos existentes, observação direta e entrevistas efetuadas aos *stakeholders* da região. Este capítulo inclui ainda a apresentação de propostas de valorização no que diz respeito ao turismo ativo.

Por fim, no sexto capítulo, apresentam-se as conclusões, limitações do estudo e propostas de desenvolvimento futuro.

2 TURISMO ATIVO EM PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO (SIDS)

Quando eu nasci, as frases que hão-de salvar a humanidade já estavam todas escritas, só faltava uma coisa – salvar a humanidade.

Almada Negreiros

2.1 TURISMO NAS SIDS

2.1.1 Caracterização dos SIDS

Os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS, do inglês *Small Island Developing States*) são ilhas dispersas pelo mundo com diferentes realidades geográficas, demográficas e económicas, mas que devido à insularidade partilham semelhantes desafios de desenvolvimento e preocupações sobre o ambiente (UN-DESA, s.d.). O Departamento Económico e Social das Nações Unidas (UN-DESA) lista 58 SIDS (Quadro 1) possíveis de ser agrupados em três regiões: Caraíbas; Pacífico; África, Oceano Índico, Mediterrâneo e Mar da China Meridional (AIMS). Destes, 38 são membros efetivos das Nações Unidas e os restantes 20 são associados das Comissões Regionais, uma vez que não são estados independentes.

Quadro 1 | Lista de SIDS

Membros das Nações Unidas			Membros Associados das Comissões Regionais
Caraíbas	AIMS	Pacífico	
Antigua e Barbuda	Barém	Estados Federados da Micronésia	Anguila
Bahamas	Cabo Verde	Fiji	Aruba
Barbados	Comores	Ilhas Marshall	Bermuda
Belize	Guiné-Bissau	Ilhas Salomão	Curaçao
Cuba	Maldivas	Kiribati	Guadalupe
Dominica	Maurícia	Nauru	Guam
Granada	São Tomé e Príncipe	Palau	Ilhas Cayman
Guiana	Seicheles	Papua Nova Guiné	Ilhas Cook
Haiti	Singapura	Samoa	Ilhas Marianas do Norte
Jamaica		Timor-Leste	Ilhas Turcas e Caicos
República Dominicana		Tonga	Ilhas Virgens Americanas
Santa Lúcia		Tuvalu	Ilhas Virgens Britânicas
São Cristóvão e Neves		Vanuatu	Martinica
São Vicente e Granadinas			Montserrat
Suriname			Niue
Trindade e Tobago			Nova Caledônia
			Polinésia Francesa
			Porto Rico
			Samoa Americana
			São Martinho

Fonte: elaboração própria a partir de UN-DESA (s.d.)

Segundo Almada (2011), 78% dos SIDS concentram-se na faixa tropical (5 a 25° de Latitude N e S) e 19% na orla equatorial (0 a 5° de Latitude N e S). Mais importante que a sua localização

geográfica, é a sua posição e distância relativa, que condiciona os seus contextos geoeconómicos e geopolíticos, determinando as suas oportunidades de crescimento, desenvolvimento e de estabilidade política, bem como as relações económicas que estabelecem com outros países (ibid.).



Figura 2. Localização dos SIDS (Osiris, 2013)

Segundo Almada (2011), a região das Caraíbas destaca-se pela relação de complementaridade comercial entre diferentes estados insulares geograficamente próximos e com muitas semelhanças em termos culturais (Figura 2).

Na região do Pacífico existe igualmente um número muito significativo de SIDS, mas por estarem mais dispersos e apresentarem estruturas económicas muito semelhantes, não apresentam grande complementaridade e ligação comercial entre eles, estando mais orientados para as relações comerciais com os grandes mercados, como a Austrália, a Nova Zelândia e os Estados Unidos da América (EUA).

Na região do Índico, os Estados estão também dispersos e apresentam uma reduzida integração económica e política, diferentes níveis de desenvolvimento e uma elevada fragilidade ambiental. Os SIDS localizados no Atlântico também não evidenciam uma significativa integração económica regional mas, em geral, apresentam maior coesão interna e níveis de bem-estar económico e social, face aos vizinhos do continente africano.

A classificação destes estados como SIDS não segue um critério rigoroso e sistemático, podendo ser incluídos países com território predominantemente continental (Guiné-Bissau, Belize, Guiana e Suriname), de grande dimensão (Papua-Nova Guiné com quase 464 km²), muito populosos (Cuba com cerca de 11 milhões de habitantes), ou até não serem propriamente considerados países em desenvolvimento, uma vez que têm indicadores económicos relativamente elevados (Bahrain e Ilhas Caimão). Não existindo critérios sistemáticos para um território ser considerado como SIDS, apenas é possível concluir que têm de ser Estados insulares, ou com uma parte do território

insular, que partilham de ambientes económicos, ambientais e sociais altamente vulneráveis (Turvey, 2007).

Em 1990, parte dos atuais SIDS constituíram a Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS – *Aliance Of Small Island States*), para representar os SIDS e amplificar a sua voz, defendendo os seus interesses no combate ao aquecimento global e nas negociações relacionadas com o desenvolvimento sustentável dentro do sistema das Nações Unidas (AOSIS, s.d.). Dois anos depois, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, as Nações Unidas reconhecem a necessidade de desenvolver estratégias específicas para os SIDS, para combater as suas vulnerabilidades e promover o seu desenvolvimento (Silva, 2013), nomeadamente com o programa de ação de Barbados em 1994, a estratégia da Maurícia em 2005, e o caminho de Samoa, de 2014.

ESPECIFICAÇÕES DOS SIDS

Os SIDS estão sujeitos a um conjunto de constrangimentos estruturais difíceis de superar, que os colocam em desvantagem competitiva comparativamente com outros territórios, dificultando o seu desenvolvimento económico e social. À partida, um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento é um território de pequena dimensão, com reduzida população, isolado pelo mar, com recursos limitados, com elevada propensão a desastres naturais, elevada vulnerabilidade a flutuações económicas externas e uma excessiva dependência do comércio externo. Estes fatores são especialmente gravosos por não existir um vasto leque de alternativas económicas como noutros países, acabando assim por condicionar as suas economias e pôr em causa a sua viabilidade e prosperidade (UN- OHRLLS, s.d.).

A vulnerabilidade destes territórios às alterações climáticas é também, em geral, mais acentuada. Na sua maioria, são espaços muito afetados pela ação do mar, o seu meio ambiente é relativamente frágil e apresentam escassez de recursos financeiros, essenciais tanto para poderem adotar medidas preventivas, como para darem respostas a fenómenos naturais extremos. São ainda frequentemente pouco resilientes aos efeitos das crises económicas e sociais.

Briguglio (1995), na tentativa de criar um índice composto de vulnerabilidade, que visa facilitar a quantificação do grau de vulnerabilidade dos SIDS e aferir as necessidades de ajuda, identificou as seguintes desvantagens e condicionantes que estes territórios enfrentam:

I - Condicionantes na estrutura económica associadas à reduzida superfície, população e PIB:

- Recursos naturais limitados e forte dependência da importação de bens e serviços, resultando tendencialmente num elevado défice da balança comercial. A elevada necessidade de importação, conjuntamente com um PIB reduzido, torna a economia altamente dependente de fluxos financeiros externos (remessas de emigrantes, ajuda externa, investimento externo);

- Dificuldade em competir com produtos importados devido à pequena dimensão do mercado interno. Nos casos em que se optou por adotar políticas de economia fechada, o resultado tende a ser a criação de um ambiente económico protegido, com produtos de qualidade inferior, por vezes com preços mais elevados e um mercado paralelo de bens importados;
- Elevada dependência na exportação, uma vez que o mercado interno é reduzido e é preciso tentar equilibrar o défice da balança comercial e a dependência dos mercados internacionais. Geralmente existe uma forte dependência de exportação de serviços;
- Grande dependência de um reduzido número de produtos para exportação, frequentemente associados a recursos primários (pescas, petróleo, etc.), devido à reduzida competitividade e dimensão da economia;
- Limitação na capacidade de influenciar os preços do próprio mercado doméstico. No geral, todos os países subdesenvolvidos sofrem deste problema, mas os SIDS tendem a sentir com maior intensidade esta limitação, devido ao volume relativamente pequeno de trocas comerciais. No mesmo sentido, também a influência política e institucional é limitada;
- Capacidade limitada para explorar economias de escala. Devido ao tamanho torna-se difícil aos SIDS aproveitarem dos benefícios das economias de escala, fazendo com que incorram geralmente em elevados custos unitários de produção, elevados custos fixos, elevados custos na formação de mão de obra especializada e uma grande dependência na importação de tecnologias, dada a impossibilidade de desenvolver tecnologias internamente;
- Tendência de mercados oligopólios e monopólios com reduzida competitividade, uma vez que os pequenos mercados não conseguem albergar um grande número de empresas com um produto similar. O tecido produtivo tende a ser dominado por micro e pequenas empresas;
- Problemas a nível da disponibilidade de recursos humanos especializados. Por um lado, porque muitos saem do país para terem acesso à formação e não regressam, por outro, há quem faça a formação internamente e saia para assegurar melhores condições de trabalho. Estas situações têm consequências muito relevantes a nível dos quadros da administração pública e outros quadros superiores mais qualificados, como os médicos ou professores universitários. A sua reduzida dimensão e dispersão territorial reflete-se também na dificuldade em desenvolver internamente uma estrutura universitária suficientemente diversificada e robusta, sendo os custos de contexto significativamente elevados;
- Os territórios menos populosos tendem a ter uma dificuldade acrescida a nível da governança, decorrente das limitações a nível da qualificação dos seus quadros, e da existência de uma estrutura de recrutamento e de ação menos baseada no mérito e mais nas estruturas familiares e de amizade que se estabelecem;

- Dependência de fontes de financiamento estrangeiras, nomeadamente remessas de emigrantes e na ajuda internacional;
- Fatores demográficos. Existe uma pronunciada variabilidade demográfica devido às migrações internas, dirigidas para as ilhas maiores, e à emigração para outros países. Consequentemente, em alguns casos e setores verifica-se a escassez de mão de obra qualificada e acentua-se a instabilidade social.

II - Dificuldades nas acessibilidades e comunicação devido à insularidade, reduzida dimensão, escassez de recursos e dispersão territorial:

- Limitações de ligações e custos unitários de transporte acrescidos tanto de passageiros como de mercadorias, quer a nível interno como, particularmente, nas ligações com o exterior. Geralmente, as únicas soluções são por via aérea ou marítima. As limitações são ainda agravadas pelo facto de muitos destes países se localizarem longe dos principais mercados, e porque as mercadorias transacionadas e o fluxo de passageiros são relativamente reduzidos;
- Incerteza nas redes de abastecimento e condições para a operação (limitadas pelas infraestruturas aeroportuárias e portuárias, e pelas condições do estado do mar e do tempo), sendo particularmente sentidas nas ilhas de menor dimensão e nos arquipélagos com maior dispersão territorial;
- Custos acrescidos associados à necessidade de apostar numa elevada capacidade de armazenamento, para dar resposta às fragilidades no sistema de abastecimento.

III - Grande suscetibilidade a impactos ambientais negativos:

- Fraca resiliência aos desastres naturais, sejam eles tempestades, sismos, deslizamentos de terra, ou erupções vulcânicas. O seu impacto é tendencialmente mais devastador nas regiões insulares, quer em termos de consequências, quer de custo por habitante;
- Impactos ambientais decorrentes da má gestão e sobre-exploração de recursos, destacando-se a erosão dos solos, urbanização de solo agrícola, ocupação do litoral para fins turísticos, poluição da água, desflorestação, má gestão dos resíduos, etc.;
- Apesar de o isolamento destes territórios levar a que sejam importantes repositórios de biodiversidade, em geral os seus ecossistemas são frágeis e altamente vulneráveis às ações externas, com a introdução de espécies exóticas e exploração intensiva de recursos. A biodiversidade é de extrema importância para os SIDS, uma vez que em muitas destas ilhas, mais de metade do PIB é composto pelos setores da pesca e do turismo. Ainda assim, mais do que contribuir para sustentar a economia dos SIDS, a biodiversidade tem um significado espiritual inestimável para as comunidades locais. Muito dos recursos alimentares, económicos e associados ao bem-estar provém, ou estão diretamente associados à natureza,

e o seu equilíbrio é fundamental para proteger estes territórios e a sua população dos desastres naturais (UN-OHRLLS, s.d.);

- Estes territórios são bastante vulneráveis ao aquecimento global e ao consequente aumento do nível do mar. A erosão da costa e o avanço do mar trazem consequências devastadoras para muitos desses territórios, ameaçando a viabilidade de comunidades inteiras e exigindo medidas drásticas e dispendiosas, podendo mesmo obrigar à emigração de algumas comunidades.

ESTRATÉGIAS ECONÓMICAS

Face a estes constrangimentos ao desenvolvimento, cabe a cada estado delinear a estratégia económica a adotar para melhor combater as suas vulnerabilidades e desequilíbrios estruturais na balança comercial, com base nas suas especificidades. Como é referido pela UN (2010:6):

O défice da balança comercial dos SIDS é significativamente superior à dos outros países em desenvolvimento. A maioria dos SIDS contraiu em 2008 um défice na balança comercial superior a 20% do PIB, o que é significativamente superior à média de 11% nos países menos desenvolvidos.

Alguns SIDS optam por adotar estratégias de desenvolvimento mais orientadas para o interior (*inward-looking*), enquanto outros privilegiam um modelo de desenvolvimento orientado para o exterior (*outward-looking*). Em ambos os casos, os pressupostos estão baseados numa economia interna limitada, pouco competitiva, de reduzida dimensão, com escassez de recursos e dificuldades acrescidas a nível das acessibilidades e limitações a nível do *know-how*. O primeiro modelo de desenvolvimento é sustentado por políticas protecionistas do mercado interno, privilegiando os produtos locais pouco competitivos à escala internacional, enquanto o outro modelo é baseado numa economia mais aberta ao exterior (Briguglio, 2004). Não é completamente adequado comparar modelos entre diferentes Estados, ou afirmar que um é melhor do que outro, uma vez que ambos têm vantagens e desvantagens e tudo depende das especificidades de cada Estado. O que pode ser vantajoso para um, pode não o ser para outro e vice-versa.

Independentemente da estratégia adotada e dos recursos e localização destes territórios, o seu desenvolvimento estará pendente de fatores internos a nível social e político. O progresso só é possível com uma boa governação, com capacidade de organização e de promoção das políticas adequadas à realidade de cada Estado, com base nas suas especificidades, adotando políticas que considerem tanto as suas vantagens como as desvantagens. Segundo Croes (2006), um modelo económico de desenvolvimento orientado para o exterior deve apostar na especialização de alguns produtos ou serviços, de forma a melhorar vantagens competitivas e dinamizar as exportações. Em simultâneo, é essencial assegurar-se a criação de uma dinâmica interna que promova a

valorização da economia local, apostando no mercado de proximidade e em produtos e serviços de baixa escala e muito personalizados, ou fortemente enraizados na cultura local, procurando assim padrões de competitividade diferenciadores e criativos para alguns dos produtos locais.

A generalidade destes Estados são jovens nações que só adquiriram a sua independência política na segunda metade do século XX. A sua independência, a globalização e a evolução dos transportes e comunicações trouxeram novos desafios e oportunidades, levando a que muitos destes territórios insulares de pequena dimensão passassem a apostar numa estratégia económica orientada para o exterior, nomeadamente com a exportação de serviços, em particular nos setores do turismo e financeiro (centros financeiros e paraísos fiscais).

2.1.2 Turismo como elemento-chave das SIDS

As regiões insulares de pequena dimensão são espaços frequentemente percebidos pelos visitantes como exóticos e autênticos, estando na imagem do ideal de espaço turístico as “idílicas” ilhas tropicais com coqueiros, águas quentes e areia branca (Silva, 2017b). Acresce que, em geral, os seus ecossistemas são relativamente preservados e reúnem uma grande riqueza em termos do seu ambiente marinho e terrestre. Por sua vez, devido ao isolamento, a cultura apresenta fortes peculiaridades e está muito preservada, destacando-se a autenticidade dos modos de vida e da paisagem, sendo fatores de atração para os visitantes. Consequentemente, as ilhas estão entre os destinos mais visitados do mundo (Fotiou et al., 2002).

Enquadrados num panorama de recursos e oportunidades limitadas, os estados insulares de pequena dimensão (SIDS) têm dificuldades em diversificar as suas economias, nomeadamente para os setores industriais e no âmbito da economia de escala. Nesse sentido, o turismo surge nos SIDS como um dos únicos setores onde a localização e os seus distintos recursos naturais e culturais são tomados como vantagens competitivas (WTO, 2012). Apesar de poder ser acompanhado de diversas externalidades negativas, o turismo é considerado como a solução para promover o desenvolvimento em muitas destas ilhas, uma vez que é capaz de criar receitas e emprego, reduzir a pobreza e criar infraestruturas (Figuerola, 2021). Contudo, esta é uma oportunidade desigual entre os diversos SIDS, sendo a oportunidade turística mais relevante nas ilhas de águas quentes do que nas de águas fria, e nas que apresentam melhores acessibilidades aos mercados do turismo internacional (McElroy, 2006).

O turismo tende a representar uma grande parcela no PIB destes Estados, e a globalização nas últimas décadas intensificou essa influência (UN-OHRLLS, 2015). As receitas do turismo internacional nos SIDS representavam, em 2000, 42 por cento das exportações totais, e apenas sete anos depois o peso cresceu até aos 51 por cento das exportações (UN-DESA, 2010). As ilhas do Pacífico, por exemplo, experienciaram, entre os anos 2000 e 2018, um aumento de cerca de

500 mil visitantes para 1,4 milhões, refletindo-se num aumento de receita de turismo internacional de 479 milhões (USD) para 2.2 bilhões (USD) durante o mesmo período (Figueroa, 2021). Nas Caraíbas, houve um aumento de 2,4 milhões de visitantes, em 2018, face aos 5 milhões dos anos 2000, e de 5,5 bilhões (USD) para 12 bilhões (USD) em receitas nos mesmo anos (ibid.).

Estes valores demonstram como o turismo se tem vindo a tornar um setor cada vez mais essencial para a economia e sociedade dos SIDS. Esta dependência do setor do turismo torna as suas economias vulneráveis, pela grande dependência de um setor único, e devido à elevada volatilidade das receitas do turismo (UN-DESA, 2010). Este fenómeno foi especialmente visível com a pandemia global Covid-19, que teve um efeito particularmente abrupto no turismo internacional (Skare et al., 2021; Gu et al., 2022). Além da volatilidade do setor, o crescimento desmesurado do turismo pode trazer impactos muito negativos para alguns destes territórios, particularmente por serem pouco resilientes ao excesso de carga, tanto a nível ambiental como cultural (Scheyvens & Momsen, 2008). As consequências podem fazer-se sentir a vários níveis, como o aumento de preços, os elevados custos de infraestruturas, aumento do custo de vida, ocupação de espaços naturais, degradação do solo, poluição, redução da biodiversidade, perda de autenticidade e aumento das tensões sociais. Estes impactos podem colocar em causa o desenvolvimento sustentado destes destinos (Figueroa, 2021). Estes impactos são particularmente sentidos nas ilhas com um modelo de desenvolvimento muito sustentado no turismo de massas, caracterizado por elevados volumes de turistas face às especificidades e limitações do território, resultando eventualmente na saturação, degradação e perda de atratividade do território (Theng et al., 2015).

Por outro lado, de modo a minimizar ou evitar eventuais externalidades negativas, as ilhas podem promover um turismo alternativo responsável, que respeite as capacidades de carga adequadas, e sustentado por uma boa estratégia enquadrada num plano turístico, que conta com o envolvimento ativo das comunidades, entidades locais e do governo. Este modelo privilegia o desenvolvimento sustentável do turismo, em verdadeira harmonia com o ambiente e a sociedade. Entre os produtos estratégicos, destaca-se o ecoturismo, que é visto como uma oportunidade para desenvolver atividades económicas ambientalmente favoráveis e garantir o aumento da prosperidade local. As atividades do ecoturismo são compatíveis com os esforços para a conservação da natureza, permitem envolver um maior número de elementos da comunidade local e contribuem para a economia da região, com uma distribuição mais justas dos rendimentos que advêm da atividade turística (Fotiou et al., 2002).

2.2 TURISMO ATIVO E DE EXPERIÊNCIAS

2.2.1 Abordagem conceptual ao turismo ativo e de experiências

No milénio passado, os produtos que se inserem atualmente no turismo de massas marcavam o progresso do setor do turismo, no entanto, tornava-se cada vez mais evidente que o modelo de produção de serviços turísticos existente não se adequava à evolução das necessidades que o mercado exigia (Zaoual, 2008). Burnay (2006) refere-se a estes tempos como os primórdios da globalização da descoberta e da fruição dos espaços naturais. Entre o final dos anos sessenta até ao início dos anos oitenta do século XX, começaram a surgir novas tendências a respeito do lazer e tempo de férias, onde os conceitos de atividade e prazer passavam a ocupar uma posição cada vez mais importante (Alves, 2010). Contudo, é no início do milénio que é possível observar acentuadas alterações nas dinâmicas do lazer e do turismo, acompanhadas pela crescente consciencialização ambiental e valorização da atividade física por quem as pratica (Silva, 2013). O conceito de turismo, cujo objetivo era o descanso e repouso, deu lugar ao conceito de turismo ativo, onde se aproveita a viagem como uma oportunidade para viver mais plenamente, absorvendo, em quantidade e qualidade, o maior número de vivências marcantes e experiências significativas possível. A procura de ambientes naturais, a fuga ao ambiente urbano e o recurso a atividades de contacto com a natureza através da prática de atividades ao ar livre são comportamentos apontados por Carvalhinho (2006) como cada vez mais frequentes.

De forma a satisfazer as características mais exigentes e mais ativas do turista atual, surge o turismo na natureza, capaz de potenciar o desenvolvimento do setor, sobretudo da vertente da animação turística, e difundir práticas turísticas de carácter mais ativo (Serra, 2009). Segundo a *Active Tourism Organization* (2009), o turismo ativo é uma combinação de segmentos, que abrange o turismo de aventura, o turismo desportivo, o ecoturismo e o turismo de natureza, mas podendo também estender-se a produtos como o turismo cultural, o turismo comunitário ou o rural. É uma vertente que conjuga a recreação e a educação, uma vez que requer a participação física e mental do participante, especialmente em meio ambiente natural.

Considera-se turismo ativo toda a atividade que envolva a deslocação dos visitantes a locais para a prática de atividades onde intervenham diretamente e ativamente nas experiências turísticas (Silva, 2013). O visitante, ao invés de ter uma atitude passiva característica do turismo de massas e do produto sol e mar, é um participante da experiência, envolvendo-se na atividade e contribuindo para o seu desenrolar, assumindo um papel ativo, crucial para o sucesso da atividade. Isto permite que o visitante se sinta parte integrante do local onde se encontra e experiencie o ambiente que o rodeia. Baseia-se na contemplação, ação, envolvimento ativo e respeito do património local, possibilitando a valorização atual e acumulada do lugar onde desfruta do seu

tempo livre, sendo as atrações, ou a combinação de atrações, uma das principais componentes que motivam o turista a deslocar-se a um destino, definindo assim a sua competitividade (Macintosh et al., 2002). No caso do turismo ativo, os recursos naturais assumem-se como o principal fator de atração (recursos primários), mas é preciso ter também em consideração os recursos complementares de apoio ao turismo. No entanto, segundo Alves (2010) os destinos não devem confiar exclusivamente na capacidade intrínseca de atração dos seus recursos naturais para atrair turistas, caso contrário a experiência “natureza” vivida pelo visitante limitar-se-á à simples contemplação de cenários naturais (rios, montanhas, parques nacionais...). Admitindo, até, que poderá ser considerada para muitos uma experiência gratificante, é no entanto efémera, de consumo superficial, sem deixar marcas profundas ou duradouras. Deste modo, o autor evidencia a necessidade de conferir a estes recursos naturais as condições¹ para que estes estejam adequadamente organizados e preparados para usufruto turístico, permitindo uma melhor compreensão e apreciação pela maioria dos visitantes, mesmo daqueles que não são conhecedores ou peritos, nem disponham de especial interesse pelas diferentes manifestações do turismo natureza, aproveitando os recursos para desenvolver experiências realmente enriquecedoras, que tornam o visitante num protagonista ativo, ao invés de um mero observador.

Silva (2013) apresenta uma listagem das principais atividades de animação e desportos na natureza, como se pode ver no Quadro 2, demonstrando a abrangência do turismo ativo, ao integrar os segmentos do turismo de natureza, turismo desportivo, ou turismo de aventura.

Quadro 2 | Principais atividades de animação e desportos na natureza (Fonte: Silva, 2013)

Desportos e atividades de aventura terrestres	Desportos e atividades de aventura aquáticas	Desportos e atividades de aventura aéreas	Atividades de interpretação ambiental
Percursos pedestres Montanhismo Esqui de pista Snowboard Escalada Rapel Canyoning Espeleologia Espeleísmo Cicloturismo BTT Orientação Multiatividades Passeios a cavalo Arborismo e percursos de aventura em altura	<i>Surf e Bodyboard</i> <i>Skimming</i> <i>Windsurf</i> <i>Kitesurf</i> <i>Stand up paddle</i> Vela Passeios de barco a motor Arqueoturismo <i>Mergulho</i> Pesca submarina <i>Coasteering</i> <i>Wakeboard</i> e esqui náutico <i>Canoagem e caiaque</i> de águas calmas, de mar e de águas bravas <i>Remo</i> <i>Hidrospeed</i> <i>Rafting</i>	<i>Asa-delta</i> <i>Parapente</i> Para-quedismo Queda livre <i>BASE jumping</i> <i>Balonismo</i> Ultraleve Atividades Motorizadas Passeios todo-o-terreno Passeios de carro ou carrinha Moto 4 <i>Kart cross</i>	Percursos interpretativos Observação de flora Observação de outra fauna terrestre Observação de cetáceos Geoturismo Outras atividades Golfe Hipismo Jogos tradicionais <i>Team building</i> <i>Paintball</i> Outras atividades de tiro

Legenda: a verde são identificadas as atividades de desporto de natureza cuja prática não é nociva para a conservação da natureza (N.º 3, Artigo 3.º do Decreto-lei n.º 47/99, de 16 de fevereiro).

¹ Condições para garantir uma oferta de qualidade: regulamentação clara e rigorosa para proteger e conservar estes espaços; existência de uma ampla e variada oferta de atividades disponíveis; boas condições de limpeza e conservação nas zonas envolventes; condições de segurança eficazes; boa sinalização; postos de informação; boas acessibilidades.

Não sendo possível deduzir que as restantes atividades são nocivas para a conservação da natureza, porque além das identificadas, no Decreto-lei n.º 47/99 é reconhecida a existência de “outros desportos e atividades de lazer”, Lopes (2005) lembra que os impactos ambientais destas atividades dependem de diversos fatores, como as características da própria atividade, o número de pessoas que as praticam, o lugar e frequência da sua realização, a educação e sensibilidade para a prática do desporto em meio natural e a educação ambiental. O mesmo autor refere ainda que no caso das atividades enquadradas comercialmente, a responsabilidade de proteção do meio recai fundamentalmente sobre os promotores que a concebem, publicitam e executam, não deixando desde logo a mesma de comportar um valor de risco acrescentado em termos de sustentabilidade.

Vieira (2006) acrescenta ainda fatores como a forma como são conduzidas as condutas dos participantes, o sítio e a época do ano em que são desenvolvidas.

A adequação destes desportos e atividades recreativas a um produto comercial explorado turisticamente só é possível pelas suas potencialidades “experimentais” e benefícios que advêm do contato com a natureza, traduzindo-se num contributo para as economias locais, regionais e até nacionais (Carvalhinho et al., 2013), através da rentabilização dos recursos disponíveis. Almeida (2003) reforça a importância da componente de atividades de animação como complemento imprescindível à hotelaria e restauração, considerando que uma oferta organizada e diversificada de atividades, serviços e produtos atrativos têm a capacidade de suscitar a adesão dos turistas, ampliar as estadas e aumentar os gastos médios a níveis que não poderiam ser alcançados se a oferta se concentrasse somente no alojamento.

Ainda que o turismo ativo seja frequentemente incluído no turismo alternativo, e que tipicamente seja dirigido a pequenos grupos de turistas sensibilizados para questões ambientais e envolvidos em práticas de baixo impacto, a sua sustentabilidade não é garantida e não é imperioso que seja considerado por si só turismo responsável; para o ser, é essencial um adequado planeamento e gestão do território, pois como alerta Silva (2008), facilmente se ultrapassam as capacidades de carga e se praticam atividades com maiores impactos. Estes desequilíbrios podem levar à perda de identidades culturais e à degradação do património natural, pondo assim em causa a sua sustentabilidade.

2.2.2 Ecoturismo e desenvolvimento sustentável

Com o desenvolvimento do turismo nas últimas décadas, qualquer local no mundo é um potencial destino turístico, e o que os diferencia são os seus recursos naturais e culturais (Weaver, 2006). Contudo, a exploração destes recursos para a atividade turística tanto pode contribuir como base para o desenvolvimento de uma região através da valorização e diversificação económica, a

coesão social e a proteção ambiental (Carvalhinho et al., 2013), como pode funcionar como agente destruidor, dependendo do planeamento realizado. Uma exploração desmesurada dos recursos em busca da rentabilidade máxima origina, inevitavelmente, um esgotamento da atratividade e, conseqüentemente, uma diminuição da procura.

Deste modo, torna-se relevante a integração do princípio da sustentabilidade na planificação e gestão destas atividades, cujo objetivo é adotar uma estratégia que, além de promover o desenvolvimento económico e quantitativo, respeite os valores e a qualidade de vida das comunidades de acolhimento, a qualidade do ambiente e dos recursos naturais, as exigências de natureza cultural e a satisfação dos visitantes (Vieira, 2007). Assim, a sustentabilidade no turismo implica que os impactos consequentes das atividades desenvolvidas pelos agentes e pelos próprios turistas não destruam a qualidade do ambiente no qual essas atividades se desenvolvem, garantindo a sua realização no presente e no futuro.

A Organização Mundial do Turismo (2003) propõe três vertentes de sustentabilidade no desenvolvimento turístico:

- Económica – o turismo como meio de geração de novos negócios e empregos, rendimentos e melhoria do nível de vida das populações;
- Sociocultural – o turismo como meio de melhoria dos padrões culturais e educacionais, de contacto com outras culturas, de aumento de autoestima das populações e de incentivo à preservação de património e identidade cultural;
- Ambiental – o turismo como meio de promoção de ações de conservação e promoção ambiental, de desenvolvimento de infraestruturas de apoio e de melhoria da qualidade estética do local.

Este conceito de integração do turismo noutras dimensões, que não somente a económica, tem, por um lado o objetivo de colmatar os impactos negativos derivados do turismo e, por outro, ampliar os impactos positivos, contribuindo para a proteção e restauração dos recursos naturais, da biodiversidade e da cultura (UNTWO, 2014), originando assim novas conceções na área do turismo, nomeadamente com o surgimento do turismo alternativo com modelos como o ecoturismo, onde se promove a partilha de cultura, a conservação do ambiente e uma melhor distribuição dos proveitos económicos (Steynberg, 2005).

O ecoturismo é um segmento em que o turista viaja com o propósito de visitar áreas naturais, compreendê-las e garantir que a sua viagem produziu uma mais-valia para a conservação e proteção dessa mesma região e cultura envolvente, não pondo em causa o seu ecossistema e contribuindo para a criação de oportunidades económicas que tornam a conservação desses mesmos recursos naturais comparativamente mais vantajosa para a população local do que a exploração de uma outra alternativa insustentável (UNTWO, 2014).

Almeida (2004) reforça a importância da relação entre turista e população local para o sucesso do setor, devendo os intervenientes interagir de forma assumidamente pedagógica, consciente e genuína, e onde o valor turístico enaltece a troca de saberes. Ora isto só acontece, segundo o autor, através da construção de projetos participativos, promovendo um equilíbrio ecológico e ambiental, concretizando a harmonização da relação entre a comunidade visitada e a comunidade visitante.

Carvalho et al. (2013) destacam a importância desta inclusão, sobretudo numa escala local/regional e em áreas protegidas, na gestão dos espaços turísticos com apetência para a prática desportiva, uma vez que os benefícios destas sinergias ultrapassam a vertente económica, despoletando um conjunto de vantagens para os *stakeholders* envolvidos, associados à educação, desenvolvimento, socialização e a vontade de lutar por um bem comum.

2.2.3 Turismo ativo, mercados e perfil dos turistas

O desenvolvimento socioeconómico, as novas tecnologias, a evolução nos transportes e os preços competitivos democratizaram o turismo e alteraram os valores dos turistas. As pessoas estão física e intelectualmente mais ativas, e a melhoria da qualidade de vida, quer em disponibilidade quer em recursos financeiros, possibilita o usufruto dos seus tempos livres associado ao turismo, levando assim à expansão do setor da animação turística. As atividades físicas e o desporto ao ar livre tornaram-se um atrativo para camadas cada vez mais vastas da população, independentemente da idade, capacidade física ou psicológica, e classe social de onde são oriundas (Vieira, 2006). Também a institucionalização destas atividades físicas em meio natural por clubes, empresas, associações e outras instituições e, segundo Camacho (1999), a “tecnologia”, permite a democratização da sua prática. A adesão a estas práticas tem sido cada vez mais uma tendência, de forma a combater os efeitos prejudiciais do trabalho, como a rotina, a monotonia, ou o stress (Lacruz & Perich, 2000), utilizando as atividades físicas na natureza como meio para romper e fugir do quotidiano, respirar ar puro e reencontrar-se ou, por outro lado, vivenciar sensações fortes, testar os limites pessoais, percorrer espaços desconhecidos e insólitos, ou ser capaz de enfrentar qualquer risco que a natureza lhe apresente (ibid.).

A animação turística ganha relevância com o surgimento do “novo turista” (Almeida, 2004), expressão utilizada para caracterizar o perfil de turista experiente que rejeita produtos estandardizados desenvolvidos para um turismo de massas, mais exigente e ativo, interessado pela descoberta e imersão na cultura autêntica do destino, sensibilizado pelos impactos ambientais e sociais das suas viagens e motivado pela experimentação, impondo a prática de múltiplas e diversificadas atividades de animação.

Consoante os fatores de risco, os perigos, e as exigências físicas e técnicas, o mercado do turismo de aventura, segundo Hudson (2003), pode ser dividido em dois grupos de atividades: *hard* e *soft*. O mercado *hard* é tendencialmente mais exigente fisicamente e, por isso, geralmente constituído por turistas mais jovens do que o grupo *soft*; é também mais exigente tecnicamente e envolve uma elevada capacidade para lidar com o risco real (ex: escalada, espeleologia, mergulho, canyoning) (Cater, 2006; Buckley, 2006; WTO, 2014). Por seu lado, o mercado *soft* é normalmente menos exigente fisicamente, interpretado como de baixo risco e propondo atividades menos desafiadoras, sendo por isso mais abrangente, alargado a pessoas com poucos conhecimentos técnicos (ex: caminhadas, observação de vida selvagem, canoagem em águas calmas, etc.). Não existe, no entanto, uma uniformização nestas classificações, uma vez que uma atividade *soft* se pode transformar numa atividade *hard* ou vice-versa, consoante a perceção e competências do público-alvo, das condições do meio ambiente, e da intensidade e dificuldades associadas à realização de cada atividade (Silva, 2013; Janowski et al., 2021).

É possível ainda uma outra distinção de turistas, consoante o nível de autonomia com que estes praticam as suas atividades de aventura, ou seja, de forma autónoma ou enquadradas, recorrendo a um operador turístico para lhes providenciar uma experiência de aventura. Giddy (2018) considera que as atividades do tipo *hard* tendem a ser praticadas de forma autónoma por adultos experientes, do sexo masculino, enquanto as atividades comerciais enquadradas profissionalmente por terceiros estão mais direcionadas para as atividades *soft* e o respetivo público abrangente. No entanto, Silva (2013) esclarece que essa diferenciação nem sempre se adequa, uma vez que um praticante tipicamente autónomo poderá recorrer a um enquadramento por desconhecimento do território, ou por necessidade de equipamento que não é disponibilizado sem guia.

No quadro 3 apresenta-se o perfil do turista consoante a sua motivação de viagem, resultado de um estudo elaborado para o Turismo de Portugal, caracterizando o segmento do turismo de natureza.

Quadro 3 | Perfil e atividades mais frequentes dos principais segmentos do turismo de natureza

Motivação Principal	Perfil Básico	Atividades mais frequentes
Descansar e relaxar na natureza	Pessoas para as quais o descanso é a principal motivação das suas férias e escolhem um ambiente de natureza como sendo o mais adequado.	Rotas de automóvel Passeios “suaves” Fotografia
Interesse básico/ ocasional pela natureza	Pessoas com um interesse básico ou apenas ocasional na natureza. Claramente, não é a motivação principal da viagem, mas pode converter-se num fator de atração complementar que causa valor acrescido à experiência da viagem.	Passeios e excursões a pé, de bicicleta, a cavalo, de barco, etc. Visitas a parques e reservas naturais
Interesse elevado/ frequente pela natureza	Pessoas com grande interesse pela natureza e para as quais é uma motivação importante da sua viagem. A natureza deve complementar-se com outros atrativos do destino (cultural, monumental...) e deve poder desfrutar-se em boas condições de conforto e segurança. Nesta categoria encontram-se os ecoturistas que se encontram na sua primeira fase, ou turistas com elevada consciência ambiental e ecológica.	Observação da natureza Visitas guiadas a parques e reservas naturais Passeios e excursões a pé, de bicicleta, a cavalo, de barco, etc. Percurso pedestres de dificuldade média Cicloturismo
Interesse profundo/ muito frequente pela natureza	Pessoas para as quais a natureza converte-se no motivo e principal foco de interesse da sua viagem, seja por motivos de aprendizagem, de prazer estético, de investigação, compromisso ético, etc. Nesta categoria incluem-se tanto os ecoturistas numa fase mais avançada, com uma profunda preocupação pelo equilíbrio ambiental e pelos impactos da atividade turística sobre os espaços e comunidades receptoras, como os amantes ou estudiosos de determinadas manifestações naturais.	Observação e interpretação da natureza Educação/aprendizagem do meio ambiente Percurso pedestres de dificuldade média/alta Naturalismo Atividades de interesse específico: observação de flora e fauna, vulcanismo, espeleologia, etc.
Desportos de aventura na natureza	Pessoas para as quais o motivo principal da sua viagem é a prática dos seus desportos preferidos, que encontram na natureza o quadro mais adequado. Isto é, o interesse principal reside não na natureza em si mesma, mas como facilitadora das condições ou do cenário que permite a prática das atividades desportivas.	Percurso pedestres/ <i>trekking</i> Alpinismo/ escalada Bicicleta de montanha Espeleologia Cicloturismo Canoagem/ Caiaque Mergulho <i>Surf</i> / <i>windsurf</i> Asa-delta Parapente Para- quedismo

SOFT
↓
HARD

Fonte: adaptado de THR (2006)

3 METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Our knowledge is a little Island in a great ocean of nonknowledge.

Isaac Bashevis Singer

3.1 INTRODUÇÃO

Apresentado o enquadramento teórico que sustenta este trabalho, descrevem-se neste capítulo os procedimentos metodológicos adotados nesta segunda etapa da investigação, a componente de investigação empírica. Desta forma, é apresentada a metodologia escolhida, bem como as diferentes técnicas de investigação que suportam todo este processo, recorrendo a conteúdos teóricos para fundamentar a escolha da metodologia e adaptando-a, sempre que necessário, aos recursos disponíveis do investigador.

3.2 MODELO CONCEPTUAL DA INVESTIGAÇÃO

O planeamento e desenvolvimento em turismo é essencial para minimizar os efeitos da atividade turística no território e maximizar os seus benefícios. Neste sentido, a implementação de medidas estratégicas destinadas ao desenvolvimento do território como destino turístico deve passar, desde logo, pelo conhecimento dos recursos que sustentam a oferta turística (Breda, 2004). De facto, são os recursos turísticos que sustentam a atração e definem as potencialidades turísticas de um país ou região. Esses recursos integram todos os elementos naturais, culturais e atividades humanas capazes de dar origem à deslocação de visitantes (Cunha, 2008). Segundo Silva (2020) a caracterização dos recursos deve sustentar a conceção, planeamento e gestão dos produtos turísticos, mas estes devem ser avaliados em função de múltiplos objetivos, nomeadamente as necessidades dos consumidores e a gestão adequada desses recursos, sugerindo para o primeiro passo deste processo a realização de inventários dos recursos turísticos. O levantamento dos recursos turísticos constitui uma etapa crucial para proceder à avaliação do potencial da oferta turística de um destino, bem como à elaboração de uma estratégia integrada de desenvolvimento de produtos turísticos (Silva, 2017a). Cunha (2008) reforça esta posição, afirmando que é a avaliação do potencial turístico que estabelece uma medida de valor capaz de fundamentar as decisões relativas ao aproveitamento de certos territórios ou recursos.

Por inventário de recursos turísticos entenda-se um catálogo de lugares, elementos naturais, objetos ou estabelecimentos que, pelas suas características, isoladamente ou em conjunto,

originem a deslocação de visitantes e tornem possível o desenvolvimento de atividades turísticas (Cunha, 2008). MINCETUR (2008) sublinha que um inventário turístico não serve apenas para reunir informação, mas sim como instrumento de gestão do território, e deve ser melhorado constantemente para apoiar a tomada de decisão e o planeamento da região. Este inventário, segundo Silva (2020), deve ser feito de forma sistematizada, catalogado em base de dados geralmente georreferenciados e elaboradas fichas descritivas, podendo ir além dos recursos turísticos disponíveis a serem utilizados, de modo a satisfazer as necessidades da procura e incluir também o património que apresente potencial para ser utilizado posteriormente para atividade turística, quando existam condições para tal.

Assim, a Organização Mundial do Turismo (OMT) distingue o conceito de recurso turístico de património turístico (OMT, 1978), enquanto o património turístico é “o conjunto potencial (conhecido ou desconhecido) dos bens materiais ou imateriais à disposição do homem e que podem utilizar-se, mediante um processo de transformação, para satisfazer as suas necessidades turísticas”, o recurso turístico consiste em “todos os bens e serviços que, por intermédio da atividade humana, tornam possível a atividade turística e satisfazem as necessidades da procura”. Cerro (1993), esclarece, afirmando que os recursos turísticos são constituídos por patrimónios turísticos transformados mediante meios técnicos, humanos e financeiros que possibilitam a sua utilização. Silva (2020) exemplifica com o produto do canyoning num destino, afirmando que este depende muito dos recursos naturais (como património turístico) mas que por si só não são condição suficiente para que os recursos estejam disponíveis, equipados e divulgados, e exista mercado e oferta de serviços, entre outros fatores complementares. De modo a conceber o produto turístico, será necessária a existência de recursos naturais específicos para suporte da atividade, disponibilidade de técnicos e de empresas especializadas, procura potencial para o produto, e condições para que os recursos possam ser utilizados (percursos equipados, acessíveis, informação disponível, etc.). O autor acrescenta que, de modo a valorizar o produto, deve existir uma adequada regulamentação, promoção e divulgação (livros, sites especializados, vídeos promocionais, etc.), boa acessibilidade (sinalização e percursos de acesso e regresso), manutenção e atualização (equipamento e inventário), e um serviço de socorro e resgate adequado. Deste modo, procedeu-se à caracterização do território e enquadrado-se a região geograficamente e turisticamente com recurso a fontes de informação secundárias e primárias.

O processo de investigação empírica é suportado pelo trabalho de campo, pela auscultação de especialistas e pelas entrevistas a *stakeholders* associados ao segmento da animação turística no território em estudo. Estes instrumentos foram essenciais para a redução da discrepância entre a informação disponível em fontes secundárias e a observada através de levantamento no terreno, permitindo assim uma caracterização do destino e do diagnóstico do setor turístico mais fidedigna,

mais pormenorizada e atual. Consequentemente, as propostas de valorização são mais facilmente enquadradas e adaptadas às especificidades locais, contribuindo para um planeamento turístico adequado ao território em análise.

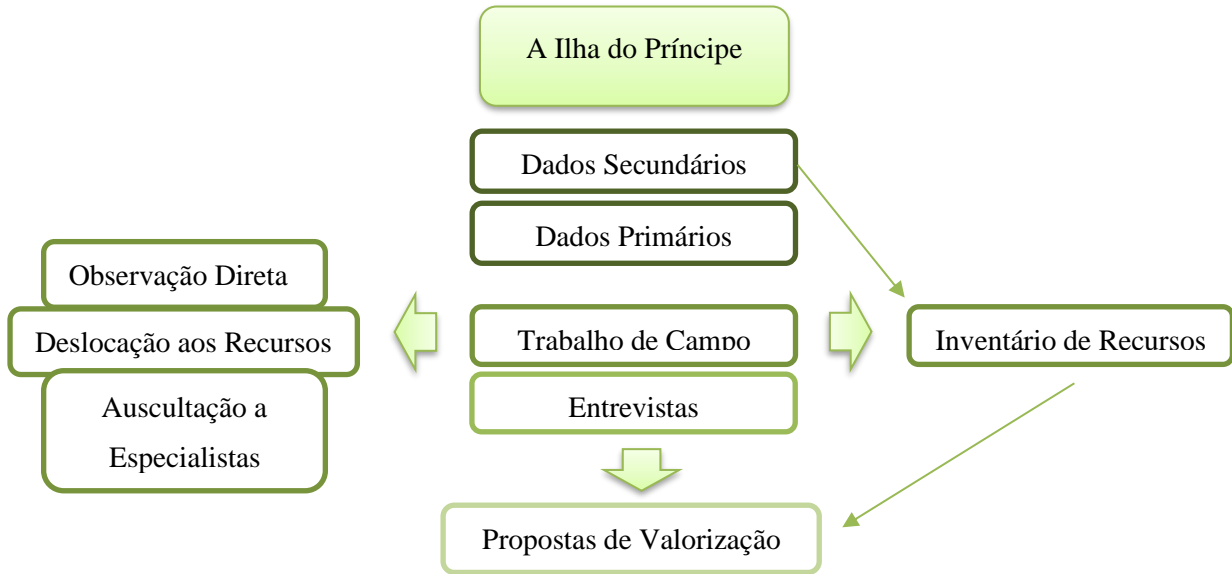


Figura 3. Metodologia utilizada na observação direta

3.3 TRABALHO DE CAMPO

Entre 10 de abril e 29 de julho de 2022, o investigador recolheu informação de modo presencial na ilha do Príncipe, com o objetivo de tomar contacto com a realidade local, confrontar e completar a informação recolhida via fontes secundárias através de fontes primárias. Deste modo, foi possível ter acesso a informação atualizada e pertinente, direcionada concretamente para o tema em estudo, possibilitando a elaboração de um inventário de recursos turísticos da ilha do Príncipe e a avaliação dos recursos associados ao turismo ativo. Esta inventariação de recursos turísticos foi realizada em duas fases, como representado na figura 4.

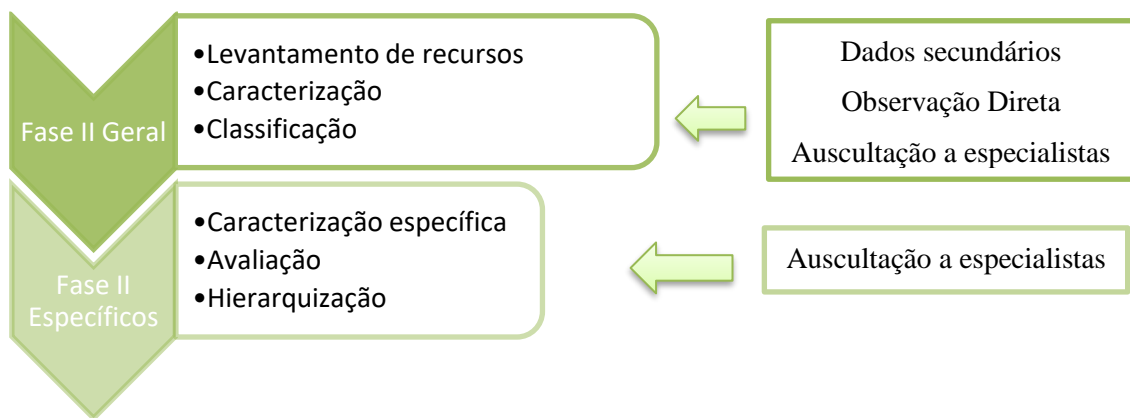


Figura 4. Estrutura metodológica do inventário

A primeira fase consistiu no levantamento geral dos recursos turísticos da ilha, caracterização e classificação dos recursos. Inicialmente, recorrendo a fontes secundárias para constituir uma base de dados como ponto de partida, e posteriormente com a recolha de dados primários com recurso à observação direta e auscultação a especialistas com elevado conhecimento do panorama local. Na primeira etapa, de recolha de informação através de dados secundários, foi solicitado à Secretaria do Turismo da ilha do Príncipe o inventário completo de recursos turísticos referenciado no plano estratégico e de marketing para o turismo de São Tomé e Príncipe (Costa, 2018), mas o mesmo não possuía até ao momento qualquer documento com semelhante utilidade. Em alternativa, procedeu-se a uma pesquisa nas páginas da *internet* associadas à ilha do Príncipe, associações, grupos informais, blogues, mapas, entre outros, de modo a identificar possíveis recursos a inventariar.

Uma vez elaborada uma listagem esboço dos recursos da ilha, confrontou-se e completou-se a informação recolhida anteriormente através de observação direta. O investigador deslocou-se aos recursos identificados previamente, permitindo assim a sua caracterização e análise do meio envolvente, nomeadamente dos acessos e facilidades turísticas presentes no local, aproveitando para corrigir erros e lacunas da etapa anterior como sugerido por Breda (2004). Estas deslocações foram aproveitadas para recolher informação georreferenciada dos recursos e respetivos acessos através do *Wikiloc*, para além de fotografias para suportar a caracterização dos recursos. O registo dos recursos foi feito digitalmente de forma sistemática, formando uma base de dados em Excel e, sempre que possível, localizando-os geograficamente num ficheiro de aplicação informática *Google Earth Pro* – Sistema de Informação Geográfica (SIG), permitindo a análise holística do território. Segundo Silva (2008), a utilização dos SIG como ferramenta de apoio ao turismo e planeamento do território têm vindo a crescer; a análise geográfica dos recursos por camadas temáticas permite mais facilmente a identificação de recursos relacionados espacial e funcionalmente e possibilita o delineamento de potenciais clusters (áreas com aptidão para uma determinada atividade turística).

Na fase seguinte, de inventariação geral dos recursos turísticos da ilha, confrontaram-se e complementaram-se os dados recolhidos anteriormente, com a colaboração de especialistas com elevado conhecimento da ilha ligados ao turismo, direta ou indiretamente, nomeadamente responsáveis da Reserva da Biosfera, do Parque Natural do Príncipe, da Fundação Príncipe, da Associação de Guias da Ilha do Príncipe, da Secretaria do Turismo do Príncipe, e do grupo hoteleiro HBD. Estes agentes, como responsáveis de alguns destes recursos e com elevado conhecimento de todo o paradigma de recursos, foram uma grande valia, ajudando a verificar a veracidade da informação já recolhida, mas também a identificar e caracterizar novos recursos, desconhecidos do público em geral, quer pelo difícil acesso ou falta de informação disponível,

quer por terem acesso interdito devido à sua localização na área de proteção total do Parque Natural do Príncipe.

Uma vez que os recursos naturais são a base de recursos primários que sustenta o turismo ativo, como referido no ponto 2.2, estes foram priorizados na inventariação, mas foram igualmente incluídos na inventariação geral os recursos culturais, os equipamentos, e as infraestruturas que permitem ao visitante fazer parte do lugar e realizar a valorização atual e acumulada do património local. Todos os recursos identificados foram por fim classificados seguindo a proposta da OMT (2003), indicando sempre que possível:

- Nome - Nome oficial e nome atribuído pela comunidade;
- Localização – Freguesia / Localidade / Local;
- Categoria - Primário / Secundário;
- Tipo - Eventos / Património cultural / Património natural, etc.;
- Subtipo - Etnográfico / Monumental / desportivo, etc.;
- Descrição - Enquadramento do recurso;
- Especificações - Dados que os distinguem;
- Acessibilidade - Acesso de entrada e saída;
- Estado atual - Estado em que encontram os recursos;
- Tipo de visitante – Local / Regional / Nacional / Estrangeiro;
- Proprietário – Público / Privado;
- Atividades possíveis -Tipo de modalidades desportivas ou ambiental.

Uma vez levantados e classificados os recursos, procedeu-se à verificação, através de fontes secundárias, do trabalho de campo e, com base na opinião dos especialistas, alguns dos produtos turísticos com potencial para sustentar o desenvolvimento da oferta em turismo ativo.

Agruparam-se os respetivos recursos de cada produto em diversas matrizes de avaliação independentes e, quando possível, aprofundou-se a caracterização de cada recurso de acordo com as especificidades exigidas para a sua avaliação relativa ao respetivo produto turístico.

Para cada produto selecionado para avaliação, selecionou-se um perito local com elevadas competências na área, para avaliar e discutir o potencial turístico dos respetivos recursos. Para cada produto avaliaram-se os principais recursos passíveis de serem aproveitados para o desenvolvimento de produtos de turismo ativo. Apesar de os sujeitos requeridos serem especialistas na atividade em causa, estas avaliações são individuais e subjetivas, correspondendo a mais um contributo para a avaliação dos recursos, de carácter não definitivo. No quadro 4 nomeiam-se os especialistas que contribuíram com a sua opinião, elaborando a matriz de avaliação dos recursos do respetivo produto em que são especialistas.

Quadro 4 | Especialistas de produtos turísticos no Príncipe

Produto	Entidade/Cargo	Especialista
Pedestrianismo	Gerente de Experiências HBD	André Rosa
Atividades de extração/processamento/artes manuais	Parque Natural do Príncipe – PNP	Júlio Mendes e Daniel Ramos
Birdwatching	Presidente da Associação de guias do Príncipe Coordenador Fundação Príncipe	Yodiney dos Santos
Pesca artesanal	Direção das Pescas	Damião Matos
Mergulho	Diretor Hotel Belo Monte	Miles Oats
Recursos culturais monumentais	Chefe do departamento do centro cultural e arquivo histórico	Filomena Pina
Recursos naturais	Parque Natural do Príncipe – PNP	Maria José

Para avaliação dos recursos turísticos, optou-se por fazer uma avaliação individualizada dos recursos e uma avaliação transversal do produto. Para a primeira, fazendo a média entre a importância de um recurso e a sua possibilidade de desenvolvimento, uma vez implementadas as melhorias de acessos e infraestruturas adequadas; para a segunda avaliou-se, de um modo geral, a qualidade paisagística do produto e quantificou-se o número de entidades envolvidas atualmente com o produto e a quantidade de pessoas qualificadas para a sua realização. Estes dados são essenciais para compreender a capacidade do destino e implementar e desenvolver o produto. A nível da importância de utilização dos recursos em termos de frequência de utilização, subdividiu-se em diversos tipos de mercados, desde o nível local, regional, nacional ou internacional – escala de 1 a 4 – Utilização Rara, Esporádica, Frequente, Quase Permanente. Quanto à possibilidade de desenvolvimento, adotou-se uma escala de 1 a 4, respetivamente: Nenhuma, Pouca, Alguma, Elevada.

Em relação às variáveis transversais do produto avaliaram-se, numa escala de 1 a 4 em relação à qualidade paisagística geral, respetivamente: Inexistente, Pouco(a), Algum(a), Bastante, identificaram-se empresas ou associações a trabalhar o respetivo produto em análise, e o número de recursos humanos especializados disponíveis.

Os recursos com uma média igual ou superior a 3 consideraram-se recursos primários para o desenvolvimento do respetivo produto em análise, e os restantes com média inferior a 3 são classificados como recursos complementares. Os recursos primários são aqueles com capacidade de mobilizar pessoas para visitarem a região, sendo o seu papel atrair e fixar a procura no território, enquanto os recursos secundários têm um papel de complementaridade, diversificando as atividades disponíveis dos turistas que já se encontram na região e que podem levá-los a permanecer mais tempo (OMT, 2003; Breda, 2004).

3.4 ENTREVISTAS

3.4.1 Enquadramento

Tanto o governo de São Tomé e Príncipe como o governo da região autónoma da ilha do Príncipe assumem o turismo como a principal estratégia económica do arquipélago. Segundo o Plano estratégico e de marketing para o turismo de STP, apesar do notável crescimento do setor do turismo, a exploração do potencial turístico dos recursos naturais, históricos e culturais do arquipélago está ainda numa fase embrionária, não tendo ainda o país conseguido afirmar-se no mercado internacional.

O planeamento turístico na ilha do Príncipe já foi traçado, pretendendo posicionar-se como um destino dirigido a um mercado médio alto, para viajantes experientes que colocam nas suas preferências viagens responsáveis e que aliam natureza, mar e cultura. Procura ser um destino de vanguarda na inovação e sustentabilidade, dominado pelo turismo alternativo responsável e afastado dos mercados massificados.

No entanto, não basta querer nem planear, é necessário dotar a região de oferta capaz de responder às novas tendências do turismo e, simultaneamente, valorizar e preservar as especificidades do território.

Imposta pelo novo turista, a animação turística tem um importante papel a desempenhar para a afirmação deste setor, particularmente num destino insular de pequenas dimensões.

Com o intuito de dinamizar o setor turístico sem pôr em causa a sua sustentabilidade, terá o Príncipe as condições necessárias para apostar no turismo ativo?

É considerado turismo ativo aquele que envolve atividades em que os visitantes intervenham direta e ativamente nas experiências turísticas. O visitante, ao invés de ter uma atitude passiva característica do turismo de massas e do produto sol e mar, é um participante da experiência, envolvendo-se na atividade e contribuindo para o seu desenrolar, assumindo um papel ativo e onde lhe é exigida a sua contribuição para o sucesso da atividade. Abrange segmentos associados ao ecoturismo e atividades físicas recreativas e de animação ao ar livre, mas especialmente na natureza, cruzando conceitos como o turismo de aventura ou desporto de aventura, o desporto na natureza ou o turismo desportivo, mas pode também estender-se a produtos como o turismo cultural, o turismo comunitário ou o rural.

Este estudo, através de um processo de planeamento que permite identificar as principais potencialidades turísticas, pretende apresentar propostas de valorização do turismo ativo no Príncipe, que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável e inovador do destino.

O recurso a entrevista considera-se essencial para melhor compreender o Príncipe como destino turístico e obter a perspetiva dos principais atores locais ligados ao setor da animação turística, de modo a incorporá-las no planeamento e propostas de valorização que advêm desta dissertação. Por sua vez, a atividade turística é composta por múltiplos atores, cada um com diferentes interesses e opiniões no processo de desenvolvimento turístico, consoante as suas próprias posições no setor. Segundo Foliou (2002) é essencial incorporar no processo de planeamento turístico os diferentes interesses de todos os envolvidos na atividade turística (*stakeholders*), representando o governo, as diferentes comunidades do setor do turismo e as organizações não governamentais. Como a própria noção de desenvolvimento de turismo sustentável pressupõe, é necessário satisfazer as necessidades e interesses de todos os envolvidos, para garantir a viabilidade do planeamento a longo prazo. Assim, é importante identificar as opiniões de todos os *stakeholders* e integrar essas preocupações e interesses no processo de planeamento. Desta forma, as entrevistas semiestruturadas direcionadas a entidades que operam localmente e têm interesse no setor são uma ferramenta eficaz para obter informação útil sobre a situação atual do sector e as suas perspetivas de desenvolvimento futuro. Entendeu-se que esta seria a metodologia adequada face aos recursos do investigador, uma vez que permite uma abordagem adaptada às diferentes vivências e especificidades dos interlocutores e a natureza das respetivas entidades representadas através destes.

3.4.2 Universo e amostra

A seleção dos entrevistados foi feita de modo a garantir a representatividade dos principais grupos intervenientes no sector do turismo. Não estão necessariamente ligados ao desenvolvimento do turismo ativo, visto que esta vertente ainda não está devidamente desenvolvida. Considerando os objetivos pré-estabelecidos, selecionaram-se responsáveis das instituições relacionadas com a animação turística ou com o turismo no geral, tendo sido entrevistadas as entidades e personalidades indicadas no quadro 5, num total de sete entrevistas.

Quadro 5 | Personalidades entrevistadas

Categoria	Entidade	Cargo	Entrevistado
Unidades de Alojamento	Grupo HBD	Coordenador de atividades	André Rosa
		Diretora da sustentabilidade	Emma Tuzinkiewicz
	Hotel Belo Monte	Diretor	Miles Oats
Instituições públicas	Centro de guias da ilha do Príncipe	Presidente	Yodiney dos Santos
	Parque Natural Príncipe	Chefe de secção	Alberto Leal
	Reserva da Biosfera	Interino	
	Secretaria do Turismo e Comércio	Diretor	Giffrey Teixeira
ONGs	Fundação Príncipe	Presidente	Estrela Matilde

3.4.3 Desenho do guião da entrevista

A construção do guião da entrevista foi resultado do estudo prévio da realidade local, através da revisão da literatura e do panorama turístico construído com o trabalho de campo efetuado. A partir dos objetivos foram estabelecidas as questões do guião das entrevistas, agrupadas nas seguintes três dimensões:

- A. Ponto de situação do turismo na região do Príncipe;
- B. Intervenção das entidades locais no processo de desenvolvimento turístico;
- C. O futuro do turismo na região.

Não se pretendia desenhar um guião rígido, mas antes que funcionasse como ferramenta de orientação durante as entrevistas, existindo alguma flexibilidade para explorar outros conteúdos ou perspetivas no decorrer das entrevistas.

O guião foi construído com recurso à supervisão de dois especialistas e a sua versão final é constituída pelas seguintes 15 questões agrupadas pelas três dimensões anteriormente referidas:

- **Dimensão A - Ponto de situação do turismo na região do Príncipe**
 1. Atualmente, como se posiciona a ilha do Príncipe como destino turístico no mercado?
 2. Quais os principais mercados e perfil dos visitantes?
 3. Quais são os principais recursos e produtos turístico da ilha? Os recursos existentes estão a ser devidamente desenvolvidos?
 4. Quais as principais condicionantes ao desenvolvimento turístico da ilha?
 5. Qual é o grau de desenvolvimento e nível da oferta em termos da animação turística na ilha?
 6. Quais as principais dificuldades e constrangimentos ao desenvolvimento da oferta de animação turística na ilha?
 7. Como caracteriza a segurança do destino nos seus diversos níveis, nomeadamente: criminalidade, saúde, socorro e resgate?
- **Dimensão B - A intervenção das entidades locais no processo de desenvolvimento turístico**
 8. Qual é o envolvimento da instituição que representa no turismo da ilha (a que nível, responsabilidades, com que projetos e ações)?
 9. Qual o papel dos diferentes *stakeholders* (agentes/grupos de interesse) na promoção do desenvolvimento do Príncipe como destino turístico sustentável? Existem muitos *stakeholders* envolvidos, quais os que destaca como mais relevantes, qual o grau de envolvimento, qual o nível de cooperação?

10. Quais as limitações e dificuldades de um maior envolvimento de *stakeholders* para que estes possam desenvolver um trabalho mais relevante?
 11. Qual o papel que o setor público tem desempenhado no planeamento, gestão e desenvolvimento do turismo na ilha? Tem sido o mais adequado, ou é necessário implementar mudanças? Se sim, quais?
- **Dimensão C - O futuro do turismo na região**
 12. Considerando os recursos turísticos da ilha e a evolução do turismo à escala global, qual a estratégia, posicionamento e medidas que o Príncipe deve apostar para reforçar o desenvolvimento sustentável na região? O posicionamento e estratégia atual devem ser mantidas ou reformuladas?
 13. A nível da oferta de produtos, em particular ligados ao turismo de experiências e de animação turística, quais os produtos e ações que considera que deveriam ser implementadas?
 14. A nível da instituição que representa, o que tem projetado ou propõe que seja desenvolvido no futuro para promover o desenvolvimento turístico do Príncipe? Têm projetos futuros relacionados com a animação turística?
 15. Gostaria de expor mais alguma informação que considere relevante a considerar no planeamento turístico do Príncipe?

3.4.4 Aplicação e tratamento das entrevistas

Todos os intervenientes contactados se mostraram disponíveis para realizar a entrevista, tendo sido todas realizadas de forma presencial entre os meses abril e julho de 2022, no local e horário sugerido pelos entrevistados, durante os meses em que o investigador se encontrava na ilha do Príncipe a realizar o trabalho empírico da investigação. As entrevistas tiveram uma duração que variou entre os 40 minutos e 2:06 horas, conforme informação disponível no quadro 6.

Quadro 6 | Entrevistas realizadas

Nome	Sigla	Entidade	Cargo	Data	Duração
Estrela Matilde	EM	Fundação Príncipe	Presidente	07/jun	02:06:41
André Rosa	AR	HBD	Coordenador de Atividades	09/jun	01:01:36
Alberto Leal	AL	Parque Natural do Príncipe Reserva da Biosfera	Chefe de Secção Interino	15/jun	00:52:40
Miles Oats	MO	Hotel Belo Monte	Diretor	16/jun	00:40:57
Emma Tuzinkiewicz	ET	HBD	Diretora da Sustentabilidade	17/jun	00:58:12
Yodiney dos Santos	YS	Associação de Guias da Ilha do Príncipe	Presidente	20/jun	00:58:29
Giffrey Teixeira	GT	Secretaria do Turismo e Comércio	Diretor	21/jun	01:12:01

Como referido anteriormente, as entrevistas consideravam um guião comum, mas optou-se por manter alguma liberdade para desenvolver algumas questões e fazer pequenas adaptações ao longo das mesmas, adaptando-as aos entrevistados e entidades que representavam.

As entrevistas foram gravadas com recurso a um gravador de áudio mp3 para facilitar a transcrição e tratamento das mesmas, com a respetiva autorização de todos os entrevistados. Após a transcrição das entrevistas (apêndice II), procedeu-se à sua análise de conteúdos, optando-se por sintetizar a informação em tabelas por dimensão de análise, que são o suporte da apresentação e análise das entrevistas.

Para facilitar a apresentação das entrevistas associando as opiniões de cada entrevistado, foi utilizado uma abreviatura, conforme apresentada no quadro 6.

4 A ILHA DO PRÍNCIPE

4.1 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA

4.1.1 Aspetos gerais

Composto por duas ilhas habitadas e vários ilhéus, o arquipélago de São Tomé e Príncipe tem origem vulcânica, tendo começado a ser formado há cerca de 31 milhões de anos, quando o seu território se ergueu abruptamente do oceano. Com uma superfície de 1 001 km², este arquipélago permaneceu desabitado até à sua descoberta pelos Portugueses, em 1470, contando atualmente com 223 364 habitantes (WORLDBANK, 2021).

Este país de língua oficial portuguesa tornou-se independente em 1975, formando atualmente a república de São Tomé e Príncipe, um pequeno estado insular em desenvolvimento, com um rendimento relativamente baixo e uma economia frágil (WORLDBANK, 2022). Segundo a mesma fonte, este país “tem sido um modelo de transição demográfica do poder na África central” (WORLDBANK, 2022). Atualmente é uma república semipresidencial e democrática, com uma estabilidade política significativa, o que é benéfico para a sua população e para promover o desenvolvimento do país e, em particular, do setor do de turismo. O governo já assumiu o compromisso e vontade em adotar o turismo como setor estratégico e fundamental, para alcançar um desenvolvimento orgânico e sustentável ajustado às especificidades do território e às necessidades de todos os *stakeholders* envolvidos direta ou indiretamente (Duarte et al., 2012).

O arquipélago é igualmente caracterizado por um elevado nível de insularidade, que se faz sentir ainda com maior expressão na ilha do Príncipe, devido à sua reduzida dimensão e população, comparativamente com a ilha de São Tomé. A população do Príncipe corresponde a apenas 4% da população do país. Os seus cerca de 8 300 habitantes estão distribuídos por uma superfície de 142 km², tendo a ilha cerca de 18 km de comprimento e 12 km de largura. Muitos dos visitantes do Príncipe caracterizam esta ilha como uma região parada no tempo, refletindo o seu isolamento, reduzida dimensão e um certo “esquecimento” por parte dos governantes deste arquipélago, quer durante o período colonial português, quer após a independência. Em 1995, em conformidade com a Lei nº 4/94, constituiu-se como Região Autónoma da Ilha do Príncipe, dotada de personalidade jurídica territorial de direito público, com autonomia político-administrativa e sujeita a tutela do Governo da República.

4.1.2 Localização, acessibilidades e infraestruturas

São Tomé e Príncipe localiza-se no Golfo da Guiné, próximo da costa ocidental de África, podendo ser considerado o centro do mundo, dado que é o país mais próximo do ponto de latitude e longitude zero. Por sua vez, a ilha do Príncipe encontra-se a aproximadamente 160 km de São Tomé e a 269 km do continente africano (Costa, 2014).

Para chegar à ilha pode recorrer-se ao barco ou ao avião, mas apenas existem ligações domésticas. Qualquer ligação internacional tem de passar pela ilha de São Tomé. No caso das ligações marítimas, o Príncipe está separado por uma viagem que pode variar entre 4 e 12 horas. A via marítima destina-se principalmente a importação de mercadorias e combustível, mas também é possível o transporte de passageiros. Em relação às vias aéreas, a ilha do Príncipe possui um aeródromo doméstico utilizado apenas para fazer a ligação aérea entre São Tomé e a ilha do Príncipe. A única companhia a explorar esta ligação é a STP Airways que de momento faz 11 ligações semanais (duas vezes por dia às segundas, quartas, quintas, sextas e domingos e uma vez ao sábado) com duração de 35 minutos por travessia. No tempo restante, o aeródromo está inativo, abrindo-se as portas da pista para se poder fazer a ligação pedonal entre a comunidade de Azeitona e a comunidade do Aeroporto.

Em relação à circulação interna, para além dos autocarros escolares, não existem transportes públicos, sendo as deslocações realizadas de carro, mota, de bicicleta ou a pé. A população local e os turistas recorrem com frequência ao serviço de moto-táxi. Na figura 5, apresenta-se a principal rede de vias rodoviárias existentes na ilha.



Figura 5. Rede Rodoviária do Príncipe 2022

Apenas Santo António e os seus acessos possuem estradas alcatroadas, a maioria das vias de acesso às restantes comunidades encontram-se em mau estado de conservação e, ocasionalmente, tornam-se intransitáveis, o que torna a rede rodoviária um dos pontos frágeis da ilha a nível de

infraestruturas. Durante a época colonial, era usada via-férrea para escoar a produção das roças para os portos marítimos no litoral, que maioritariamente também já entraram em desuso.

Em geral, as infraestruturas da ilha do Príncipe são bastante limitadas. Possui apenas uma central elétrica, constituída por um grupo de geradores que cobre a distribuição elétrica a toda a ilha, estando, portanto, dependente da disponibilidade de combustível, um recurso essencial que não é assegurado. Relativamente à distribuição de água potável, a região dispõe de uma central de distribuição que cobre a cidade de Santo António e arredores, mas que não chega a todos. As comunidades não abastecidas por este serviço recorrem a pequenos reservatórios ou extraem água diretamente de nascentes ou ribeiras próximas. Em termo do sistema de saúde, o Príncipe conta com o Hospital Dr. Manuel Dias da Graça, cinco postos de saúde e quatro postos comunitários espalhados por algumas comunidades, mas segundo Duarte et al. (2012) este é um dos setores mais fragilizados da região devido à falta de recursos humanos qualificados, a falta de equipamentos especializados de diagnóstico, a baixa capacidade dos hospitais e a fragilidade do sistema de abastecimento de medicamentos.

4.1.3 Ambiente físico

Devido às suas origens vulcânicas, o Príncipe possui um relevo íngreme e acidentado, com uma vegetação densa e exuberante e um litoral recortado, que esconde algumas das praias mais belas do mundo.

A ilha é dividida em duas grandes regiões. A região sul é constituída por uma área natural protegida, ocupando 53% do território do Príncipe, e a região norte é onde se concentra a escassa população da ilha e se desenvolvem as dinâmicas económicas, sociais e culturais. A população é dispersa e distribuída entre a zona norte, oeste e este (ou sul denominada localmente). Um dos fatores que divide estas duas regiões é o relevo e as suas características rochosas, como podemos verificar na figura 6. Enquanto a região Norte da ilha é dominada pelos basaltos, formando um conjunto de planaltos interiores (Sundy, Santa Rita, Praia Inhame, Gaspar, Pincaté, São Joaquim e Ponta de Sol) destacando-se destes o Belo Monte, que forma um precipício escarpado com cem metros de desnível no contacto com a orla costeira. A região sul é dominada pelos fonólitos, onde o relevo é acidentado e definido por altos picos isolados, como o caso do Papagaio (680metros) ou João Dias Pai (644metros), ou em grupos que formam maciços rochosos paralelos ao eixo do equador, como é o caso do pico do Príncipe (948metros) ou o Mencerne (837metros) (Miranda, 2013). É ainda importante destacar os inúmeros vales criados pela ação fluvial em direção à linha costeira onde vão desaguar. O litoral é muito recortado, composto por inúmeras saliências e reentrâncias que formam diversas baías e enseadas, com uma elevada atratividade paisagística.



Figura 6. Carta topográfica do Príncipe (Escravana, 2021)

Outro dos fatores que divide a ilha em duas regiões é a precipitação. O relevo da região sul age como barreira, que separa o barlavento do sotavento dos ventos húmidos de Sul, nomeadamente com as áreas montanhosas e a densa vegetação. Embora a precipitação seja muito elevada em toda a ilha, é clara a distinção verificada entre a região sul, com uma média anual próxima de 5000 mm, e a zona norte da ilha, com uma média anual menor, cerca de 3500 mm.

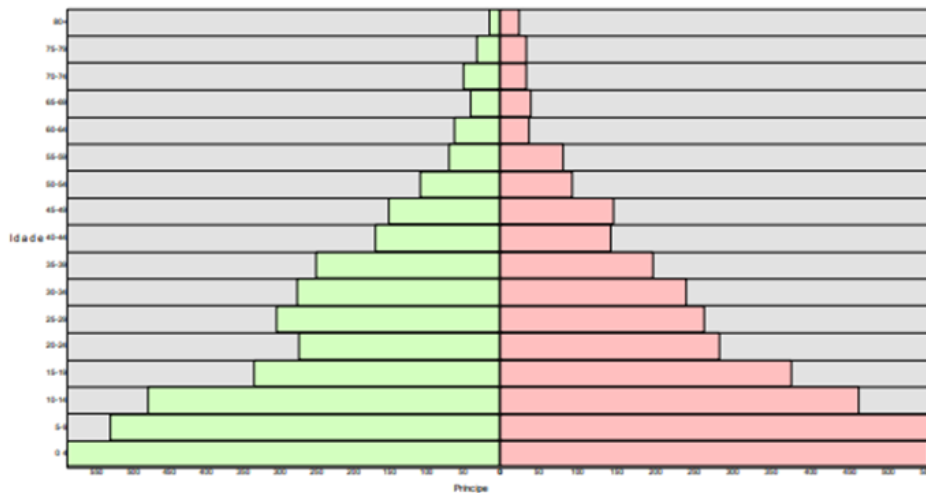
A ilha do Príncipe possui um clima do tipo equatorial quente e húmido, devido à proximidade do equador e a um oceano de águas relativamente quentes. A temperatura média anual é de 24,5°, sendo a sua amplitude térmica anual muito baixa. Assim, as estações do ano resultam apenas da distribuição da precipitação, podendo identificar-se duas estações bem definidas, a seca (ou gravana como designada localmente) entre junho e agosto, e a estação chuvosa, ou gravanito, entre setembro e maio.

Os impactos das alterações climáticas na ilha do Príncipe já se fazem sentir e têm tendência a serem agravadas, em especial com o aumento da subida do nível do mar da erosão da orla costeira e uma maior variabilidade na distribuição da precipitação, com a sua redução no tempo e no espaço e concentração num período mais curto (Chou et al., 2020).

4.1.4 População e cultura

Em 2017 a população da ilha do Príncipe era composta por 8 277 habitantes, o que representa escassos 4% da população do país. Destes, 4 243 são do sexo masculino e 4 034 do sexo feminino, sendo o índice de densidade populacional de 58,9 habitantes por km² (ANEME, 2018). Será importante destacar que, em 2012, a estrutura de idades era composta maioritariamente por jovens, sendo cerca de metade da população composta por pessoas com menos de 20 anos, sendo a média de idades de 18,2 anos (quadro 7).

Quadro 7 | Composição da população por sexo e por idades (INE, 2012)



Segundo dados do INE-STP (2012a), da população economicamente ativa (+15 anos), 67% está empregada, 5% declara-se como desempregada e a restante (28%) inativa. De acordo com o Plano Príncipe2030 (Mendes, 2020), em 2019, apenas 18 indivíduos da região tinham um curso técnico profissional, e 34 o diploma de ensino superior.

Pela análise do figura 7 (INE-STP, 2012b) é possível verificar as dinâmicas populacionais da ilha do Príncipe, estando representadas as comunidades principais que são formadas por mais de 50 pessoas. A generalidade destes povoados localiza-se na região norte do Príncipe, com maior incidência à volta da cidade de Santo Antão, enquanto a região sul é praticamente despovoada, embora durante a época colonial aí existissem comunidades que formavam as roças de exploração agrícola.

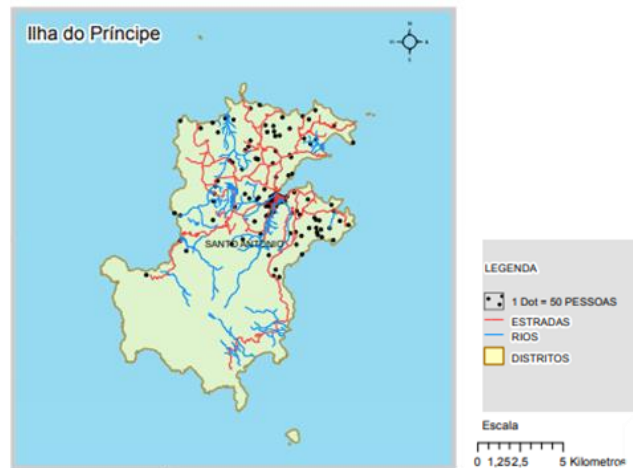


Figura 7. Distribuição geográfica espacial da população por distrito (INE, 2012b)

A cidade de Santo António está situada na foz do rio Papagaio e, apesar de ter pouco mais de mil e cem habitantes, é o maior polo urbano da ilha, sendo o local de maior dimensão populacional e para onde convergem todas as dinâmicas sociais, económicas e culturais da ilha. Para além de concentrar os principais serviços, como o hospital e o ensino secundário, também é o principal local de comércio da ilha, levando a que toda a população da ilha se desloque regularmente à cidade para fins de comércio e de utilização de serviços públicos. Apesar da curta distância entre a cidade e as outras comunidades, a acessibilidade não é fácil, devido à escassez e má qualidade das vias de comunicação e à inexistência de um sistema de transportes públicos que facilite a mobilidade (Duarte et. al., 2012).

4.1.5 Atividade económica

A economia do Príncipe é muito dependente da ação do Governo Central e da Cooperação Internacional, tanto para despesas correntes, como para os investimentos. Sendo uma pequena economia insular, a produção local é escassa, o que torna o Príncipe dependente de importações para satisfazer a maioria da procura interna. Estas importações são especialmente dispendiosas, devido à dupla insularidade e conseqüente isolamento a que a ilha está sujeita, que se faz sentir a nível do país e a nível interno, pois qualquer ligação externa tem de passar pela ilha de São Tomé. Segundo RDSTP (2013), os custos adicionais gerados pela insularidade de São Tomé e Príncipe refletem 14% do PIB, correspondendo 4% à importação e exportação marítima, 3% ao transporte de aéreo de passageiros, 4,5% à energia e 2,5% ao nível das comunicações.

As atividades que mais contribuem para a produção de riqueza e empregabilidade do arquipélago são o comércio, a agricultura, a pecuária, a pesca, os transportes, os serviços, as pequenas atividades familiares, a construção e o turismo. O turismo é uma atividade em crescimento e

importante para equilibrar o balanço comercial do país, mas não é suficiente para equilibrar a dependência das importações, contraindo assim défices estruturais e recorrentes. Como é destacado por Costa (2018:13),

atualmente o arquipélago de São Tomé e Príncipe passa por um período de desenvolvimento. Nos últimos anos, a economia santomense viu um forte crescimento do PIB e do consumo, assim como uma rápida descida da inflação, como referido anteriormente. O país recebe hoje cada vez maior atenção de investidores internacionais e é uma grande aposta para se tornar um dos maiores destinos de turismo ecológico do continente africano.

Em 2021, na segunda edição da Cimeira de Negócios da Confederação Empresarial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que decorreu em STP, Felipe Nascimento - Presidente do Governo da Região Autónoma do Príncipe - evidenciou a transição atual de um rendimento baixo para um rendimento médio, e a abertura do governo a iniciativas económicas privadas que possam vir a substituir o estado nalguns setores ainda públicos, destacando-se os setores das infraestruturas, energia, fibra-ótica e saúde (PGRP, 2021). Segundo este governante, o Príncipe caracteriza-se por ser uma ilha de ultraperiferia, com um clima favorável ao investimento, uma sociedade pacífica, baixo índice de criminalidade e evidente estabilidade política. Para além destas características, a captação de investimento conta ainda com vários incentivos (benefícios fiscais, reduções e isenções de impostos), existindo o compromisso político de garantir o retorno do investimento (PGRP, 2021).

A nível do setor primário, este é composto principalmente pela agricultura (destacando-se a produção de cacau), a pecuária (produção de aves e suínos) e as pescas (com relevo para peixevoador, macho-pombo, polvo e choco). A agricultura e as pescas são as principais bases da economia do Príncipe, sustentada numa economia doméstica direcionada para a subsistência das famílias. Segundo Duarte et. al. (2012), mesmo a nível da economia de subsistência é possível identificar constrangimentos, como deficiente organização, falta de massa crítica, ausência de técnicas de produção e transformação, carência de formação e inovação, acompanhamento técnico e, principalmente, de estruturas e equipamentos que auxiliem os trabalhos, como sistemas de frio ou redes de distribuição que permitam o alcance a produções de maior escala.

A agricultura caracteriza-se pelo seu carácter de subsistência, sem expressão comercial (se excetuarmos o cacau), o que se deve não só às deficientes infraestruturas de transporte internas e externas, mas também à pequena dimensão do mercado local e à falta de acesso ao crédito (Duarte et. al., 2012:163)

Quanto ao setor secundário, é muito insipiente na ilha do Príncipe e concentra-se na indústria agroalimentar, com a transformação dos produtos agrícolas e piscícolas (óleo de palma, cerveja,

tratamento de peixe, entre outros), representando em 2010, 22,9% do PIB (Duarte et. al., 2012). Este também não é composto por um mercado formal, onde os negócios existentes são de transformação de cariz artesanal de pequena escala, muitas vezes para subsistência, como é o caso do óleo de palma, ou ainda de transformação para comercialização, como é o caso do peixe seco ou a cacharamba (aguardente artesanal).

O setor dos serviços é o principal motor da economia nacional (formal) da ilha, com um peso de 62,4% do PIB e abrangendo atividades ligadas aos serviços, ao turismo, ao comércio e aos transportes, sendo o turismo o que mais contribui para o crescimento das exportações da ilha. O comércio é feito na sua maioria por retalhistas de pequena dimensão e informalmente, quer seja numa loja ou no mercado do Príncipe.

4.2 A ILHA DO PRÍNCIPE COMO DESTINO TURÍSTICO

Nós tínhamos de olhar para um turismo que, por um lado, fosse diferente, único, mas que, por outro lado, estivesse no mercado de uma forma competitiva. E uma coisa diferente, na nossa perspetiva, era uma coisa sustentável, uma coisa que nos dê garantia de que [o Príncipe] não será destruído com a massificação. Um turismo que respeite a nossa identidade, a nossa cultura, a nossa arquitetura paisagística, patrimonial, porque não temos espaço para fazer turismo de massas. Um turismo mais virado para a natureza, para a investigação, para a observação de pássaros endêmicos. A praia é o complemento.

José Cassandra – Ex. Presidente do Governo Regional da Ilha do Príncipe (2016)

4.2.1 Relevância e evolução da atividade turística

Não considerando os períodos de crise, em especial o provocado pela pandemia COVID-19, existe uma importante tendência para o crescimento do turismo à escala global, que se alarga e ganha importância num número crescente de destinos, como é o caso de STP, revelando-se um setor promissor para o desenvolvimento económico e social do arquipélago, especialmente para a ilha do Príncipe (Fernandes, 2014). No entanto, antes da chegada do grupo HBD à ilha, o turismo não era encarado pela população local como um setor relevante para promover o desenvolvimento e prosperidade da região (Pires, 2020; Duarte, et. al., 2012). Muitos foram os empresários que acreditaram e prometeram que o Príncipe seria um destino idílico, tendo intenção de investir em empreendimentos hoteleiros prósperos, mas depararam-se com um conjunto de constrangimentos que dificultavam esse investimento, como a elevada insularidade, falta de mão de obra especializada, entre outros. Foram muitas as intenções de construção de empreendimentos que não saíram do papel, mas alguns chegaram a ser construídos nas areias e altos do Príncipe, para mais tarde serem abandonados, deixando ruínas para trás e trabalhadores desempregados. Na última década apareceram dois importantes investidores internacionais que têm contribuído para a recuperação do setor e o desenvolvimento das potencialidades locais. Estes grupos privados, tais como o grupo *Here Be Dragons* (HBD) e o *African's Eden* (Hotel Belo Monte), têm vindo a ser os impulsionadores do setor turístico, integrando o conceito de sustentabilidade em toda a sua génese, apostando tanto na vertente ambiental, como na social e económica. Isso tem permitido criar emprego e dinamizar a economia da ilha e do país. Adicionalmente, em 2012, a região foi designada como Reserva Mundial da Biosfera pela UNESCO e, desde então, o turismo é levado com seriedade pelos seus governantes e população.

Face à descontinuidade geográfica, insularidade e especificidades do território, o turismo é reconhecido pelo governo como sendo a opção que melhor se adequa, tendo a capacidade de atenuar alguns dos principais constrangimentos insulares e projetar as suas potencialidades. O

Príncipe, ao contrário de muitas outras ilhas tropicais, tem a vantagem de se encontrar ainda subexplorado turisticamente, tendo assim a oportunidade de direcionar o curso do desenvolvimento do setor para perspetivas sustentáveis. Isso dá possibilidade ao Príncipe de se tornar num destino exemplar para o mundo, onde é possível conciliar o turismo com a conservação ambiental, o desenvolvimento social e a prosperidade económica.

O sector do turismo tem vindo a ganhar peso na economia local e nacional e a ser mais valorizado pelo potencial impacto que pode trazer ao desenvolvimento social e à qualidade de vida dos residentes. Como destacam Duarte et al. (2012), o turismo na RAP assume o principal vetor de geração de desenvolvimento económico e social sustentado, por quatro razões:

- Proporciona benefícios a longo prazo às economias locais, quando desenvolvido de forma responsável;
- Coloca em evidência as especificidades locais, valoriza o património cultural e preserva as tradições locais, quando promovido de forma sustentada;
- Promove a transversalidade sectorial, desde o fornecimento de alojamento, alimentação e bebidas/restauração, transportes, animação e serviços para os turistas;
- É um veículo privilegiado para influenciar positivamente o desenvolvimento sociocultural do Ser Humano.

O turismo tornou-se o principal setor da economia regional, graças aos ganhos diretos e indiretos, impulsionando outros setores como a agricultura, pecuária e pesca. A nível nacional, em 2016, este setor era responsável por 14,2% dos postos de trabalho do arquipélago e, em 2019, o turismo tinha um peso superior a 30% do PIB nacional, assumindo um papel preponderante no crescimento das exportações do país. O peso deste setor é ainda mais notório pela análise do seu contributo para as exportações do país, que era de aproximadamente de 53,6% em 2012, sendo esta uma economia bastante mais dependente do turismo do que a maioria das outras regiões de África (onde o peso médio do turismo para as exportações era de 7,7%) e do Mundo (5,4%). Contudo, estes valores estão em linha com o de vários dos SIDS.

Atualmente é o setor que mais emprega na RAP. Segundo um inquérito realizado por Costa (2018), o turismo era responsável, em 2017, por empregar diretamente 199 pessoas, colocando o Príncipe na segunda posição, como maior distrito do arquipélago em termos do número de empregados neste setor, imediatamente abaixo do distrito de Água Grande (Capital de São Tomé) com 1033 empregados.

Em 2018, o turismo contribuiu para 199 postos de trabalho na ilha do Príncipe, sendo o alojamento o subgrupo que mais contribuiu para este número, seguindo-se a restauração e as lojas de artesanato. As maiores dificuldades nesta área são a falta de mão de obra qualificada e capacitada para o serviço. O grupo HBD é o maior empregador da ilha, não só em turismo, mas também em

postos de trabalho de outras atividades do grupo, associados indiretamente ao turismo. O segundo maior empregador da ilha é o próprio governo.

Nos últimos anos, até ao período antes da pandemia de COVID-19, foi possível observar um crescimento no setor em termos de emprego, empreendimentos turísticos, rendimentos e número de turistas, como é possível observar na figura 8, chegando a atingir um máximo de 8000 visitantes anuais, em 2019.

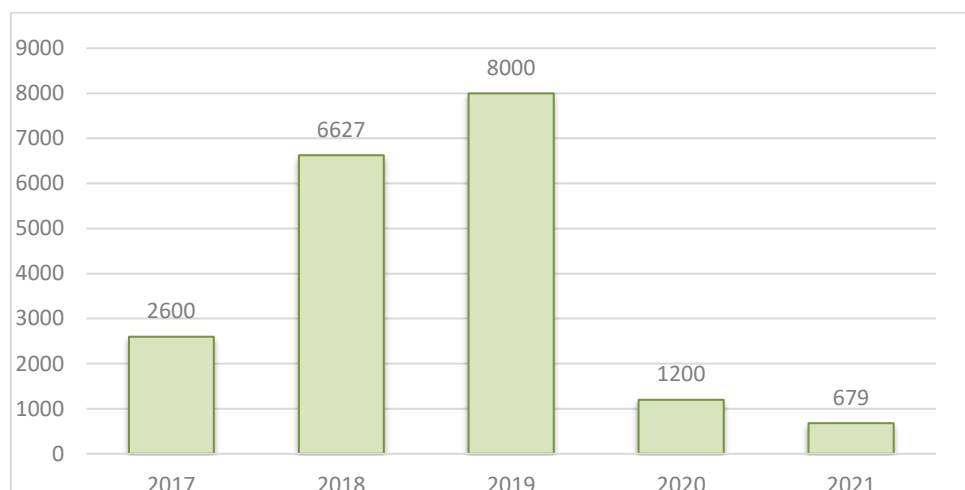


Figura 8. Número de visitantes do Príncipe nos últimos 5 anos

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Secretaria do Turismo e Comércio da RAP

Com a pandemia Covid-19 e o encerramento de fronteiras a estrangeiros, o número de visitantes anuais diminuiu 85%, sendo que o valor contabilizado representa apenas o primeiro trimestre de 2020.

Na cimeira de negócios da Confederação Empresarial, o atual Presidente Regional Filipe Nascimento afirmou que o Príncipe é um estado aberto a iniciativas económicas privadas. De facto, são as entidades privadas que lideram o rumo do turismo da região, existindo cinco unidades hoteleiras de capital estrangeiro no Norte da ilha e catorze empreendimentos de alojamento próximos da capital Santo António, somando um total de 19 empreendimentos turísticos e 246 camas disponíveis (Nascimento, 2022). Do total de camas disponíveis no Príncipe, 102 pertencem aos alojamentos locais, pensões e residenciais, e as restantes 144 aos hotéis, sendo que a maioria pertence ao grupo HBD.

A sustentabilidade do setor está bem assente no plano regional de desenvolvimento sustentável – Príncipe 2030, que estabelece como visão o horizonte até 2030:

Até 2030, a ilha do Príncipe, reserva mundial da biosfera, é uma referência internacional de conservação da biodiversidade e de desenvolvimento sustentável, inclusivo e resiliente às alterações climáticas, por meio da conciliação entre o turismo responsável e a economia verde e azul, garantindo a qualidade de vida das pessoas (ONU-HABITAT, 2020: 5).

Assim, procura-se assegurar que o desenvolvimento do turismo na ilha assente nos valores de sustentabilidade, inclusão, resiliência, inovação, eficiência, participação, transparência e justiça.

4.2.2 Caracterização do destino

Imagem

O Príncipe, como destino turístico, promove um imaginário de ilha tropical, um destino africano preservado rico em cultura e natureza que se distingue pelo sentimento de tranquilidade e segurança, com a ausência de conflitos sociais e divisões religiosas ou quaisquer indícios de criminalidade violenta, onde se pratica sobretudo um turismo responsável (Duarte et al., 2012; Costa, 2018).

RECURSOS

A interseção de um vasto património e legado cultural, com a enorme riqueza de recursos naturais, tornam a ilha do Príncipe num território ímpar, de importância paisagística inestimável. Florestas densas, solos ricos, água abundante e uma grande biodiversidade, formam variadíssimos ecossistemas por toda a ilha, destacando-se os de sul, incluídos no Parque Natural do Príncipe. As praias e áreas rochosas invadidas por florestas que tentam escapar para o mar, e a área marinha do Príncipe que alberga os diversos ilhéus, englobam uma grande diversidade de habitats naturais marítimos. A 12 de julho de 2012, a ilha do Príncipe, os ilhéus que a rodeiam, as ilhas Tinhosas e até uma vasta área marinha, foram designadas Reserva Mundial da Biosfera pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), de forma a proteger o seu património natural e cultural. Esta reserva, tendo sido a primeira no contexto africano reconhecida a nível global, incentiva o governo a prosseguir com ações de proteção, através de leis nacionais e regionais, que conciliam harmoniosamente a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável.

No mapa representado na figura 9 é possível observar as diferentes zonas abrangidas pela Reserva da Biosfera (Cassandra, 2011). Na Zona Núcleo, a caça, a pesca ou a captura de fauna são proibidas, e apenas é permitido um turismo de impacto reduzido. A Zona Tampão inclui uma área que rodeia o Parque Natural do Príncipe (PNP) e a Floresta de Azeitona, onde são promovidos o uso sustentável dos recursos naturais, o ecoturismo e ações de sensibilização, sendo que as Zonas Tampão marinhas que rodeiam as áreas costeiras do Sul e as ilhas Tinhosas estão reservadas para pesca artesanal sustentável e ecoturismo marinho. Nas Zonas de Transição são permitidas diversas atividades económicas, tais como a pesca artesanal, comercial e desportiva, a observação de baleias, a agricultura e criação de animais e serviços urbanos, particularmente nas proximidades de Santo António.

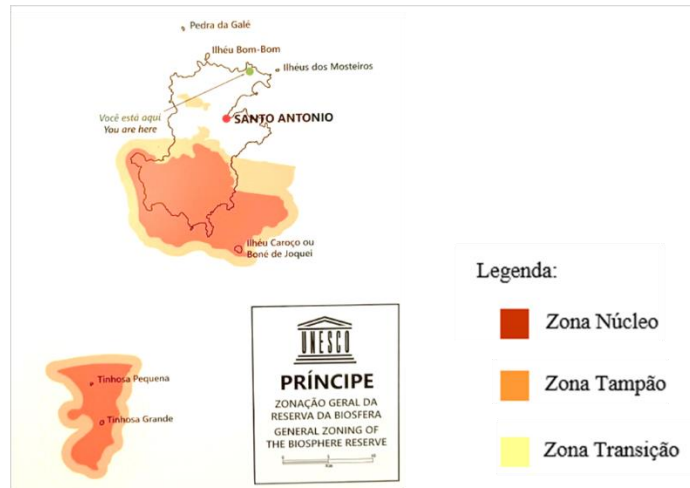


Figura 9. Zonação Geral da Reserva da Biosfera (Cassandra, 2011)

Antes de os recursos naturais constituírem valor de atração para visitar a ilha, eram utilizados desde o início da ocupação das ilhas como fonte de recursos para outras atividades, nomeadamente para a agricultura de subsistência, a pesca e ainda outras atividades humanas, sendo de considerável importância a nível interno. Por exemplo, o conhecimento empírico acerca da flora local e das suas diferentes aplicações podem ser identificados tanto na culinária, como na vida quotidiana e na medicina tradicional. A figura 10 mostra a importância das atividades de uso dos recursos florestais extraídos na ilha do Príncipe pela comunidade.

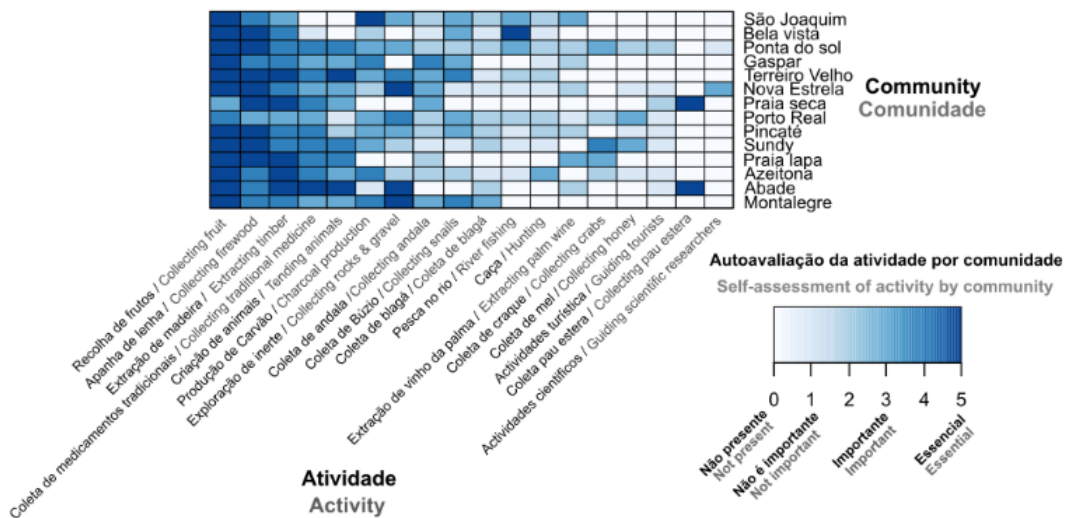


Figura 10. Importância das atividades de uso dos recursos florestais (Fundação Príncipe, 2019:22)

A gradação de cor representa o nível de importância da atividade, atribuído pela comunidade, sendo identificadas com tons mais escuros as mais valorizadas. Salvo exceções, as atividades estão ordenadas pela pontuação atribuída, com maior valor à esquerda no gráfico.

A ilha possui uma vasta diversidade biológica, existindo inúmeras espécies endémicas, quer a nível de flora, quer a nível de fauna. Para uma ilha de reduzidas dimensões, o Príncipe possui uma extraordinária riqueza biológica, tendo já sido identificadas 40 espécies endémicas nesta ilha.

No sentido de atenuar os impactos resultantes da ação humana sobre os recursos naturais e manter o equilíbrio entre a conservação e o desenvolvimento entre o homem e a natureza, foi aprovada legislação, como a Lei 7/2006 de criação do Parque Natural do Príncipe (PNP), representado na figura 11. O objetivo consiste em assegurar a preservação, conservação e defesa dos ecossistemas da floresta e da biodiversidade neles existentes, promovendo também a reflorestação, a utilização sustentável dos recursos naturais, o desenvolvimento de estudos científicos e uma melhor gestão e monitorização do espaço (Lei n.º 07/2006, de 13 de junho).

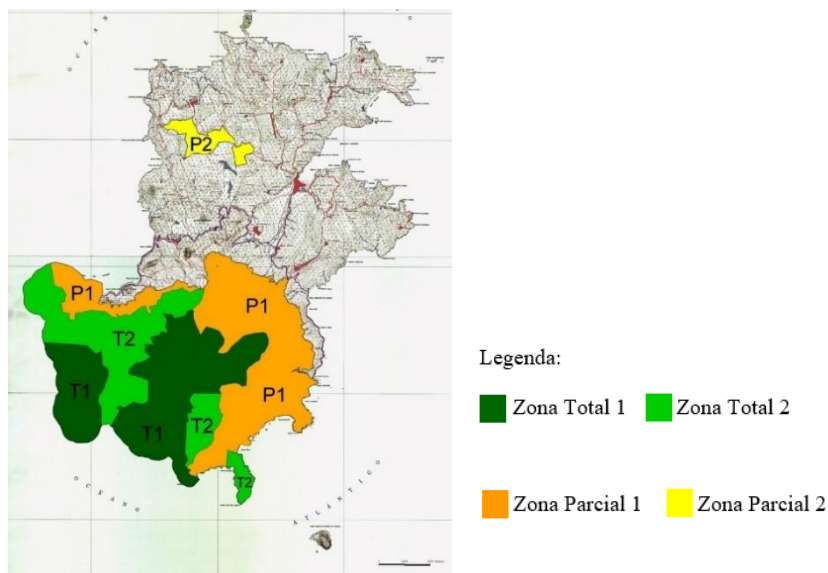


Figura 11. Zonas de Proteção do PNP (Soares, s.d.)

Segundo a Fundação Príncipe (2019), o PNP abrange 54% do território e engloba um setor norte (P2) de floresta secundária madura na zona de Azeitona (~226 ha), uma zona tampão de florestas secundárias e plantações de sombra (~1157ha) à volta dos limites do parque, e um setor sul (P1+T2+T1) de florestas secundárias nativas e de maturação (~6903). O zoneamento do PNP, segundo Albuquerque & Cesarini (2009), distingue-se em quatro categorias. Na zona T1 destinada a preservação integral, apenas são permitidas atividades de pesquisa científica e monitorização de ecossistemas. Na zona T2 são permitidos estudos biológicos/ecológicos intensivos, turismo controlado (mediante acompanhamento de guia do parque, restrições de rotas, número de pessoas, época do ano) e é permitida a construção de pequenas infraestruturas não permanentes de apoio à visita. Na zona P1 é permitida a extração de espécies medicinais, excursões de turismo ambiental (com guias credenciados ou autorizados pelo parque) e a

construção de pequenas infraestruturas para apoiar visitantes. Na zona P2 é permitida a construção de pequenas infraestruturas para apoiar a visita ou outras atividades, como a recuperação do património cultural (roças por exemplo), atividades agrícolas, silvicultura e pecuária, conforme aprovação pelo conselho de Administração do Parque e outras atividades tradicionais locais.

No entanto, ainda existem recursos naturais que carecem de proteção legislativa e, em relação à legislação em vigor, existem limitações e ineficiências. Acrescem ainda algumas limitações na gestão do território, especialmente devido à reduzida capacidade de fiscalização, disponibilidade de recursos humanos com capacidades técnicas adequadas, escassez de recursos financeiros e mesmo por o meio e o seu património não serem ainda devidamente conhecidos (Duarte et. al., 2012).

Comparativamente com a ilha de São Tomé, a ilha do Príncipe apresenta os seus recursos mais concentrados e detém cerca de 22% de recursos históricos e culturais ao serviço do turismo. No que diz respeito a recursos naturais (praias, baías, cascatas, lagoas, jardins, rios e ribeiras), a ilha do Príncipe detém cerca de 29% dos recursos do arquipélago (Costa, 2018)

Podemos considerar como principal recurso turístico da ilha do Príncipe o seu território como um todo, que se distingue dos restantes pela sua envolvente paisagística, pelas vivências comunitárias e históricas, pelo perfil da sua comunidade, e pelas relações que são vividas entre elas (Duarte et al., 2012). A enumeração dos recursos será desenvolvida no ponto 4.3 desta investigação, mas é importante evidenciar algumas das suas possíveis limitações. Apesar de estes recursos suscitarem atração por parte de quem os visita, a sua utilização no desenvolvimento de produtos turísticos é ainda limitada, dada a eventual falta de condições de visita (estruturas de apoio, casas de banho, postos de informação turística, serviços de limpeza e manutenção), e pela baixa capacidade de criação de produto por parte de micro ou pequenas empresas, que têm dificuldades em obter os recursos necessários para o desenvolvimento de pacotes turísticos para oferecer (Costa, 2018).

POSICIONAMENTO E PRODUTOS

Segundo o Plano Estratégico e de Marketing para o turismo de STP (Costa, 2018), a ilha do Príncipe tenta afirmar-se no mercado como um destino que oferece experiências e atividades de natureza e mar, em clima equatorial, proporcionando atividades ao ar livre o ano inteiro. Dirigido a um mercado médio alto para viajantes experientes, que colocam nas suas preferências viagens responsáveis que aliam natureza, mar e cultura, procura focar-se nos segmentos de mercado: solteiros, casais jovens, famílias com filhos menores ou ainda dependentes, casais sem filhos dependentes ou reformados, adeptos do desporto e atividades ao ar livre.

Fazendo-se notar pela sua exclusividade e singularidade, oferece fatores de diferenciação, tais como a natureza, o clima, o mar, a história, a cultura, a tradição, a segurança e a hospitalidade (Costa, 2018). Tentando diferenciar-se da concorrência sob os pressupostos de se desenvolverem como o destino mais preservado da África Equatorial, possui uma natureza exuberante e protegida, com praias paradisíacas de águas quentes, história e cultura ligadas ao cacau e café, hospitalidade genuína, e um dos aspetos mais valorizados para um destino do continente africano, a segurança e tranquilidade características de muito territórios insulares.

Este plano define uma estratégia para o desenvolvimento do turismo no Príncipe, tendo por base as especificidades da ilha, considerando a diversidade dos seus recursos naturais (incluindo a situação especial da reserva da biosfera), culturais e históricos, e os atuais produtos e recursos a nível das empresas ligadas diretamente e indiretamente ao turismo. A análise de todas estas variáveis e a sua interligação permitiu definir o posicionamento estratégico para os principais produtos turísticos a desenvolver na região (Quadro 8).

Quadro 8 | Posicionamento estratégico por produtos (adaptado de Costa, 2018)

Produto/Atrativo	Turismo Sol e Mar	Turismo de Natureza			Cultura e Património	Turismo Náutico	
		Especialista	Soft	Ativo		Ativo	Soft
	◦Praias	◦Birdwatching ◦Turismo Científico	◦Visita à Reserva da Biosfera ◦Visita às Reservas Naturais ◦Áreas Protegidas ◦Passeios Equestres	◦JeepTours ◦BTT ◦Orientação ◦Pedestrianismo ◦Trail Running ◦Trekking	◦Roças ◦Festas e Tradições ◦Gastronomia	◦Iatismo ◦Mergulho ◦Surf e bodyboard ◦Windsurf ◦Kayaking ◦Pesca Desportiva ◦StandUp Paddle ◦Vela	◦Passeios de Barco ◦Observação de Cetáceos ◦Cruzeiros

Legenda:

Atrativo primário (âncora para o desenvolvimento da ilha)

Atrativo secundário (existem empresas e infraestruturas/locais para a prática de atividades relacionadas)

Apesar de o destino tentar distanciar-se dos mercados massificados, o turismo de Sol e Mar constitui ainda o produto central, com os principais operadores internacionais a venderem o destino direcionado para esse produto, que constitui a principal motivação da procura atual pelo arquipélago, nomeadamente pelo mercado português (43% das chegadas internacionais) (Costa, 2018). No entanto, este produto não é massificado no destino e é possível posicionar o Príncipe como um destino multiproduto, devido às características do território e pela ação de alguns operadores de nicho, que dinamizam o turismo de natureza, náutico e cultural. Destaca-se o papel do grupo hoteleiro HBD, de posicionamento num patamar mais exclusivo, a nível do turismo de luxo, em sintonia com uma visão sustentável de valorização e conservação dos elementos ambientais, sociais e culturais. Segundo o Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo de

STP, o produto natureza é indissociável ao mar e praias, mas ainda assim, deve ser comunicado como o principal atrativo do destino, devido à natureza exuberante, com potencial para turismo ativo e ecoturismo. O turismo cultural é um produto complementar de grande relevância, uma vez que relaciona a natureza com as vivências histórico-culturais, distinguindo-se pelo passado colonial e pelas roças, que diferenciam a oferta. O turismo náutico é um produto secundário baseado na pesca desportiva, no mergulho e passeios de barco, com um enorme potencial de crescimento, devido à apetência de alguns dos mercados estratégicos do destino por este tipo de oferta.

A diversificação dos recursos, organização da oferta e a sua promoção, são essenciais ao posicionamento de qualquer destino turístico, mas também o são os fatores diferenciadores que permitem a distinção entre outros destinos concorrentes (Duarte et al., 2012). Assim, a RAP diferencia-se pelo que tem de qualitativo, de inovador e de disruptivo do sistema vigente, pretendendo ser vista como refere Mendes (2020:99):

uma ilha amiga do ambiente, onde a natureza e o homem caminham de mãos dadas, e onde todos fazem parte do processo de desenvolvimento, para um Príncipe cada vez mais sustentável, com melhor qualidade de vida, mais resiliente e, acima de tudo, mais inclusivo.

Assim, considerando os produtos turísticos assumidos como estratégicos, conclui-se que o destino Príncipe, de um modo transversal, encara o turismo responsável como sendo a principal proposta de desenvolvimento, aliando as vocações turísticas natureza, cultura, mar, ciência e bem estar para o alcançar (Figura 12) (Duarte et al., 2012).



Figura 12. Vocações geradoras de afinidade do Príncipe

Costa (2018) evidencia ainda a posição que deve ser tomada por STP, um destino *Discovery* que agrega vários produtos turísticos vocacionado para turistas experientes e que procuram novas e diferentes vivências, competindo assim através das suas características mais singulares e diferenciando-se de outros destinos típicos de sol e mar.

MERCADOS

Perfil do consumidor

Segundo a pesquisa realizada por Duarte et al. (2012), os turistas que visitam o Príncipe são de um modo geral indivíduos com níveis de escolaridade elevados e idades entre os 36 e 65 anos. Os santomenses que visitam o Príncipe são na sua maioria do sexo masculino, com uma estada média de 2 noites, enquanto os estrangeiros realizam em média estadas mais longas, entre 4 e 7 noites. Entre as atividades mais procuradas, destacam-se a realização de passeios e caminhadas, a pesca e a ida à praia, sendo os produtos turísticos mais significativos os associados à cultura, à natureza e à realização de circuitos (Duarte et al., 2012). Em resultado de entrevistas realizadas a turistas para aferir as suas principais motivações para visitarem a ilha do Príncipe, as mais comuns foram em 2012: praia; natureza; caminhadas; gastronomia; hospitalidade; atividades desportivas marítimas; história; descanso; e a experiência de uma “ilha tropical” (Duarte et al., 2012).

A nível nacional, é importante evidenciar que 34,2% das motivações são associadas a negócios e os restantes 65,8% a lazer, sendo que 9% das entradas de santomenses residentes no estrangeiro são de visita aos familiares.

Apesar de o Príncipe ser um destino procurado o ano inteiro, não existindo, portanto, uma evidente sazonalidade, os meses mais procurados são os de fevereiro e de julho a setembro, destacando-se agosto com uma grande afluência interna, por ser o mês da cultura, sendo os meses de menor procura maio, junho e novembro (Fernandes, 2014).

Mercados

Os portugueses têm vindo a representar o maior volume de visitantes em STP, constituindo-se como o mercado mais relevante do destino. Isto deve-se principalmente ao facto de ser o mercado melhor posicionado a nível europeu, em termos de acessibilidades ao destino, possuindo ligações aéreas diretas entre o país e o arquipélago. Adicionalmente, as proximidades culturais e linguísticas tornam o mercado português um mercado prioritário para o desenvolvimento turístico de STP (Costa, 2018).

Segundo dados fornecidos pela Direção Regional de Turismo e Comércio do Príncipe, os mercados alemão e italiano foram, a seguir ao português, os maiores emissores de turistas para o Príncipe, no ano de 2018. Em 2019, os visitantes foram na sua maioria de nacionalidade portuguesa, inglesa, alemã e norte americana. Ao longo desta investigação, os dados relativos à procura turística revelaram-se pouco coesos, com grande disparidade entre os dados obtidos pelo setor público e privado, tanto a nível de fluxos turísticos como de mercados emissores dos mesmos.

No plano estratégico para o turismo são definidos como mercados alvo para o Príncipe: Angola, Alemanha, Bélgica, Brasil, China, Espanha, EUA, França, Gabão, Gana, Guiné Equatorial, Holanda, Irlanda, Itália, Nigéria, Portugal, Reino Unido, Ruanda, Rússia e Suíça (Costa, 2018).

São Tomé, Gabão e Angola são os principais destinos concorrentes do Príncipe nesta sub-região do continente africano (Duarte et al., 2012). Numa análise realizada por Costa (2018), são identificados para STP os seguintes destinos concorrentes para o produto sol e mar: Cabo Verde, ilhas espanholas; México; Jamaica; República Dominicana; Cuba; Brasil; Maurícias; Maldivas; ilhas gregas; ilha de Porto Santo; Senegal; Marrocos; e Tunísia.

OFERTA

Alojamento

Segundo os dados obtidos diretamente pela Direção Regional de Turismo Comércio e Cultura da RAP existem, à data de 2021, 19 estabelecimentos turísticos registados (Quadro 9). Cinco são hotéis situados na região norte da ilha do Príncipe e os restantes estabelecimentos encontram-se na cidade de Santo António.

Quadro 9 | Listagem das entidades hoteleiras do Príncipe

Hotéis	Outras unidades de alojamento		
Bom Bom	Residencial Mira Rio	Haja Vida	Pensão Osório
Sundy Praia Lodge	Delmata D&D	Arca de Noé	Ana Cabral
Roça Belo Monte	Rito	Pensão Guigo	Roça Abade
Quinta Santa Rita	Residencial Príncipe	Príncipe Apresentação	Domus do Rio Papagaio
Roça Sundy	Residencial Palhota	Beira Mar	

Os preços de balcão praticados variam entre os 25 e 500 euros por noite por pessoa, dependendo do estabelecimento e da época, entre outros.

O grupo HBD é composto por três unidades hoteleiras: Bom Bom (temporariamente encerrado), Roça Sundy e Sundy Praia Lodge. Além da vertente de alojamento alinhada com o turismo responsável e exclusivo, este grupo tem ainda uma vertente ligada à agricultura.

Restauração

Segundo os dados da DGTH de 2017 existem, no Príncipe, 11 estabelecimentos de restauração. Desde então, a região sentiu um rápido crescimento do número de estabelecimentos, sendo que é na cidade que se encontra a maior concentração. No entanto, é possível encontrar em quase todas as comunidades, espalhadas pela região, unidades de restauração destacando-se as das unidades hoteleiras na região norte (Hotel Belo Monte, Roça Sundy e Praia Sundy).

As principais problemáticas deste segmento prendem-se com a qualidade, consistência da oferta e questões de higiene e segurança alimentar, caracterizando-se pela existência de um grande número de estabelecimentos informais em habitação doméstica.

Na cidade destacam-se os restaurantes: Armazém, Beira Mar, Cantinho do Barreto, Mira Rio, Rito Rito, Romar, Rosa Pão, Tia Zinha.

4.2.3 Oferta de animação turística

Segundo a Secretaria do Turismo e Comércio do Príncipe, em contacto direto, não existe nenhuma empresa de animação turística sediada na região do Príncipe, pelo que não é possível caracterizar a oferta formal de animação turística. É possível, no entanto, caracterizar a oferta de programas similares realizados através do tecido associativo, unidades hoteleiras, entidades públicas e pessoas que trabalham por conta própria informalmente.

A região possui potencialidades para o turismo de natureza, cultural e náutico, mas o turismo desportivo não é identificado como um produto estratégico. A população do Príncipe não tem hábitos desportivos. Para além do futebol, não são praticados quaisquer outros desportos recreativos, embora pratiquem a pesca artesanal, a pesca submarina e a caça para subsistência, e inevitavelmente o pedestrianismo. Existem seis trilhos recomendados da biosfera cuja manutenção é da responsabilidade do PNP, trilhos esses que foram criados em parceria entre o parque, a reserva da biosfera, a Fundação Príncipe, a HBD e o governo regional.

Os *tourings* pela ilha em carros todo-o-terreno e o pedestrianismo dominam a oferta de atividades, mas também é possível realizar mergulho (temporariamente indisponível), *birdwatching*, passeios de barco, pesca desportiva, visita às tartarugas, *snorkling*, ou participar no processo de valorização de resíduos numa associação que cria joias através de vidro. As unidades hoteleiras são os principais agentes de oferta do setor, mas a Associação de Guias da Ilha do Príncipe e alguns guias independentes dinamizam grande parte das atividades.

Em termos culturais, existem diversos programas e eventos de animação dinamizados por associações e pelo governo regional, que complementam a oferta turística. Destaca-se o Auto de

Floripes, que ocorre durante as festas de S. Lourenço no mês de agosto, originando nesse mês o maior fluxo de turistas no Príncipe. Estas festividades e atos culturais são dirigidos à população local, mas representam uma atração para os turistas, valorizando a sua estada.

No quadro 10 apresenta-se a oferta existente de atividades na natureza, promotoras de animação turística na ilha do Príncipe.

Quadro 10 | Oferta de atividades de animação turística

Modalidade	Recursos Naturais	Entidades
Touring	◦Praias, Miradouros, Comunidades, Personalidades e Gastronomia	3 Unidades Hoteleiras Associação dos Guias Guias Independentes
Pedestrianismo	◦6 Trilhos recomendados da biosfera ◦Rede de trilhos e caminhos de acesso aos locais ◦Antigos percursos coloniais ◦Pico Papagaio, Barragem e Cascata Maria Correia	HBD, Roça Belo Monte, Associação dos Guias, Guias Independentes
Birdwatching	◦37 espécies de aves residentes ◦32 terrestres e 5 marinhas ◦11 espécies endémicas STP ◦8 espécies endémicas Príncipe	Associação dos Guias, Fundação Príncipe, HBD, Makaira Lodge (encerrado temporariamente) e Roça Belo Monte
Mergulho Snorkling Pesca submarina	◦12 diving-spots levantados. ◦Condições do mar favoráveis à prática durante todo o ano. ◦Leque de dificuldade abrangente ◦Água cristalina e quente ◦268 espécies costeiras	Bom-bom Dive center (encerrado temporariamente), Roça Belo Monte, HBD.
Visita às tartarugas	◦Tartaruga Sada, Ambulância, Tatô e Mão Branca ◦Setembro a maio	Fundação Príncipe, HBD e Roça Belo Monte.
Passeio de barco	◦Baía das Agulhas, praias do norte, Boné de Jockey ou à volta da ilha.	HBD e Roça Belo Monte.
Pesca desportiva	◦Condições do mar favoráveis à prática durante todo o ano ◦Elevada concentração de peixe e diversidade de espécies	HBD e Roça Belo Monte.
Pesca artesanal	◦Condições do mar favoráveis à prática durante todo o ano ◦Elevada concentração de peixe e diversidade de espécies	Não há entidades a desenvolver a atividade na região.

A HBD disponibiliza diversas atividades de meio-dia incluídas no preço da estada (uma por dia), acompanhadas de guia do hotel ou realizadas de forma independente. Adicionalmente, vende atividades que requerem maior exigência física ou técnica, como a subida ao Pico Papagaio, a caminhada até à roça Infante ou até à cascata Maria Correia, a visita às tartarugas em parceria com a Fundação Príncipe, e o mergulho, que está temporariamente encerrado devido aos trabalhos de renovação do Hotel Bom Bom. As atividades sugeridas e disponibilizadas gratuitamente para os seus hóspedes são essencialmente percursos pedestres, como a caminhada à Ribeira Izé, a da Roça Sundry à praia Sundry e à praia Margarida, a caminhada à cascata Oquêpipi, uma pela cidade de Santo António e uma outra realizando a “Rota do Cacau”, experienciando o processo de transformação do cacau desde a plantação à produção de chocolate. Também disponibilizam dois passeios de barco com destino às praias do Nordeste ou à baía das agulhas, e ainda um passeio de carro para conhecer o Príncipe e algumas das suas personalidades.

O Hotel Belo Monte oferece atividades combinadas, juntando caminhadas e passeios todo-otieno, excursões culturais, visita às tartarugas, observação de baleias, pesca desportiva, passeios de barco e mergulho. Antigamente realizavam passeios de helicóptero pelo norte da ilha ou à volta da ilha.

Os guias têm diferentes especialidades, em função das áreas que conhecem melhor, sendo por isso requisitados consoante as preferências dos clientes, adequando o guia às exigências dos turistas. Para além dos locais, os guias podem especializar-se num produto, tal como a observação de aves, plantas ou tartarugas marinhas. É ainda possível fazer expedições ao parque natural e incluir a atividade de campismo, mas é importante preparar bem as excursões com as entidades recetoras.

A associação dos guias disponibiliza guias consoante as preferências dos turistas que procuram os seus serviços e, numa espécie de *tailor-made experience*, cada guia, de forma independente, produz um pacote do serviço e orçamento que oferece, e o turista escolhe o que mais lhe agrada. No entanto, a realização de qualquer trilho que entre na região do PNP tem preço tabelado e regras de capacidade e operação bem definidas.

A associação dos guias procura ter registados todos os guias habilitados a oferecerem atividades com turistas, garantido que estes tiveram a formação adequada. Atualmente conta com cerca de 17 membros ativos: uns trabalham para os hotéis e outros de forma independente. Destes guias, destaca-se Fernando Almeida, realizando aluguer de motas e veículos, passeios de barco, *tours* pela ilha, pesca desportiva, piqueniques na praia e observação de baleias.

Simultaneamente, fora do sistema, existem também guias informais – guias sem formação ou autorização para realizar atividades com turistas, que fazem um pouco de tudo; uma vez que têm

menos recursos, alugam o que for necessário para satisfazer as preferências dos clientes, praticando por vezes atividades fora das normas estabelecidas para a região. Eventualmente, sem a formação adequada, podem estar a prejudicar de forma inconsciente o destino, pondo em causa a qualidade da oferta e a imagem do destino, praticando atividades com preços e comportamentos fora das normas estabelecidas, de forma menos responsável.

4.3 INVENTÁRIO DE RECURSOS TURÍSTICOS ASSOCIADOS AO TURISMO ATIVO

O inventário dos potenciais recursos turísticos apresentado nesta investigação foi elaborado com base em fontes secundárias, consulta a especialistas e trabalho de campo. A complementaridade entre as diferentes fontes de informação foi crucial para se chegar a um inventário extenso e complementado com importante informação qualitativa. Elaborou-se uma base de dados em Excel, organizando os recursos segundo categorias, tipos e subtipos, adaptado da proposta apresentada por Silva, J. (2017: 201) (Quadro 11).

Quadro 11 | Organização do inventário: classificação por grupos

Categoria	Tipo	Cod.	Subtipo
Recursos Primários 1	Património natural 1.1	1.1.1	Lagos/Lagoas
		1.1.2	Rios/Ribeiras
		1.1.3	Quedas de água
		1.1.4	Penhascos/Ravinas
		1.1.5	Cabos/Penínsulas
		1.1.6	Grutas
		1.1.7	Praias oceânicas
		1.1.8	Praias Fluviais
		1.1.9	Parques Nacionais
		1.1.10	Baías
		1.1.11	Estuários
		1.1.12	Picos/Montanhas e vértices geodésicos
		1.1.13	Ilhéus
		1.1.14	Zonas Florestais
		1.1.15	Parques Naturais
		1.1.16	Reservas Naturais
		1.1.17	Áreas de Paisagem Protegida
		1.1.18	Monumentos Naturais
		1.1.19	Mangais
		1.1.20	Espaços Naturais de Recreio
Recursos Secundários 2	Património cultural 1.2	1.2.1	Monumental
		1.2.2	Artístico
		1.2.3	Etnográfico
	Atividades 1.3	1.3.1	Roteiros
		1.3.2	Animação turística
	Equipamentos 1.4	1.4.1	Culturais
		1.4.2	Desportivos
		1.4.3	Recreativos
		1.4.4	Negócios
	Eventos 1.5	1.5.1	Religiosos
		1.5.2	Culturais
		1.5.3	Animação
		1.5.4	Desportivos
		1.5.5	Negócios
		1.5.6	Mega eventos
	Atividades 2.1	2.1.1	Gastronomia e vinhos
		2.1.2	Circuitos turísticos
		2.1.3	Compras
		2.1.4	Confrarias
	Equipamentos 2.2	2.2.1	Animação e outros
2.2.2		Turismo	
2.2.3		Transportes	
2.2.4		Infraestruturas sociais	

Foram identificados e classificados 243 recursos turísticos primários e secundários, dos quais 198 são primários - recurso com capacidade de atração de visitantes (Quadro 12).

Quadro 12 | Listagem de recursos turísticos do Príncipe (243)

COD	Nome	COD	Nome	COD	Nome
1.1.1.1	Lagoa praia grande	1.1.10.2	Baía da Atalaia	1.3.1.4	TR4 - Ribeira Izé
1.1.1.2	Lagoa no Bom-Bom	1.1.10.3	Baía de Sto. António	1.3.1.5	TR5 - Ilhéu Bom Bom
1.1.2.1	Rio Chibala grande	1.1.10.4	Baía de Ponta Carocado - Iola	1.3.1.6	TR6 - Subaquático do Bom Bom
1.1.2.2	Rio Papagaio	1.1.10.5	Baía de Largo de Bom-Bom	1.3.1.7	TR7 - Oque Pipi
1.1.2.3	Rio Banzu	1.1.10.6	Baía da Praia Grande	1.3.1.8	Trilho Pico Príncipe
1.1.2.4	Rio de S. Tome	1.1.10.7	Baía das Mamas ao Ilhéu Portinho	1.3.1.9	TR9 - Praia Margarida
1.1.2.5	Rio da Maria Correia	1.1.13.1	Ilhéu Pedra da Galé	1.3.1.10	Trilho do Campo político
1.1.2.6	Rio Porco	1.1.13.2	Ilhéu Santana	1.3.1.11	Trilho da Nova Cuba
1.1.3.1	Cascata Oquêpipi	1.1.13.3	Ilhéu Bom-Bom	1.3.1.12	Trilho da Barragem
1.1.3.2	Cascata Maria Correia	1.1.13.4	Ilhéu dos Portinhos	1.3.1.13	Trilho São Joaquim a Maria Correia
1.1.3.3	Cascata Belo Monte	1.1.13.5	Ilhéu dos Mosteiros	1.3.2.1	DiveSite - Pedra de Gale
1.1.3.4	Cascata Pedra Furada	1.1.13.6	Ilhéu Carçoço	1.3.2.2	DiveSite - Bom Bom Airplanes
1.1.3.5	Cascata Germina António	1.1.13.7	Ilhas Tinhosas	1.3.2.3	DiveSite - Pedra Adalha
1.1.3.6	Cascata Monte Alegre #1	1.1.14.1	Floresta de Azeitona	1.3.2.4	DiveSite - Mosteiros West
1.1.3.7	Cascata Monte Alegre #2	1.1.14.2	Floresta de Campo Político	1.3.2.5	DiveSite - Mosteiros East
1.1.4.1	Cascata do Fundão	1.1.14.3	Floresta Secundária	1.3.2.6	DiveSite - Pedra Metade Dentro
1.1.4.2	Precipício Ponta Mesa	1.1.14.4	Floresta Secundária Madura	1.3.2.7	DiveSite - Pedra Metade Fora
1.1.4.3	João pai e dias	1.1.14.5	Floresta Primária	1.3.2.8	DiveSite - Boné de Jóquei NW
1.1.4.4	Pico papagaio	1.1.15.1	Parque Natural do Príncipe	1.3.2.9	DiveSite - Bonezinho S
1.1.4.5	Pico dois dedos	1.1.16.1	Reserva da Biosfera	1.3.2.10	DiveSite - Baía das Agulhas
1.1.4.6	Pico mesa	1.1.17.1	Zona Proteção Parcial 2 - Azeitona	1.3.2.11	DiveSite - Focinho de Cão
1.1.4.7	Precipício Belo Monte	1.1.17.2	Zona Tampão	1.3.2.12	DiveSite - Praia Banana
1.1.6.1	Gruta da Praia Porco	1.1.17.3	Zona Proteção Parcial 1	1.4.1.1	Centro cultural
1.1.6.2	Coberta Praia General Fonseca	1.1.17.4	Zona Proteção Total 2	1.4.3.1	Estádio 13 de junho
1.1.6.3	Coberta Praia das Lapas	1.1.17.5	Zona Proteção Total 1	1.4.3.2	Polo desportivo
1.1.7.1	Praia Margarida	1.1.17.6	Reserva das Ilhas tinhosas	1.4.3.3	Campo de ténis
1.1.7.2	Praia Candumbo	1.1.17.7	Boné de Jockey	1.5.1.1	Marcha de Sto. António
1.1.7.3	Praia Sundry	1.1.19.1	Mangal praia salgada	1.5.1.2	Vindismininos
1.1.7.4	Praia Mocotó	1.1.19.2	Mangal do Banzu	1.5.1.3	Vijamento
1.1.7.5	Praia Ribeira Izé	1.1.19.3	Mangal Praia Grande do Norte	1.5.3.1	Comemoração da descoberta do Príncipe
1.1.7.6	Praia Bom-Bom	1.1.20.1	Miradouro Belo Monte	1.5.3.2	Festas de São Lourenço
1.1.7.7	Praia Santa-Rita	1.1.20.2	Miradouro Terreiro Velho	1.5.3.3	Festas/Marchas de São António
1.1.7.8	Praia Seabra	1.1.20.3	Miradouro Santa Joaquina	1.5.3.4	Festas/Marchas de São João
1.1.7.9	Praia Lagaia	1.1.20.4	Miradouro Oquêdaniel	1.5.4.1	Evento do desporto
1.1.7.10	Praia Campanha	1.1.20.5	Miradouro Pincatê	1.5.4.2	Campeonato nacional de judo - Judo global
1.1.7.11	Praia Popa	1.1.20.6	Miradouro Pico papagaio	1.5.4.3	Eventos da escola de capoeira
1.1.7.12	Praia das Burras	1.1.20.7	Miradouro S. Joaquim	2.1.1.1	Azagoa
1.1.7.13	Praia Caju	1.1.20.8	Floresta do campo político	2.1.1.2	Molho do fogo
1.1.7.14	Praia Banana	1.1.20.9	Terreno da ATTRAP	2.1.1.3	Obôbo
1.1.7.15	Praia Preta	1.2.1.1	Forte Santana	2.1.1.4	Feijão de coco
1.1.7.16	Praia Macaco	1.2.1.2	Fortaleza Ponta Mina	2.1.1.5	Rancho

Quadro 12 | Listagem de recursos turísticos do Príncipe (243) – Continuação

COD	Nome	COD	Nome	COD	Nome
1.1.7.17	Praia Boi	1.2.1.3	Ruína Igreja Ribeira Izé	2.1.1.6	Feijão da terra
1.1.7.18	Praia da Uva	1.2.1.4	Palácio de concelho	2.1.1.7	Izaquente coco/açúcar ou azeite
1.1.7.19	Praia Grande do Norte	1.2.1.5	Residência do governo	2.1.1.8	Funje Manguita
1.1.7.20	Praia Inhame	1.2.1.6	Assembleia regional - Torre João Belo	2.1.3.1	Cooperativa de Valorização de Resíduos
1.1.7.21	Praia Son Calito	1.2.1.7	Padrão dos descobrimentos	2.1.3.2	Associação palaiês e pescadores de Abade
1.1.7.22	Praia S. João	1.2.1.8	Centro cultural	2.1.3.3	Associação de pescadores e palaiês
1.1.7.23	Praia Baixo S. João	1.2.1.9	Salão do Sporting	2.1.3.4	Associação facilita foraUmén
1.1.7.24	Praia Ponta Mina	1.2.1.10	Sede do PNP	2.1.3.5	Artesãs de CAIP
1.1.7.25	Praia de Évora	1.2.1.11	Igreja de N ^a Senhora do Rosário	2.1.3.6	Kuáie
1.1.7.26	Praia Baleia	1.2.1.12	Igreja de N ^a Senhora da Conceição	2.1.3.7	Copapibi
1.1.7.27	Praia Pequena	1.2.1.13	Roça Terreiro Velho (Claúdio Corallo)	2.1.3.8	Associação de agricultores do terreiro velho
1.1.7.28	Praia Salgada	1.2.1.14	Roça Paciência	2.1.3.9	Cooperativa de pimenta e baunilha
1.1.7.29	Praia Abade	1.2.1.15	Roça Sundry	2.1.3.10	Fabrica de chocolate na roça Sundry
1.1.7.30	Praia da Areia	1.2.1.16	Roça Infante D. Henrique	2.2.1.1	Mercado de Santo António
1.1.7.31	Praia Abelha	1.2.1.17	Roça São Joaquim	2.2.2.1	Hotel Roça Sundry
1.1.7.32	Praia Boi do Sul	1.2.1.18	Roça Maria correia	2.2.2.2	Hotel Sundry Praia
1.1.7.33	Praia Caludo	1.2.1.19	Roça Porto Real	2.2.2.3	Hotel Bom bom
1.1.7.34	Praia Cabinda	1.2.1.20	Antigo porto ribeira izé	2.2.2.4	Hotel Roça Belo Monte
1.1.7.35	Praia Grande do Sul	1.2.1.21	Antigo porto do cais general Fonseca	2.2.2.5	Hotel Santa Rita
1.1.7.36	Praia Seca	1.2.1.22	Ruínas do Antigo hospital porto real	2.2.2.6	Makaira Lodge
1.1.7.37	Praia Candeia	1.2.2.1	Esteiras feitas com folha de pau esteira	2.2.2.7	Mira Rio
1.1.7.38	Praia de S. Tomé	1.2.2.2	Cestarias - Cestos de izaquente.	2.2.2.8	Palhota
1.1.7.39	Praia Cará	1.2.2.3	Escultura e Utensílios	2.2.2.9	D & D
1.1.7.40	Praia Formiga	1.2.2.4	Dêxa	2.2.2.10	Residencial Apresentação - Rito
1.1.7.41	Praia Rei	1.2.2.5	Janbi	2.2.2.11	Residencial Príncipe - Hipólito
1.1.7.42	Praia Fortaleza	1.2.2.6	Bulauê	2.2.2.12	Príncipe Apresentação
1.1.7.43	Praia Lembalemba	1.2.2.7	Tchabeta	2.2.2.13	Haja Vida
1.1.7.44	Praia da Lapa	1.2.2.8	Baio Nunchá	2.2.2.14	Beira Mar
1.1.7.45	Praia Caixão	1.2.2.9	Museu de história natural belo monte.	2.2.2.15	Arca de Noé
1.1.7.46	Prainha	1.2.2.10	Museu da tartaruga	2.2.2.16	Pensão Guigo - sol silvestre
1.1.7.47	Praia Iola	1.2.3.1	Auto de Floripes	2.2.2.17	Pensão Osório
1.1.7.48	Praia Estufa	1.2.3.2	Lunguíé	2.2.2.18	Domus de rio papagaio
1.1.7.49	Praia General Fonseca,	1.2.3.3	Medicina	2.2.2.19	Ana Cabral
1.1.8.1	Barragem Rio Papagaio	1.2.3.4	Puíta	2.2.2.20	Roça Abade
1.1.8.2	Fundo Azul	1.2.3.5	Vinde Menino	2.2.2.21	Sede Parque Natural do Príncipe
1.1.8.3	Fundo Baleia	1.2.3.6	Vijamento	2.2.2.22	Sede Reserva da Biosfera
1.1.8.4	Rio S. Tomé	1.2.3.7	Festa de Picão	2.2.3.1	Porto do Príncipe
1.1.8.5	Rio Porco	1.3.1.1	TR1 - Santa Joaquina	2.2.3.2	Aeroporto
1.1.8.6	Fundo Bela vista	1.3.1.2	TR2 - Pico Papagaio	2.2.3.3	Pontão do Bom-Bom
1.1.10.1	Baia das agulhas	1.3.1.3	TR3 - Terreiro Velho - Roça Infante	2.2.3.4	Pontão Sundry

Segundo Costa (2018), a ilha do Príncipe detém 28,4% dos recursos naturais do arquipélago, demonstrando uma elevada concentração de recursos naturais apenas numa região de pequena dimensão. No entanto, esses recursos estão dispersos pela ilha entre as diferentes comunidades locais e no PNP. Tendo esta investigação como pilar o turismo ativo, procurou-se enfatizar os recursos naturais na inventariação dos recursos turísticos do Príncipe. Com o auxílio da técnica do PNP e da ex-diretora da Direção do Ambiente Maria José Prazeres, foi possível fazer uma análise de maior profundidade dos recursos naturais e respetiva avaliação. Como resultado, foi elaborada a Matriz de avaliação dos recursos naturais disponível no apêndice I.

Maria José reconhece a riqueza dos recursos naturais que o Príncipe possui, entre praias, baías, cascatas, altos e mangais, não faltam locais com potencial turístico. No entanto, esta técnica frisa que a prioridade da ação sobre os recursos deve ser centrada na sua proteção e conservação, sendo em vários casos mais adequado deixar como está sem interferência humana, especialmente dentro do PNP, razão pela qual a região do Parque, como um todo, é o único recurso avaliado com pouca possibilidade de desenvolvimento, na opinião de Maria José. Além dos recursos naturais que se encontram no PNP, existem diversos recursos importantes que podem ser adaptados e melhorados para serem utilizados com fins turísticos, destacando as praias Banana, Évora, Ribeira Izé e Margarida, os miradouros do Terreiro Velho e Oquêdaniel, ou o mangal da Praia Salgada (recursos básicos segundo a avaliação da Matriz de Recursos Naturais). A cascata Oquêpipi é uma exceção à regra, uma vez que é um recurso que se localiza dentro das limitações do PNP na zona de proteção parcial 1. É atualmente um dos recursos turísticos mais procurados da ilha do Príncipe, estando, portanto, na lista de recursos básicos com elevado potencial de desenvolvimento. Este recurso é muito valorizado pelos locais e turistas por ter um acesso fácil, através de uma curta caminhada (TR7), por ser um dos poucos locais na ilha preparado para receber visitantes, e pela sua singularidade e beleza natural. No entanto, este não é o único local onde é possível refrescar-se do calor tropical constante do Príncipe, existem vários outros pontos que fogem dos mapas turísticos, a maioria são rios e ribeiras utilizados pelos locais para a lavagem de roupa e higiene pessoal, também inventariados com Cod. 1.1.8.X. Existem ainda outras quedas de água com elevada propensão turística (Cod. 1.1.3.X).

Considera-se importante associar uma ficha de recurso ao inventário, com informação sistematizada e apresentação das principais variáveis associadas aos recursos. Essas fichas devem seguir um modelo adaptado para cada tipo e género de recurso. No quadro 13 apresenta-se um exemplo tipo adaptado ao recurso natural “Quedas de água”, como referência.

Quadro 13 | Caracterização do inventário – Quedas de água

COD	1.1.3.1	1.1.3.2
Nome	Oquêpipi	Maria Correia
Fotografia		
Local	P1 PNP - 1°35'51.71"N, 7°24'49.81"E	Maria Correia - 1°35'54.21"N, 7°21'12.70"E
Descrição	Cascata com cerca de 30 metros. Lagoa no fundo permite banhos.	Cascata de pequenas dimensões com lagoa de água cristalina.
Características especiais	Rio que abastece as comunidades do Terreiro Velho, Nova Estrela e Santo Cristo.	Recurso utilizado pela HBD.
Acessibilidades	TR7 - Fácil; 2,30km; 45min; 284m altitude percorrida.	Percurso feito através da comunidade de São Joaquim.
Estado atual	Bom	Bom
Tipo de Visitante	Estrangeiro	Estrangeiro
Proprietário /responsável	Público	Público
COD	1.1.3.3	1.1.3.4
Nome	Belo Monte	Pedra Furada
Fotografia		
Local	Belo Monte - 1°40'42.80"N, 7°26'44.45"E	Oquêdaniel - 1°39'17.58"N, 7°22'9.14"E
Descrição	Cascata de pequena dimensão, mas com uma morfologia de elevada beleza.	Cascata deitada de pequena dimensão que desagua na costa, pequenas dimensões.
Características Especiais	Apresenta vestígios de construção na lagoa.	Reduzido caudal. Elevada beleza paisagística.
Acessibilidades	Acesso fácil através de desvio no acesso à península das praias de Nordeste.	Trilho em boas condições utilizado por pescadores. Acesso através de Oquêdaniel.
Estado Atual	Mau	Bom
Tipo de Visitante	Nenhum	Local
Proprietário /Responsável	Público	Público




Quadro 13 | Caracterização do inventário – Quedas de água – Continuação

COD	1.1.3.5	1.1.3.6
Nome	Germina António - Oquêlolo	Monte Alegre #1
Fotografia		
Local	Monte Alegre - 1°38'0.25"N, 7°22'46.55"E	Monte Alegre - 1°38'8.77"N, 7°22'45.41"E
Descrição	Cascata com cerca de 50 metros de elevada beleza com poço no final. Grande caudal durante todo o ano.	Cascata de grandes dimensões que perfura a própria pedra criando um túnel até ao solo.
Características Especiais	Quase desconhecida pela população local.	É possível aceder a meio da cascata para observar o túnel, piso muito escorregadio.
Acessibilidades	O acesso pode ser feito a montante por S. Joaquim ou a jusante por Monte Alegre. Trilho fechado de difícil acesso.	Acesso é possível, mas não existe trilho. por montante ou jusante através de Monte Alegre.
Estado Atual	Péssimo	Mau
Tipo de Visitante	Nenhum	Nenhum
Proprietário /Responsável	Público	Público
COD	1.1.3.7	1.1.3.8
Nome	Monte Alegre #2	Cascata do Fundão
Fotografia		
Local	Monte Alegre	P1 PNP
Descrição	Cascata de grandes dimensões, mas com pouco caudal	Cascata de grandes dimensões, cerca de 40 metros com várias lagoas.
Características Especiais	Não foi possível observar a totalidade da cascata, apenas visível de cima.	Não é possível observar toda a cascata porque faz uma curva no fundo. Cascata desconhecida.
Acessibilidades	Acesso desconhecido, mas possível através de Monte Alegre. 1°38'10.89"N, 7°22'44.65"E	Acesso longo e muito difícil através do percurso para o pico Príncipe. Cerca de 2h30. Trilho não utilizado. 1°36'4.11"N, 7°22'57.04"E
Estado Atual	N.D.	Péssimo
Tipo de Visitante	Nenhum	Nenhum
Proprietário /Responsável	Público	Público

As quedas de água são um bom exemplo dos recursos naturais com potencial turístico, mas atualmente apenas a cascata Oquêpipi é promovida e tem condições de visitação, o que tem levado ao aumento da pressão sobre um só local e põe em causa a sua sustentabilidade.

O inventário inclui a avalia o dos recursos, recorrendo a especialistas, que no caso da Cascata Oquêpipi foi efetuada pela técnica do PNP Maria José Prazeres, disponível na Ficha de Recurso Cod. 1.1.3.1 (Quadro 14). Maria José classifica a cascata Oquêpipi como sendo um recurso permanentemente utilizado e de elevada importância para o mercado internacional. Também os locais utilizam o recurso de forma frequente. Segundo a hierarquia e classifica o da OEA (1990), este recurso   um Sítio Natural de nível quatro na escala de interesse turístico: atrativo excecional capaz de motivar uma corrente (atual ou potencial) de visitantes nacionais ou estrangeiros, seja por si só ou em conjunto com outros locais atrativos.

Quadro 14 | Ficha de Recurso Cod.1.1.3.1

Ficha de Recurso		COD	1.1.3.1	Avalia�o	
Nome	Cascata Oquêpipi	Nome Comum	n.d.		Classifica�o
Categoria	Primário	Local	P1 PNP		Sítios Naturais
Tipo	Patrim�nio Natural	Sub-Tipo	Quedas de �gua		Hierarquia
Latitude	1�35'51.71"N	Longitude	7�24'49.81"E		4
Atividades	Pedestrianismo	Birdwatching			Pedestrianismo
Descri�o	Cascata com cerca de 30 metros. Lagoa no fundo permite banhos.				Possibilidade de desenvolvimento
Especificidades	Rio abastece as comunidades do Terreiro Velho, Nova Estrela e Santo Cristo.				4
Acessibilidades	TR7 - Fácil; 2,30km; 45min; 284m altitude percorrida.				Importancia Local
Estado Atual	Bom				3
Tipo de Visitante	Estrangeiro	Proprietário / Responsável	PNP		Importancia Regional
					2
					Importancia Nacional
					2
					Importancia Internacional
					4

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

5.1 OBSERVAÇÃO DIRETA

5.1.1 Enquadramento

Este capítulo tem como objetivo cruzar a informação obtida através do trabalho de campo e as avaliações realizadas pelos especialistas, de modo a melhor compreender as potencialidades do território para desenvolver atividades de animação turística associadas ao turismo ativo, e assim contribuir para a afirmação da ilha do Príncipe como um destino inovador e sustentável. São aqui analisados os contornos de cada produto/atividade e respetivas condições que possibilitam a sua prática e potencial desenvolvimento. Para cada produto é caracterizada a atividade ou atividades associadas, levantada a oferta atual e as respetivas entidades envolvidas e identificada a forma como oferecem o produto para fins de animação turística. São ainda identificados os recursos e equipamentos que possibilitam a sua prática, bem como os recursos humanos com capacidade para o seu desenvolvimento. Por fim, é analisada a avaliação dos recursos que compõem cada produto em análise, mas apenas para aqueles em que foi possível encontrar um especialista para assegurar essa tarefa (Quadro 15).

Quadro 15 | Especialistas para avaliação de produtos turísticos

Entidade	Cargo	Especialista	Produto
HBD	Diretor de atividades	André Rosa	Pedestrianismo
Belo Monte	Diretor do hotel	Miles Oats	Mergulho
Associação de Guias do Príncipe	Presidente	Yodiney dos Santos	<i>Birdwatching</i>
Direção das Pescas	Técnico	Damião Matos	Pesca artesanal
PNP	Assistente técnica	Maria José Prazeres	Recursos naturais
Centro Cultural e Arquivo Histórico	Chefe do departamento	Filomena Pina	Recursos culturais

A subexploração do segmento da animação turística na ilha do Príncipe é evidente, a riqueza de recursos turísticos disponibiliza ao setor um vasto leque de opções. Existindo recursos e uma atividade ainda muito embrionária, o destino tem a possibilidade de escolher um modelo de desenvolvimento dos seus produtos turísticos, enquadrado na visão estratégica definida para o destino, nomeadamente direcionar-se para a oferta de atividades de gama alta com grande enfoque na sustentabilidade ambiental e com importantes impactos positivos para a comunidade local. Assim, prioriza o desenvolvimento dos produtos tendo em conta o posicionamento do destino, direcionando-se para um mercado que valoriza a qualidade e sustentabilidade da oferta, sustentada nos recursos disponíveis e tendo em conta as limitações estruturais que condicionam a capacidade de realizar determinadas atividades. São várias as limitações, destacando-se o nível de qualificação de recursos humanos, das infraestruturas e equipamentos, a nível das acessibilidades e da

capacidade do sistema de saúde e socorro. Assim, é essencial hierarquizar os produtos turísticos a desenvolver, procurar maximizar os benefícios e minimizar os impactos negativos potencialmente causados pela operacionalização dos mesmos. Esta análise só é possível uma vez compreendidos todos estes fatores e os contornos das diferentes atividades de animação turística. Assim, para a análise das respetivas potencialidades, foram identificadas como atividades de animação turística associadas ao turismo ativo os nove produtos indicados no quadro 16.

Quadro 16 | Principais atividades de animação e desporto na natureza no Príncipe

Atividades terrestres: <ul style="list-style-type: none"> • Pedestrianismo • Passeios todo-o-terreno 	Atividades marítimas: <ul style="list-style-type: none"> • Passeios de barco a motor • Pesca artesanal • Mergulho
Atividades de interpretação ambiental: <ul style="list-style-type: none"> • Observação de tartarugas • <i>Birdwatching</i> • Atividades interpretativas 	Atividades de interpretação cultural e histórica: <ul style="list-style-type: none"> • Manifestações culturais e artísticas

5.1.2 Atividades terrestres

PEDESTRIANISMO

O pedestrianismo ou caminhada consiste na atividade de percorrer percursos a pé, sinalizados ou não, geralmente na natureza e em caminhos tradicionais, mas também em meios urbanos. Ligada às áreas do desporto, do turismo e do ambiente, a prática de pedestrianismo, cada vez mais popular nas sociedades desenvolvidas, não envolve grandes dificuldades técnicas, sendo de uma maneira geral, uma atividade relaxante e agradável que pode ser praticada por grupos de todas as idades, entre família ou amigos (Tovar, 2010). Como forma de descoberta, o ato de caminhar, além de uma forma de deslocação que nos leva a locais e experiências únicas, é a melhor forma de aprender a conhecer a natureza, a cultura e a população de um determinado local (Tovar, 2010). A sensação de caminhar na ilha do Príncipe é distinta da de São Tomé, existe a sensação de estar a visitar um local esquecido pelo Homem, com uma vegetação mais densa, mais verde, mais intocada; o ambiente sonoro também é distinto, dominado pelos gritos roucos do Estorninho e do Papagaio Cinzento.

No Príncipe existem 9 trilhos recomendados da biosfera (TR) e muitos outros trilhos utilizados pelos locais ao longo de toda a ilha (Figura 13).



Figura 13. Mapa de trilhos recomendados e outros percursos pedestres (Cartografia base Google Earth)

O PNP é o responsável pelos trilhos recomendados, pelas guaritas, pelas autorizações de acesso ao parque, e fiscalização e manutenção dos seus espaços de utilização pública. Nem todos os trilhos recomendados se encontram dentro da área do parque natural e atualmente não são todos utilizados; alguns não possuem mesmo condições que permitam a sua visita. Face ao vigor e constante crescimento da vegetação, no Príncipe, a manutenção dos trilhos e equipamentos não é fácil, obrigando assim a cuidados permanentes de manutenção e limpeza.

Os trilhos apresentam diversos níveis de dificuldade, dependendo da sua extensão, desnível, tipo e condições do terreno, condições meteorológicas, facilidade de navegação, entre outros. Muitos dos trilhos recomendados apresentam um piso rochoso irregular, que dificulta bastante a caminhada, principalmente quando molhado. A abundante vegetação rasteira também limita a progressão, sendo frequente necessário levar como equipamento de caminhada um machim para a limpeza da vegetação. Além deste equipamento, geralmente levado pelo guia, é essencial o uso de calçado adequado e de calças para evitar picadas de mosquitos.

Além dos trilhos recomendados da biosfera, André Rosa, responsável pelas experiências do grupo HBD (*Here Be Dragons*), identifica como recursos de atração o caminho de Bela Vista à antiga barragem do rio Papagaio, onde é possível mergulhar, e o trilho que vai desde S. Joaquim até à cascata da Maria Correia, utilizado pela HBD numa das suas experiências. Segundo André, o TR1 que vai dar ao miradouro de Santa Joaquina é muito pouco utilizado, precisando de ser aberto e sinalizado. O TR2 que sobe ao pico Papagaio é também pouco utilizado, mas é um pico emblemático da ilha, visível da cidade, com uma altura de 680 metros e consiste numa formação

rochosa de origem vulcânica. O TR3 que entra no Parque Natural do Príncipe, passando pelo Terreiro Velho e tendo como destino a Roça Infante, é igualmente muito pouco utilizado, mas é interessante por percorrer um antigo percurso colonial e terminar numa antiga grande empresa agrícola, ou o que resta das suas edificações. O TR4 é identificado por André como um recurso com elevado potencial, devido à envolvimento histórica do local. É uma zona acessível, geralmente utilizado por hóspedes do hotel Sundy Praia que vão para a Ribeira Izé e regressam. O TR5 circula o Ilhéu Bom Bom e não é utilizado desde que fecharam o hotel Bom Bom, uma vez que ninguém pode passar a ponte pedonal de acesso ao ilhéu. O TR6, segundo André, é o trilho subaquático do Bom Bom, um percurso de *snorkling*, pelo que não foi considerado neste levantamento. O TR7 é o trilho mais utilizado pelos turistas para visitar a cascata Oquêpipi; é o trilho com melhor manutenção, estando bem sinalizado e tendo algum equipamento de auxílio à progressão. Existe também o trilho do pico Príncipe que não é um trilho recomendado por estar dentro do PNP na zona de proteção total 1. Segundo André, este trilho não deveria existir, não se deveria praticar turismo nesta zona núcleo do parque por não se entenderem totalmente os impactos da atividade humana nestas zonas pouco estudadas. André alega que os trilhos apenas podem ser feitos na zona tampão do parque; nos casos em que existem trilhos nessas zonas de maior proteção, não serão para fins turísticos, apenas para fins de monitorização, controlo e investigação. O TR9 é usado pelos clientes dos hotéis Roça Sundy e Praia Sundy com alguma frequência, para visitar a praia Margarida, uma das praias mais belas e agradáveis da ilha.

Da avaliação e análise de André Rosa aos percursos pedestres do Príncipe conclui-se que, apesar de não existirem recursos que se classificam como recurso básico (média igual ou superior a 3), existem vários recursos com alguma possibilidade de desenvolvimento. Na maioria dos Trilhos Recomendados da Biosfera é necessário um investimento na capacitação do trilho para melhorar as condições de visita, sinalização, limpeza, condições de segurança, manutenção, etc. Contudo, André evidencia ainda o potencial turístico dos trilhos da cascata Maria Correia e do trilho para a barragem do rio Papagaio.

Segundo este responsável pelas experiências do grupo HBD, são cinco as entidades que utilizam e exploram os percursos pedestres na ilha, nomeadamente a HBD, o hotel Belo Monte, a Fundação Príncipe, a Associação dos Guias e o PNP, albergando assim um total de 28 pessoas capacitadas e formadas na região para apoiar a sua oferta.

PASSEIOS TODO-O-TERRENO

Inevitavelmente, quem quiser explorar a ilha do Príncipe vê-se obrigado a utilizar um veículo todo-o-terreno, uma vez que fora da cidade todos os acessos, com exceção do caminho para o hotel Bom Bom, são de terra batida, muitas vezes com a falta de manutenção e com más condições das vias, estradas acidentadas com declives acentuados, buracos e frequentemente enlameadas. A

maior parte dos veículos existentes no Príncipe, e principalmente os utilizados para fins turísticos, são veículos todo-o-terreno.

A ilha pode ser pequena, mas as atrações estão dispersas, torna-se difícil e demorado explorar a ilha sem um meio de transporte motorizado. Contudo, para os mais desportistas e aventureiros, a exploração a pé e de BTT são alternativas. Como a maioria dos visitantes está pouco tempo na ilha, estes optam por alugar um veículo todo-o-terreno ou adquirir um serviço de guia que inclua o veículo. Embora não exista nenhuma empresa registada como *Rent-a-car*, existem alguns locais a alugar informalmente as suas próprias viaturas. O preço de um veículo 4x4 ronda em média os 60 euros por dia. Por sua vez, ainda não existe nenhuma oferta de aluguer de bicicletas. Existe ainda a opção de deslocação em moto, recorrendo ao serviço de motoqueiros, mas são poucos os visitantes que optam por esse meio.

Assim, como as condições da rede rodoviária obrigam a que as deslocações internas sejam realizadas em todo-o-terreno, o investigador conclui que não existe interesse em explorar puramente a vertente todo-o-terreno, uma vez que esta é uma experiência inevitável, que pode ou não valorizar o *touring*, que é realizado na ilha consoante as preferências dos turistas. O *touring* é a atividade turística mais vendida e praticada na ilha, explorada por hotéis, ou por pessoas por conta própria. Os grupos são acompanhados por um guia e deslocam-se em carros ou carrinhas 4x4, visitando as principais atrações e algumas personalidades. É comum incluírem uma experiência gastronómica local, num restaurante ou em piquenique. Ao contrário de São Tomé, não existem serviços de táxis partilhados para as diferentes comunidades da região, apenas serviços individuais de motoqueiros. Os principais veículos motorizados utilizados são as carrinhas fechadas, carrinhas de caixa aberta com bancos e coberturas exteriores, e motas. Os condutores das motas necessitam de ter elevada experiência de condução em todo-o-terreno para conseguirem ultrapassar os obstáculos e estradas com condições muito precárias. A mota é especialmente perigosa em dias de chuva devido ao piso irregular, molhado e enlameado. Ao risco de acidente acresce o facto de a ilha possuir um frágil sistema de saúde e de socorro.

Também na modalidade BTT existe um elevado risco de acidente, pelo que o recurso aos serviços das empresas e guias locais é o mais recomendável.

A disponibilidade incerta de combustível na região é um problema grave com que os habitantes se deparam, com fortes impactos negativos na economia local e que afeta também a oferta turística. Infelizmente é comum ocorrerem longos períodos sem fornecimento de combustível, levando à expansão de um mercado de venda informal a preços inflacionados.

5.1.3 Análise atividades marítimas

PASSEIOS DE BARCO A MOTOR

O passeio de barco a motor é uma das atividades turística mais populares do Príncipe. Navegar ao longo da costa luxuriante, num mar de águas azuis e calmas, é uma experiência que nenhum visitante quer perder. Nas embarcações dos hotéis ou até em canoas de fibra dos pescadores locais, os turistas são levados a conhecer alguns dos recantos da ilha, tendo a oportunidade de observar a densa vegetação que cobre a ilha, a partir do mar. Os passeios geralmente distribuem-se por três itinerários: i) à zona nordeste da ilha, passando pelas praias do Norte; ii) à baía das Agulhas, na zona oeste da ilha; ou iii) dar a volta à ilha, um passeio menos frequente por causa da suscetibilidade à ondulação da região sul. O local de embarque varia consoante a entidade que está a organizar o passeio. Se for realizado pelo grupo HBD, costuma ser feito o embarque na praia Sundy, utilizando o pontão disponível para esse propósito. Caso seja disponibilizado pelo hotel Belo Monte, o embarque pode ser feito na praia das Burras ou praia Banana. Se forem atividades organizadas por guias individuais, geralmente embarca-se na cidade junto à capitania. Além do passeio de barco a estes locais, é usual complementar a atividade com *snorkling* e, em alguns casos, piqueniques no areal das praias que se encontram pelo percurso. As atividades têm uma duração entre 2 e 6 horas, consoante o destino e local de embarque. Tanto o hotel Belo Monte como a HBD possuem 3 embarcações motorizadas. A Fundação Príncipe possui 2 embarcações de fibra de 7 metros, mas são utilizadas apenas para fins de conservação. Nas atividades dos guias independentes são utilizados os mesmos itinerários disponibilizados pelos hotéis, sendo que ambos os hotéis disponibilizam o passeio à baía das Agulhas e às praias do Norte, mas apenas o hotel Belo Monte disponibiliza o passeio ao redor da ilha.

Para possibilitar a atividade de *snorkling* ou a ida até ao areal, para a imobilização da embarcação é usual lançar ferro, uma vez que são abundantes as zonas de fundo de areia junto da costa a uma pequena profundidade.

Para realizar esta atividade turística, o *skipper* responsável pela embarcação tem de ter autorização adequada fornecida pela capitania da ilha do Príncipe.

Esta atividade está sujeita à disponibilidade de combustível na ilha, sendo que ambos os hotéis têm depósitos próprios para superar períodos de escassez de combustível na ilha. Devido a esta condicionante, os preços dos passeios através de guias individuais estão sujeitos a grandes flutuações.

Existe a possibilidade de utilizar embarcações à vela, mas apenas na estação designada por gravana, entre junho e setembro. Apenas durante esta estação seca existe vento de feição para realizar esta atividade. Em média ronda os doze nós de velocidade e o mar continua relativamente

calmo. No entanto, não existe atualmente qualquer embarcação à vela na ilha do Príncipe disponível para realizar esta atividade.

PESCA ARTESANAL

Em 2022 não existe nenhuma entidade a proporcionar atividades de pesca artesanal com turistas na ilha do Príncipe. De modo a averiguar a viabilidade de turistas realizarem uma atividade de pesca artesanal, com o intuito de poderem usufruir de uma experiência diferenciadora, autêntica e aprender as técnicas sustentáveis utilizadas, o investigador recorreu à Direção das Pescas do Príncipe para obter a opinião do técnico das pescas o Sr. Damião Matos, envolvido no setor da pesca no Príncipe há mais de 20 anos. Este identificou a criação de atividades de pesca artesanal com turistas como muito viável e com bastante potencial, podendo ser possível de realizar durante todo o ano, à exceção dos períodos esporádicos de temporais, onde as embarcações não podem sair para o mar. O Sr. Damião afirma que, se for corretamente desenvolvida e implementada, esta atividade tem o potencial de criar uma alternativa de sustento dos pescadores e contribuir para a sustentabilidade das pescas. Segundo este responsável, a pesca no Príncipe tem vindo a intensificar-se de forma desmesurada, com a adoção de práticas insustentáveis, aumento do número de pescadores e das quantidades pescadas, o que se repercute na redução dos estoques e da dimensão do peixe pescado junto à costa.

Como especialista do setor e representante da Direção das Pescas, o Sr. Damião mostrou-se disponível para realizar a matriz de avaliação dos recursos específicos para a pesca artesanal (Apêndice I), ilustrando os contornos do setor. Na zona sul da ilha, a pesca torna-se mais difícil de realizar por duas razões: i) a vulnerabilidade a temporais e maior ondulação, que dificultam a pesca; e ii) existência de uma maior distância a percorrer para chegar ao local e, conseqüentemente, a necessidade de mais combustível, que é escasso na ilha. A disponibilidade de combustível é incerta e isso torna os preços bastante voláteis; maiores distâncias significam maiores custos para os pescadores, pelo que estes optam por pescar nas zonas mais longínquas por períodos mais longos, utilizando nomeadamente algumas praias (Seca, Abelha, Esprainha e Seabra) como base temporária para se abrigarem e salgar o peixe. Assim, as zonas identificadas de maior aptidão para a prática de pesca artesanal localizam-se na zona Norte, principalmente nas proximidades das unidades hoteleiras ou da cidade. Segundo o Sr. Damião, os quatro locais com maior apetência para a prática de pesca artesanal com turistas, definidos aqui como recursos básicos da atividade, são a praia das Burras, a praia Campanha, a praia das Lapas e a Associação de S. Pedro até S. João à saída da cidade.

A praia das Burras (Figura 14) é apontada pelo Sr. Damião como o melhor recurso, devido a: i) ser a maior comunidade piscatória, utilizada também pela comunidade de Picão; ii) proximidade do hotel Belo Monte; iii) o acesso estar a ser pavimentado; iv) estar a ser construída uma nova

urbanização para realojar as famílias com casas em maior risco de inundação pela subida do nível do mar; e v) predominar uma ondulação baixa e estar abrigada dos ventos mais fortes.



Figura 14. Praia das Burras

Pelas mesmas razões, segue-se a praia Campanhã (Figura 15), também uma comunidade puramente piscatória, com uma unidade hoteleira instalada na praia (de momento encerrada, mas com a promessa de reabrir em breve). O acesso é possível através de veículo a motor, sendo que a estrada é de terra, mas está geralmente em boas condições. Esta praia está abrigada da ondulação mais forte e do vento, e dispõe de um número elevado de recursos humanos habilitados a realizar esta atividade.



Figura 15. Praia Campanhã

De seguida a praia da Lapa (Figura 16) também foi indicada como recurso de excelência, mas com uma grande condicionante adjacente, pois apenas possui potencial caso se implementem melhorias nas vias de acesso. De momento, a ponte que permitia a passagem de veículos sobre o rio Banzu na praia Caixão, está destruída. Assim, para atravessar a foz do rio, o acesso tem de ser feito a pé, ou a nado durante a maré cheia. Este trajeto é permanentemente utilizado por

pescadores da comunidade de São Joaquim. O facto de estar na baía das Agulhas, protegido das ondulações e de maiores ventos, é uma grande vantagem, destacando-se ainda a beleza paisagística.



Figura 16. Praia da Lapa

A Associação de S. Pedro até S. João alberga a praia de Água da Moura até à praia de S. João. O Sr. Damião reconhece o potencial desta zona devido à proximidade com a cidade. As grandes unidades hoteleiras encontram-se no Norte da ilha, mas é na cidade que existe a maior concentração de unidades de alojamento local, como pensões e residências. Na opinião do Sr. Damião, os turistas que ficam alojados na cidade são os que optam por ter uma maior integração na comunidade local e que estão disponíveis para usufruírem de experiências mais autênticas. Por outro lado, por estar na foz do rio mais utilizado do Príncipe, existe o entrave de ser necessário realizar um percurso maior até chegar a boas águas de pesca, encarecendo a atividade piscatória. A praia Ribeira Izé não tem uma comunidade residente, mas tem uma base permanente que a comunidade da Sundry utiliza para as suas atividades piscatórias. Este recurso tem duas unidades hoteleiras muito próximas, a Sundry Praia e a roça Sundry, ambos pertencentes ao grupo HBD. Do ponto de vista do Sr. Damião, o facto de este grupo possuir embarcações próprias e de já realizar as suas atividades marítimas com as mesmas, pode ser um entrave à adoção do produto de pesca artesanal na sua oferta. Acrescenta ainda que esta praia está sujeita esporadicamente a grandes ondulações marítimas, impossibilitando a prática de pesca.

Por fim, a Praia Abade é a que apresenta menor possibilidade de desenvolvimento, uma vez que a frequência de turistas com interesse em visitar aquela zona é muito baixa. No entanto, o Sr. Damião reconhece que esta praia reúne todas as condições para se tornar um local que pudesse servir de base para esta atividade, mas devido à inexistência de unidades de alojamento próximas

e a falta de atratividade da comunidade para o turista, é apontada como a de menor apetência, comparativamente às restantes analisadas.

As maiores preocupações levantadas pelo Sr. Damião, para o sucesso da atividade, foram a seleção dos pescadores mais indicados para a atividade, a formação que seria necessário dar aos pescadores para garantir uma atividade segura, informativa e de aprendizagem dinâmica, a adequação da embarcação (preferencialmente as de fibra de vidro) e de equipamentos utilizados para a prática turística, e a mais importante seria a incorporação desta atividade na oferta das unidades hoteleiras. Neste sentido, revelou que um dos seus próximos projetos seria fazer o levantamento de todos os pescadores, embarcações, equipamentos e respetivas técnicas de pesca que utilizam. Este trabalho seria essencial para melhor compreender as condições de cada comunidade para proporcionar e desenvolver esta atividade. A nível de qualidade paisagística dos recursos, todos foram classificados com nota máxima, destacando-se a praia da Lapa, que se insere na baía das Agulhas. A nível de entidades de interesse para a realização desta atividade foram identificadas as associações de cada respetiva comunidade, a Direção das Pescas, a União Cooperativa das associações dos pescadores, a Capitania (responsável pelo socorro marítimo) e a Omali Vida Nón (“O mar, a nossa vida”). Esta última entidade é uma iniciativa de conservação da vida marinha e promoção da pesca artesanal sustentável, que conjuga a conservação marinha e a promoção da pesca artesanal sustentável. Na figura 17, é possível observar os mapas de atividade das principais comunidades piscatórias, elaborada numa das suas investigações.

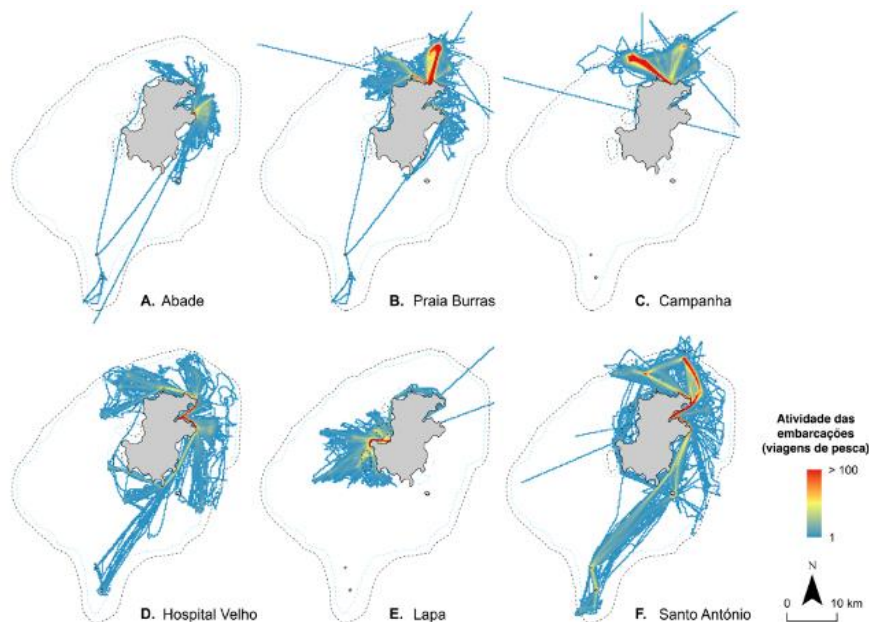


Figura 17. Mapa de atividade piscatória por comunidade (Fundação Príncipe, s.d.)

Em entrevista com Estrela Matilde, a diretora da Fundação Príncipe destacou que esta fundação apresenta, como um dos seus principais objetivos, arranjar alternativas de sustento para reduzir a

pressão humana sobre os recursos naturais. Questionada sobre qual a sua perspectiva sobre a viabilidade de os turistas realizarem esta atividade, começou por identificar os riscos e o compromisso de segurança de realizar esta atividade dada as fracas infraestruturas do Príncipe. Consequentemente, não há nenhuma entidade capaz de se responsabilizar pela segurança e socorro dos participantes em caso de incidente. Outra limitação refere-se à imprevisível disponibilidade dos pescadores, não sendo fácil garantir que haja recursos humanos disponíveis para realizar a atividade quando solicitada, uma vez que os pescadores vivem um estilo de vida despreocupado e irregular. Identifica também a possibilidade de haver alguma resistência por parte dos pescadores em levar turistas a pescar, uma vez que será um desafio novo acompanhar e monitorizar um turista, sendo necessário sair da sua zona de conforto para o aprender a fazer. Estrela reflete também a preocupação sobre o lado económico da atividade e as suas consequências sociais, e qual será o valor justo a pagar por este serviço. Pondera se será justo assumir como pagamento o valor que o pescador faria por vender o peixe que pescaria, admitindo que provavelmente vai receber muito mais, o que pode levar o pescador a deixar de ir para o mar pescar para estar com o turista. Por consequência, ao fazer isso pode já não trazer peixe para casa, nem oferecer peixe à sua família para comer, optando por receber dinheiro que poderá dar aso a má gestão financeira e à criação de novos hábitos de consumo, prejudiciais para o próprio e para a comunidade que o rodeia. A mesma fonte reforça a necessidade de fazer este exercício para perceber e analisar toda a envolvência social que qualquer nova atividade pode originar, e o mesmo acontece para as questões ambientais. Estrela afirma que pode até ser uma excelente ideia, mas é preciso averiguar e resolver os problemas desde a raiz, senão corre-se o risco de estar a criar um grande problema, mesmo tendo-se as melhores intenções.

MERGULHO

O mergulho com garrafa é uma atividade recreativa que permite aos seus praticantes observarem o mundo subaquático e os seus ecossistemas marinhos de forma mais prazerosa e duradoura, muito além do tempo que estes conseguem sustentar a respiração (Musa, 2013). Em 2022, na ilha do Príncipe, o Bom Bom Diving Center era o único centro de mergulho da região capaz de oferecer este produto turístico, mas encontra-se encerrado temporariamente, por se localizar no espaço do Hotel Bom Bom, em obras para renovações. Esta situação condicionou este estudo, pois durante o período em que o investigador esteve no Príncipe não foi possível encontrar um especialista de mergulho que trabalhe regularmente com turistas. A Fundação Príncipe também possui o equipamento necessário para utilizar o mergulho como meio de investigação, mas com a ausência do centro de mergulho de Bom-bom o equipamento não está em condições de ser utilizado. Durante o período de investigação, a única pessoa com experiência de mergulho no Príncipe é o diretor do hotel Miles Oates, que pratica a atividade de forma particular, e esporadicamente com

clientes. Sendo o único praticante de mergulho na ilha, o investigador procurou obter mais informações acerca da modalidade junto do mesmo. Miles identifica 12 locais propícios à prática nas imediações da ilha do Príncipe, representadas geograficamente na figura 18.



Figura 18. Locais de mergulho do Príncipe (Fonte: Miles, 2022, comunicação pessoal)

Segundo Miles, todos os locais de mergulho são sazonais. O seu lugar de eleição para o mergulho recreativo é a Pedra da Galé (1), mas que frequentemente só é acessível por mergulhadores experientes certificados como *advanced diver* (nível de certificação de mergulho recreativo). É um mergulho técnico devido à corrente, sendo necessário mergulhar a partir do barco e descer rapidamente para os 20 metros de profundidade para fugir às correntes e continuar a descer até aos 32 metros, para usufruir de uma grande e majestosa parede de pedra.

Todos os locais de mergulho são partilhados com os pescadores, por isso Miles refere que o segredo para um bom mergulho no Príncipe é fazê-lo antes que os pescadores lá cheguem. Caso não se consiga ir antes dos pescadores, corre-se o risco a não haver peixes para observar. São recursos que estão a ser sobre utilizados pela pesca e subtilizados pelo mergulho, uma vez que Miles é o único praticante de momento e não o faz com frequência. Os locais de eleição para Miles praticar atividades com turistas são a Pedra Adalha (3), Mosteiros West (4) e Mosteiros East (5), no ilhéu dos Mosteiros, uma vez que ambos os locais têm cerca de 12 metros de profundidade e normalmente não existem correntes. São mergulhos fáceis que não exigem grande capacidade técnica, mas apresentam a condicionante de não existirem grandes atrações naturais, como recifes ou corais luxuriantes, no entanto existe abundância de peixes. Na opinião de Miles, o potencial do Príncipe para o mergulho é reduzido. A nível de observação da fauna marinha,

segundo a experiência de Miles, será apenas possível observar ocasionalmente uma tartaruga ou uma raia, mas nada mais do que isso, apenas pequenos peixes herbívoros.

Em tempos, segundo Estrela, presidente da Fundação Príncipe, houve quem já quisesse fazer do Príncipe um destino de mergulho, mas a sua experiência como praticante ocasional permite-lhe concluir que não existem recursos naturais suficientemente atrativos para sustentar esta vertente subaquática, nem meios a nível da oferta de operadores e de socorro especializado, não existindo na ilha nenhuma câmara hiperbárica.

5.1.4 Análise de atividades de interpretação ambiental

OBSERVAÇÃO DE TARTARUGAS

De setembro a abril, é possível observar nas águas do Príncipe, ou nas praias ao redor da ilha, quatro espécies de tartarugas, ameaçadas de extinção e protegidas. Desde 2009, com a implementação do Decreto-Lei nº03/2009, as tartarugas são protegidas por lei, tornando-se ilegal a caça, a venda e o consumo de tartarugas marinhas. O Príncipe tem servido como refúgio para estas tartarugas, sendo o local escolhido para se abrigarem ou se reproduzirem. Nos meses de setembro a dezembro é possível observar a desova das tartarugas nas praias do Príncipe, e nos meses de janeiro a abril é possível observar a travessia dos filhotes até ao mar. São quatro as espécies de tartarugas marinhas nidificantes na ilha do Príncipe:

- Mão Branca - *Chelonia mydas* (Em perigo de extinção);
- Ambulância - *Dermochelys coriacea* (Vulnerável);
- Sada – *Eretmochelys imbricata* (Criticamente ameaçada);
- Tatô – *Lepidochelys olivácea* (Vulnerável).

Apesar de existirem diversas praias utilizadas para nidificação das tartarugas na ilha, como é possível observar na figura 19, a praia Grande do Norte é o local de eleição para o desenrolar de todas as atividades turísticas, protegendo-se os outros locais e contribuindo para minimizar os impactos desta atividade.

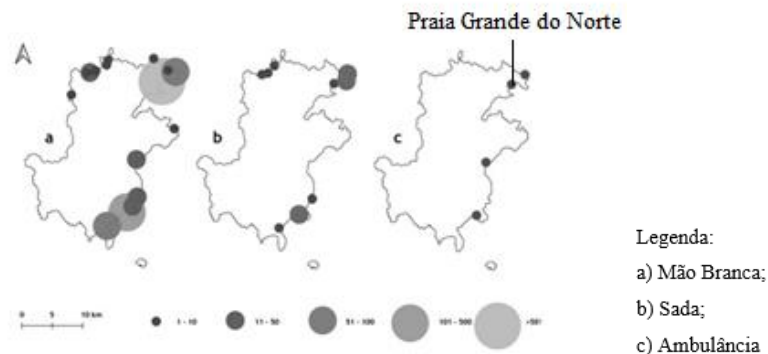


Figura 19. Distribuição média de ninhos por espécie, de 2017 a 2020 (Ferreira-Airaud et al., 2022)

Nesta praia estabeleceu-se, desde 2017, o Kaxí Tetuga - Museu da Biodiversidade Marinha da Ilha do Príncipe, fruto da parceria entre a Fundação Príncipe, o programa Pro Tetuga e o Governo Regional (figura 20).



Figura 20. Museu Kaxí Tetuga

O Pro Tetuga é um projeto de conservação marinha que atua na ilha do Príncipe desde 2015, visa melhorar o estado de conservação das tartarugas marinhas e transformar o Príncipe num santuário para as espécies que frequentam as suas águas. Para isso, tenta integrar as comunidades locais na proteção e conservação das tartarugas, através de ações de educação e sensibilização, para que estes compreendam que existem mais benefícios em protegê-las e conservá-las do que em consumi-las. Tem como público-alvo os jovens e crianças do Príncipe, atuando nas escolas através do programa Captura Zero para sensibilizar os mais novos. Também atuam junto das comunidades piscatórias através de sensibilização e da competição comunitária para a conservação marinha e junto dos turistas, através do museu e das atividades de animação desenvolvidas.

Para realizar a atividade de observação de tartarugas, os turistas têm de requisitar a mesma junto da respetiva entidade recetora (Hotéis e outras unidades de alojamento, ou a Associação dos guias do Príncipe). Esta entidade recetora vai fornecer um guia competente, com formação oferecida pela Fundação Príncipe, que irá acompanhar os turistas durante toda a atividade, sendo o responsável pela dinâmica da atividade. Os turistas e o respetivo guia deslocam-se à praia Grande do Norte em horário combinado, para o guia os levar a conhecer as atividades da Pro Tetuga e acompanhar o trabalho de monitorização a ser desenvolvido em tempo real. A equipa da Pro Tetuga estará a trabalhar no local e, além de realizar o seu trabalho, presta informação sobre as espécies e o trabalho desenvolvido, e garante que a atividade de observação das tartarugas é realizada dentro do padrão de boas práticas estabelecidas. Cada turista além de pagar o serviço ao seu guia ou entidade, tem de fazer uma contribuição de 15 euros, ou 375 dobras, à Fundação Príncipe. Este valor é revertido para um fundo comunitário que financia os prémios da competição comunitária organizada durante a temporada das tartarugas, organizada pela Fundação Príncipe,

onde serão avaliadas as comunidades que mais se envolveram na conservação marinha e promoção de pesca sustentável no Príncipe.

BIRDWATCHING

Segundo Yodiney dos Santos, apaixonado e especialista de aves endêmicas do Príncipe e presidente da associação dos Guias da ilha do Príncipe, o *birdwatching* é uma das atividades de maior importância para o turismo da ilha do Príncipe, mesmo que, devido ao desconhecimento, ainda não seja do interesse da maior parte dos seus visitantes. A ilha do Príncipe e os seus ilhéus acolhem diversas espécies de aves que habitam ou migram para a região procurando alimentação, repouso ou um espaço para reprodução. Devido às suas características insulares, o Príncipe possui uma grande abundância, concentração, diversidade e endemismo de aves, o que faz com que qualquer apaixonado ou investigador idolatze a região, pela facilidade de observação destas espécies únicas no mundo, e procure no Príncipe a oportunidade de as observar de forma responsável. Entre as aves endêmicas destacam-se o rouxinol-do-príncipe, o rabo-de-tesoura, o estorninho-do-príncipe, a rola, o merlo, o peito branco, o tchivivi-barbeiro, o tchibibi-tete beija-flor-do-príncipe e o tecelão-do-príncipe. Algumas das espécies estão em vias de extinção, como o tordo-do-príncipe, alvo de caça humana, e o papagaio-cinzento-do-príncipe, alvo de capturas para comercialização. Já existem algumas iniciativas implementadas para desenvolver ações de proteção, nomeadamente pela Fundação Príncipe, com foco na proteção do tordo do Príncipe.

Claramente, o *birdwatching* não é uma atividade de eleição para quem visita a ilha, de momento não existe qualquer produto ou serviço organizado especializado no segmento, apenas praticam atividades de observação de aves quem visita o Príncipe com essas intenções, requisitando às entidades recetoras que providenciem atividades relacionadas. Estas entidades redirecionam estes visitantes para um dos seis guias autorizados com as competências necessárias para fazer a dinamização de atividades de *birdwatching*.

Os guias, por sua vez, têm à sua disposição diversos recursos com elevado potencial para a prática de *birdwatching*, destacando-se o mangal da praia Salgada, onde foi criado um trilho circular, incluindo partes com passadiços em madeira e pontos de interpretação para facilitar a prática de observação de aves. A reserva da Biosfera criou este equipamento e é responsável pela sua manutenção, tendo o objetivo de conservar o mangal e impedir os locais de explorar insustentavelmente alguns dos seus recursos. Yodi identifica também o Campo Político, entre Ponta do Sol e Pincaté, como uma das zonas de maior potencial; aqui existe uma grande concentração de aves e pouca atividade humana, sendo um local de fácil acesso devido às estradas rodoviárias em boas condições para lá chegar. Com alguma possibilidade de desenvolvimento foi também identificado o Boné de Jockey, apesar da distância e limitações de combustível; neste

ilhéu é possível encontrar algumas das espécies endémicas, existindo a possibilidade de desembarque e exploração da ilha. Este ilhéu representa uma grande oportunidade para o turismo, não só pelo *birdwatching*, mas pelas condições para a dinamização de diversas atividades, como a escalada e o mergulho, que não tenham quaisquer limitações de conservação legais e de prática da atividade turística. O mangal da praia Bom-Bom, a Lagoa da praia Grande do Norte e o trilho da barragem do rio Papagaio também são identificados como importantes recursos com alguma possibilidade de desenvolvimento, devido à abundância de aves observáveis nesses locais. Além dos recursos avaliados, Yodi faz ainda referência ao Miradouro da Ponta Mesa, Miradouro da Praia Banana e Miradouro da Ponta Mina, como locais de observação de aves marinhas. Para além de aves terrestres, o Príncipe oferece condições excecionais para a observação de aves marinhas nos seus ilhéus, nomeadamente nas ilhas tinhosas, localizadas a cerca de 20 km a sul do Príncipe. Estas albergam algumas das colónias reprodutoras de aves marinhas da costa Africana Ocidental, nomeadamente o pato-marinho, o caiê branco, o palé e o caiê-preto.

Em forma de conclusão, Yodi reflete a importância de dar prioridade à conservação das espécies endémicas ameaçadas em áreas restritas, e de não as explorar turisticamente. A *Birdlife International* reconhece as florestas nativas do Príncipe como Área Importante para aves, onde o relevo abruço de vales e picos dificultam o acesso e aumentam a dificuldade dos percursos; é nesta área que poderão ser observados alguns dos endémicos mais raros do mundo, exemplificando com o criticamente ameaçado tordo do Príncipe ou o vulnerável tchibibi-tete. Descobertos recentemente, originaram uma elevada procura, mas na opinião de Yodi, face ao desconhecimento da espécie e dos seus comportamentos e da fragilidade da mesma, é prejudicial explorar essas espécies para a prática turística. Yodi aponta como alternativa de exploração para fins turísticos as outras espécies endémicas do Príncipe, que não se encontram obrigatoriamente na zona de proteção total da ilha. É possível observar aves nas florestas secundárias que rodeiam as antigas roças, um pouco por toda a ilha, sendo aí possível observar, com alguma facilidade, a maioria das espécies endémicas (estorninhos-metálicos, merlo amarelo, tchibi-fixa, papagaios).

ATIVIDADES INTERPRETATIVAS DE FLORA

A subsistência da população é altamente dependente da colheita, extração e exploração dos produtos florestais não lenhosos. Após a independência do arquipélago, a maioria das plantações foram abandonadas, dando oportunidade à natureza de tomar conta destas zonas e antigas propriedades, especialmente na zona norte. Nos quase 50 anos depois da independência, foi possível observar o crescimento de uma floresta de sombra secundária, rica em espécies de plantas exóticas e de cultivo. O conhecimento empírico acerca da flora local e das suas diferentes aplicações pode ser observado na culinária, na vida quotidiana e na medicina tradicional. Estas

práticas e vivências tradicionais podem ser utilizadas, num contexto de ecoturismo, em atividades ativas de observação e aprendizagem de interesse para o turista, que procura melhor conhecer a população local, os seus hábitos e costumes.

O único exemplo de um programa desta tipologia na ilha do Príncipe é a experiência oferecida pelo grupo HBD – Rota do Cacau. Esta atividade permite ao turista compreender todo o processo produtivo do cacau, desde a colheita, numa das plantações agroflorestais do grupo, ao tratamento e secagem, à fabricação do chocolate na fábrica da Roça Sundy, terminando com a degustação de diversos produtos derivados do Cacau.

Além do cacau, são identificadas pelo investigador, e confirmadas por vários dos contactados durante a investigação, o potencial do azeite e vinho da palma, do mel, da pimenta, da baunilha, do café, do coco, da banana, do ananás e das plantas medicinais, para criar atividades interpretativas turísticas que demonstrem o seu valor para a comunidade e de que forma são utilizadas. Destes recursos naturais não lenhosos, destacam-se o mel de abelha, o vinho de palma e as plantas medicinais.

O mel de abelha, produzido de forma tradicional, implicava a queima das colmeias de abelhas selvagens para se obter o mel. Em 2017, o Governo Regional promulgou legislação a proibir a queima de abelhas em toda a ilha e, simultaneamente, foi criada a Cooperativa de Apicultores da Ilha do Príncipe (COOPAPIP), tendo os seus membros aprendido a lidar com abelhas vivas e a produzir mel de uma forma sustentável. No passado, a COOPAPIP já proporcionou passeios apícolas interpretativos, um percurso pedestre desde a Roça Sundy até à sede da cooperativa. Na figura 21 estão representadas no mapa do Príncipe as possíveis áreas de exploração do mel por comunidade.

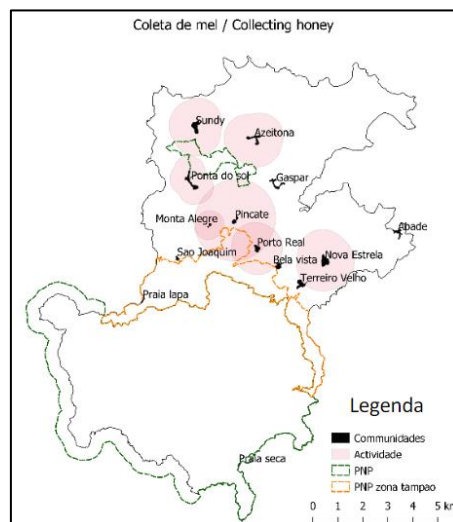


Figura 21. Mapa da possível área de extração do mel (Fundação Príncipe, 2019)

O vinho da palma é extraído unicamente da Palmeira-do-andim (*Elaeis guinenses*), em diversas localidades da região, sendo a principal a da zona Oeste da ilha (Figura 22). Este produto é

coletado diariamente pelos vianteiros – coletores do vinho de palma, que trepam às palmeiras para recolher o depósito que lá deixaram previamente e deixam um novo para o dia seguinte. Este vinho deve ser consumido até ao dia seguinte, sendo que é mais doce imediatamente após a extração da palmeira, começando imediatamente a fermentar.

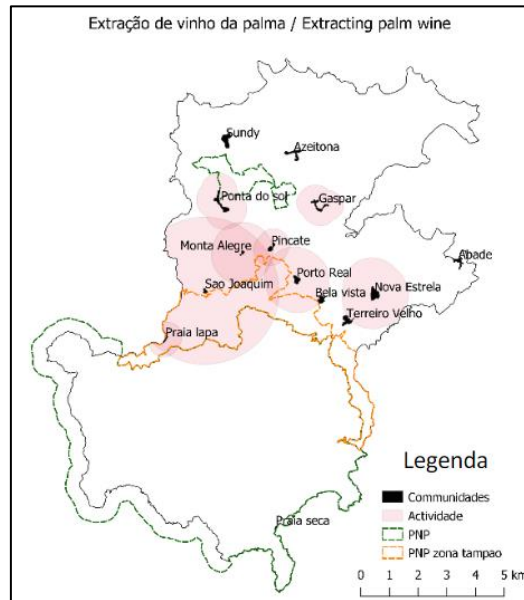


Figura 22. Mapa da possível área de extração do vinho da palma (Fundação Príncipe, 2019)

As plantas medicinais são abundantes na ilha do Príncipe, que possui uma vasta e rica biodiversidade destas plantas, associadas a uma variedade de conhecimentos e práticas tradicionais que a população utiliza no seu dia-a-dia. O uso de plantas medicinais como forma de curar diversas doenças é ainda hoje uma prática comum em STP. Estas ervas, cascas, raízes, folhas, flores e sementes das plantas curativas são fontes de medicamentos, que podem ser utilizados na medicina convencional na cura de doenças como o paludismo, diarreias, doenças de pele, feridas, icterícia, hepatite, asma, gripes e diabetes. Existem cerca de 350 plantas medicinais diferentes, utilizadas por médicos tradicionais, curandeiros e parteiras, entre as quais a canafístula, o libô mucambú, a folha damina, o milondó-homem, o iobò, a folha maiobá, omicócó, stlofi, mussinica, e outras, originando mais de 1000 receitas. Estas plantas são colhidas, geralmente, diretamente da floresta. Em 2017, foi criada a Associação dos Terapeutas Tradicionais da Região Autónoma do Príncipe (ATTRAP), composta por terapeutas, curandeiros, parteiros e massagistas tradicionais, de forma a salvaguardar o conhecimento local de plantas medicinais que está sob ameaça e em risco de se perder. Atualmente, tomou-se consciência da necessidade de promoção e proteção deste conhecimento e práticas como património cultural imaterial. São cada vez menos as pessoas que “carregam” estes saberes tradicionais, tratando-se na maior parte dos casos de pessoas já muito idosas. Além disso, algumas espécies de plantas têm-se tornado cada vez mais

raras e o seu uso e exploração precisa de ser gerido de forma sustentável. Na figura 23, é possível observar as possíveis áreas de extração de plantas medicinais, mas é na zona do Campo Político, entre a Terra Prometida e Pincaté, que se localiza o terreno cedido pelo governo regional à ATTRAP. Aqui, é o local da sede da ATTRAP, onde estão plantadas várias espécies medicinais, para processamento das plantas e produção de tratamentos tradicionais. Este é também o espaço indicado para receber eventuais visitantes com interesse em conhecer mais sobre as plantas medicinais do Príncipe.

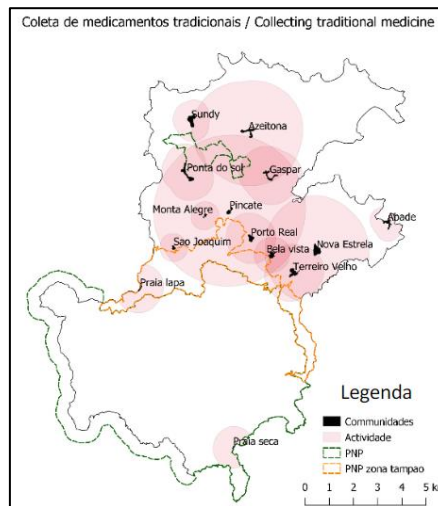


Figura 23. Mapa da possível área de extração de plantas medicinais (Fundação Príncipe, 2019)

5.1.5 Análise de atividades de interpretação cultural

As atividades culturais não estão necessariamente associadas ao turismo ativo, apesar de poder ser feita uma associação ao mesmo, como apresentado na revisão bibliográfica, (ATO, 2009). Uma vez que, ao longo da investigação foram identificadas diversas potencialidades culturais, neste capítulo faz-se um pequeno apanhado das vertentes identificadas no Príncipe para o desenvolvimento de atividades culturais associadas ao turismo criativo e ativo.

Em termos de eventos culturais é possível observar durante todo o ano, nas diversas comunidades da região, manifestações culturais e religiosas com potencial interesse turístico. No entanto, existe algum esmorecimento em torno destas manifestações, devido a uma menor adesão da população jovem. Ainda assim, continuam a ser muito vividas e celebradas pela população. De todos os eventos culturais anuais, destacam-se os realizados durante o mês de agosto, que foi institucionalizado pelo governo regional como o mês da cultura, atraindo mais de duas mil pessoas à ilha. Esta é altura com maior concentração de festividades, feiras de pratos típicos, danças, apresentações de vários grupos culturais, etc. Entre estas, o Auto de Floripes é a festa popular de maior relevo, celebrado no dia 15 de agosto e no primeiro domingo seguinte. Filomena Pina, chefe

do centro cultural, foi consultada para fazer a sua apreciação do estado da cultura no Príncipe, identificar as suas principais potencialidades e avaliar os recursos culturais edificados (Apêndice 1). Filomena destaca o dia da descoberta da ilha do Príncipe, celebrado a 17 de janeiro, a celebração da autonomia do Príncipe no dia 29 de abril, as festas de Santo António (patrono do Príncipe) a 13 de junho, as festas do Pau Bandeira em Picão no mês de junho, e a festa de S. João a 24 de junho. Além destas datas, o dia 29 de junho também marca um importante acontecimento, potencialmente relevante para a atividade turística. Foi nesta data que, em 1919, Arthur Eddington comprovou a teoria da relatividade geral do alemão Albert Einstein, numa expedição à ilha do Príncipe, marcando uma “revolução científica” e um momento histórico para a Humanidade. Além dos eventos culturais, Filomena identifica ainda o artesanato local como um segmento relevante de interesse turístico. Inicialmente, surge no Príncipe devido à sua utilidade para a população, mas ultimamente tem também entrado em declínio, devido à redução da utilidade dos mesmos. Filomena destaca a arte da cestaria por permitir a participação dos turistas no processo produtivo, a escultura e criação de utensílios em madeira, e a criação de esteiras na comunidade de abade, feitas a partir das folhas secas do pau esteira (espécie endémica apresenta folhas mais grossas).

O investigador destaca ainda a importância da Cooperativa de Valorização de Resíduos (CVR), um dos locais mais visitados da ilha pelos turistas. Desde 2016, a CVR é uma organização constituída por mulheres, que conta nos seus objetivos o de criar rendimentos através da valorização de garrafas de vidro, transformando-as em joias. Este é um processo completamente manual, realizado integralmente pela equipa da CVR, desde a apanha de lenha e de barro, à construção dos moldes e espezinamento do vidro em pó. Apenas quando requisitado, e se disponível a grupos, a CVR oferece a oportunidade de o turista participar em todo o processo produtivo e criar as suas próprias joias.

Num esforço de preservar a identidade cultural, artística e patrimonial da ilha do Príncipe, uma parceria entre a UNESCO e a Reserva da Biosfera desenvolveu o projeto “Ser Principense”. Neste projeto procurou-se identificar as personalidades “fazedoras de cultura” nas diversas áreas que compõem a identidade cultural do Príncipe. Entre artesanato, dança, educação, escrita, fotografia, gastronomia, música, pintura, teatro e outras manifestações tradicionais, foram identificados um total de 52 artistas, agrupados consoante um conjunto de áreas de intervenção, apresentadas no anexo I, fornecido pela organização Efrican.

5.2 ENTREVISTAS

Neste capítulo realiza-se o tratamento e análise da informação obtida através das entrevistas, que é apresentada pelas três dimensões que foram definidas na elaboração do guião das entrevistas.

5.2.1 Dimensão A – Ponto de situação do turismo

No quadro 17 identificam-se os principais pontos mencionados durante as entrevistas referente às sete questões integradas na primeira dimensão, ilustrando de forma transversal a caracterização do destino na opinião dos principais *stakeholders* que responderam a cada uma das questões.

Quadro 17 | Dimensão A – Ponto de situação do turismo

Entrevistado	Q1 - Como se posiciona a ilha do Príncipe como destino turístico no mercado?
EM	Nos mercados altos, com a HBD a estabelecer como prioridade a qualidade da oferta ao invés da quantidade de turistas.
AR	A própria insularidade e consequentes preços funcionam como um filtro natural que impossibilita os mercados massificados. A HBD tem sido a montra do Príncipe, por se focar num segmento mais alto.
AL	A natureza e a cultura são os principais segmentos; o selo de reserva da biosfera tona-nos especial; a biodiversidade ligada ao endemismo.
MO	Devido ao clima instável o turismo de natureza é o que faz mais sentido.
YS	Num patamar intermédio, ligada à praia, à natureza, caminhar, conhecer a biodiversidade, observar plantas e os animais exóticos que temos.
Q2 - Quais os principais mercados e perfil dos visitantes?	
EM	O turista ideal é geralmente associado aos mercados da Europa Central e do Norte, com uma elevada disponibilidade financeira que procura a natureza e valoriza as especificações do Príncipe. O mercado português é o maior mercado, mas geralmente viaja em pacotes turísticos, traz maus hábitos e comportamentos para com a população.
AR	O maior mercado é ainda o português, geralmente associado a um baixo poder de compra. Há muitas pessoas que vêm para algo que não seja tão caro, mas o próprio preço da viagem afasta o cliente com menos poder de compra. Existem os turistas dos hotéis e os turistas da cidade com um preço mais acessível. O turista português que frequenta os hotéis da HBD procura muito praia, tendo também interesse no lado cultural, e na herança que vem do colonialismo e gostam de conviver com os locais. Os turistas do resto do mundo, especialmente os europeus, procuram muito mais a natureza, caminhadas e biodiversidade.
MO	Recentemente temos explorado os mercados alemão e belga que vêm à procura da natureza. Os portugueses são um mercado mais contido, não têm tanta disponibilidade financeira.
ET	Os turistas querem explorar o Príncipe. Existem vários níveis de turistas, os que querem pagar um preço mais alto para terem uma experiência mais exclusiva como o Sundry Praia e outras que têm a flexibilidade para ficar em qualquer lugar. Queremos alargar o mercado, ainda o português, mas estamos à procura de diferentes países do norte da Europa e, queremos entrar mais nos EUA.
YS	Temos durante todo o ano um fluxo de turistas que chegam de diversas nacionalidades, a maioria são portugueses. Muitos vêm sem agências ou hotéis, individualmente, procuram serviços de pessoas locais e querem participar nas atividades e na gastronomia local, o mais rural possível.
Q3 – Quais os principais recursos e produtos turísticos?	
EM	O PNP; o mar; o mergulho.
AR	Os trilhos recomendados da biosfera; a herança histórica, os edifícios coloniais; o forte de Ponta Mina; as roças; o hospital de Porto Real; a igreja da ribeira izé; a praia boi; a praia margarida; o trilho e cascata da Maria Correia; o trilho da barragem desde Bela Vista; a cascata Oquêpipi.
AL	O PNP e as zonas marinhas protegidas; os trilhos recomendados da biosfera.
MO	O mergulho; o pedestrianismo; passeios de barco; as praias; o PNP; a cascata Oquêpipi; a cascata de Monte Alegre;
ET	As praias; os trilhos; a natureza; as espécies endémicas; as comunidades; a hospitalidade das pessoas; a segurança; a cascata Oquêpipi; a praia boi; a roça Paciência.
YS	As praias Banana, Boi, Macaco; os trilhos na floresta para a cascata Oquêpipi, o pico papagaio, o miradouro de Sta. Joaquina e a Maria Correia; a observação de tartarugas marinhas na praia Grande.
GT	As praias Banana, Boi, Burra, Macaco; as cascatas Oquêpipi e Oquêlolo; o pico Papagaio; a cultura com o São Lourenço, a dêxa, a marcha.

Quadro 17 | Dimensão A – Ponto de situação do turismo – Continuação

Entrevistado	Q4 – Quais as principais condicionantes ao desenvolvimento turístico?
EM	A falta de capacitação e formação dos recursos humanos, nomeadamente de conhecimentos de inglês; a saúde.
AL	A língua; o desconhecimento da região nos mercados internacionais; a difícil comunicação entre locais e estrangeiros.
MO	As dificuldades logísticas e de acesso ao Príncipe; a disponibilidade de recursos humanos qualificados; os serviços de saúde.
ET	A dimensão e frequência dos aviões; o desconhecimento da região nos mercados internacionais.
YS	O sistema de saúde; a capacitação dos guias; a falta de comunicação devido ao inglês.
Q5 – Qual o grau de desenvolvimento e nível da oferta em termos da animação turística?	
EM	A oferta é reduzida, na sua maioria tours ou passeios pedestres nos TR; houve um esforço coletivo para planear de forma participativa os critérios do setor, mas que na prática não funcionou; existe uma geral insatisfação dos guias.
AR	Há espaço para crescer; é difícil para um turista que não vá para os hotéis que se oriente e encontre guias de confiança; falta de qualidade; baseia-se muito nas visitas guiadas e há poucas coisas de <i>self-guided</i> .
AL	Falta criar mecanismos de responsabilização dos turistas e dos guias; falta de conhecimentos técnicos dos guias;
MO	Existe um enorme potencial para crescer, especialmente resolvendo o problema do sistema de saúde.
ET	Há potencial para crescer, nomeadamente trilhos e outras oportunidades para as pessoas explorarem ou até relacionadas com o turismo criativo; existem muitos projetos experimentais.
YS	Dentro da realidade do Príncipe, já se alcançou um nível muito avançado, um pouco mais atrás em termos de tecnologia e número de visitantes, mas com um lado de conservação mais bem organizado; existe mais espaço para crescer, mas já se alcançou nos últimos quatro/cinco anos o patamar certo. Os guias inscritos na associação são formados, mas existem pessoas a fazer de guia sem estar inscritos. O nível cultural está muito pouco desenvolvido. Não existem sanções em vigor para pessoas que fazem de guia sem o serem. O sistema de fiscalização e controlo da atividade turística dentro do PNP não é eficaz; a qualidade dos serviços de animação prestados, tanto nos hotéis como de guias independentes são de excelência.
GT	A nível de animação estamos aquém do nosso potencial. É preciso formular ideias para desenvolver atrações turísticas com potencial muito superior aquelas que são atualmente oferecidas. O setor da oferta está desorganizado, existem guias que não têm autorização para prestar serviços a turistas, os guias não têm informação para dar ao turista, não sabem comunicar e às vezes até mentem ao turista. Chegam muitas reclamações à Secretaria do Turismo da fraca qualidade de serviços prestados por guias.
Q6 – Quais as principais dificuldades e constrangimentos ao desenvolvimento da oferta de animação turística?	
EM	A falta de iniciativa da população local e motivação para trabalhar, aderem aos projetos mas depois desistem; não sentem a necessidade de trabalhar por não existir fome; dependentes da constante, mas insustentável ajuda externa (projetos sem perspetiva de continuidade ou sustentabilidade); o turismo é demasiado inconsistente para se viver apenas dele.
MO	Más condições das estradas impossibilitam o aproveitamento turístico de certas zonas como São Joaquim; a capacidade dos aviões é reduzida face às microunidades de alojamento e “airbnbs” que têm surgido que absorveram uma grande parcela do mercado.
YS	O governo através do parque prevê formações anuais para capacitar os guias, mas não são realizadas há quatro anos, ficando, portanto, a depender da ajuda da Fundação ou HBD. A direção regional de turismo, por falta de meios, não está a fazer o seu papel de fiscalizar e regular a situação dos guias indevidos. Alguns turistas não compreendem a necessidade de ser obrigatório acompanharem-se de guias nas zonas protegidas.
Q7 – Como caracteriza a segurança do destino nos seus diversos níveis, nomeadamente: criminalidade, saúde, socorro e resgate?	
EM	Criminalidade quase nula, é um lugar seguro onde os turistas podem andar livremente sem que ocorra qualquer perigo ou incidente que provoque desconforto.
AL	A obrigatoriedade de guias no parque salvaguarda a segurança dos turistas e da biodiversidade. A nível do sistema de saúde estamos aquém, somos muito limitados em meios, não há qualquer infraestrutura de receção ou socorro que permita no mínimo estabilizar uma vítima para depois ser evacuada. Não há um centro hospitalar ou de saúde qualificado, para situações mais urgentes de locais ou turistas, têm-se de evacuar para o hospital central de S. Tomé que também tem as suas limitações. Não há ninguém para auxiliar além do guia que chama socorro, recorremos às ajudas do próprio hospital através das ambulâncias que estejam disponíveis ou algum socorrista tradicional para ajudar.
GT	Antes da saúde servir o turismo, tem de servir a própria população, e neste momento a saúde é ainda precária, não há bloco operatório, não há especialidades, o hospital não consegue sequer atender ou dar o primeiro socorro. A HBD tem os seus próprios médicos e enfermeiros. É muito triste ir-se ao hospital e ter-se que ser evacuado sem o primeiro socorro.

Q1. Existe consenso em relação ao posicionamento do Príncipe no mercado turístico. O turismo de natureza ligado à conservação é o segmento de maior importância, seguido do cultural. Este é dirigido a um mercado médio alto, para um turista responsável que reconhece e compreende os contornos e limitações da região, mas que é capaz de valorizar pela sua singularidade e exclusividade. ET e MO explicam que o turismo de natureza é o segmento que mais faz sentido, devido ao clima inconstante do Príncipe; apesar de se estar no equador, ao contrário do seria esperado ainda por muitos turistas que visitam a ilha e procuram o sol e a praia, um dia normal é um dia com o céu coberto de nuvens, ou até com precipitação. EM e AR destacam o papel da HBD na promoção do destino para estes mercados de gama alta, como principal agente do setor, ao apostar na qualidade da oferta, ao invés da quantidade de turistas. Esta é uma política reconhecida por todos os entrevistados como essencial para o destino, uma vez que a região é demasiado frágil e limitada para ter a capacidade de suportar um turismo de massas. AR evidencia ainda que a própria insularidade, escala e os custos associados funcionam como uma espécie de filtro que impossibilita, à priori, que esse tipo de procura se desenvolva no Príncipe.

Q2. O perfil de turista ideal para o destino é geralmente associado aos mercados da Europa Central e do Norte, mercados com elevado poder de compra que procuram a natureza e valorizam as características que distinguem o Príncipe de outros destinos, estando dispostos a pagar mais pela exclusividade. No entanto, apesar de este turista ter um peso cada vez mais significativo, é o turista português o que maior presença tem no Príncipe. Geralmente, o turista português está associado a um menor poder de compra e, segundo EM, além de consumir pacotes turísticos associados ao turismo de massas, traz consigo maus hábitos e comportamentos para com a população, relacionando-se com esta numa posição de “salvadores”, um comportamento pejorativo para a região. Na opinião de AR, os turistas portugueses que frequentam os hotéis da HBD têm uma grande atração pela praia, pelo convívio com os locais, pela gastronomia local e pelos laços históricos associados aos tempos do colonialismo. Contrariamente, os turistas do resto do mundo procuram muito mais a natureza, as caminhadas e a biodiversidade. AR faz ainda a distinção entre o turista dos hotéis e o da cidade, sendo a principal diferenciação os preços do alojamento. Se os hotéis (HBD e Belo Monte) procuram direcionar-se para mercados com maior poder de compra e propensos a pagar mais, YS, presidente da associação dos guias do Príncipe, está satisfeito com o atual leque de nacionalidades e tipos de turista que visitam o Príncipe. Na sua perspetiva, são os turistas que procuram as unidades de alojamento mais acessíveis na cidade que procuram os serviços dos guias individuais e, conseqüentemente, contribuem para proporcionar novas fontes alternativas de rendimento para as respetivas famílias.

Q3. Todos os entrevistados reconhecem o valor da natureza e especificamente do PNP como o mais importante recurso do destino. O PNP é uma área protegida que alberga uma rica diversidade

de fauna e flora endêmicas de elevada atração para os visitantes da região. AL destaca o papel do selo da UNESCO como reserva mundial da biosfera, na atração e reconhecimento dos turistas na preservação e conservação da biodiversidade da região. EM reforça ainda o valor e importância do PNP, sendo a floresta tropical equatorial mais segura de África, no sentido em que é a única que se pode explorar livremente, sem o risco de encontrar animais que possam pôr em risco a vida humana. Outro recurso reconhecido por todos como sendo de grande atração é o mar e as suas praias, sendo as praias Banana, Boi e Macaco as mais procuradas. EM e MO identificam a possibilidade de fazer mergulho durante todo o ano, mas reconhecem que este é um produto complementar e pouco desenvolvido. A oferta atual está essencialmente direcionada para as atividades que possibilitam a exploração e observação dos recursos naturais como as caminhadas, o *birdwatching*, a observação de tartarugas e outras atividades interpretativas. Destacando-se os trilhos recomendados da Biosfera, que apesar de degradados ou inoperacionais em alguns casos, constituem os equipamentos mais utilizados da região, especialmente o trilho da cascata Oquêpipi, a atração mais procurada do Príncipe. O sucesso dos TR passa também pela criação de um sistema de utilização, normas de conduta e preçário a ser seguido pelos guias turísticos dentro da zona do PNP. AR partilha da opinião sobre a necessidade de serem explorados mais trilhos e de uma melhor utilização dos trilhos atuais, destacando o trilho que liga Boa Vista à barragem e o que frequentemente realiza com clientes, que liga S. Joaquim à Maria Correia, apesar de este trilho ser um relativamente longo (4 a 5 horas – ida e volta) possibilita mergulhar na piscina natural da cascata da Maria Correia.

MO identifica ainda um recurso não utilizado, mas que possui bastante potencial, a cascata de Monte Alegre, ou como referida nesta investigação, cascata Oquêlolo. No entanto, admite que este recurso deixou de ser utilizado tanto pelo Hotel Belo Monte, como pelo HBD, devido ao acesso degradado e pago, uma exigência do proprietário da propriedade.

Em termos de património edificado, são identificados por AR vários edifícios antigos, como o Forte de Ponta Mina, a igreja de Ribeira Izé, o hospital de Porto Real e as roças, de um modo geral. Entre estas destaca-se a roça Belo Monte, que está reconstruída e serve o hotel Belo Monte e a roça Paciência, utilizada pela HBD para que os seus clientes aprendam algo sobre a agricultura biológica e os produtos lá produzidos.

Q4. São vários os pontos identificados ao longo das entrevistas que condicionam o desenvolvimento turístico da região, mas destacam-se dois como sendo os mais limitativos: i) o sistema de saúde; e ii) a insuficiência de recursos humanos capacitados, quer em termos técnicos quer linguísticos. Segundo YS, a precariedade do sistema de saúde origina receio no turista em permanecer na região por períodos mais alargados, optando por uma estada curta, de modo a minimizar o risco de contrair alguma doença ou de ocorrer algum acidente que exija cuidados

médicos. São ainda identificados outros fatores, como o acesso ao Príncipe. MO apresenta exemplo deste constrangimento, referindo que concretizar qualquer ação no Príncipe tem sempre uma dificuldade acrescida por não ser fácil logisticamente fazer chegar qualquer coisa à região. AL identifica ainda a falta de promoção do destino nos mercados internacionais; segundo ET, além dos portugueses que conhecem STP devido a ser uma ex-colónia, poucas pessoas dos outros mercados potenciais conhecem a existência da região. No entanto, apesar de isso condicionar muito a procura, em alguns momentos de maior visitaçao o destino tem dificuldade em dar resposta às necessidades destes turistas. Segundo MO e YS, isso acontece, desde logo, devido à reduzida quantidade de profissionais fluentes em inglês, apenas 9 guias dominam esta língua.

ET e MO, ambos pertencentes à indústria hoteleira, questionam o reduzido número de pessoas que podem chegar à ilha diariamente, num número máximo de 30 pessoas, pois não há ligações aéreas que permitam a chegada de mais visitantes. ET considera que, para desenvolver o turismo na ilha, será necessário aumentar as ligações ou recorrer a aviões de maior porte. Por outro lado, YS e GT estão satisfeitos com a quantidade de turistas e o fluxo de turistas ao longo do ano. YS afirma que o fluxo de turistas atual já é o suficiente e ideal, cerca de 2000 turistas anuais. GT realça os riscos e impactos na natureza inerentes ao aumento do número de turistas, afirmando que ainda não estão preparados para receber uma grande quantidade de turistas; mesmo que isso implique mais receitas para o estado, a região não conseguiria suportar esse aumento, lembrando que o Príncipe possui apenas cerca de oito mil habitantes.

Q5. Numa primeira abordagem geral, todos os entrevistados reconhecem que o setor da animação possui margem para crescer, estando em alguns aspetos desorganizado. Em termos quantitativos, as opiniões divergem, mas em termos qualitativos todos os entrevistados reconhecem diferentes falhas a nível da oferta da região. A maioria caracteriza o leque da oferta como reduzido, limitando-se a passeios pedestres nos trilhos recomendados ou visitas guiadas pela ilha, levando os turistas a conhecer as roças, as praias, os miradouros, ou algum projeto ou personalidade interessante como a CVR em Porto Real. Consideram que existe um grande desfasamento entre a oferta e as potencialidades da região. GT observa que existem muitos recursos em “estado bruto” e com grande potencial de atratividade, mas faltam produtos consolidados para o turista interagir e consumir. Apenas os hotéis têm propostas organizadas de atividades turísticas. No entanto, os guias individuais, mesmo estando inscritos na Associação dos Guias, têm total autonomia na conceção das suas atividades, pelo que tentam personalizar as mesmas consoante as preferências individuais de cada cliente. Apesar de isso ter o seu lado positivo, dificulta o controlo de qualidade dos serviços prestados fora dos hotéis. Por outro lado, YS discorda da anterior opinião, pois considera que o setor desde há quatro/cinco anos se encontra no patamar de oferta ideal, tanto a nível dos hotéis como dos guias independentes, uma vez que estes oferecem o mesmo serviço.

Considera ainda que o Príncipe está bem organizado e com uma vertente de conservação da natureza bem enraizada em toda a matriz turística, muito melhor do que na ilha de São Tomé. YS apenas identifica uma lacuna, a falta de atividades ligadas à cultura e à gastronomia.

AR considera que os turistas que não frequentem algum dos hotéis têm dificuldades em orientar-se e arranjar algum guia de confiança que preste serviços de qualidade.

Considera-se importante distinguir as diferenças a nível da qualidade entre os serviços prestados pelos guias que representam as unidades hoteleiras, os guias individuais inscritos na associação dos Guias do Príncipe e as pessoas que se fazem passar por guias sem qualquer formação direcionada para a prestação de serviços de animação turística. Alguns dos entrevistados destacam que estes últimos prestam uma oferta com fraca e inconstante qualidade, mas isso não se aplica certamente a todos estes guias. À partida, os serviços prestados pelos 34 guias inscritos na Associação dos guias, quer de forma individual ou representando um hotel, têm alguma garantia de qualidade, uma vez que esses guias passaram por formações para adquirirem conhecimentos sólidos acerca da biodiversidade, a cultura e a gastronomia. Contudo, destes apenas 17 realizaram o curso de ecoturismo, estando por isso autorizados a dinamizar atividades dentro do PNP.

Assim, a qualidade dos serviços pode variar desde a excelência ao outro extremo. Ocorrem situações em que a comunicação entre os guias e os clientes é muito limitada por não se conseguirem expressar numa língua que os clientes entendam. Existem ainda guias sem conhecimentos acerca da natureza e da cultura local, que transmitem informações erradas e tentam enganar os turistas, havendo até casos de desrespeito. GT afirma que lhe chegam ocasionalmente reclamações de turistas que ficam insatisfeitos com os serviços de animação prestados na região e considera que falta um organismo que estabeleça procedimentos que permitam recolher e responder às reclamações dos turistas.

Q6. Foram identificados vários fatores que dificultam o desenvolvimento da oferta de animação turística ao longo das entrevistas. EM revela que a constante chegada de ajuda externa à região e a ausência de fome no país contribui para que a população não se sinta motivada para empreender projetos inovadores, ou integrar-se nos que possam ser desenvolvidos por terceiros. Por sua vez, a vulnerabilidade do turismo e a sua inconsistência dificultam a aposta no setor. A insuficiência de recursos humanos capacitados é justificada principalmente pela inexistência de formações. O PNP tinha nos seus planos realizar formação todos os anos, mas por falta de meios não tem sido possível realizá-los, o que tem impossibilitando o surgimento de novos guias qualificados e a renovação de conhecimentos dos guias existentes. A escassa formação que tem sido desenvolvida está dependente das contribuições da Fundação Príncipe ou da HBD.

Com a criação dos trilhos recomendados da Biosfera, o setor fez um esforço coletivo para elaborar de forma participativa (guias, hotéis, PNP, governo) as normas de conduta nos trilhos do PNP,

tabelar preços e definir rácios de segurança de guia por número de turistas, de forma a orientar os guias turísticos, especialmente nas zonas protegidas. Contudo, o trabalho não tem sido devidamente implementado e usado pelos guias, o que se tem agravado devido à carência de formações e ações de sensibilização para os guias, ou por estes considerarem que algumas das medidas são desajustadas.

Além das limitações dos serviços de saúde, que condicionam particularmente o desenvolvimento de produtos de turismo de aventura, são ainda identificados constrangimentos que enfraquecem o setor pela falta de condições de visitação de algumas zonas ou locais, nomeadamente acessos em mau estado, ineficiência na manutenção e limpeza dos recursos, falta de sinalização e inexistência de infraestruturas de apoio ao turismo.

Q7. O Príncipe revela-se, segundo EM, como sendo um local de criminalidade quase nula. É um local seguro onde os locais e os turistas podem andar livremente, tanto na cidade como em qualquer comunidade, sem que se corra qualquer perigo ou possibilidade de haver algum incidente que provoque desconforto. No entanto, EM admite que esta característica seja ligeiramente alterada no mês de agosto, com a chegada de um grande número de pessoas vindas de São Tomé para celebrar o mês da cultura e as suas festas. Em relação aos serviços de saúde, os entrevistados caracterizam-no como sendo um dos pontos fracos da região, a par dos serviços complementares de socorro e de resgate. O centro hospitalar local apenas possui valências para tratar de situações básicas, sendo necessário recorrer à evacuação para o hospital Central de São Tomé, em situações mais complicadas.

5.2.2 Dimensão B – A intervenção das entidades locais no processo de desenvolvimento turístico

No quadro 18 apresentam-se os principais pontos mencionados pelos entrevistados, referentes às quatro questões (Q8, Q9, Q10 e Q11) integradas na segunda dimensão.

Quadro 18 | Dimensão B – A intervenção das entidades locais no processo de desenvolvimento turístico

Entrevistado	Q8 – Qual é o envolvimento da instituição que representa no turismo da ilha?
EM	Promover alternativas de renda sustentáveis que reduzam a pressão sobre os recursos naturais; dar formação de observação de tartarugas aos guias no início de cada temporada; apoiar todos os parceiros com formação e capacitação de recursos humanos; a HBD é a segunda maior empregadora do país e a maior entidade de turismo.
AR	Além dos hotéis dinamizamos atividades para os hóspedes; temos a agricultura e a transformação de produtos biológicos; a fábrica de chocolate; a roça Paciência; envolvemo-nos na parte de recolha e separação de lixo e projetos de reciclagem; sensibilizamos a comunidade; ajudamos a Fundação Príncipe.
AL	Facilitar condições para os turistas poderem explorar os locais protegidos; controlar as autorizações das deslocações a locais protegidos; aspetos de manutenção e limpeza dos trilhos em a parceria com a Birdlife Internacional; eventualmente podemos ajudar na segurança e ajudamos com a formação dos guias.
MO	Além do hotel, existe uma vertente científica e uma social; contribui para a manutenção de acessos e recursos, nomeadamente da praia banana.
ET	Inspirar as pessoas com a nossa visão de desenvolvimento sustentável e conservação desta reserva da biosfera; temos a vertente da agricultura e horticultura; temos a fábrica de chocolate; ajudamos as comunidades; contribuímos para a conservação; ajudamos cooperativas.
YS	Envolvida com atividades de conservação em parceria com o PNP onde apoiamos na limpeza e manutenção dos trilhos; contribuir para o melhoramento e manutenção das infraestruturas turísticas da ilha; atividades sociais ligadas ao governo, nomeadamente limpezas.
GT	Controlar e contabilizar as entradas e saídas dos turistas no Príncipe; fiscalização ao segmento da hospedagem.
	Q9 – Qual o papel dos diferentes <i>stakeholders</i> na promoção do desenvolvimento do Príncipe como destino turístico sustentável? Qual o grau de envolvimento e qual o nível de cooperação?
EM	Os <i>stakeholders</i> não estão a fazer a sua parte para desenvolver um destino turístico sustentável; não é fácil ser sustentável, é preciso haver um compromisso e ponderar as coisas para tentar alcançar um equilíbrio; os grandes parceiros da fundação são o governo e a HBD; concurso comunitário anual em prole da conservação.
AR	Acho que estão a fazer a sua parte, começando por só haver unidades de alojamento de pequena dimensão; há uma preocupação a nível de resíduos mesmo não sendo fácil no Príncipe; está tudo mais ou menos alinhado, há uma boa intenção por detrás; na comunicação entre <i>stakeholders</i> há sempre coisas a melhorar.
AL	Todos os <i>stakeholders</i> estão a fazer a sua parte para desenvolver um destino turístico sustentável; grande grau de cooperação entre os hotéis o PNP e a Reserva da Biosfera; a relação entre o parque e os guias é frágil.
MO	A competitividade não está a contribuir para a sustentabilidade do setor.
ET	Os <i>stakeholders</i> tem essa intenção clara, mas acabam por surgir impactos negativos como a alteração dos comportamentos de consumo da população; a cooperação é boa, mas há sempre algo que pode ser melhorado.
YS	Todos estão a fazer a sua parte, essa é uma grande vantagem do Príncipe; a cooperação é boa entre os <i>stakeholders</i> , apenas entre a associação e os guias particulares ou o hotel belo monte é que há um pequeno défice de comunicação.
GT	Nem todos trabalham com o mesmo empenho, às vezes por falta de incentivo, mas todos sabem o que têm de fazer; antigamente fazia-se um encontro mensalmente entre os interessados; temos uma boa parceria com os hotéis.
Entrevistado	Q10 – Quais as limitações e dificuldades de um maior envolvimento de <i>stakeholders</i> para que estes possam desenvolver um trabalho mais relevante?
EM	É necessário formar e educar as pessoas locais para que possam também usufruir e participar no desenvolvimento turístico.
AL	As atividades do PNP estão limitadas pelos recursos humanos.
MO	O reduzido número de turistas que chegam diariamente à ilha condicionam a expansão do setor; os guias independentes que não cumprem as mesmas exigências feitas aos hotéis, veículos sem registo, sem seguros, e que praticam atividades a metade do preço tornam o mercado das experiências inexequível.
ET	A falta de pessoas para realizar as tarefas do PNP.
GT	Ainda existirem unidades de alojamento informais, não contribuindo assim com a taxa turística diária nem partilhando o número de turistas que recebem para a contabilização;

Quadro 18 | Dimensão B – A intervenção das entidades locais no processo de desenvolvimento turístico -

Continuação

	Q11 – Qual o papel que o setor público tem desempenhado no planeamento, gestão e desenvolvimento do turismo na ilha?
EM	O governo tem todo o mérito em ter conseguido captar o investimento de Mark Shuttleworth, mas continua a haver muitos setores públicos, nomeadamente do turismo, que têm de fazer mais; a HBD não pode substituir o governo.
AR	Deve regular, deve ter diretrizes do que é que é o desenvolvimento turístico sustentável, e certificar-se que quem está a desenvolver projetos nessa área vai de acordo com as diretrizes criadas; de grosso modo o governo cumpre o seu papel; o governo não dá muita Liberdade, limita nalgumas coisas, o peso burocrático atrasa muitas coisas; existe burocracia e ineficiência; deveria assumir um papel mais ativo no que diz respeito ao PNP.
AL	O setor público tem tido uma grande contribuição para o desenvolvimento turístico não tem havido impedimentos, discriminação, apenas abertura total para turistas e projetos de turismo.
MO	O governo deve assumir um papel mais ativo; o setor público deveria estar sobre os mesmo termos que o setor privado; o setor público deveria ter o papel de garantir certas condições para os privados poderem atuar devidamente, nomeadamente serviços hospitalares, eletricidade, água, educação, estradas; neste momento é o privado que tem de apoiar o setor público.
ET	é bastante positivo o compromisso do governo com o turismo sustentável e o selo da reserva da biosfera; o governo deve impor regras bem definidas e restritas para o tipo de turismo praticado na ilha; o governo precisa de ser mais ativo e dar essas regulações do turismo sustentável e ajudar a solucionar problemas relacionados com a infraestrutura como a questão de gestão de resíduos ou educação, saúde, as estradas; as suas intenções, e aquilo em que creem, parece estar muito bem alinhado com o que a ilha pretende alcançar.
YS	O setor público no que tem haver com o turismo, não está a funcionar; o turismo está no nível que está graças aos investidores, o privado que é o grupo HBD; qualquer deficiência que exista, algo que não esteja a acontecer é o governo; existe uma falta de proatividade da parte do governo; eles estão sempre na lentidão muito para trás.
GT	O setor público é dos mais interessados pelo turismo no Príncipe; não se pode deixar tudo para a Direção do Turismo resolver.

Q8. A Fundação Príncipe procura promover alternativas de renda sustentáveis que reduzam a pressão sobre os recursos naturais, utilizando o turismo como ferramenta para sustentar financeiramente os projetos desenvolvidos (ex.: CVR, sabão de abade, joias de chinelos de Picão). Além disso, esta fundação participa na formação de recursos humanos, nomeadamente na formação sazonal para capacitar os guias a levar os turistas a observar tartarugas.

O PNP tem como principal atividade facilitar condições para que os turistas possam visitar e desenvolver atividades, de forma sustentável, nas áreas protegidas, sendo responsável pelas autorizações de atividades dentro do parque, o seu controlo e fiscalização. Além disso, em parceria com a Birdlife Internacional, é responsável pela manutenção e limpeza dos TR.

O hotel Belo Monte, além das suas atividades como unidade de alojamento, tem uma vertente científica e de conservação financiando a Forever Príncipe, e uma vertente social com o apoio a uma creche na comunidade de Belo Monte. Apesar de não ser da sua responsabilidade, MO identifica ainda a contribuição do hotel para a manutenção do acesso e do espaço da praia Banana. A Secretaria do Turismo por sua vez, assume nas palavras de GT, a missão de controlar as entradas e saídas dos turistas na região. Este trabalho é feito com o apoio das unidades de

alojamento que lhes fornece os dados. Além disto, assume a responsabilidade de fiscalização do setor da hospedagem, mas distancia-se do setor da animação turística, afirmando que deve ser responsabilidade da Associação dos Guias fiscalizar as atividades dos guias que, por sua vez, não assume essa função.

A Associação de Guias Turísticos do Príncipe é uma entidade que agrupa todos os guias da ilha e desenvolve atividades de conservação, limpeza e manutenção dos equipamentos e recursos que utiliza para dinamizar as suas atividades turísticas. De forma indireta, orienta as atividades desenvolvidas pelos guias, através das ações de formação que desenvolve, mas não define nem controla a oferta, dando aos próprios guias a autonomia de conceber e disponibilizar os seus serviços.

O grupo HBD, além da vertente hoteleira e de animação que desenvolve, possui outras vertentes: i) agrícola - produzindo horticultura para seu consumo e de transformação de produtos agrícolas na roça Paciência e Fabrica de Chocolate; ii) de conservação - trabalhando em parceria com a Fundação Príncipe e PNP, apoiando os seus projetos através da taxa de conservação cobrada aos seus clientes; iii) apoio ao desenvolvimento social - através de uma taxa cobrada aos seus clientes que revertem para apoio de projetos das comunidades.

Q9. De forma quase unânime, os entrevistados referem que todos os *stakeholders* estão alinhados e trabalham para que as suas atividades contribuam para a sustentabilidade da região. YS identifica esta união em prol da conservação e proteção como uma grande vantagem do Príncipe, considerando que os investidores estão muito focados na conservação e o mesmo é exigido ao governo. No entanto, como EM sublinha, ao longo do processo é inevitável que existam consequências menos positivas inerentes às suas atividades, o importante é encontrar o equilíbrio e agir ponderadamente de forma a encontrar as melhores soluções. Ao contrário dos restantes, a presidente da Fundação Príncipe considera que, infelizmente, os *stakeholders* não estão a fazer a sua parte para desenvolver o destino turístico de forma sustentável. Admite que é algo difícil de alcançar, mesmo a própria Fundação Príncipe que trabalha em prole da conservação e desenvolvimento do Príncipe tem de assumir compromissos, como por exemplo recorrer a combustível fóssil. ET admite também que, mesmo com as melhores intenções, são originados impactos negativos com as suas atividades, exemplificando a alteração dos hábitos de consumo dos seus empregados, que com o aumento do poder de compra consomem mais bens importados que geram conseqüentemente mais lixo. AR aponta a pequenez das unidades de alojamento como um bom princípio para a região atingir a sustentabilidade, mas preocupa-se com a necessidade de importar, para contentar as exigências da hotelaria, criando assim mais resíduos. MO acrescenta que a competitividade do destino tem vindo cada vez mais a sufocar economicamente o setor empresarial e, conseqüentemente, levar a um desvio de atenção da vertente sustentável. Ambas

as unidades hoteleiras reconhecem a dificuldade em tornar as suas atividades economicamente autónomas, estando dependentes da ajuda dos seus investidores, não tendo assim qualquer perspectiva de algum dia recuperar o valor investido.

O grupo HBD é a entidade que mais emprega no Príncipe e que maior influência tem no desenvolvimento do destino; o seu empenho na sustentabilidade é visível em diversas vertentes, mas EM destaca a recentemente taxa de conservação cobrada de forma voluntária aos seus clientes. Esta destina-se a apoiar, de entre outras formas, a Fundação Príncipe, que tem o objetivo comum desenvolver a ilha de forma responsável, permitindo ao PNP praticar as suas atividades de conservação.

De uma maneira geral, a cooperação entre todos os agentes é positiva, existindo diversos pontos convergentes entre *stakeholders*, com o objetivo comum de desenvolver o Príncipe, como o caso da taxa de conservação mencionada anteriormente ou a disponibilidade da Associação do Príncipe em mobilizar guias para contribuir na limpeza e manutenção dos recursos, tendo apenas sido apontados algumas falhas de comunicação, especialmente dirigidas aos guias independentes, que não concordam com as normas estabelecidas e por isso não as têm cumprido.

Q10. Além das limitações do setor apontadas anteriormente, EM considera ser necessário capacitar os locais para participar no processo de desenvolvimento turístico de uma forma responsável e assim poderem também usufruir do turismo. É necessário planear e monitorizar adequadamente a expansão do setor, para que não se ultrapassem as capacidades de carga adequadas e se assegure a sustentabilidade.

Por falta de meios do governo, AL e ET consideram que as 4 pessoas atualmente em função não são suficientes para fazer o controlo, monitorização e manutenção dos trilhos, sendo necessário mobilizar mais recursos humanos para a equipa do PNP, para que esta tenha a capacidade de cumprir com as suas funções e responsabilidades.

MO considera que não estão a ser aplicadas as mesmas exigências aos guias individuais que são aplicados aos hotéis, inviabilizado a ampliação da oferta de animação por parte dos hotéis, uma vez que não conseguem competir com os preços praticados pelos guias.

A Secretaria do Turismo apenas fiscaliza as unidades de alojamento, não havendo por isso qualquer controlo ou fiscalização sobre a vertente da animação turística. AL revela a existência de um mecanismo que possibilita o PNP de sancionar os guias que infringem as normas estabelecidas, podendo ser aplicadas por desrespeito dos guias aos visitantes, por cobrarem valores diferentes do estabelecido, por desrespeitarem os rácios de segurança estabelecidos, ou desrespeitarem as normas de conduta. No entanto, o próprio YS, presidente da associação de guias do Príncipe, desconhece quaisquer normas para sancionar guias oficiais ou não, afirmando que a única ferramenta que tem à disposição é a redistribuição dos turistas para outros guias, mas que

esta se revela como sendo uma medida ineficiente, uma vez que os guias continuam a poder praticar as suas atividades com turistas que angariam individualmente. GT considera ainda que a existência de diversas unidades de alojamento informais, que não contribuem com a taxa turística de 3 euros unitários por noite e consequentemente não partilham o número de turistas que recebem para contabilização por parte do governo, apresenta-se como uma limitação das atividades da Secretaria do Turismo.

Q11. O setor público tem um papel diretor no planeamento estratégico do turismo no Príncipe e assume o forte compromisso de garantir a prática de um turismo sustentável na região, em prole do desenvolvimento. Não existem dúvidas das intenções do setor público, que já tomou várias decisões fundamentais para o destino chegar onde se encontra, no entanto, é apontado por alguns entrevistados como inativo e ineficiente, com um elevado peso burocrático e de certa forma limitador das atividades do setor privado. YS considera que o turismo apenas chegou ao estado em que está, devido ao envolvimento dos investidores privados. De uma forma geral, ainda que segundo AR o setor público cumpra com o seu papel, é exigido mais do governo, devendo assumir um papel mais proativo e deixar de se apoiar tanto na ajuda dos privados. Entre as ineficiências apontadas ao setor público, como limitadoras da atividade turística, enumeram-se: a falta de regulamentação da atividade turística, a fiscalização desigual dos diferentes agentes, condições dos acessos deficientes, serviços hospitalares com pouca qualidade, educação deficitária, fornecimento de água, eletricidade e gestão de resíduos insuficientes.

5.2.3 Dimensão C – O futuro do turismo

Esta dimensão é composta por 4 questões (Q12, Q13, Q14 e Q15), apresentando-se a síntese das respostas dos entrevistados no quadro 19.

Quadro 19 | Dimensão C – O futuro do turismo na região

Entrevistado	Q12 – Qual a estratégia, posicionamento e medidas que o Príncipe deve apostar para reforçar o desenvolvimento sustentável da região?
EM	É preciso: alterar políticas de consumo, quer a nível das entidades como da população, limitar a importação; criar bases de educação, saúde e ambiente; integrar a população no planeamento; consciencializar a população para os impactos das suas atividades e que percebam que podem vender os seus recursos naturais em turismo; apostar na consciencialização do turista, em como este deve agir; apostar na sensibilização dos guias e população para combater maus hábitos de relacionamento com os turistas.
AR	Melhorar o sistema de saúde; a Associação dos guias poderia ter um papel de valorização e formação dos guias, contribuir para a qualidade dos guias, regular quem são os guias que tem autorização de entrar no parque e fiscalizar; criar um sistema para entrada e saída de guias da atividade turística; criar um sistema disciplinar da atividade dos guias.
AL	Deve-se concentrar na conservação e restauração das espécies em vias de extinção; ter uma plataforma de informação e difusão de informações da ilha do Príncipe para o resto do mundo, promover mais o Príncipe.
MO	Manter melhor o PNP; melhorar os acessos; desenvolver os aspetos técnicos dos recursos humanos.
YS	A secretaria do turismo deveria assumir o papel de controlar a qualidade e os preços da oferta dos guias independentes; melhorar a infraestrutura da saúde; regulamentar e fiscalizar melhor a atividade turística; melhorar a divulgação de informação e sinalização.
GT	Capacitar os guias turísticos.
Q13 – A nível da oferta de produtos, quais os produtos e ações que considera que deveriam ser implementadas?	
EM	ATTRAP – atividades relacionadas com plantas medicinais e a COOPAPIP – atividades apícolas.
AR	Apostar no turismo de natureza e no lado cultural, as roças e o lado histórico, ter museus ou exposições que falem sobre a cultura do Príncipe; atividades de remo; o caiaque, <i>stand up paddle</i> ; mergulho.
AL	Atividades terapêuticas tradicionais a partir de recursos florestais através da ATTRAP em parceria com o PNP; existem muitos pontos verticais, boas altitudes, terrenos acidentados para explorar atividades relacionadas com escalada.
MO	O mergulho; apostar em projetos de conservação e investigação.
ET	Na cidade há oportunidade para criar experiências relacionadas com a criação de peças de roupa tradicionais; ter mais coisas para fazer à noite; grupos locais de dança a proporcionar coisas; um mapa de Santo António de coisas para ver e fazer; expandir os trilhos oficiais para partes da ilha onde não há.
YS	Qualificar recursos para desafogar o trilho da cascata Oquêpipi; divulgar melhor os eventos culturais para os turistas participarem; deve se apostar mais no birdwatching; é preciso não criar demais; é preciso não criar demais;
GT	Apostar na cultura do Príncipe; eventualmente coisas como a farinha de mandioca ou a vassoura de andala são recursos únicos que o turista ia gostar.
Q14 – A nível da instituição que representa, o que tem projetado ou propõe que seja desenvolvido no futuro para promover o desenvolvimento turístico do Príncipe?	
EM	Vamos lançar novamente o projeto das ideias comunitárias.
AL	Recuperação das espécies de búzios no PNP através da criação de viveiros para consumo.
YS	Procurar alternativas de proporcionar atividades culturais aos turistas; dar uma nova formação para atualizar os guias atuais; criar um sistema de certificação do guia.
GT	Revitalizar o farol da ponta mina.
Q15 – Gostaria de expor mais alguma informação que considere relevante a considerar no planeamento turístico da região?	
AL	Esse planeamento deve ser feito com a colaboração e contribuição direta e efetiva em parceria entre o governo, o parque, a reserva, o turismo regional e as florestas.
ET	tem de se manter especial porque se esta ilha começar a parecer tal como as outras ilhas nas Caraíbas vai perder a sua importância; manter em conta que a natureza, as comunidades a cultura em primeiro lugar e depois o turismo aparece como ferramenta para suportar esses elementos.
YS	o turismo deveria estar mais unido entre as duas ilhas, a plataforma nacional de turismo deveria responder as duas ilhas.
GT	O turismo é de todos e todos devem fazer a sua parte. Se é para o bem do Príncipe possamos trabalhar todos juntos.

Q12. No que se refere à estratégia, posicionamento e medidas em que o Príncipe deve apostar para reforçar o desenvolvimento sustentável da região, segundo EM, deve-se, em primeiro lugar, assegurar a proteção da região face à atividade turística; nesse sentido deve apostar-se na conservação da biodiversidade, regulamentação e fiscalização da atividade turística, de forma a atenuar os seus impactos. Neste sentido, também a qualificação dos recursos humanos contribui para a proteção do destino, uma vez que sensibiliza os agentes da oferta a proporcionarem experiências mais conscientes, tanto a nível ambiental como social. EM sublinha ainda a importância de sensibilizar a população local para que melhor compreendam que o turismo também lhes pode servir, explorando o seu território de uma forma mais sustentável, mas com iguais ou melhores proveitos económicos, sendo também necessário fazer um esforço de sensibilização do turista e da população de acolhimento, com o propósito de criar relações mais sustentáveis. AR e YS discordam sobre quem deve ser a entidade orientadora dos guias independentes, se a Associação dos guias ou a Secretaria do Turismo, mas é clara a necessidade de reorganizar o sistema de atividade dos guias. YS sugere ainda a aposta numa melhor divulgação de informação acerca dos recursos atrativos do Príncipe e na preparação do território para ser explorado de forma mais profícua, apostando na sinalização e qualificação dos recursos.

Q13. O produto sugerido pela maioria dos entrevistados como alvo de maior reforço, foi o turismo cultural. Este apresenta-se como um recurso de elevado potencial, mas que atualmente não está a ser aproveitado para fins turísticos, pelo que é recomendado uma melhor divulgação dos eventos culturais já existentes, para que os turistas tomem conhecimento dos mesmos e sejam estimulados a participar. As cooperativas, a ATTRAP e a COOPAPIP foram também identificadas como potenciais entidades para dinamizar atividades relacionadas com terapia tradicional e interpretação de plantas medicinais, assim como atividades apícolas, como já o fizeram no passado. O turismo de natureza é o principal produto do destino e assim deve continuar a ser, mas já tem uma oferta mais consistente, principalmente através dos trilhos recomendados da Biosfera, embora tenha sido sugerida a ampliação dos trilhos. As atividades náuticas foram também apontadas com algum potencial de desenvolvimento, especialmente o mergulho, que deixou de ser realizado desde o encerramento do Bom Bom Dive Center. É de destacar ainda as sugestões de ET, de apostar no turismo criativo focalizado na cidade de Santo António, recomendando a criação de um mapa que possibilite uma melhor exploração da mesma pelos turistas.

Q14. Foram poucas as iniciativas de futuro partilhas pelos entrevistados, talvez devido à recente recessão do setor sentida recentemente pela pandemia COVID-19, uma vez que nenhuma entidade privada se expressou quanto ao assunto. Dos projetos mencionados na área da animação turística, destaca-se a perspetiva de revitalização do Forte de Ponta Mina pelo governo e o compromisso do Presidente da Associação dos Guias de encontrar soluções para expandir a vertente do turismo

cultural no ano seguinte. Os projetos da Fundação Príncipe referentes ao concurso comunitário, e os do PNP, com a criação de viveiros dos búzios para diminuir a pressão sobre os mesmos, demonstram o compromisso das entidades em contribuir para a sustentabilidade da região.

Q15. Destaca-se o reconhecimento, pela maioria dos *stakeholders* entrevistados, da importância da união entre os atores no planeamento e a execução das suas atividades, em prole do bem comum de beneficiar e desenvolver a ilha do Príncipe.

5.3 PROPOSTAS DE VALORIZAÇÃO DO TURISMO ATIVO NO PRÍNCIPE

Neste capítulo apresentam-se propostas que contribuam para uma efetiva valorização do turismo ativo e desenvolvimento sustentável do setor da animação turística no Príncipe, de forma a contribuir para que o destino se torne mais competitivo e uma referência nas dinâmicas da procura e oferta turística, ao nível dos mercados nacional e internacional.

No desenrolar deste estudo ficou clara a necessidade de uma ação profunda e consistente por parte das entidades responsáveis do turismo, em articulação com os agentes privados, para promover o desenvolvimento do turismo na ilha. Apesar de o setor possuir recursos de elevada atratividade, apresenta diversos constrangimentos decorrentes da falta de recursos humanos capacitados, da procura turística limitada e de baixa permanência, da desvalorização do planeamento e regulamentação vigentes, da qualidade inconsistente da oferta e de um modelo de oferta turística estruturado em propostas pouco diversificadas.

A qualidade da oferta turística é um fator dorsal da competitividade e sustentabilidade de um destino (Cardoso, 2011; Crato, 2010; Silva, 2013), deste modo, para que a estratégia de diferenciação não seja somente baseada nos recursos intrínsecos da região e do seu estado de conservação, é necessário apostar na melhoria da qualidade da oferta e dotar a região das condições necessárias para que esta oferta possa contribuir positivamente para a justificação do posicionamento premium da região e para a satisfação das expectativas mais exigentes dos seus visitantes.

Tendo em maior consideração a sustentabilidade do setor, a conceção destas propostas são o resultado da articulação da informação obtida ao longo deste trabalho, baseadas nas novas tendências do turismo, nas potencialidades e nos recursos endógenos identificados, nas especificidades do território e nas opiniões e preocupações levantadas pelos *stakeholders*.

Estas propostas visam procurar introduzir novas dinâmicas no quadro da animação turística, de forma a:

- Ampliar e diversificar o produto global do destino e a atividade turística;
- Dispersar geograficamente a atividade turística;
- Ampliar a procura turística e o consumo de bens turísticos, assegurando em simultâneo a sustentabilidade;
- Aumentar o tempo médio de permanência;
- Aumentar o gasto médio por turista;
- Melhorar o nível de satisfação dos turistas, criar condições para uma maior fidelização e consequente retorno do cliente;
- Revitalizar os produtos locais associados à cultura, gastronomia e ao artesanato;

- Qualificar as infraestruturas e equipamentos destinados às atividades de turismo na natureza e cultural;
- Estimular formas de cooperação e parcerias e um sistema de atividades mais consistente e sinérgico;
- Reforçar a imagem do destino alavancada no turismo responsável, sustentabilidade, autenticidade e hospitalidade.

As propostas apresentadas dividem-se em três eixos estratégicos de intervenção, áreas consideradas críticas no panorama turístico do Príncipe:

- I. Formação e qualificação de recursos humanos;
- II. Diversificação e inovação da oferta em produtos de turismo ativo;
- III. Qualificação do destino.

A viabilidade e implementação das propostas estão dependentes da sua integração num planeamento inclusivo e participativo entre os principais *stakeholders* locais: i) o Governo Regional através do departamento da Secretaria do Turismo e Comércio; ii) o PNP e Reserva da Biosfera; iii) a Associação dos Guias do Príncipe; iv) a Fundação Príncipe; v) o setor empresarial; e vi) a comunidade local.

Considera-se que o desenvolvimento sustentado do turismo na região exige que estes *stakeholders* trabalhem em conjunto, que delineiem as redes de intervenção comuns e individuais, as plataformas de financiamento e a distribuição de responsabilidades pela realização e êxito das propostas.

5.3.1 Formação e qualificação de recursos humanos

A primeira área proposta prende-se com a qualificação de recursos humanos para a dinamização das atividades de animação turística. Os serviços de animação são um dos fatores mais determinantes para a qualidade da experiência turística ao visitar um território (Astrapellos et al., 2010; Moutinho, 2008; Esteves, 2015), especialmente quando estes são o principal elo entre o destino e o turista, algo cada vez mais frequente no Príncipe. Assim, os atores e responsáveis pela gestão turística devem dar especial atenção à qualificação da oferta, não existindo margem para menosprezar a importância de um profundo conhecimento técnico e científico de quem as dinamiza, quer no plano da gestão, quer na sua execução.

A qualificação profissional dos técnicos de animação turística é crucial para promover a inovação, reforçar a qualidade dos serviços prestados, garantir a segurança dos clientes e promover a dinamização de atividades responsáveis (Bento, 2018). Estes aspetos permitem ainda assegurar um serviço que promova a valorização da experiência turística e uma maior satisfação e bem-estar dos turistas. Assegurar a qualidade dos serviços e a prática turística responsável é essencial

para promover a preservação do ambiente, constituindo mais benefícios para as comunidades locais e a segurança dos turistas. Estes aspetos são especialmente importantes num território como o Príncipe, onde a fragilidade da biodiversidade e a debilidade da economia local são elementos marcantes.

Nesse sentido, é essencial promover a qualificação dos recursos humanos, que incluam mecanismos de formação e orientação dos técnicos e empresários, que valorizem o controle de qualidade e incentivem o empreendedorismo nas atividades de animação turística. A criação de oportunidades complementares, da qualificação dos recursos humanos já no ativo, mas também da entrada de novos atores, permite ampliar a massa crítica do setor e as competências técnico-científicas dos recursos humanos, de modo que se possa reforçar a qualidade da oferta e a competitividade do destino no mercado internacional.

Uma vez que o contexto atual do turismo no Príncipe é caracterizado por um setor insipiente, pouco qualificado, onde predominam organizações e microempresas, muitas delas de cariz familiar e oferta não organizada prestada por agentes individuais, existem problemas acrescidos na implementação de medidas estruturantes que permitam assegurar serviços ricos e de qualidade. A implementação de medidas que promovam a qualidade da oferta envolve geralmente processos relativamente complexos na sua implementação, pelo que as ações a desenvolver para fomentar a responsabilidade, qualidade e sustentabilidade devem começar por ser simples e operacionais. São exemplo disso a implementação de códigos de conduta das atividades e os manuais de boas práticas, devendo depois evoluir gradualmente para sistemas de melhoria mais complexos, levando posteriormente a modelos de gestão nas diversas áreas e prémios de excelência.

Assim, propõem-se as seguintes medidas, que visam a melhoria da qualidade dos serviços turísticos:

- Criação de código de conduta no PNP, onde devem constar as regras e as orientações relativas a cada modalidade (ex.: pedestres e interpretativas), os locais e as épocas do ano em que as mesmas podem ser praticadas, bem como a respetiva capacidade de carga;
- Elaboração de manual de boas práticas para todos os guias do Príncipe e as suas atividades em regime *touring*;
- Apoio de gestão, aconselhamento e estruturação na prestação de serviços aos guias inscritos na Associação de Guias do Príncipe;
- Formação em primeiros socorros e socorrismo em locais remotos, a todos os guias inscritos na Associação de Guias;
- Criação de um programa único de formação e avaliação técnica para integração de novos guias na Associação de Guias;

- Criação de um sistema de cursos e *workshops* certificados complementares e especializados nos diversos produtos turísticos;
- Promoção de formação em inglês junto dos guias e operadores turísticos.

5.3.2 Diversificação e inovação da oferta

A segunda área de intervenção tem em vista a ampliação e qualificação das atividades dinamizadas pelas unidades hoteleiras e guias independentes e, eventualmente, inspirar a criação de novas estruturas empresariais nos múltiplos segmentos associados ao turismo ativo.

Seguindo uma estratégia de melhoria da qualidade da oferta e atratividade do destino, com o intuito de estimular a procura, o modelo de desenvolvimento deverá basear-se na criação de fatores de diferenciação e especialização do destino, através do reforço estratégico e complementaridade de produtos, e nas especificidades endógenas do território, para assim reforçar a qualidade e notoriedade do destino em torno da insularidade, do mar e da natureza, especialmente junto dos nichos de mercados alinhados com os mercados-alvo.

Do ponto de vista de desenvolvimento e de uma distribuição equilibrada da atividade turística, tanto em termos de pressão ambiental como de mais-valias económicas, face à abundância de potenciais recursos atrativos, torna-se essencial desenvolver uma política de oferta e promoção de produtos e serviços compostos por uma multiplicidade de atividades que potenciem as valências dispersas entre as diferentes comunidades da região, contribuindo assim para uma maior dispersão dos visitantes e para a valorização de recursos naturais e do património.

Para um território com tamanha riqueza ambiental, é importante propor projetos de animação que permitam divulgar as suas potencialidades naturais, desenvolvendo produtos com capacidade de, não só satisfazer as maiores exigências do mercado, mas que sejam igualmente promotores de inovação, desenvolvimento e sustentabilidade, com conteúdos que contemplem abordagens de ordem educativa, científica e lúdica, e de elevada emotividade. O destino precisa de fazer a transição de uma oferta que se baseia na contemplação da natureza, para outra que valorize mais a vertente experimental e de natureza vivenciada. Nesta evolução, é prioritário manter a autenticidade e não cair em experiências “fabricadas” para turistas, desprovidas de conteúdos ligados ao território e de afetividade. A “experimentação verdadeira” só é possível de alcançar através do equilíbrio entre a organização e a genuinidade, devendo o destino gerir e conservar a sua simplicidade, dimensão reduzida e sentido comunitário.

Assim, distinguem-se as propostas que visam a ampliação e diversificação da oferta, com medidas que podem ser implementadas de imediato e com medidas a médio prazo, devido à necessidade de qualificação técnica e/ou análise de impactos e/ou qualificação de recursos e/ou instalação de equipamentos:

A CURTO PRAZO

- Qualificação dos trilhos recomendados da biosfera existentes;
- Ampliação da oferta de pequenos percursos pedestres interpretativos, especialmente ao redor da cidade (ex.: trilho da Nova Cuba; trilho da Barragem);
- Conceção de uma grande rota pedestre do Príncipe, apenas fora do PNP (zona centro e norte), articulando com alojamento em diferentes unidades hoteleiras e atividades de animação dispersas pela região;
- Criação de um circuito que ligue os principais elementos patrimoniais (museus, roças, igrejas, antigos edifícios coloniais, monumentos, arquitetura, vistas, gastronomia, cooperativas, lojas tradicionais, etc.) integrados numa dinâmica de animação que ocorra de forma complementar;
- Aposta no desenvolvimento de produtos de nicho diferenciadores, dando destaque a atividades em regime híbrido, nomeadamente: i) Atividades de interpretação ambiental: *birdwatching*, plantas medicinais, cacau, café, coco, vinho de palma, especiarias; ii) Turismo de aventura ligados a atividades/workshops de sobrevivência; iii) Astroturismo associado à comprovação da teoria da relatividade por Eddington;
- Criação de uma atividade de hibridação entre a CVR e *Geocaching*;
- Implementação de rota de turismo criativo entre as várias áreas artísticas, identificando as diversas oficinas plásticas nas quais os turistas poderiam participar. Cada comunidade deverá focar-se numa das artes e proporcionar uma experiência distinta ao turista (ex.: olaria, pintura, escamas peixe, artes com coco, utensílios madeira e escultura, artes com vime, esteiras, dêxa; culinária);
- Criação de um centro de interpretação cultural do Príncipe, no Centro Cultural do Príncipe, e utilização do mesmo para divulgação de eventos e manifestações culturais;
- Criação de um centro de interpretação da biodiversidade animal e vegetal do Príncipe, na sede do PNP;
- Valorização dos miradouros como pontos de vigia de cetáceos e aves marinhas: Ilhéu Bom Bom; Forte da Ponta Mina; Terreiro Velho; Miradouro S. Joaquim; e Oquêdaniel;
- Valorização da Lagoa Azul (na cidade) para local de banhos;
- Revitalização do Forte de Ponta Mina;
- Valorização das edificações coloniais e anteriores;
- Criação da oferta de passeios de caiaque.

A MÉDIO PRAZO

- Aposta no *Coasteering* com uma vertente ecológica;
- Conceção de experiência de pesca artesanal na praia das Burras;

- Revitalização do mergulho com uma vertente de conservação e restauração marinha;
- Revitalização do Campo Político com oferta de percursos de arborismo associado ao produto *birdwatching*;
- Conceção de atividade de rappel no precipício da Ponta Mesa;
- Averiguação de locais para explorar o produto rappel, escalada e manobras de corda;
- Averiguação de condições e conceção de percurso de *canyoning* no polo das cascatas de Monte Alegre;
- Conceção de caminhada aquática no Rio Papagaio;
- Averiguação da possibilidade de conceção de um circuito que atravesse o sul da ilha e conceção de uma expedição ao sul de forma a circundar a ilha a pé;
- Aumento da vertente de sensibilização e consciencialização ambiental às camadas jovens do Príncipe, proporcionando-lhes atividades turísticas na natureza.

5.3.3 Qualificação do destino

A terceira área de intervenção compreende a gestão estratégica e qualificação dos recursos que sustentam o desenvolvimento turístico.

Face à importância que o turismo tem vindo a adquirir na região e à fragilidade da natureza que o sustenta, torna-se indispensável a adoção de um planeamento e uma gestão integrada entre o setor turístico, o ordenamento do território e o ambiente, de forma a assegurar a sustentabilidade da atividade turística e potenciar, de forma responsável e controlada, a utilização da natureza como recurso turístico, sem limitações excessivas ou imposição de procedimentos burocráticos.

Ainda que o destino em análise seja um destino insular de águas quentes com diversas atratividades que, por si só, motivam a deslocação de turistas à região, para que o turismo possa ser um pilar do desenvolvimento do território e assegurar a sua sustentabilidade é necessário criar condições para valorizar os recursos da região, criando condições que facilitem e potenciem a sua utilização pela comunidade e visitantes, e se tornem efetivas atrações turísticas. A qualidade dos recursos naturais é um fator de grande importância para o setor do turismo, especialmente porque este está predominantemente assente no segmento natureza. A oferta de equipamentos e infraestruturas é essencial para servir os visitantes, facilitar o acesso à fruição do património, acrescentar valor ao produto e ampliar a sua oferta, sendo por isso necessário investir continuamente em equipamentos especializados e complementares, adequados a cada um dos produtos e nicho de mercado associado, fator essencial para a ampliação e criação de melhores condições de visitaçao do património, sendo fundamental assegurar que os impactos no ambiente destes equipamentos e infraestruturas sejam minimizados.

Assim, para a qualificação do destino propõem-se as seguintes medidas:

- Revisão do plano de gestão do Parque Natural do Príncipe;
 - Reavaliação das limitações turísticas na zona parcial 1;
 - Elaboração de um estudo de identificação do valor necessário para viabilizar uma boa gestão do PNP;
 - Revisão dos valores para entrada de turistas na área do PNP;
 - Criação de novas alternativas que possam gerar receitas para o PNP (ex: *workshops*, formações, centro interpretativo);
 - Conceção de um mecanismo orientador do visitante para o PNP e outras áreas de interesse na ilha do Príncipe;
- Avaliação das estratégias de gestão do risco e socorro e aquisição de equipamentos que facilitem o resgate, reforçando as sinergias das entidades civis afetas ao socorro e as forças militares;
- Discussão, reavaliação e análise da estratégia do destino acerca da autonomia do turista, mobilidade e obrigatoriedade de guia;
- Restruturação do sistema de manutenção dos recursos turísticos e definição de um programa calendarizado das necessidades de manutenção e limpeza dos lugares turísticos;
- Revitalização do sistema de controlo, monitorização e fiscalização de entradas e das atividades desenvolvidas no PNP;
- Revitalização do sistema de sinalização dos trilho e acessos, com escolha criteriosa dos materiais utilizados;
- Produção de brochuras descritivas de atividades passíveis de serem praticadas na região;
- Distribuição de materiais, nos locais de maior relevância, com informação turística acerca da envolvente ambiental e conduta adequada a ser adotada pelos visitantes e locais;
- Fornecimento e capacitação dos locais de maior visitação, com equipamentos de qualidade que garantam a segurança dos visitantes e minimizem os seus impactos, com um design que respeite a manutenção da traça natural (ex.: sinalização, pontes suspensas, refúgios, corrimões de segurança, etc.);
- Melhoramento e criação de estruturas de apoio à atividade turística nos principais recursos da região, nomeadamente através da criação de estruturas de apoio sanitário nos principais locais turísticos;
- Requalificação e reabilitação de todos os locais de interesse turístico que se encontrem negligenciados, como por exemplo zonas balneares e zonas envolventes de locais turísticos, miradouros, trilhos, entre outros;
- Conceção de campanhas de sensibilização da população local para o conceito de turismo sustentável, ativo e responsável.

- Incentivo da formação e divulgação de boas práticas e penalizações, em caso de práticas proibidas e nocivas;
- Encorajamento e valorização de práticas e iniciativas positivas de recolha e limpeza de resíduos e tratamento/valorização de resíduos, e ainda a criação de sinalética e materiais de sensibilização para turistas e locais nesse sentido;
- Criação de um sistema de divulgação, promoção e venda (central de reservas) que inclua a oferta de todos os agentes interessados, dando particular ênfase à oferta de atividades de turismo ativo.

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1 ANÁLISE CONCLUSIVA

Nesta dissertação foram abrangidas diversas áreas, de forma a contextualizar e fundamentar a elaboração de propostas sustentadas com o propósito de desenvolver, responsabilmente, o segmento da animação turística na ilha do Príncipe, com enfoque no segmento do turismo ativo, tendo sido cumpridos todos os objetivos definidos inicialmente.

Numa primeira abordagem, foi analisado o contexto vulnerável em que se insere o caso de estudo, compreendendo as condicionantes e limitações de uma pequena região insular em desenvolvimento. É ainda evidenciado o potencial do turismo para capitalizar as suas peculiaridades, tornando-as vantagens competitivas e, desta forma, sustentar o seu desenvolvimento, criando receitas e emprego, reduzindo a pobreza e criando infraestruturas.

O primeiro objetivo [analisar os modelos de desenvolvimento turístico das regiões insulares de pequena dimensão e, em particular, de São Tomé e Príncipe] foi concretizado, verificando-se que é essencial adotar um modelo adequado de desenvolvimento, de forma a precaver os possíveis efeitos negativos do setor na sociedade, ambiente e economia. Assim, o turismo alternativo responsável surge como uma solução capaz de atenuar os impactos negativos do turismo, estabelecendo uma valorização dos valores naturais e culturais do destino, sem prejuízo da vertente económica.

O segundo objetivo [caracterizar o turismo ativo e respetivo mercado] foi alcançado através da revisão da literatura, explorando o conceito de turismo ativo e a sua evolução, face às novas tendências da procura, ao crescente interesse pelas atividades na natureza e questões ambientais, e ao entusiasmo por dinâmicas ativas e estimulantes; o peso do turismo ativo está a aumentar, o que contribui de forma significativa para a expansão do setor da animação turística.

De seguida, na apresentação da envolvente em que a região em estudo se insere, tornou-se evidente a existência das fragilidades e condicionantes de desenvolvimento identificadas na revisão bibliográfica para regiões semelhantes, mas com um carácter especialmente palpável devido à dupla insularidade.

O terceiro objetivo [caracterizar o turismo no Príncipe, com especial atenção ao setor da animação turística] foi atingindo no capítulo 4, com a elaboração do diagnóstico turístico do destino, onde se tornou clara a intenção de distanciamento dos mercados massificados e do segmento sol e praia, para um destino com a ambição de se tornar num exemplo de sucesso a nível da sustentabilidade, aproveitando-se da sua juvenidade para construir de raiz uma referência para o mundo, um

exemplo a seguir, baseando-se no ecoturismo para desenvolver a região. Este diagnóstico foi consumado com a elaboração de um inventário dos potenciais recursos turísticos da região, correspondendo ao quarto objetivo [proceder ao inventário dos recursos turísticos associados ao turismo ativo no Príncipe], permitindo verificar o efetivo subdesenvolvimento do setor, face ao seu potencial valor, e identificar a abundância de recursos atrativos menosprezados.

O quinto objetivo [avaliar o potencial dos recursos turísticos e desenvolvimento de produtos associados ao turismo ativo no Príncipe] apenas foi possível com a ajuda de especialistas da região, que identificaram e avaliaram os principais produtos a desenvolver associados ao turismo ativo, destacando-se o pedestrianismo, o mergulho e, principalmente, as atividades interpretativas ambientais e culturais.

O sexto objetivo [auscultar diversos *stakeholders* em relação ao potencial da animação turística no Príncipe] foi alcançado com recurso às entrevistas, permitindo assim concluir que todos os agentes do turismo apresentam uma visão do destino sustentável. No entanto, nem todos apresentam a mesma opinião sobre o nível de desenvolvimento do turismo na região. Estas divergências nas análises qualitativas de cada agente do setor revelam diferentes posições e níveis de exigência, face ao conceito de qualidade e à urgência de adoção de políticas para garantir a sustentabilidade do destino. São abordadas diversas condicionantes da atividade turística, destacando-se alguma incongruência a nível da oferta (a nível da quantidade, diversidade e qualidade), insuficiência de recursos humanos capacitados e debilidade do sistema de saúde. É ainda evidenciado o desafio de desenvolver o Príncipe como destino turístico sem descaracterizar as mais-valias existentes, como o estado de conservação da natureza, a distinta identidade cultural e a sua autenticidade. Desta forma, a região deve optar por adotar um modelo de desenvolvimento em volta do segmento de turismo ativo *soft*, assente na potencialização das suas especificidades endógenas, sendo crucial o crescimento do setor de forma ponderada e responsável.

No que se refere ao objetivo principal: “apresentação de propostas de valorização do turismo ativo no Príncipe que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável e inovador do destino”, com base no panorama diagnosticado são indicados três eixos de atuação fundamentais:

- I. Formação e qualificação de recursos humanos, como meio de melhorar a qualidade do serviço prestado;
- II. Diversificação e inovação da oferta em produtos de turismo ativo, como meio de aumentar a competitividade e diferenciação do destino;
- III. Qualificação do destino potenciando muitos dos seus recursos por explorar, de forma a poderem ser utilizados de forma sustentada pelos visitantes.

As propostas preconizadas têm como objetivo auxiliar as entidades locais na tomada de decisões mais concertadas quanto ao desenvolvimento do turismo e a alavancar um processo contínuo de debate público. O sucesso das propostas depende inteiramente da sua integração num planeamento inclusivo e participativo entre os principais *stakeholders* locais, incluindo a comunidade residente, devendo ser incentivadas formas de cooperação e sinergias. Só a partir do compromisso e empenho dos atores públicos e privados, intervenientes no processo de desenvolvimento do setor, será possível efetivar uma estratégia que garanta a sustentabilidade económica, social e ambiental da atividade turística.

No que se refere à resposta à questão de investigação: “Poderá o desenvolvimento do turismo ativo na região ser um pilar essencial para a afirmação do Príncipe como um destino turístico mais atrativo e competitivo, afirmando-se simultaneamente como modelo a nível da sustentabilidade?”, a resposta é afirmativa considerando-se mesmo um fator indubitavelmente decisivo. Para além de constituir um pilar potencialmente sustentável, essencial para revigorar o destino, é ainda um pilar prioritário, uma vez que interliga e influencia todos os elementos turísticos do destino, tendo ainda a capacidade de atuar como motor transformador e de desenvolvimento do setor, uma vez que exige que sejam os locais a realizar integralmente as suas atividades e exerce um importante papel na revitalização da vertente cultural e ambiental da região.

6.2 LIMITAÇÕES DO ESTUDO E PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO FUTURO

Ainda que os objetivos traçados nesta investigação tenham sido atingidos, é expectável, no âmbito de uma dissertação de mestrado, existirem algumas limitações, desde logo causadas pelas limitações em termos de recursos, tempo e conhecimento, o que implica, desde logo, estabelecer prioridades. Neste caso, uma das limitações assumidas decorre do facto de as propostas apresentadas para o desenvolvimento do turismo ativo no destino não serem acompanhadas pela apresentação dos recursos financeiros necessários para a sua implementação.

Para este estudo, apenas foram considerados os relatórios e projetos em vigor, de acesso livre ou disponibilizados no decorrer da investigação, não tendo assim em conta eventuais trabalhos ou projetos em progresso que possam estar a ser atualmente desenvolvidos na região.

Na elaboração do inventário turístico surgiram diversas dificuldades ligadas ao desconhecimento dos recursos existentes na região pela população local, à difícil e, por vezes, condicionada acessibilidade dos locais, e ao desconhecimento ou informação pouco credível sobre a origem e passado histórico de alguns recursos.

As matrizes de avaliação dos recursos e as análises do potencial dos produtos junto de especialistas da região estão sujeitas à subjetividade das convicções pessoais e da possível sobrevalorização da própria atividade de cada especialista consultado. A análise do potencial de alguns produtos, identificados como relevantes, foi limitada pela inexistência de especialistas na região desses mesmos produtos, pela falta de meios técnicos e conhecimento do investigador para averiguar esse potencial no terreno. Ficou assim em falta a análise da viabilidade de alguns produtos com potencial de desenvolvimento. Num estudo mais detalhado, seria recomendada a consulta a vários especialistas da mesma modalidade e conhecedores da realidade do Príncipe, devendo ser caracterizados e avaliados os recursos, de acordo com as especificidades associadas ao produto em causa e de uma forma mais operacional.

Ainda que a comunicação com a população local tenha sido estabelecida em língua portuguesa, a compreensão nem sempre foi fácil, devido à diferente pronúncia e alguma terminologia técnica menos clara, podendo por isso ter ficado alguma informação por registar. Devido à indisponibilidade e até algum receio em responder, devido ao caráter da investigação, surgiram algumas dificuldades em reunir com alguns dos entrevistados.

Tendo em conta a reduzida dimensão do destino, onde todos se conhecem e impera um clima de amizade e respeito entre os entrevistados, sentiu-se ainda alguma reserva na partilha da opinião acerca dos colegas de entidades ligadas à atividade turística da ilha, especialmente opiniões dirigidas ao setor público.

Outra limitação do estudo prende-se com a insuficiente informação sobre a procura e o perfil dos turistas que visitam a ilha, tendo sido o diagnóstico centrado na vertente da oferta turística, sem articulação específica com o segmento da procura em termos geográficos ou demográficos, pelo que se recomenda o estudo da procura potencial para este destino turístico.

Recomenda-se ainda proceder à avaliação dos impactos que a atividade turística tem para a comunidade local, tanto para compreender e maximizar a contribuição do setor do turismo na sociedade, como para atenuar os seus impactos negativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATO - Active Tourism Organization (2009) *Active Tourism*. Disponível em: <http://www.active-tourism.com/HomeFramesOrg.html> [obtido a 16/09/2022].
- Albuquerque, C. & Cesarini, D. (2009). *Plano de Manejo do Parque Natural do Príncipe*. São Tomé e Príncipe: ECOFAC IV.
- Almada, A. C. V. (2011). *A insularidade e as suas condicionantes económicas: o caso dos pequenos estados insulares em desenvolvimento* (tese de doutoramento). Instituto Superior de ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa.
- Almeida, P. (2003). *A contribuição da animação turística para o aumento das taxas de ocupação de uma região* (tese de mestrado). Universidade de Aveiro.
- Almeida, P. J. S. (2004). A gestão da animação turística como sustentação do aumento das taxas de ocupação. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 2, 23-30.
- Alves, A. (2010). *Turismo activo: um produto do turismo e do desporto* (tese de mestrado). Universidade da Madeira.
- ANEME – Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas (2018). *Estudo de levantamento e caracterização das empresas industriais de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: ANEME
- AOSIS (s.d.). *Alliance of Small Island States: About US*. Disponível em: <https://www.aosis.org/about/> [obtido a 30/08/2022].
- Astrapellos, K., Costa, G. e Astrapellou, X. (2010). The quality of service experience in outdoor activities programs. *International Journal of Sport Management Recreation & Tourism*, 5, 77-87.
- Bento, P. (2018). Qualidade dos serviços nas empresas de turismo ativo. In: V. Loureiro & N. Breda, Z. (2004). Avaliação do potencial de desenvolvimento turístico ao nível local: uma proposta de metodologia aplicada ao concelho de Ílhavo. *Revista Turismo & Desenvolvimento*. 1(1), 35-42.
- Briguglio, L. (1995). Small island developing states and their economic vulnerabilities. *World Development*, 23(9), 1615 -1632.
- Briguglio, L. & Cordina, G. (2004). *Competitiveness strategies for small states*. Malta: Islands and Small States Institute of the University of Malta.
- Buckley, R. (2006). Adventure tourism research: a guide to the literature. *Tourism Recreation Research*, 31(2), 75-83.
- Burnay, M. (2006). O turismo sustentável e o turismo de natureza: constrangimentos e oportunidades. *Revista Turismo de Desenvolvimento*, 6, 167-179.
- Camacho, A. (1999). Las actividades físicas en la naturaleza en las sociedades occidentales de final de siglo. *Educación física y deportes*, 4, 1-6.

- Cardoso, J. (2011). *Avaliação da qualidade de destinos turísticos: destino Figueira da Foz* (tese de mestrado). Universidade de Aveiro.
- Carvalhinho, L. (2006). *Os técnicos e as atividades de desporto de natureza* (tese de doutoramento). Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Carvalhinho, L., Bento, T. & Rosa, P. (2013). Desporto, ambiente e turismo ativo: estado da arte e relações emergentes. *Revista da Unidade de Investigação do Instituto Politécnico de Santarém*, 1(1), 174-193.
- Cassandra, J. (2011). *Candidatura da Ilha do Príncipe à Reserva da Biosfera*. Região Autónoma do Príncipe.
- Cassandra, J. (2016). *Ilha do Príncipe aposta no turismo sustentável para combater a pobreza*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/ilha-do-pr%C3%ADncipe-aposta-no-turismo-sustent%C3%A1vel-para-combater-pobreza/a-35917425> [obtido a 15/09/2022].
- Cater, C. I. (2006). Playing with risk? Participant perceptions of risk and management implications in adventure tourism. *Tourism management*, 27(2), 317-325.
- Chaves, A., Mesalles, L. (2001). *El Animador*. Barcelona: Laertes.
- Chou, S.C., de Arruda Lyra, A., Gomes, J.L. et al. (2020). Downscaling projections of climate change in Sao Tome and Principe Islands, Africa. *Clim Dyn*, 54, 4021–4042.
- Costa, A. (2018). *Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo de São Tomé e Príncipe*. Governo de São Tomé e Príncipe.
- Costa, E. (2014). *A exploração dos recursos naturais e preservação ambiental: o caso de São Tomé e Príncipe* (tese de mestrado). Faculdade de Economia, Universidade do Porto.
- Crato, C. (2010). *Qualidade: Condição de Competitividade*. Porto: Sociedade Portuguesa de Inovação.
- Croes, R. R. (2006). A paradigm shift to a new strategy for smallisland economies: Embracing demand side economics for value enhancement and long term economic stability. *Tourism Management*, 27(3), 453-465.
- Cunha, L. (2008). Avaliação do potencial turístico. *Cogitur, Journal of Tourism Studies*, 1(1), 21-40.
- Decreto-lei n.º 47/99, de 16 de fevereiro. Diário da República, 1ª Série – n.º 39. Ministério da Economia.
- Duarte, José Gil, Santiago, N. (2012). *Plano e Agenda de Desenvolvimento Sustentável da ilha do Príncipe: Relatório II*. São Tomé e Príncipe: ESSENTIA.
- Escravana, J. (s.d.). *Carta do Príncipe*. Disponível em: <https://gpixel.org/q/m/pc/yndex.php#zoom=0.4441141&x=0.5&y=0.6221589> [obtido a 12/09/2021].

- Esteves, E. T. (2015). *Animação turística como fator de eleição de um destino: Perspetiva do visitante* (tese de doutoramento). Universidade Fernando Pessoa.
- Fernandes, O. L. (2014). *Políticas Públicas e projetos no Sector do Turismo: O caso dos Investimentos da Ilha do Príncipe* (tese de mestrado). Universidade de Évora.
- Ferreira-Airaud, B., Schmitt, V., Vieira, S., Rio, M.J.d.C.d., Neto, E., Pereira, J. (2022). The Sea Turtles of São Tomé and Príncipe: Diversity, Distribution, and Conservation Status. In: Ceríaco, L.M.P., de Lima, R.F., Melo, M., Bell, R.C. (eds). *Biodiversity of the Gulf of Guinea Oceanic Islands*. Springer, Cham, 535-554.
- Figueroa, E. & Rotarou, E. (2021). Island Tourism-Based Sustainable Development at a Crossroads: Facing the Challenges of the COVID-19. *Pandemic. Sustainability*, 13(18), 1-13.
- Fotiou, S., Buhalis, D., & Vereczi, G. (2002). Sustainable development of ecotourism in small islands developing states (SIDS) and other small islands. *Tourism and Hospitality Research*, 4(1), 79-88.
- Fundação Príncipe (2019). *Compreender a extraordinária biodiversidade da Ilha do Príncipe- Relatório Científico*. Fundação Príncipe, Santo António, Ilha do Príncipe, www.fundacaoprincipe.org.
- Fundação Príncipe (s.d.). *Omali Vida Nón*. Disponível em <https://fundacaoprincipe.org/pt/projetos/conservacao-marinha/omali-vida-non> [obtido a 08/09/2022].
- Giddy, J. K. (2018). Adventure tourism motivations: A push and pull factor approach. *Socio-economic series*, 42, 47-58.
- Hudson, S. (Ed.). (2003). *Sport and adventure tourism*. New York: The Haworth Hospitality Press.
- INE-STP - Instituto Nacional de Estatística da República Democrática de São Tomé e Príncipe (2012a). *Estrutura e composição da pop. Dist. - 15*. Disponível em: <https://www.ine.st/index.php/publicacao/documentos/file/227-7c-estrutura-e-composicao-pop-dist-15> [obtido a 20/06/2022].
- INE-STP (2012b). *Distribuição Espacial da pop. por distrito - 10*. Disponível em: <https://www.ine.st/index.php/publicacao/documentos/file/222-4-distribuicao-espacial-da-pop-por-distrito-10> [obtido a 20/06/2022].
- Janowski, I., Gardiner, S., & Kwek, A. (2021). Dimensions of adventure tourism. *Tourism Management Perspectives*, 37, 100776.
- Lacruz, I. & Perich, M. (2000). Las emociones en la práctica de las actividades físicas en la naturaleza. *Efdeportes.com*, 5(23), 1-2.

- Lavres, G. (2020). *Número de turistas em São Tomé e Príncipe aumentou 4,5% em 2019*. Mundoaominuto, 07 fevereiro. Disponível em: <https://www.noticiasaominuto.com/mundo/1409868/numero-de-turistas-em-sao-tome-e-principe-aumentou-4-5-em-2019> [obtido a 12/04/2022].
- Lei n.º 07/2006, de 13 de junho. *Lei de Parque Natural, Obô, do Príncipe*. Assembleia Nacional. República Democrática de São Tomé e Príncipe.
- Lopes, A. (2005). Lazer e Meio Ambiente. *A Página da Educação*, 150.
- Loureiro (coord.). *Atividade Física e Desporto. Diversos Contextos de Intervenção*. Instituto Politécnico de Beja, 154-160.
- Macintosh, R., Goeldner, C., Ritchie, J.R. (2002). *Turismo, princípios, práticas e filosofias*. São Paulo: Bookman.
- McElroy, J.L. (2006). Small Island tourist economies across the life cycle. *Asia Pacific Viewpoint*, 47, 61-77.
- Mendes, D. (2020). *Contributo do planeamento estratégico e do marketing territorial no desenvolvimento de cidades sustentáveis: Proposta para a Região Autónoma do Príncipe* (tese de mestrado). Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Portalegre.
- MINCETUR - Ministério do Comércio Exterior e Turismo (2008). *Manual para la Formulación de Inventario de Recursos Turísticos a Nivel Nacional* (1ª ed.). Lima, Peru: MINCETUR.
- Miranda, L. (2013). *Diagnóstico geoecológico como subsídio ao planeamento ambiental na ilha do Príncipe – São Tomé e Príncipe – África* (tese de mestrado). Universidade Federal do Ceará.
- Morse, W. C., Stern, M., Blahna, D., & Stein, T. (2022). Recreation as a transformative experience: Synthesizing the literature on outdoor recreation and recreation ecosystem services into a systems framework. *Journal of Outdoor Recreation and Tourism*, 38, 100492. <https://doi.org/10.1016/j.jort.2022.100492>
- Moutinho, L. (2008). *A Animação Turística: Um olhar reflexivo sobre a oferta e a procura na Região de Turismo do Ribatejo* (tese de mestrado). Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Musa, G., & Dimmock, K. (2013). *Scuba diving tourism*. New York: Routledge.
- Nascimento, F. (2022). *Cimeira de negócio da CE - CPLP – STP Presidente do Governo Regional do Príncipe [...]*. São Tomé, 18 de março. Facebook: Presidência do Governo Regional do Príncipe. Disponível em: <https://www.facebook.com/presidenciadogovernoregionaldoprincipe/videos/1195686791203044> [obtido a 12/04/2022].
- OMT (1998). *Introducción al turismo*. Organización Mundial do Turismo (1ª Ed. Julho 1998). Espanha: WTO.

- OMT (2003). *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável*. Porto Alegre; Bookman.
- Osiris (2013). *SIDS map*. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:SIDS_map_en.svg [obtido a 19/04/2022].
- ONU-HABITAT (2020). *Plano regional de desenvolvimento sustentável Príncipe 2030*. São Tomé e Príncipe: ONU-HABITAT.
- PGRP – Presidência do Governo Regional do Príncipe (2021). *Cimeira de Negócio da CE – CPLP – STP* [vídeo]. Disponível em: <https://fb.watch/f5YA5wOmPz/> [obtido a 24/08/2022].
- Pires, W. (2020). *Marketing verde no turismo na ilha do Príncipe* (tese de mestrado). Escola de Ciências Sociais, Universidade de Évora.
- RDSTP – República Democrática de São Tomé e Príncipe (2013). *Preparação à Terceira Conferência Internacional sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, Ápia, Samoa, 2014*. São Tomé: República Democrática de São Tomé e Príncipe.
- Scheyvens, R., & Momsen, J. (2008). Tourism and poverty reduction: Issues for small island states. *Tourism geographies*, 10(1), 22-41.
- Serra, P. (2009). *Turismo Activo no concelho de Torres Vedras: contributo para o plano estratégico* (tese de mestrado). Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.
- Silva, F. (2008). *Sistemas de Informação Geográfica na Internet aplicados ao Turismo na Natureza nos Açores* (tese de mestrado). Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação, Universidade Nova de Lisboa.
- Silva, F. (2013). *Turismo na natureza como base do desenvolvimento turístico responsável nos Açores* (tese de doutoramento). Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa.
- Silva, F. (2017a). “Planeamento e desenvolvimento turístico”, in Silva, F. e Umbelino, J. (Coord.). *Planeamento e desenvolvimento turístico*, 21-47). Lisboa: LIDEL.
- Silva, F. (2017b). “Planeamento turístico nos espaços insulares”, in Silva, F. e Umbelino, J. (Coord.). *Planeamento e desenvolvimento turístico*, 467-482. Lisboa: LIDEL.
- Silva, J. S. (2017). “Planeamento de produtos turísticos”, in F. Silva & Umbelino J. (Eds.). *Planeamento e desenvolvimento turístico*, 197-219. Lisboa: LIDEL.
- Silva, F. & Almeida, M. C. (2020). Inventário, classificação e gestão de recursos turísticos: o caso do canyoning. *Proceedings Book*, 378.
- Skare, M., Soriano, D., & Porada-Rochón, M. (2021). Impact of COVID-19 pandemic on the travel and tourism industry. *Technological Forecasting and Social Change*, 163, 1-14.

Soares, A (s.d.). *Parques naturais em São Tomé e Príncipe*. Disponível em: <https://arleciosoaes13.wordpress.com/areas-protegidas/parque-natural-do-principe/> [Obtido em: 22/05/2022].

Steynberg, L., & Grundling, J. (2005). Sustainability of adventure tourism: The economic highway. *WIT Transactions on Ecology and the Environment*, 84(2), 1419-1428.

Theng, S., Qiong, X., & Tatar, C. (2015). Mass tourism vs alternative tourism? Challenges and new positionings. *Études caribéennes*, 31-32.

THR (2006). *10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal: Turismo de Natureza*. Lisboa: Turismo de Portugal, ip.

Tovar, Z. (2010). *Pedestrianismo, Percursos Pedestres e Turismo de Passeio Pedestre em Portugal* (tese de mestrado). Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.

Turvey, R. (2007). *Vulnerability assessment of developing countries: the case of small-island developing states*. USA: Overseas Development Institute.

UN (2010). *Five-year review of the Mauritius Strategy for the further implementation of the programme of action for the sustainable development of small Island developing states*. New York: United Nations.

UN-DESA (2010). *Trends in sustainable development small island developing states*. New York: United Nations.

UN-DESA (s.d.). Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/topics/sids/list> [obtido a 30/08/2022].

UN-OHRLLS (2015) *Small island developing states in numbers: climate change edition 2015*. New York: UN-OHRLLS.

UN-OHRLLS – United Nations Office of the High Representative for the least Developed Countries, Landlocked Developing Countries and Small Island Developing States (s.d.). *About Small Island Developing States*. Disponível em: <https://www.un.org/ohrls/content/about-small-island-developing-states> [obtido a 31/08/2022].

UNWTO - United Nations World Tourism Organization (2004). *Making Tourism Work for Small Island Developing States*. Madrid, Spain: UNWTO.

UNWTO (2012). *Challenges and Opportunities for Tourism Development in Small Island Developing States*. Madrid, Spain: UNWTO.

Vieira, J. (2007). *Planeamento e ordenamento territorial do turismo: Uma perspetiva estratégica*. Lisboa: Editorial Verbo.

Vieira, N. (2006). *Turismo Activo em Portugal: Um Retrato do Setor* (monografia). Universidade do Porto: Faculdade de Desporto.

Weaver, D. (2006). *Sustainable Tourism*. Oxford: Elsevier.

WORLDBANK (2021). *Population, total – Sao Tome and Príncipe*. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?locations=ST>

WORLDBANK (2022). *São Tomé and Príncipe: overview*. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/saotome/overview>

WTO - World Tourism Organization (2012). *Challenges and Opportunities for Tourism Development in Small Island Developing States*. Madrid: UNWTO.

WTO (2014). *Global Report on Adventure Tourism*. Madrid: UNWTO.

Yunfei Gu, Bhakti Stephan Onggo, Martin H. Kunc & Steffen Bayer (2022). Small Island Developing States (SIDS) COVID-19 post-pandemic tourism recovery: A system dynamics approach. *Current Issues in Tourism*, 25(9), 1481-1508.

Zaoual, H. (2008). Do turismo de massas ao turismo situado: quais as transições?. *Caderno virtual de turismo*, 8(2), 1-13.

ANEXOS

ANEXO I

Cadastro de Fazedores da Cultura – Príncipe 31

(Fonte: Efrican (2022) Ser Principense: a arte, a cultura e o património, no passado, presente e futuro)

<i>Cadastro de Fazedores da Cultura (List of Culture Makers / Liste des créateurs de culture) – 30/03/2022 (Proj. Ref. N.º 01-161) - Ser Principense: a arte, a cultura e o património, no Passado, Presente e Futuro - (Be Principense: art, culture and heritage, in the Past, Present and Future / Être Principense : art, culture et patrimoine, dans le passé, le présent et le futur)</i>								
#	Equipe a entrevistar	Nome do Fazedor da cultura ou do grupo	Área de actividade cultural e criativa	Tipologia / Técnica	Localização	Contactos <small>(não incluído, por confidencialidade)</small>	Data de início de actividade ou criação	Observações
1	B01	António Oliveira (Adgilay)	Artesanato	Bijuteria e utensílios	Praia das Burras		03/08/2018	Brincos, colares, pulseiras e outros acessórios com escamas de peixe
2	B02	Carlitos Boa	Artesanato	Canoa	Hospital Velho			
3	B14	Pedro Jorge do Espírito Santo (Celestino Vieira)	Artesanato	Canoa e redes de pesca	Sundy		1986	
4	A01	Leandro Luís Sousa	Artesanato	Cestaria	Paciência		2015	
5	A02	Ilídio da Mata	Artesanato	Pintura	Rua da OUA		1987	
6	A03	Hermenegildo de Assunção Martins Dias Xavier de Pina (Cagildo)	Artesanato	Pintura e escultura	Santo António II		1985	
7	B16	CVR - Cooperativa de Valorização de Resíduos e Grupo Tchabeta - Anabela Mendes de Pina (Bela)	Artesanato e Dança	Reciclagem e Tradicional	Recta Porto Real		2016	Bijoterias e outros acessórios
8	B01	Adnilsa Thaile dos Santos (Nilza dos Santos)	Artesanato	Reciclagem	Oquê Daniel		05/05/2016	Brincos, colares, cinzero, base para colocar velas e outros acessórios
9	A04	Emiliano Mendes Semedo (Ivo Semedo)	Artesanato	Utensílios	Sundy		2018	
10	B03	Manuel Francisco de Araújo Lima (Manuel Lima)	Artesanato	Utensílios	Abade		1972	Esteiras
11	A05	Pedro Afonso Pernanbuco	Artesanato	Utensílios	Horta Cana		Tem entre 15 a 20 anos de existência	Colheres de madeira e de coco, raladores de mandioca e cenoura, martelo para bater polvo e escamador de peixe
12	A05	Francisco Mendes Abel (Abel Mendes)	Artesanato	Utensílios e escultura	Rua Nova		1967	Colheres de madeira, pilão, gamela para lavar roupa e para cozinha, concha de casca de madeira
13	B15	Joaquim Mendes de Pina	Artesanato	Utensílios e escultura	Pincatê		2002	Colheres de madeira e de coco, raladores de mandioca e cenoura, martelo para bater polvo e escamador de peixe
14	B12	Otiniel Fábio da Silva Santos	Artesanato	Pintura	Brasil		2012	Modelo
15	B04	Bonifácio	Dança	Contemporânea	Portugal			
16	A06	Jacob Luís Leal	Dança	Contemporânea (Valsa)	Rua dos Trabalhadores		1955	
17	B05	Baio Nunchá (tradução: Dança a Nossa Senhora) - Guilherme Martins (Sr. Paz)	Dança	Tradicional	Rua dos Trabalhadores		Tem entre 5 a 6 anos de existência	
18	B05	Bulauê Corvina - Hélder de Barros Lopes	Dança	Tradicional	Nova Estrela		2017	Festa de rua
19	A07	Grupo Dexa - Maria Arnalda (Ava) / Guilherme Martins (Sr. Paz)	Dança	Tradicional	Santo António II		1992	
20	B05	Mazuca - Julieta Telús dos Ramos Martins	Dança	Tradicional	Atrás do Estádio		2015	Também faz outras actividades como Vijamento, Gastronomia e

								Festa de Nossa Senhora Perpétuo Socorro
21	A08	Palixá - Guilherme Martins (Sr. Paz)	Educação	Língua local - Lunguie	Rua dos Trabalhadores		Tem entre 5 a 6 anos de existência	
22	A08	Severina Gomes Furtado Pernambuco (Dinha)	Educação	Língua local - Lunguie	Picão			
23	B17	Maritana dos Santos	Educação	Língua local - Lunguie	São Tomé		2013	
24	A09	Francisco Afonso Vaz da Conceição	Escrita	Poesia	Quilombo		1975	Professor e foi acessor do Ministro da Cultura
25	B06	Zagalito do Nascimento Gomes Riôa (Jazylova)	Música	Hip Hop	Belo Monte		2009	
26	B07	Francisco dos Anjos Paraíso (Chico Paraíso)	Música	Regional	Centro da cidade			
27	A10	Sier Viana Neto Lima (Sier Tamareva)	Música	Regional	Santa Rosa		1952	Linguie
28	B07	Banda de música - Arzemiro Cardoso Cassandra	Música	Variada	Centro da cidade		1990	
29	B07	Roque da Silva Gomes (Chico Roque)	Música	Variada	Rua Feliz		11/07/1983	
30	A10	Grupo Serenata - Cerfio Ariana Rogério Leite	Música	Variada	Nova Estrela		24/12/1999	
31	B13	Wilson da Trindade Lima (Lima Tamareva)	Música	Regional	São Tomé		2010	Linguie
32	A19	Marcelo Lopes de Andrade Boa Esperança (Marcelo Boa Esperança)	Música	Variada	Rua da OUA		1999	Linguie e outras danças e actividades culturais
33	A11	José Napoleão (Mestre Juju)	Música e conta histórias	Variada	Santo António II		1962 / 1963	Linguie
34	A17	Gilberto Gil Umbelina	Música e escreve	Variada	São Tomé		1968	
35	B08	Isabel Amélia da Silva (mãe de Fredybel)	Teatro	Clássico	Recta Porto Real			
36	A12	Grupo Floripes - Fredibel da Silva Moniz Umbelina (Fredy Umbelina)	Teatro	Folclore	Centro da cidade		1995	
37	B18	Manuel Salomé	Teatro	Folclore	São Tomé		1971	Linguie e outras danças e actividades culturais
38	A13	Elves Pires dos Prazeres Cassandra (Caiu)	Teatro	Folclore	Santo António II		2002	Oficial administrativo da Direcção Regional das Florestas Socorrista e protecção e bombeiro
39	B08	Leonilda da Mata de Apresentação	Teatro	Clássico	Rua dos Trabalhadores		1964	Também faz gastronomia (doces e sobremesas típicas da terra) Também organiza a Festa Santa Joana
40	B09	Maria das Candeias Fernandes Martins	Tradicional	Gastronomia	Rua dos Trabalhadores		1989	
41	B09	Rosa de Carvalho Cassandra Moreira	Tradicional	Gastronomia	Gaspar		1969	
42	B09	Victória Managem Prazeres (Toia)	Tradicional	Gastronomia	Bom Viver		1995	
43	A14	Maria dos Santos Maiano Pedronha (Keia)	Tradicional	Medicina	Bom Viver		1959	
44	A14	Medicina - Paula Andrade	Tradicional	Medicina	São Mateus		1990	
45	A14	Medicina - Terezinha Dias Macedo (Crispim)	Tradicional	Medicina	Santo António II		Tem entre 15 a 20 anos de existência	
46	B10	Festa de Cruz Nascida - Guilherme Martins (Sr. Paz)	Tradicional	Religioso	Rua dos Trabalhadores		1992	Festa de rua
47	B10	Festa de Nossa Senhora Terezinha - Henriques Pires Neto Barbosa	Tradicional	Religioso	Bom Viver		2007	Festa de rua
48	A18	Festa de Picão - Teresa de Jesus Andrade (Sr.ª Zeta)	Tradicional	Religioso	Oquê Ponte		2008	Festa de rua
49	B11	Festa Santa Joana - Regina Solimar da Mata (e Leonilda da Mata de Apresentação)	Tradicional	Religioso	Rua dos Trabalhadores		Tem mais de 30 anos	Também fazem gastronomia (doces e sobremesas típicas da

							de existência	terra) Também fazem teatro
50	B11	Marchas de Santo António - Leonilda da Mata de Apresentação	Tradicional	Religioso	Rua dos Trabalhadores		Tem mais de 30 anos de existência	Também fazem gastronomia (doces e sobremesas típicas da terra) Também fazem teatro
51	B11	Marchas de São João - Ana Maria Afonso	Tradicional	Religioso	Centro da cidade		Tem mais de 10 anos de existência	Festa de rua
52	B11	Marchas de São João - Rosabel Marisa de Barros Almeida Portugal	Tradicional	Religioso	Recta Porto Real		2016	Festa de rua
53	B10	Festa de Nossa Senhora de Perpétuo Socorro - Henrique Eduardo Bishop (Eric Bishop)	Tradicional	Religioso	Oquê Gaspar		1980	Festa de rua
54	B10	Nossa Senhora de Perpétuo Socorro - Maria Guadalupe (Sr.ª Ya)	Tradicional	Religioso	Atrás do Estádio			Festa de rua
55	A15	Puíta Gaspar - Valdmiro dos Santos Rodrigues	Tradicional	Ritual tradicional	Tchada		1986	Dança tradicional em homenagem dos defuntos
56	A15	Puíta Liberdade - Gilberto Viana Quintas da Graça (Tito)	Tradicional	Ritual tradicional	Oquê Daniel		1988	Dança tradicional em homenagem dos defuntos
57	A16	Vijamento - Julieta Tebús dos Ramos Martins	Tradicional	Ritual tradicional	Atrás do Estádio		2015	Ritual pós parto
58	A16	Vijamento - Maria das Candeias Fernandes Martins	Tradicional	Ritual tradicional	Rua dos Trabalhadores		1989	Ritual pós parto
59	A16	Vijamento - Maria Arnalda da Mata (Ava)	Tradicional	Ritual tradicional	Santo António II		1965	Ritual pós parto
60	A15	Vinde Menino - Alberto Pernambuco Fernandes Ananias + Pique	Tradicional	Ritual tradicional	Ribeira Forca		1987	Ritual de boas festas, parte do cemitério e passa porta-a-porta (Dezembro)
61	B19	Isabel do Santos Ananias dos Santos	Música	Variada	São Tomé		2014	Escreve as sua letras e para outros cantores
62	B01	Elemésio Pereira Vaz do Rosário	Artesanato	Bijuteria e utensílios	Praia das Burras		2016	Brincos, colares, pulseiras e outros acessórios com escamas de peixe
63	A20	João dos Prazeres Gonçalves	Música	Regional	Sundy		1997	Tamborista do Auto da Floripes
64	A20	Hidalgo dos Anjos da Graça Afonso	Música	Regional	Atrás do Estádio		1988	Tamborista do Auto da Floripes
65	B20	Dionísio Furtado dos Ramos Martins (Sr. Têta)	Música	Regional	Recta do Cemitério		1966	Tamborista do Auto da Floripes Dexta
66	A15	Vinde Menino - Ernestina da Mata (Pique)	Tradicional	Ritual tradicional	Bom Viver		1987	Ritual de boas festas, parte do cemitério e passa porta-a-porta (Dezembro)
67	B16	CVR - Cooperativa de Valorização de Resíduos e Grupo Tchabeta - Hermínia Gomes Moreno (Zinha)	Artesanato e Dança	Reciclagem e Tradicional	Recta Porto Real		2016	Bijoterias e outros acessórios
68	B16	Grupo Tchabeta - Edmila Mesdes Pereira	Dança	Tradicional	Recta Porto Real		2016	
69	B16	Grupo Tchabeta - Mayda Mesdes Furtado	Dança	Tradicional	Recta Porto Real		2016	
70	B16	Grupo Tchabeta - Higinisilda Marques Mesdes	Dança	Tradicional	Recta Porto Real		2016	
71	A21	Grupo Dexta Modeno - Pásoa Rita do Santos Neto	Dança	Tradicional	Bom Viver			
72	A21	Grupo Dexta Modeno - Gercy dos Prazeres Borges	Dança	Tradicional	Santo António II			
73	A21	Grupo Dexta Modeno - Guitola dos Prazeres Neto Lima (Cecília)	Dança	Tradicional	Bom Viver			
74	A21	Grupo Dexta Modeno - Adriana dos Santos Pedronho Neto Cardoso (Zózó)	Dança	Tradicional	Centro da cidade			
75	A21	Grupo Dexta Modeno - Ruldmisa dos Prazeres Borges	Dança	Tradicional	Rua Feliz			
76	B08	Páscoa Antónia do Rosário Fernandes	Teatro	Clássico	Água Namoro		1981	Tambor, viola, chocalho
77	B08	Novato Valemntim Afonso Luciano da Mata	Teatro	Clássico	Oquê Ponte		1987	Tambor, palmas, chocalho, reco-reco e outros

78	B08	Nacleta Mendes Lopes a Trindade Batista	Teatro	Clássico	Lenta' Piá		1974	Funcionária Judicial
79	B08	Sebastião Alfredo do Nascimento Dinho	Teatro	Clássico	Lenta' Piá		2020	Pesca
80	B08	Maria da Conceição de Barros Martins Pinheiro do Espírito Santo	Teatro	Clássico	Lenta' Piá			

APÊNDICES

APÊNDICE I – MATRIZES DE AVALIAÇÃO

Matriz de avaliação dos recursos naturais – Especialista Maria José Prazeres							
Recursos	Importância (1 a 4)				Possibilidade de desenvolvimento	Média	Observações
	Local	Regional	Nacional	Internacional			
Praia Banana	4	4	4	4	4	4	Recurso Básico
Miradouro Terreiro Velho	4	4	4	4	4	4	Recurso Básico
Praia Évora	4	4	3	3	4	3,6	Recurso Básico
Mangal da praia salgada	4	4	3	3	4	3,6	Recurso Básico
Praia Ribeira Izé	4	4	1	3	4	3,2	Recurso Básico
Cascata Oque Pipi	3	2	2	4	4	3	Recurso Básico
Praia Margarida	4	2	1	4	4	3	Recurso Básico
Oquêdaniel	4	2	1	4	4	3	Recurso Básico
Praia Salgada	4	4	1	1	4	2,8	Recurso Complementar
Praia Ponta Mina	4	4	1	1	4	2,8	Recurso Complementar
Miradouro Pincaté	4	2	1	3	4	2,8	Recurso Complementar
Praia Boi	2	2	2	3	4	2,6	Recurso Complementar
Miradouro da ponta mesa	2	3	1	3	4	2,6	Recurso Complementar
Ilhas Tinhosas	1	3	3	2	4	2,6	Recurso Complementar
Baía das Agulhas	2	2	1	3	4	2,4	Recurso Complementar
PNP	3	3	1	2	2	2,2	Recurso Complementar
Cascata Maria Correia	1	2	1	2	4	2	Recurso Complementar
Miradouro Ponta Mina	1	2	1	2	4	2	Recurso Complementar
Cascata OqueLolo	1	1	1	1	4	1,6	Recurso Complementar
Variáveis Transversais							
Qualidade paisagística (1 a 4)	4					4	
Entidades (associações, empresas)	n.d.					n.d.	

Recursos Humanos	n.d.	n.d.
------------------	------	------

Matriz de avaliação dos recursos específicos para pedestrianismo - Especialista André Rosa							
Recursos	Importância (1 a 4)				Possibilidade e de desenvolvimento	Média	Observações
	Local	Regional	Nacional	Internacional			
TR7 - Oque Pipi	3	3	1	4	3	2,8	Recurso Complementar
TR4 - Ribeira Izé	3	3	1	3	3	2,6	Recurso Complementar
Praia Margarida - Roça Sundry - Praia Sundry	4	1	1	3	3	2,4	Recurso Complementar
Trilho Cascata Maria Correia	4	1	1	2	3	2,2	Recurso Complementar
TR2 - Pico Papagaio	2	2	1	2	2	1,8	Recurso Complementar
Trilho da Barragem (Bela Vista À Barragem)	2	1	1	2	3	1,8	Recurso Complementar
TR1 - Santa Joaquina	1	1	1	1	2	1,2	Recurso Complementar
TR3 - Terreiro Velho - Roça Infante	1	1	1	1	2	1,2	Recurso Complementar
TR5 - Ilhéu Bom Bom	1	1	1	1	2	1,2	Recurso Complementar
Pico Príncipe	1	1	1	1	1	1	Recurso Complementar
Variáveis Transversais							
Qualidade paisagística (1 a 4)	4						
Entidades (associações, empresas)	5						
Recursos Humanos	28						

Matriz de avaliação dos recursos específicos para pesca artesanal - Damião Matos, Técnico da Direção das Pescas							
Recursos	Importância (1 a 4)				Possibilidade de desenvolvimento	Média	Observações
	Local	Regional	Nacional	Internacional			
Praia Abade	4	1	2	2	2	2,2	Recurso Complementar
Praia das Burras	4	4	2	3	4	3,4	Recurso Básico
Praia Campanha	4	4	2	2	4	3,2	Recurso Básico
Praia da Lapa	4	4	1	3	4	3,2	Recurso Básico
Praia Ribeira Izé	4	2	1	3	3	2,6	Recurso Complementar
Associação de S. Pedro até S. João	4	2	2	3	4	3	Recurso Básico
Variáveis Transversais							
Qualidade paisagística (1 a 4)	4						
Entidades (associações, empresas)	6						

Recursos Humanos	30		
------------------	----	--	--

Matriz de avaliação dos recursos específicos para birdwatching - Especialista Yodi dos Santos							
Recursos	Importância (1 a 4)				Possibilidade de desenvolvimento	Média	Observações
	Local	Regional	Nacional	Internacional			
Mangal da praia salgada	1	1	1	2	4	1,8	Recurso Complementar
Mangal do rio Banzu	1	1	1	2	2	1,4	Recurso Complementar
Mangal da praia bombom	1	1	1	2	3	1,6	Recurso Complementar
Lagoa Praia Grande do Norte	1	1	1	2	3	1,6	Recurso Complementar
Boné de Jockey	1	1	1	3	3	1,8	Recurso Complementar
Ilhas Tinhosas	1	1	1	2	1	1,2	Recurso Complementar
Campo Político	1	1	1	3	3	1,8	Recurso Complementar
Trilho da Nova Cuba	1	1	1	2	1	1,2	Recurso Complementar
Bela Vista - Barragem	1	1	1	2	3	1,6	Recurso Complementar
Variáveis Transversais							
Qualidade paisagística (1 a 4)	4						
Entidades (associações, empresas)	5						
Recursos Humanos	6						

Matriz de classificação dos recursos culturais monumentais - Filomena Pina							
Recursos	Importância (1 a 4)				Possibilidade de desenvolvimento	Média	Observações
	Local	Regional	Nacional	Internacional			
Igreja de Nª Senhora da Conceição	4	4	2	4	4	3,6	Recurso Básico
Roça Sundy	4	3	3	4	4	3,6	Recurso Básico
Ruína Igreja Ribeira Izé	3	3	2	4	4	3,2	Recurso Básico
Centro cultural	4	4	3	2	2	3	Recurso Básico
Padrão dos descobrimentos	4	4	2	3	1	2,8	Recurso Complementar
Roça Porto Real	4	1	1	4	4	2,8	Recurso Complementar
Roça São Joaquim	4	2	1	3	3	2,6	Recurso Complementar
Ruínas do Antigo hospital porto real	2	2	1	4	4	2,6	Recurso Complementar
Roça Paciência	1	1	1	4	4	2,2	Recurso Complementar

Roça Maria correia	3	1	1	2	4	2,2	Recurso Complementar
Ruínas do antigo porto ribeira ize	4	1	1	2	3	2,2	Recurso Complementar
Forte de Ponta Mina	1	2	1	2	4	2	Recurso Complementar
Assembleia Regional	2	1	1	2	3	1,8	Recurso Complementar
Roça Terreiro Velho (Cláudio Corallo)	1	1	1	3	3	1,8	Recurso Complementar
Roça Infante D. Henrique	1	1	1	2	4	1,8	Recurso Complementar
Ruínas do antigo cais general Fonseca	1	1	1	2	3	1,6	Recurso Complementar
Forte de Santana	1	1	1	2	1	1,2	Recurso Complementar
						0	
Variáveis Transversais							
Qualidade paisagística (1 a 4)	4						
Entidades (associações, empresas)	n.d.						
Recursos Humanos	n.d.						

APÊNDICE II – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Transcrição da entrevista a Estrela Matilde (EM)

Tempo de gravação: 02 horas 06 minutos e 41 seg

Realizada em 07 de junho de 2022

Entidade e cargo: Presidente da Fundação Príncipe

A – Ponto de situação do turismo na região do Príncipe

1. A região do Príncipe como destino turístico está a tentar posicionar-se no turismo de natureza e no turismo cultural, apontando para o mercado médio alto, experiente e sensível face aos impactos sociais e ambientais produzidos com a sua viagem. Tenta claramente evitar os mercados massificados e os pacotes nos resorts de tudo incluído, sendo que a própria dupla insularidade e encarecimento dos custos de viagem, naturalmente filtram o tipo de turista que visita a ilha do Príncipe. A HBD também tem vindo a desenvolver um contínuo trabalho neste sentido de estabelecer preços elevados e definir como prioridade a qualidade da oferta ao invés da quantidade da procura. Estrela afirma que esta filtragem é essencial devido à baixa capacidade de carga da ilha e vulnerabilidade face aos impactos do turismo, quer a nível social como ambiental.

Procura-se atrair um turista com elevado poder de compra, que reconheça o valor único da ilha e que a valorize em conformidade, capaz de compreender os contornos da ilha em termos de clima, acessibilidades e outras limitações, mas que as aceite e se adapte a estas novas vivências. Estando disposto a pagar mais pela singularidade, e exclusividade do destino, curioso e interessado pelas diferenças culturais, mas que tenha consciência de como se comportar sendo um membro exterior da sociedade que está a visitar novos paradigmas e formas de viver e não seres em exposição que carecem da sua ajuda diretamente.

Para este público, maioritariamente da Europa do Norte, a língua, e a comunicação apresentam-se como o principal entrave ao turismo e relacionamento com a população local identificado por Estrela. Segundo Estrela, o turista português, a nível genérico, é constituído por turista com baixo poder de compra que maioritariamente vem com pacotes turísticos, e traz mau hábitos e comportamentos para com a população, achando que vem visitar o Príncipe e vai ser o salvador do Príncipe olhando para a população como “coitadinhos” que precisam de caridade. Estrela caracteriza estes comportamentos como maligno para a sociedade, sendo comportamentos que sustentam a dependência, perda de iniciativa, e um olhar para o estrangeiro como alguém que “vêm para dar”.

2. Que recursos, e potencialidade se destacam?

Estrela destaca o PNP não só pela sua biodiversidade, mas também por ser a floresta tropical equatorial mais segura de África. É a única floresta onde é possível ter a experiência de se explorar livremente sem correr o risco de se cruzar com quaisquer animais que possam pôr em risco a vida humana, referindo-se à inexistência de quaisquer animais venenosos ou ferozes. Outro fator muito valorizado pelos turistas, é a sua segurança. O turista sabe que pode vagar livremente pela cidade ou pelas diversas comunidades, sem que seja assaltado ou feita alguma abordagem indesejada. Esta característica altera-se ligeiramente no mês de agosto, onde o Príncipe recebe na cidade mais dois a três mil visitantes vindos de São Tomé para participar no mês da cultura e nas suas festas. O mar é outro recurso de muito valor, Estrela dá o exemplo do Mergulho como atividade marítima, identificando o Príncipe como um destino de mar tranquilo onde é possível fazer mergulho não podendo este ser comparado ou descrito como um destino de elite para a prática. Principalmente pelas condicionantes de segurança, socorro e saúde onde são claras as faltas de condições para receber ou tratar qualquer tipo de lesões mais graves. O mesmo acontece em qualquer tipo de acidente terrestre, não existem de momento condições confiáveis de socorro ou tratamento na ilha.

3. Qual o estado da animação turística

Não existe muita coisa a nível de atividades que o turista possa fazer, com guias dos hotéis ou independentes o que fazem depende geralmente do que queiram fazer. A Fundação Príncipe há uns tempos criou os trilhos da biosfera, podem optar por ir fazer trilhos, sendo o mais famoso o da cascata Oquêpipi. Há alguns locais específicos onde os guias gostam de os levar, e também algumas pessoas que os levam a conhecer. Da Fundação Príncipe nasceu um projeto da criação de uma associação de guias do Príncipe que contava no início com mais de 20 guias formados e capacitados, alguns fizeram um curso de mais de 600 horas de ecoturismo. Destes guias, alguns trabalham com os hotéis, e outros foram empreendedores e trabalham por conta própria, destacando o Fernando que já tem dois ou três carros e já chegou a ter um emprego com o negócio informal Se@Tours, fazendo tours pela ilha, almoços na praia, passeios de barco, etc... O número de guias na associação diminuiu, a Estrela confessa não saber o número atual, mas os guias mais ativos são o Yodi, o Spencer, o Fernando e talvez mais dois ou três.

A Fundação Príncipe não tem atividades para turistas, mas por exemplo com as tartarugas os turistas levam os seus próprios guias e no terreno está a equipa a fazer o seu trabalho de monitorização das tartarugas, a equipa pode explicar o que está a fazer, controlar as visitas e as interações com as tartarugas e mostrar o museu da tartaruga da fundação, mas o seu trabalho não é receber turistas. O que a fundação faz também é dar formação tanto aos guias dos hotéis como privados no início de cada temporada de como levar os turistas a ver as tartarugas.

Estrela confessa que o que é pessoalmente de muito interessante, mas que é difícil garantir aos turistas, são as experiências espontâneas e únicas, exemplificando com uma experiência que já viveu e adoraria partilhar, de ir de barco até à Baía das Agulhas e almoçar na Praia da Lapa um peixe frito com banana feito por um pescador. O problema está em reunir as condições para isso acontecer, revelando que se calhar em cada 10 vezes que vai de barco até há Baía se calhar apenas uma consegue ter esta experiência. Entre tantos outros fatores necessários, destaca que poderá não haver peixe naquela altura, ou o pescador estar indisponível no mar por exemplo. Como são poucas as vezes que estas atividades acontecem devido ao reduzido número de turistas, torna-se difícil segurar as pessoas para fazer aquilo acontecer constantemente. As pessoas não conseguem depender exclusivamente do turismo, pelo que arranjam alternativas de sustento, e com essas alternativas pode acontecer estarem disponíveis ou não. Não se pode exigir a estas pessoas que estejam sempre disponíveis para o turismo e depois o turismo não ter consistência suficiente para lhes sustentar. E o mesmo acontece com a cultura segundo Estrela, não tens turistas suficientes para que alguém viva disso. Em termos culturais, agosto é o mês com maior intensidade, mas durante todo ano existem eventos culturais. Alguns hotéis já têm feito alguns esforços em termos culturais, nomeadamente na Praia Sundry e na Roça Sundry, chamam esporadicamente alguns grupos de dança local a irem fazer uma performance no hotel. Em tempos também já tiveram pessoas a ir lá cantar frequentemente.

B – A intervenção das entidades locais no processo de desenvolvimento turístico

4.

Em relação à Fundação Príncipe, o principal objetivo é promover alternativas de renda sustentáveis que reduzam a pressão nos recursos naturais e promovam o desenvolvimento económico e social das comunidades, e de forma a viabilizar estas iniciativas utiliza o turismo como solução para as sustentar e potenciar. Estrela exemplifica com a Cooperativa de Valorização de Resíduos (CVR), uma entidade hoje independente da fundação, mas que surgiu com a iniciativa da Fundação. A CVR tem duas vertentes, uma local onde transforma resíduos orgânicos em composto para a agricultura, e outra virada para o turismo onde se transforma vidro reciclado em joias. Estas joias são o exemplo perfeito da valorização de resíduos, feitas na ilha de forma totalmente artesanal são vendidas a turistas em forma de colares ou pulseiras, e existe a possibilidade de ao visitarem as instalações, os turistas participarem em todo o processo de transformação e conheceram as duas extraordinárias mulheres que lá trabalham. O mesmo acontece com o grupo de

artesanato à base de coco da praia das burras feito por pescadores, o grupo de Abade que produz sabão artesanal de coco, ou as joias feitas através de chinelos de Picão. Todas estes projetos, criaram uma oportunidade de alternativa de renda às comunidades e contribuem para a redução da pressão sobre os recursos, sendo o turismo a ferramenta que as viabiliza financeiramente e a ferramenta que faz sentido para o desenvolvimento que se pretende no Príncipe. Estrela sublinha a importância de todos estes projetos terem componentes independentes ao turismo, que sejam capazes de acrescentar valor para o turista, mas também que acrescentem valor para a sociedade por si só, isto tornou-se bastante claro com a pandemia Covid-19 e a redução drástica do turismo na região. Apesar de estes projetos serem iniciativa da Fundação, e esta contribuir para a formação e financiamento inicial, os seus negócios são totalmente independentes da mesma, pelo que algumas sobrevivem, mas muitas não se aguentam.

5.

Desanimadamente, Estrela confessa que não, na sua opinião os *stakeholders* não estão a fazer a sua parte para desenvolver um destino turístico sustentável, longe disso, mas admite que poderia ser pior. Até empresas como a HBD que vendem a imagem de sustentabilidade não são sustentáveis ou sequer responsáveis, sublinhando que acredita nas boas intenções de Mark Shuttleworth proprietário da HBD, mas que no processo acabam por ser tomadas más escolhas. Podem achar até que estão a ter boas ideias, mas não estão, pode acontecer por ignorância dos impactos ou más decisões. Não é fácil ser sustentável, é necessário haver um equilíbrio afirma Estrela, temos de ponderar as coisas e tentar encontrar soluções, exemplificando com a própria fundação, que sendo uma organização de conservação inevitavelmente precisam de usar combustível. É este o tipo de equilíbrio que se tenta encontrar.

Sem dúvida que a HBD é a maior entidade de turismo, contribuindo sendo a segunda maior empregadora do país. Mas até em termos económicos é claro para Estrela que não é sustentável o investimento que está a ser feito no Príncipe, dificilmente alguma vez vai ser recuperado, sendo a autonomia financeira de cada unidade hoteleira o objetivo da HBD e nisso Estrela acredita que seja possível alcançar.

É necessário formar e educar as pessoas locais para que possam também usufruir e participar no desenvolvimento turístico, para que estes o façam de forma responsável e ponderada. Há uns tempo houve um grande crescimento a nível de residenciais, pessoas a alugar carros, os restaurantes, etc... O que é muito bom sinal, mas precisa de haver um acompanhamento e planeamento neste crescimento desenfreado, houve uma altura que começou a ser demasiado e apercebeu-se que não é sustentável devido ao reduzido número de turistas. Houve um esforço regional para tentar criar critérios e planear de forma participativa entre guias, governo e hotéis, por exemplo o valor dos trilhos. Tabelaando-se os preços e o rácio para cada trilho, do número de guias face a número de turistas de forma a garantir a segurança dos participantes, de forma a reduzir as desigualdades, mas que infelizmente na prática não funcionou, as pessoas estão a tentar ganhar o máximo que podem, há muita gente a fazer de guia não o sendo, há muita gente a cobrar os preços que não foram acordados. Acabando depois por perceber que isso não era sustentável devido ao reduzido número de turistas. A HBD conseguiu atrair guias para trabalharem na HBD diminuindo este problema, mas depois estes aperceberam-se que ganhavam mais por conta própria e voltaram a sair e, entretanto, já voltaram a ser contratados. Existe no geral uma insatisfação geral que acaba por não ser sustentável segundo Estrela, é difícil demonstrar o caminho a seguir e as diferenças linguísticas não contribuem para esta comunicação clara de onde se quer chegar com o turismo no Príncipe e o turista que se pretende atrair. Nesse sentido a HBD está bem encaminhada.

6.

Sem dúvida que sim, a Fundação Príncipe trabalha muito com o Governo e com a HBD, estes são os seus grandes parceiros locais. A HBD recentemente, por exemplo, começou a cobrar uma “taxa de conservação” diária aos seus clientes, com o objetivo de apoiar projetos próprios e de terceiros de conservação e projetos nas comunidades, sociais, etc... cujo uma percentagem irá ser entregue diretamente à Fundação de modo a apoiar o trabalho que esta desenvolve localmente. Esta política que a HBD criou voluntariamente demonstra o bom entendimento que existe entre estas duas entidades com um objetivo comum de desenvolver a ilha do Príncipe de forma sustentável e responsável.

A Fundação Príncipe apoia todos os parceiros com formação e capacitação de recursos humanos. Outro contributo da Fundação é por exemplo o concurso comunitário que fazem todos os anos em prol de promover comunidades empenhadas na conservação, avaliando durante a temporada das tartarugas a performance destas comunidades em termos de limpeza, integração nos projetos de conservação, se chamam a fundação quando têm tartarugas nas suas redes, etc... Devolvendo 100% do valor que se angariou durante as visitas turísticas às tartarugas (15 euros por turista), aos três melhores classificados financiando os projetos mais votados por cada respetiva comunidade, seja reparar uma estrada, uma fonte, pintar uma escola, comprar sal, os morais, o projeto das joias de chinelos, etc...Apercebendo-se com este concurso que os recursos valem mais vivos que mortos, uma tartaruga vale mais viva do que morta uma vez que pode ser usada até 5x para o turismo e o dinheiro do turismo reverte para eles. O objetivo da fundação não é rentabilizar o turismo para proveito próprio, mas sim para que estas iniciativas de negócio consigam sobreviver, esse é

o objetivo, é com estes resultados bem-sucedidos que conseguimos dar continuidade à Fundação mostrando os resultados aos financiadores.

C – O futuro do turismo na região

7.

Estrela identifica imediatamente dois projetos com potencial turístico que até já foram postos em prática, mas que acabaram por desmoronar por variadas razões. A ATTRAP e a COOPAPIP, em 2017, no âmbito de um congresso de educação ambiental que houve na região, dinamizaram atividades para os 200 participantes da mesma. A COOPAPIP realizou-se uma caminhada apícola desde a roça Sundy até à Ponta do Sol onde é a sede desta cooperativa. Durante o caminho explicavam o pasto apícola, as flores que as abelhas gostam e o porquê, etc... Já na casa do mel explicava-se e via-se o processo de transformação do mel. Na ATTRAP, entre a Ponta do Sol e Pincaté fizeram-se várias atividades no seu terreno onde tem plantas medicinais, para aprender sobre as plantas e as suas utilidades, os tratamentos que poderiam ser feitos, etc... A Fundação apoia-os agora na construção de uma casa, para que eles lá possam realizar tratamentos, mas é muito difícil na opinião de Estrela que este projeto tenha pernas para andar, são conhecimentos muito antigos e as pessoas que sabem e conhecem já são muito idosas, a geração mais nova não está a receber e aprender e participar.

A questão é que sem supervisão ou um projeto que faça o acompanhamento as coisas não acontecem, aqui em STP existe um grande vício dos projetos, as pessoas estão sempre à procura dum próximo projeto de onde possam tirar proveito não chegam a integrar o projeto deles inviabilizando a autonomia. Existe muito dinheiro que é trazido para o país de milhões e milhões que chegam do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a União Europeia entre outros, que investem e vão se embora, não existe perspectiva de continuidade ou sustentabilidade dos projetos implementados. Ajudando-se à causa está a não necessidade de trabalhar, não existe fome neste país, e isso constitui um grande problema para Estrela em termos de produtividade e iniciativa própria. As pessoas encostam-se à sombra da bananeira a menos que haja algum incentivo direto para a sua contribuição, estão dependentes da ajuda dos outros que chega com bastante frequência para se mexerem. Refletindo que talvez sejam eles que têm o comportamento certo perante a vida, se não é preciso trabalhar não se trabalha, um dia de cada vez e enquanto estou bem aproveito até quando poder.

A Fundação do Príncipe é a primeira organização sediada no Príncipe, existe um espaço físico e uma equipa composta por 98% locais a trabalhar, mostrando às comunidades que não são um projeto como os outros que os abandona, foi criada na ilha, cresceu na ilha e está para ficar. Este fator de presença e continuidade é algo muito importante para aumentar a longevidade dos projetos e o engajamento das pessoas no próprio projeto para que estas não olhem para um projeto como algo com data de termino estabelecida, mas sim algo que eles podem depender e associar-se como sendo algo deles para eles. Nestes projetos algo que também não contribui, é as pessoas não confiarem muito umas nas outras, e isso é uma questão cultural. Desconfiam de alguém que esteja mais empenhado no projeto que meta dinheiro ao bolso e por isso não se entregam.

Na Fundação vamos agora lançar novamente o projeto das ideias comunitários onde o turismo vai ser sempre uma vertente. O turismo só apoia o Príncipe de maneira sustentável se as pessoas quando cá vierem não ficarem a comer no hotel, mas forem comer às comunidades e levem com eles boas práticas. Não distribuir nada na rua, não dar dinheiro, mas sim que compreem coisas e consumam nas comunidades potenciando esses negócios a aparecer.

8.

Estrela identifica várias questões que condicionam o desenvolvimento turístico no Príncipe, um ponto fundamental é uma melhor capacitação e formação dos recursos humanos, nomeadamente dos conhecimentos de inglês. É essencial para comunicar com o tipo de turista pretendido. Dando mais uma vez como exemplo os esforços da HBD para atacar essa questão, mas que acabaram por cair em vão. Em determinada altura tinham 11 professores de inglês e matemática nas escolas a partir do oitavo ano, o objetivo seria que todos os jovens falassem inglês. Mas o problema foi que a partir do oitavo ano já é demasiado tarde para os jovens conseguirem desenvolver uma língua na opinião de Estrela, agravando-se à situação a falta de bases em todo o ensino quer a nível de formandos como formadores. Por isso a HBD fez uma parceria com a escola hoteleira dos açores e deu formação em S. Tomé e no Príncipe a 60 formandos para contratar 30 que foram para o hotel Sundy Praia. Foi investido muito nesta formação, mas continuam a faltar muitas bases e a língua é a principal, é preciso ensinar as crianças desde a cresce a falarem inglês sendo que eles também têm dificuldades com o português, mas quem é que os vai ensinar? É preciso investir nisso.

Outra grande condicionante é a saúde, se queremos atrair esse tipo de turista é necessário que ele saiba que está a visitar um sítio com sistema de saúde apto a cuidar de ocorrências, mas neste momento não existe nada. Se acontecer alguma coisa não temos plano A, B ou C. É muito importante garantir que se criem estas bases.

Para que se venda o Príncipe como este destino da biosfera sustentável é preciso alterar muitas políticas do consumo que é feito quer a nível das entidades hoteleiras quer da população. Nos produtos que são importados para consumo, é preciso limitar. O Príncipe é um espaço limitado e não tem capacidade para aguentar os comportamentos de consumo dos últimos anos infinitamente, e dois exemplos disso é a imensidão da lixeira do Príncipe e o lixo que se encontra espalhado por toda a ilha, quer seja lixo deixada pela população ou lixo que vem das à ilha vindo das correntes marítimas. O turismo também não contribui para este problema, apesar de não ser o turista a consumir é o turista que dá o poder de compra à população para sustentar estes comportamentos de consumo. Alterar os comportamentos de consumo, limitar o consumo e encontrar soluções para a valorização de resíduos é um trabalho fundamental, e são eles quem têm maior capacidade para viverem com estas limitações. A Fundação tem agora um projeto de plásticos exatamente para atacar o plástico nas orlas costeiras, com a vertente de prevenir o plástico de entrar e encontrar soluções/negócios para que sejam recolhidos das praias. Sendo que já tivemos o projeto das joias feitas de chinelos, a cooperativa de resíduos com o vidro, e o grupo a fazer os pensos reutilizáveis e as fraldas reutilizáveis para atacar a questão dos descartáveis. Segundo Estrela para dinamizar o turismo é necessário criar estas bases, educação, saúde e ambiente, para que de facto os turistas tenham as condições e a qualidade de serviço que procuram. Só depois de estas bases estarem resolvidas é que temos um destino sustentável, e a partir daí tendo a ilha protegida existe um mar de oportunidades.

Uma parte essencial para a sustentabilidade do turismo na ilha é a integração da população no planeamento, é preciso que as pessoas percebam que isto pode parecer bom, mas não o é, e nisso eles têm uma grande capacidade compreender o que é melhor para elas, mas é preciso mostrar-lhes e ajudá-las a fazer estes raciocínios. Exemplo disso foi a revolução que houve contra a utilização do Príncipe para plantações para extração de óleo de palma que iria arruinar a ilha deles que era única no mundo, uma reserva da biosfera que se tem de proteger, onde o turismo seria uma estratégia mais adequada e tudo o resto seria muito pior. Outro exemplo prático disso foi uma formação que a Fundação fez, onde se avaliou os impactos da construção de um hotel de 200 quartos, começando as pessoas a achar que seria uma excelente ideia, mas no final da formação estavam todas contra a construção do hotel. Esta é a visão da Fundação, quando se consegue trabalhar com as comunidades, com as pessoas, fazê-las entender que podem vender os recursos naturais em turismo e que é isso que lhes vai ser mais conveniente, elas começam a partilhar os mesmos valores e querer agir em conformidade transformando-se em elas próprias em agentes de mudança que protegem. Um excelente exemplo desta integração é o projeto Omali Vida Non, onde há três anos, segundo Estrela, tinham pescadores completamente contra a ideia de áreas marinhas protegidas e hoje são as primeiras a querer proteger as suas baías. Estes pescadores perceberam a importância do que se estava a tentar fazer, perceberam que a voz deles era ouvida, e as suas preocupações e opiniões eram tidas em consideração. Não é uma coisa que o estrangeiro vem de fora para impor, é um projeto deles, para eles.

Outra vertente que deveria ser reforçada é a consciencialização do turista para que perceba os seus impactos e como deve agir. Já foi feito um esforço neste sentido, existe um placard no aeroporto com regras a seguir, mas não é eficiente o suficiente. Nos últimos tempos vieram muitos trabalhadores e respetivas famílias de São Tomé sendo que com os 30 adultos que vinham de cada vez vinham mais 60 crianças, trazendo os maus hábitos de pedinchar ao turista. O turista não está neste momento a fazer a sua parte e acaba por alimentar este mau hábito dando sem qualquer razão dinheiro, doces, materiais escolares, brinquedos, ou outros... Neste sentido é preciso educar os turistas e nesse aspecto os guias deveriam fazer um melhor trabalho em estabelecer regras de comportamento, controlar e monitorizar os turistas que acompanham. É preciso sensibilizar os guias e a população em geral para tentar combater estes maus hábitos.

9.

Estrela considera um grande privilégio o facto de o Príncipe ser uma região autónoma e de o governo ter adotado uma visão do Príncipe virada para a conservação e para o turismo, e tem todo o mérito em ter conseguido captar o investimento do Mark Shuttleworth. Mas continua a haver muito setores públicos e nomeadamente do turismo que têm de fazer mais. Apesar dos investimentos de Mark incorporarem o desenvolvimento sustentável do território e de muitas das melhorias realizadas serem da autoria do grupo HBD, esta não pode substituir o próprio governo e preencher as lacunas públicas. A HBD é uma empresa de turismo privada não pode ser a solução para tudo nem pode ser responsabilizado por não fazer mais quando já investiu muito em variadas áreas. Existe toda uma série de fatores que leva o governo a ser ineficiente nos seus trabalhos, desde a falta de recursos financeiros e humanos capacitados, os baixos salários públicos que leva às pessoas do governo a terem mais de um trabalho e a não se entregarem no seu cargo político, e toda a questão da corrupção. Não existe motivação para as pessoas se empenharem, e as poucas pessoas que o querem fazer não têm como. Os projetos que chegam e sem perceber o contexto social querem implementar medidas desmedidas às quais o governo se sujeita por ser dinheiro a entrar para a país. Estrela acredita que é muito difícil alterar este paradigma, mesmo que o governo reconheça o que precisa de ser feito e que o queira fazer, é difícil de executar, por exemplo na saúde ou na educação, como se pode melhorar o sistema se os professores ou os médicos

não têm formação adequada, se não há combustível ou energia permanente no hospital, é preciso alterar muitas componentes desde a raiz, e que as decisões e políticas sejam mais ponderadas.

Estela afirma que a solução tem de partir da região internamente, mas não é fácil quando a ilha “só tem 8 mil pessoas”. Estas “só oito mil pessoas” é tanto a bênção como maldição do Príncipe, por um lado torna a região muito mais ágil e fácil de gerir por outro torna os investimentos per capita muito dispendiosos, afetando diretamente as áreas da saúde, educação, ambiente, infraestruturas, transporte, etc... Exemplificando na saúde, face aos recursos limitados é preciso ponderar se vale mais apenas investir no hospital ou se compensa mais investir no transporte de doentes para S. Tomé face à residual percentagem entre locais e turistas que vai precisar de apoio hospitalar. Outro exemplo na educação, das oito mil pessoas do Príncipe quatro mil são crianças, o que se faria com quatro mil crianças quando acabarem a escola formados? Dos quatro mil se calhar 10 conseguem uma bolsa para ir estudar para fora, metade são mulheres cuja única perspectiva de vida é serem mães e os restantes ficariam no Príncipe onde não existe de momento espaço ou oportunidades para todos. Então é preciso ponderar se valerá apenas, formar e capacitar desde cedo, a criar todas as bases de educação sem haver um fim para todas essas pessoas, é preciso que o início e o fim estejam conectados.

Estrela identifica também uma atitude egoísta por parte do governo que condiciona o desenvolvimento, procuram o benefício próprio imediato ao invés do que a região ganha com isso.

Transcrição da entrevista a André Rosa (AR)

Tempo de gravação: 01 hora 01 min e 36 seg

Realizada em 09 de junho de 2022

Entidade e cargo: Coordenador de atividades da HBD

A – Ponto de situação do turismo

Investigador: Como se posiciona a ilha do Príncipe como destino turístico?

AR: Acho que aquilo que a HBD tem feito tem sido um bocadinho uma montra do Príncipe porque acaba por se focar num segmento mais alto e num turismo mais caro e apostar na qualidade, de qualquer das formas acho que pela facilidade que há atualmente das pessoas fazerem pesquisas em outras plataformas online a venda de estadia online - o booking ou Airbnb que torna a coisa mais democrática, há muitas pessoas que vêm para algo que não seja tão caro. apesar de tudo sendo que as viagens já são caras por si acho que não é qualquer turista consegue vir até ao Príncipe. Portanto aquele que vem à procura de algo mais barato, o barato é caro a comparar com outros destinos só pela viagem em si, mesmo que a estadia e a alimentação não seja tão cara, mas sim acho que aqui divide-se muito nisto são os turistas dos hotéis que vão desde o Belo Monte até à HBD e depois tens os turistas que ficam mais na cidade que pode não ser na cidade, mas que são mais baratos

Investigador: Esses sítios mais baratos são de origem local? Sendo que os hotéis são de investimento estrangeiro.

AR: Grande parte sim, também há estrangeiros que têm coisas aqui

Investigador: Achas que prejudicam o Príncipe como destino turístico? Uma vez que foi definida uma estratégia de baixa quantidade de turistas e elevada qualidade e preço?

AR: Não, acho que não tem dimensão para prejudicar. São coisas pequenas à mesma vamos imaginar que são 10 se calhar nem chega, se cada uma tiver 3 a 4 quartos não é relevante.

Investigador: Portanto existe esse espaço então para os locais tentarem fazer sustento também tentarem ganhar o seu pão, mas se calhar convém, não sei se concordas diz-me tu, convém educar e formar esses locais para perceberem que baixar muito os preços para atrair turistas para a sua casa, acabam por se prejudicar a longo prazo porque poderiam estar a fazer mais com menos.

AR: Eventualmente sim, se virmos outros exemplos que há no mundo e também de ilhas ou destinos relativamente semelhantes sabemos que quando fica muito barato aumenta muito o fluxo de turismo e prejudica muitas outras coisas, portanto talvez sim por enquanto não se nota isso, mas se calhar se olharmos a 30 anos ou menos, mas se olharmos se as coisas caminharem nesse sentido pode se prejudicar.

Investigador: ok é bom estarmos todos em sintonia tentar aceitar esses negócios e tentar ensinar-lhes as vias a seguir e ajudar ajudá-los nesses negócios nesse sentido

AR: Ou mesmo o próprio governo ter diretrizes que controlam isso.

Investigador: também pode ser uma boa via

AR: Quando as coisas estão regulamentadas é sempre mais fácil implementar, assim ou ...

Investigador: Temos essa vantagem de sermos tão pequenos e conseguirmos atacar diretamente as coisas. Em termos de produtos turísticos em que é que neste momento se assenta? sol e mar? a natureza? quais são os fortes neste momento do Príncipe? Saúde? Desportivo? Cultural?

AR: Sendo que vem muita gente de Portugal, diria que a maioria dos turistas são portugueses, de acordo com a minha experiência, o turista português quando vem para os hotéis, que é com quem eu tenho contacto, os hotéis da HBD, procuram muito praia. Por um lado, até podem sair de certa forma defraldados no sentido que vem a pensar que vem para o sol e praia, tem a praia, mas o Sol nem sempre é garantido. Os turistas do resto do mundo, mas mais os europeus da Europa central/norte vem muito mais pela natureza, caminhadas, biodiversidade mais focados nessa parte. Os portugueses têm também uma certa atração pelo lado cultural, pela herança que vem pelo colonialismo e pelos laços históricos que existem, então têm esse interesse cultural da herança cultural que Portugal deixou. E depois também acabam por gostar de conviver com as pessoas daqui, de conhecer algumas pessoas, isso também é interessante.

Investigador: Dirias que quem vocês procuram é mais o perfil da Europa do norte e da Europa central do que o português? ou do típico português que vem para cá?

AR: Desta descrição que foi feita, estamos a generalizar é claro, mas diria que sim. É mais focada noutras nacionalidades que não a portuguesa. A nível da estratégia porque por um lado, o destino está muito mais divulgado em Portugal e por outro ser também um mercado médio alto com preços mais altos. Acaba por esse segmento abranger mais nacionalidades que não as portuguesas. Principalmente pelo valor, pelo preço que é estipulado, para o mercado português os hotéis da HBD são caros.

Investigador: Imagino, tudo bem. Que os recursos e potencialidades atuais se destacam na ilha e quais não estão a ser aproveitados como deveriam? Atividades em si, ou locais que tem potencial e estão a ser negligenciados, que recursos tem atração?

AR: Uma coisa que melhorou bastante nos últimos anos foi o facto de terem abertos os trilhos, os trilhos foram abertos pela Fundação Príncipe com a Reserva da Biosfera e o parto natural do Príncipe foi uma parceria entre os 3. Acho que resultou muito bem, aumentou-se muito as possibilidades, organizou-se melhor estas questões dos trilhos dentro do parque, solidificaram-se as regras a serem cumpridas e o dever que tem aqueles que entram. Há penteá-lo para trabalhar melhor ainda apesar de por serem abertos os trilhos e terem sido feitos regulamentos de acordo com isso foi muito, muito bom, mas há potencial ainda para melhorar nesse aspeto da organização nas entradas de qualquer das formas acho que está num ótimo caminho. Depois a nível de potencialidades tudo que é esta herança histórica os edifícios coloniais e em geral estão muito degradados e tem muito potencial para se fazer muita coisa aproveitando isso, mas lá está tudo o que é infraestruturas exige um grande investimento mais do que abrir trilhos. Sendo que o forte da Ponta Mina é um, mas acho que todas as roças, só a roça Belmonte é que está reabilitada perdeu algumas características, mas está reabilitada, e a roça Sundry está parcialmente reabilitada as outras estão em péssimas condições, portanto no Príncipe como em São Tomé acho que em São Tomé a situação está ainda pior.

Investigador: Torna-se muito mais difícil porque qualquer espaço em que as coisas fiquem sem serem utilizadas ficam completamente devastadas e engolidas pela natureza. Isso torna difícil a reabilitação porque já estão completamente depreciadas todas as infraestruturas é necessária uma grande reabilitação e depois de reabilitadas a manutenção também é muita e para justificar essa manutenção é preciso utilizar os espaços.

AR: Exato, para ser viável a nível financeiro é preciso ter aqui muita coisa a funcionar bem, mas se for o potencial é isso, dá pena chegar a qualquer roça e ver tudo degradado. O hospital de Porto Real é enorme tem muito potencial, a Ribeira Izé que tem lá igreja tem muito potencial pelo menos perceber o que é que era aquilo. Aquilo é da era antes do cacau, não tem a organização das típicas roças. Era de alguém que como principal negócio tinha a compra e venda de escravos. 1700 e tal 1800 e tal, agora estes edifícios são todos mais recentes do século vinte então acho que tem muito potencial por isso. Mesmo, a Fortaleza de Ponta Mina também é mais antiga também é pré-era do cacau. Mesmo em termos de praia as melhores praias têm acessos terríveis praia Boi e a praia Margarida. A praia Boi por exemplo o acesso de carro é terrível o que por um lado é bom porque sempre que lá vais não encontras ninguém e mantém-se mais ou menos limpo sendo que não existe nenhuma estrutura de recolha de resíduos e assim, nem zonas próximas quanto mais nessas zonas distantes, o que mantém a praia mais ou menos imaculada, mas se quiseres levar um turista de carro é terrível. Dentro do parque é bom haver trilhos, mas acho que ainda podem ser explorados mais trilhos. Fazer mais trilhos e utilizar melhor os trilhos que já estão feitos. Há um que se fala muito, que já está para ser aberto há muito tempo que é o da Maria Correia, vai desde São Joaquim até a Cascata da Maria Correia. Não é um trilho recomendado, mas eu gosto dele e faço muitas vezes com os clientes. Deve haver muitos outros, mas não sei.

Investigador: Ainda em recursos naturais, falando de cascatas, esperava encontrar mais cascatas por aqui, são muito atrativas, ainda para mais tendo água a temperatura refrescante, pode não ser a água mais limpa, mas já encontrei sítios com a água bastante boa. O que me sabes dizer sobre as cascatas da ilha? Encontrei as cascatas de Monte Alegre, as duas, quero ir a cascata de São Joaquim, e ouvi falar na cascata do Fundão. Conheces?

AR: São Joaquim, fundão, monte alegre, é tudo próximo. Ouvi é que as de monte alegre é a mesma de São Joaquim, e a do fundão nunca ouvi assim. Eu só fui às de monte alegre e há quem chame São Joaquim à de monte alegre.

Investigador: As pessoas de Monte alegre chamam à cascata cujo acesso é feito por Monte Alegre de cascata grande de São Joaquim. Mas identificam também em São Joaquim a cascata Oquêlolo.

AR: Mas sabes que isso é tudo na mesma zona, e dá para ires para esses lados pelo rio papagaio. O rio papagaio vai em direção ao meio da ilha. portanto dali vais para o Fundão e para São Joaquim também. Poderemos estar a falar da mesma coisa, mas cada um lhe dá um nome diferente. Tu, da Bela Vista, em meia hora metes na entrada para o trilho da cascata o quê pipi. Apesar de que tu para a Oquêpipi vais tudo à volta, mas tu indo aqui por esta estrada consegues lá dar também não de carro, mas a pé é tudo perto. este caminho passa antes de chegar à barragem. A barragem é fixe para nadar lá, é engraçado e dá para ir desde aqui da cidade a pé. O caminho da barragem também acho que tenha mais potencial para se fazer mais alguma coisa, é interessante. um trilho curto fácil às vezes vem assim pessoas um bocadinho mais limitadas, podes nadar no final e depois voltas, a barragem não tem mega-interesse cultural, mas tem interesse.

Investigador: A história é engraçada...

AR: Nunca funcionou e não sei quê, mas é fixe aquilo faz assim uma banheira, é tipo um açude, dá com água pelo peito o suficiente para nadar e refrescar. A Oquêpipi já deves ter ido, é mais prática. E a outra da Maria Correia é a minha preferida, e a nível de nadar e mergulhar é a melhor, será um pouco mais distante é o dia todo ir e voltar são 4/5 horas.

Investigador: Em que estado considera que está a animação turística na ilha?

AR: Acho que há espaço para fazer mais coisas. Acho que não está em demasia. Não sei, mas acredito que seja difícil para um turista que não vá para os hotéis encontrar algum guia de confiança e de qualidade fora dos hotéis, acho que é difícil e não sei exatamente como é que fazem e acredito que algumas pessoas cheguem e fiquem um bocado à rasca “o que é que vamos fazer agora”. Falta alguma qualidade principalmente fora dos hotéis, e baseia-se muito nas visitas guiadas acho que há poucas coisas que seja *self-guided*. Acho que falta muita coisa.

Investigador: Qual é a necessidade de ter um guia, de no parque natural ser obrigatório, impões se que uma pessoa que venha para o Príncipe tenha um guia.

AR: Por um lado sei que há esse feedback de algumas pessoas não entenderem porque é que é necessário entrar no parque obrigatoriamente com guia, há muitas pessoas que não acham piada a isso. acho que pelo Estado em que o turismo está a nível global das coisas serem mais democráticas as pessoas que conseguem fazer as coisas mais sozinhas, mas por outro lado acho que aqui no Príncipe as pessoas terem um guia, as pessoas ganham muito com isso e para além de ganharem muito com isso a nível da economia local também acho que é importante. mas pronto o serviço acho que tem que corresponder àquilo que é pago. de qualquer das formas acho que no Príncipe neste momento, por exemplo aqui pipi faria se facilmente sozinho se tivesse boas setas boas sinalizações fazia-se facilmente. Qualquer das formas se tiveres um bom guia é muito melhor ter sua guia, o problema é que tens guias que não são bons. Por exemplo, é obrigatório terem um guia. Chamam guia pagam a guia e ele só te guia não te diz mais nada, aí acho que é pobre, se tiveres um bom guia que sabe mostrar as coisas certas, consegue criar te ali um bom ambiente acho que torna tudo muito melhor. Fora do parque se quiseres conhecer a ilha de carro acho que é fundamental teres guia porque as estradas não são boas ou acessos não são fáceis as sinalizações são poucas. Os melhores sítios, se calhar, para uma pessoa sem apoio não são fáceis de encontrar. imagina vais a uma roça e vês só ruínas, chegas lá olhas para as ruínas e vens te embora se não perceberes porque é que aquilo está ali perde-se muita informação, então se tiveres um bom guia que saiba enquadrar bem as coisas tu sabes explicar tem conhecimento sabe lidar bem contigo e ter boa energia ganha-se muito em ter um guia. São Tomé acho que é um bocadinho mais aberto é um bocadinho mais fácil o *self-guided* em São Tomé do que no Príncipe. tens outras estradas, imagina que vai sozinho até Agostinho Neto chegas lá e há uma associação de guias de Agostinho Neto que te mostram a roça, ou seja, não precisas de ir com o teu guia, depois vais até Neves em outros serviços lá no Santola, não precisas tanto de ter guia. apesar de que acho que com um guia ganhas sempre acabas por ver outras coisas que não são tão óbvias, mas acho que é mais fácil do que aqui.

Investigador: Onde é que achas que deve ser o caminho do Príncipe nesse sentido?

AR: Acho seria bom melhorar nível dos guias, acho que é mais interessante, de forma que as pessoas quando tiverem guia sintam que tenha valido a pena.

Investigador: Para ti quais achas que devem ser os atributos de um guia nesse sentido?

AR: Saber criar uma boa relação com o cliente, e para isso é fundamental uma boa comunicação e ética, às vezes um mau guia ultrapassa algumas barreiras que não devem ser ultrapassadas. depois ter conhecimento de biodiversidade da história e da cultura.

Investigador: A nível das atividades que os guias façam, é quase tudo a não ser um passeio ou outro de barco, será visitas a locais na ilha ir conhecer determinadas pessoas que podem acrescentar qualquer coisa ou servir uma refeição, é isso que se pratica?

AR: Sim, é conhecer locais daqui do Príncipe que passam sempre por roças praias miradouros e alguns projetos interessantes tipo o das joias em Porto real, um senhor que faz esteiras, artesãos, ou até agricultores. havia uma altura que eu ia muito visitar um agricultor que tinha uma personalidade fixe, e percebias como é que se planta ananases e assim.

B – A intervenção das entidades locais no processo de desenvolvimento turístico

Investigador: Em que aspeto está a HBD envolvida no turismo da ilha? É a maior entidade da ilha, que emprega mais pessoas, que atividades oferecem?

AR: Incluímos uma atividade meio-dia na estadia vai desde passeios de barco a caminhadas e passeios de carro. Para os passeios de barco à baía das agulhas e às praias do nordeste, saímos da praia Sundry vemos toda aquela Costa norte até à praia boi. temos 4 barcos, 2 com 2 motores e 2 com um motor.

Investigador: Além das atividades de animação turística e do serviço hoteleiro, a HBD está envolvida em mais alguma atividade na ilha?

AR: Sim temos agricultura e transformação de produtos agrícolas, a fábrica de chocolate, roça paciência onde temos produtos de higiene e de beleza. essa roça também está mais reabilitada. depois temos o departamento de sustentabilidade que se envolve na parte da recolha do lixo e separação, projetos de reciclagem trabalham com a comunidade em sensibilização e depois também faz o contato com a Fundação Príncipe.

Investigador: Qual é o intuito desse projeto de agricultura e transformação?

AR: Este projeto quando surgiu foi para a produção abastecer as cozinhas dos hotéis depois surgiram também os produtos de higiene e beleza que acabam por ser mais vendido aos turistas. depois surgiu a fábrica de chocolate para ser mais um ponto complementar turístico.

Investigador: conseguem fazer isso de abastecer as vossas cozinhas?

AR: Totalmente não, complementa, mas não basta, compramos muita coisa localmente.

Investigador: Mandam vir muita coisa que não haja cá?

AR: Um bocado.

Investigador: É difícil na cozinha de um hotel, que tem muitas necessidades muitos requisitos, apenas com coisas locais.

AR: Sim tentamos ao máximo, mas é um bocado teórico.

Investigador: Considera que os diferentes *stakeholders*, estão a fazer a sua parte para desenvolver um destino turístico sustentável? Podemos começar por identificar os *stakeholders*.

AR: Os hotéis as residenciais os guias particulares, o Governo, mais diretamente as secretarias, departamentos ligados ao turismo e à biodiversidade - Reserva da Biosfera e o parque natural. E a parte económica do governo regional, a Fundação Príncipe acaba também por estar ligado a isso sendo que o turismo esse suposto ser mais sustentável e tudo mais. e mesmo há turistas a visitarem projetos da Fundação Príncipe das tartarugas principalmente também é uma parte interessada. restaurantes locais e tudo mais.

Investigador: Certo, e agora se estão a fazer a sua parte para desenvolver um destino turístico sustentável? Podemos começar pela HBD.

AR: Aí acho que sim por um lado por serem unidades hoteleiras relativamente pequenas, cada unidade tem menos que 30 quartos e cada unidade não leva um autocarro de turistas. depois há uma preocupação a nível dos resíduos e tudo mais, portanto diria que sim, mesmo Belmonte também diria que é relativamente pequeno não conheço tão bem as políticas, mas acredito que também esteja mais ou menos alinhado. sabemos que que a parte dos resíduos não é fácil estamos numa ilha, as recolhas não funcionam tão bem o tratamento dos resíduos não funciona de todo, não é fácil. e muita coisa é importada, e isso cria mais resíduos, mas dentro do possível há um esforço há uma boa intenção. as residenciais são ainda mais pequenas 4 ou 5 quartos no máximo, podem não ter tanta consciência, mas acho que acaba por ter uma pegada mais pequena do que aqueles que afirmam ter consciência. primeiro porque a importação é mínima, o standard é mais baixo não é preciso estar a importar tanta coisa.

Investigador: achas que alguém que está de certa forma prejudicar ou está a ir contra a estratégia do que está a ser feito?

AR: Não.

Investigador: Como classifica o grau de cooperação entre *stakeholders*?

AR: Sim acho que está tudo mais ou menos alinhado, claro que na comunicação há sempre coisas a melhorar, mas está tudo mais ou menos alinhado e as coisas vão andando na mesma direção.

C – O futuro do turismo

Investigador: Quanto ao futuro do turismo na região tendo em conta as tendências da procura turística em que produtos projetos ou recursos pode o Príncipe apostar para projetar as suas potencialidades turísticas? Coisas que ainda não estão feitas, onde se deve apostar?

AR: Saúde, acho que o sistema de saúde sendo deficiente como é pode ser um atraso ao turismo, traz pouca confiança às pessoas era muito importante apostar nisso, até porque sendo um turismo de natureza traz sempre mais alguns riscos.

Investigador: Deve continuar a apostar num turismo de natureza?

AR: Sim, acho que essas são as potencialidades. o sistema de saúde deveria melhorar muito, mas muito mesmo.

Investigador: quando dizes saúde também te referes a segurança e socorro? porque também não há nenhum tipo de apoio e se calhar também seria importante.

AR: exato, seria importante. mas o próprio hospital ter melhores condições é essencial. Porque nada serve socorrer alguém se não há para onde socorrer. depois vais ter que evacuar.

Investigador: Além do turismo de natureza, deve-se apostar em mais algum segmento?

AR: Sim cultural aquilo que eu tinha dito das roças obrigado da história acho que há espaço para crescer aí ou mesmo tendo museus ou exposições que falem sobre a cultura do Príncipe.

Investigador: Em termos desportivos, consegues identificar algum?

AR: Atividades de Remo, o kaiake, o stand up paddle, pode ser uma coisa gira, aqui na baía de Santo António tem potencial para isso é muito calmo e pode ser uma coisa gira. Nós nos hotéis temos alguma coisa para oferecer neste género, mas muito pouco. Mesmo o próprio mergulho havia o centro de mergulho do bombom que ficou fechadas da pandemia acho que há potencial para explorar isso.

Investigador: Atividades de vento?

AR: Tem muito pouco vento aqui, mas por acaso está aqui um bocadinho de vento a gravar na é um bocadinho mais ventosa, mas mesmo assim acho que não é suficiente. depois atividades de ondas infelizmente temos pouco. eu já surfei na Ribeira Izé, mas é fraco, tens uma grande onda na praia Caju mas se deres 5 vezes por ano é muito. é um point break que rebenta na ponta da praia Banana e vem até a areia, vem sempre a quebrar junto à pedra, muito comprida, podes ter uma secção ou outra assim mais tubular, mas não é mole, tem parede. A ribeira izé é muito mole. acredito que onde possa haver mais ondas e mais vezes é na área do parque natural na costa sul, mas como é que tu chegas lá, mas estará mais vezes onshore porque o vento e a ondulação vem na mesma direção. Eu tenho a prancha aqui, mas já não lhe pego há vários anos. dizem que é a praia Rio de São Tomé eventualmente tenha ondas, ali as praias do Infante, tem ondulação ao vir de frente e acredito que tenham ondas mais regularmente, mas nunca se vai lá.

Investigador: existe alguma falta de iniciativa e proatividade esquecimento de responsabilidades por parte de alguma entidade. por exemplo quem é que faz a manutenção dos trilhos?

AR: Isso é uma grande confusão. Supostamente, eu diria que é o parque natural. Depois o parque natural diz que deviam ser a associação de guias é que tem de fazer, acho que não faz sentido uma vez que não tem estrutura nenhuma, é um conjunto de guias individuais.

Investigador: Consegues explicar brevemente o que é a associação de guias da ilha do Príncipe?

AR: Foi criada associação de guias para se controlar que vias é que podiam entrar no parque, a necessidade foi essa. acaba por ser uma associação um bocado coxa, é uma boa iniciativa, acho que seria bom estar mais organizado e até ter um papel de valorização dos guias e formação. poderia ser um contributo para melhorar a qualidade dos guias, do PE ser também A Entidade que regulava quem é que são os guias ou não que tenham autorização a entrar no parque, podia ser A Entidade até que fiscaliza o que é que os guias estão a fazer. atualmente o controlo deveria ser feito pelo parque natural, eles têm a lista de quem é que são os guias da associação e só entre as guias que estão na associação. Agora, a associação não controla quem são os guias que estão lá nem tem um mecanismo de entrada de novos guias nem de saída de guias que já não estão a trabalhar, é um sistema disciplinar de algum guia que faça alguma asneira e seja suspenso não existe qualquer mecanismo. por exemplo um guia tentou entrar no parque e não pagou, então fugir ao sistema, foi apanhado podia ter uma sensação por exemplo que estaria 2 meses sem poder entrar no parque ou uma multa eventualmente seria a terceira ou quarta vez que o estava a fazer é expulso um ano se quiser voltar a entrar tem de voltar a fazer formação. e depois és o novo guia és um jovem tira as cartas de condução queres ser guia, não podes porque não fizeste formação quando é que tem formação? o que sabemos. quando é que foi a última formação? foi há 4 anos. tens de ter um sistema para as pessoas conseguirem entrar regularmente nem que seja uma vez por ano que acho pouco. Ok tens aqui estes documentos de estuda vais fazer um teste no dia prático no dia tal passas no teste prático paga as quotas pagas joia e és guia. Isto foi estabelecido, mas depois há muitos ai depois eu pago. não pagaste as últimas mensalidades estás suspenso. e com esse dinheiro consegues se calhar organizar as formações consegues dinamizar as

coisas, mas não há essa organização nada feito. Tem esse potencial, de ser uma entidade respeitada, faz sentido existir, mas precisa de ser trabalhada.

Investigador: Achas que as atividades de acompanhamentos do vinho palma do mel das Plantas medicinais tem ponta por onde se pegue?

AR: Sim, se calhar essas que tu disseste não, mas coisas desse género. depende sempre da personalidade e do indivíduo que explica isso, acho que tem potencial. nós fazíamos muito o senhor do ananás ele é engraçado e explica como é que se planta o ananás e etc. Na HBD fazemos a rota do cacau, em que explicamos a história da introdução do cacau na ilha, vamos à plantação, estamos como é que se faz a poda da árvore, as técnicas agrícolas, e depois vemos a fábrica de chocolate, é muito giro e acho que pode ser feito com outras coisas. Esse esse do ananás também era gira, e nem é uma coisa que é típica do Príncipe, mas como ele é fixe, crias ali um ambiente giro, e aprendes coisas novas e provas o ananás que é ótimo.

Investigador: O que não está a ser feito que deveria ser tomado em consideração no planeamento turístico do Príncipe. têm projetos futuros relacionados com a animação turística? Do que não está a ser feito já falámos de umas quantas coisas, uma maior estrutura na associação dos guias formação do desenvolvimento de turismo para acompanhar a estratégia do destino, apontas mais alguma coisa que não está a ser feita que nós a ser posta em cima da mesa?

AR: Não estou a ver agora.

Investigador: Tem projetos futuros relacionados com a animação turística na HBD?

AR: Não estou a ver, acho que não.

Investigador: considera que o setor Público tem contribuído para o setor? que papel deve desempenhar no desenvolvimento turístico do Príncipe?

AR: Deve regular, deve ter diretrizes do que é que é o desenvolvimento turístico sustentável, e certificar-se que quem está a desenvolver projetos nessa área vai de acordo com as diretrizes criadas. o exemplo mais óbvio é as unidades hoteleiras nunca serem muito grandes, isso é uma própria diretriz que foi criada pelo governo pelas unidades estatais e faz tudo sentido que assim seja. quando vem algum projeto tem que ser aprovado pelo governo é bom que siga essas diretrizes e acho que isso é feito por acaso. Se podem ser revistas essas diretrizes? Talvez, não tenho conhecimento.

Investigador: Achas que o governo faz a sua parte?

AR: Sim, em grosso modo.

Investigador: Qual é que achas que é a relação do setor Público com o privado? por exemplo, do que eu sei por isso está completamente entregue ao setor privado, o governo está aberto a projetos, os projetos são planeados entregues ao governo, o governo avalia e diz se pode avançar ou não.

AR: É mais ou menos isso por exemplo a parte dos trilhos do parque é mais governamental, é uma fonte de receita para o governo, é gerido pelo governo ou deveria ser. Estou a falar do PNP (Parque Natural do Príncipe), os trilhos a gestão dos trilhos a gestão das entradas dos trilhos essa fonte de receitas entradas dos trilhos é tudo gerido pelo governo. fora isso são projetos privados o governo autoriza ou não.

Investigador: Achas que o governo...

AR: Não, acho que não dá muita liberdade. talvez se possa justificar que é o papel que eles tenham de fazer, mas limita algumas coisas. o próprio peso burocrático em geral atrasa muitas coisas, existe burocracia e ineficiência. o que falo pela HBD especificamente, mas no geral. E deveria assumir um papel mais ativo no que diz respeito ao PNP.

Investigador: Porque estavas de abordar mais algum Tema relevante se a ter em consideração no planeamento turístico do Príncipe?

AR: Não, ah projetos futuros voltar a abrir o centro de mergulho. infelizmente ainda não mergulho, mas que gostava muito.

Transcrição da entrevista a Alberto Leal (AL)

Tempo de gravação: 52 min e 40 seg

Realizada em 15 de junho de 2022

Entidade e cargo: Chefe de Secção do PNP e Interino da Reserva da Biosfera

A – Ponto de situação do turismo

AL: O PNP é uma secção como a reserva da biosfera, são duas secções que pertencem a um departamento, tanto as ações do parque como da biosfera estão interligadas para apoio ao turismo. Neste momento eu sou o chefe da secção do parque, mas acumulo as funções de chefe da biosfera.

Investigador: Atualmente como é que acha que a ilha do Príncipe se posiciona no mercado como destino turístico?

AL: São duas coisas fundamentais, a natureza... e a cultura em partes. A natureza porque o fluxo de turismo que nos notamos no Príncipe é o interesse em ver na realidade aquilo que é a reserva mundial da biosfera, em que nos estamos inseridos como um dos membros da UNESCO, na conservação daquilo que é a biodiversidade sobretudo ligado ao endemismo próprio da ilha do Príncipe. E isso atrai os turistas e é especial. Depois o mar porque como nos fazemos o seguimento e monitorização de algumas espécies que habitam sobretudo nas ilhas tinhosas e então fazem alguns circuitos e viagens pelo mar para observarem na realidade aquilo que é a existência das espécies e das aves marinhas lá nas Tinhosas. Então essas duas áreas que são fundamentais para a atração turística e aqui, insere a nossa presença como reserva mundial da biosfera para a conservação da natureza.

Investigador: Vocês costumam fazer esse circuito até às Tinhosas?

AL: Neste caso é encarregue desse circuito os hotéis instalados aqui. Então nos estamos sempre em sintonia com os hotéis quando fazem deslocação tem uma autorização do parque, justificando realmente qual é o objeto da presença nos locais para evitar alguma eventual degradação. Tem de haver algum controlo e somos nós que fazemos esse controlo.

Investigador: Então a nível de oferta quem faz as atividades são os hotéis, mais alguém faz atividades?

AL: São sobretudo os hotéis, existem pessoas também que são os guias que apoiam os hotéis em casos excecionais porque os hotéis também já têm alguns guias que nós por parte da reserva preparamos. Formamos os guias para os devidos efeitos, mesmo estando a trabalhar nos hotéis eles são orientados e preparados para serem guias turísticos a partir das nossas instruções e orientações do parque da biosfera.

Investigador: Quais acha que são as principais condicionantes do turismo?

AL: A questão linguística é uma condicionante, a expansão do conhecimento da ilha do Príncipe da sua existente também é outra condicionante. Nós não criamos ainda um grande esforço nesse sentido de espalhar o Príncipe. São condicionantes que nos temos por aqui.

Investigador: Que recursos e potencialidades atuais se destacam na ilha, e quais não são aproveitados como deveriam?

AL: A zona primaria, protegida pelo PNP. A zona núcleo, a floresta primária.

Investigador: Isso é muito atraente para os turistas, mas os turistas não podem ir à zona núcleo?

AL: Podem ir à zona núcleo com alguma justificação e com a presença de guias responsáveis orientados pelo parque e pela reserva.

Investigador: O que é que eles vão fazer à zona núcleo?

AL: Eles vão observar a existência de algumas espécies endémicas que realmente existem só no Príncipe. Como por exemplo o Quitóli e o tordo do Príncipe. Que só no Príncipe existe e só na zona núcleo se encontra. Eles vão lá à procura para confirmar que realmente existe.

Investigador: E sempre que alguém quer ir tem de pedir a vossa autorização? Mesmo na zona tampão tem que pedir a vossa autorização?

AL: Sim, a nossa autorização consiste em dois aspetos fundamentais. Em primeiro a responsabilização de quem vai acompanhar os turistas para que não haja digamos nada de mal para com os turistas e que eles conheçam realmente, a segurança. E a outra é a garantia da não descaracterização ou da não perturbação das espécies existentes na área núcleo ou na área primária.

Investigador: Então o guia protege os turistas, mas também serve para controlar as suas atividades dos turistas para que não perturbam a natureza?

AL: Exatamente.

Investigador: Todos os guias foram formados por vocês?

AL: Sim.

Investigador: Identifica mais algum recurso que tenha um grande valor para o turista além do núcleo do parque?

AL: As zonas marinhas protegidas. Nós temos a zona núcleo e também as zonas marinhas protegidas e as espécies existentes nessas áreas.

Investigador: Então o maior destaque vai para as espécies endémicas e os respetivos locais onde se pode encontrá-las?

AL: Ok, exatamente.

Investigador: Em que estado considera que está a animação turística na ilha? Como já falamos há bocado só os hotéis é que estão

AL: Só os hotéis, e com uma pequena percentagem de alguns guias individuais. Sim, por conta própria. Porque há alguns visitantes que nos recebemos que não vão para os hotéis, podem ficar nas residências aqui na cidade e os guias individuais são encarregues de servir esses turistas.

Investigador: Então considera que está bem explorado o setor da animação turística?

AL: Eu na minha opinião falta melhorar a organização em dois aspetos fundamentais. Um é o nível de capacidade de responsabilização dos turistas, juridicamente não há nada oficial em que tanto os guias como os turistas possam fazer uma reclamação judicial em caso que haja alguma situação difícil. Algum acidente, alguma violação dos direitos, há alguma falta de responsabilização. Está aquém falta melhorar muito essa situação. Outro aspeto são os conhecimentos técnicos e linguísticos. Técnicos porque há alguns guias que são um pouco limitados em termos de conhecimentos, a um nível internacional, nos estamos aqui mostramos uma árvore que não existe noutro lado ou mostramos uma ave que não existe noutro lado. Estamos muito limitados, em nível de conhecimento falta ainda o alargamento. Os guias podiam estar mais qualificados. E depois a questão de conhecimentos linguísticos é outro problema. Há guias que recebem turistas que falam outra língua e eles não se entendem, não há comunicação. Aqui há muita falta de melhoramento nesse aspeto.

Investigador: Em termos de segurança, socorro e saúde, qual é o estado de situação da ilha?

AL: Também, nos temos muitas limitações. Porquê? Nós não temos um centro hospitalar ou de saúde qualificado, nos temos para atendimentos de algumas emergências, se nos repararmos, mesmo para o atendimento das nossas situações regionais quase todo o caso que ultrapasse as capacidades técnicas e materiais do nosso hospital nós somos obrigados a ser evacuados para o hospital central em São Tomé. E mesmo no hospital Central também já é limitado, por isso é que nos temos muito receio de algo mais grave não aconteça aqui no Príncipe sobretudo com os nossos visitantes, são os turistas. E nós esperamos muito que não haja nenhum problema. Nos por exemplo sofremos de malária e dengue e nos não temos grandes meios para evitar que isso digamos seja transmitido para algum turista. Felizmente nos dizemos que Santo António nos defende milagrosamente, mas em termos de meios somos muito limitados e aquém a nível de saúde.

Investigador: é uma grande condicionante para qualquer turista que venha para cá e ainda para mais ande na natureza a fazer coisas no mato, em ravinas, a escalar, qualquer acidente passa de ligeiro a muito grave por não haver quaisquer infraestruturas de receção e socorro, poderia haver algo, mesmo que não tenha um hospital ter alguma infraestrutura de socorro que permita estabilizar uma vítima para depois transportarem para São Tomé. Os bombeiros não têm nada para auxiliar?

AL: Não os bombeiros só estão envolvidos com a parte dos incêndios. Fora disso nada.

Investigador: Então por exemplo se alguém se aleijar dentro do PNP quem é que vai auxiliar?

AL: Os guias pedem o socorro, e nos recorremos às ajudas do próprio hospital através das ambulâncias que estejam ao alcance disponível ou algum socorrista tradicional para nos ajudar.

Investigador: Qualquer pessoa que possa ir lá naquele momento ajudar é o que existe.

AL: Sim, exatamente.

B – A intervenção das entidades locais no processo de desenvolvimento turístico

Investigador: Em que aspetos está o Parque Natural e a Reserva da biosfera envolvidos no turismo da ilha?

AL: O nosso envolvimento é digamos a responsabilização para orientar os turistas a conhecer digamos internamente o núcleo da conservação da natureza e da biodiversidade aqui no Príncipe.

Investigador: Ou seja, facilitam as condições para esses turistas poderem explorar esses locais?

AL: Sim.

Investigador: E da reserva da biosfera?

AL: É a transmissão de informações da existência para ser orientado pelo parque.

Investigador: Por exemplo o aspeto da manutenção dos trilhos, têm algum sistema implementado para manter os trilhos, a sinalização em condições, etc.?

AL: Neste momento temos a parceria com a Birdlife Internacional para nos apoiar financeira e tecnicamente para a realização dessas atividades. Que é a atualização dos marcos, as placas dos trilhos, as indicações, aí nós fazemos uma parceria com eles.

Investigador: Mas por exemplo, tem alguma responsabilidade em manter um trilho aberto?

AL: Sim, nos temos essa responsabilidade. Infelizmente às vezes os recursos são muito limitados para nós e recorremos ao Birdlife para nos ajudar, digamos, em termos logísticos para realizar essas manutenções.

Investigador: Quem é o Birdlife?

AL: Aqui no Príncipe, o Birdlife tem um projeto de ECOFAC que vai terminar agora em 2022 e eles fazem o trabalho de apoio técnico e financeiro ao PNP.

Investigador: Estão envolvidos de mais alguma maneira com o turismo além das infraestruturas que possibilitam receber turistas?

AL: Não, mais nada, é isso que fazemos. Controlo e monitorização, eventualmente podemos ajudar na segurança e ajudamos com a formação dos guias.

Investigador: Mas vocês próprios não organizam nenhuma atividade? Quem é que criou os trilhos da biosfera?

AL: Pois não. Foi o ECOFAC 4, na altura em parceria com o PNP.

Investigador: O ECOFAC é um projeto de quem?

AL: Foi um projeto da União Europeia.

Investigador: Existem trilhos que tem número, mas que não consegui encontrar nenhuma informação, porquê?

AL: Sim, porque com a nossa característica pluviométrica, e humidade do Príncipe é algo que torna inacessível. E também, digamos, a humedificação faz desaparecer ou retirar algumas tintas nas setas e placas com indicações.

Investigador: Então não conseguiram ter condições para manter esses trilhos abertos?

AL: Sim, sim exatamente.

Investigador: Considera que os diferentes envolvidos no turismo estão a fazer a sua parte para desenvolver um destino turístico sustentável?

AL: Sim, uma das grandes metas e desafios é isso. Para um turismo sustentável, todo o nosso processo baseia-se sobretudo na conservação e sustentabilidade. Procuramos de toda a maneira que não haja a degradação ambiental ou descaracterização florestal ou dos trilhos ou alguma coisa do género.

Investigador: Não acha que não há nenhum interveniente que faça um papel mais fraco nesse sentido? Alguém que possa ser um interveniente prejudicial que precise de mais formação?

AL: Nesse caso nós focalizamos mais sobre os próprios guias turísticos que pronto, as suas ações quase que são limitadas apenas para orientarem os turistas para observação e conhecimento da nossa ilha, mas em termos de ações em parceria com o parque tem havido alguma fragilização. Não tem havido assim muita comunicação e consistência de ação entre guias e o parque.

Investigador: Incluindo os guias dos hotéis?

AL: Sim todos os guias, incluindo os guias dos hotéis.

Investigador: O que se passa? São interesses diferentes?

AL: Não diria interesses diferentes. Mas os interesses são visualizados, no meu entender, mais para um lado. O lado dos bolsos dos guias, pode ser por ignorância e falta de conhecimento daquilo que realmente é a necessidade do parque. Aqui eu acho que o parque também tem culpa, deveria ter mais ações de formações e sensibilizações de modo que os guias se engajem e se apropriem mais daquilo que digamos são os interesses que eles usufruem em nome do parque natural e da reserva da biosfera.

Investigador: Então para ver se estou a perceber, para entrada do parque e usufruto das vossas infraestruturas, e no sentido de controlarem e possibilitar-vos de fazer as vossas responsabilidades vocês têm de cobrar uma taxa de entrada, e esses guias não estão a perceber a situação e estão a tentar fugir ao vosso sistema?

AL: Muito obrigado, ao nosso sistema e às regras que estão estabelecidas.

Investigador: Eles acham que vocês não estão a fazer a vossa parte?

AL: Sim, eles acham que as normas que estão estabelecidas não vão de encontro as suas expectativas. Acham que pronto, a natureza está lá e eles podem entrar e fazer o que lhes interessa, e o resto não lhes diz respeito. Quando na norma estabelecida pelo governo e algumas convenções que estão retificadas não diz assim. Diz que nos devemos usufruir daquilo que é a beleza natural e existência no parque ou no núcleo, mas de uma forma sustentável.

Investigador: E para isso é preciso a vossa ajuda do parque para manter, para cuidar e para isso é preciso fundos, é do dinheiro gerado com os turistas.

AL: Pagam alguma taxa para ajudar. É daqui onde começa a tendência de conflito entre o parque e os guias, porque eles acham que não devem pagar porque a natureza está ali e podem fazer o que quiserem, mas as normas não dizem assim. Mas nos estamos a lutar para melhorar essa situação.

Investigador: Por exemplo vocês têm guaritas à entrada dos trilhos que entram no PNP. Essas guaritas seriam para fazer algum tipo de controlo?

AL: Precisamente, para fazer algum controlo de quem entra e sai do parque e também alguma fiscalização para se perceber se há alguma tendência de descaracterização de alguma área de algum trilho ou coisa do género. E mesmo tendências comportamentais dos visitantes, tantos dos turistas como dos nacionais para que realmente tenhamos uma certa garantia de que nos não estamos a destruir aquilo que ainda existe naturalmente.

Investigador: Caso exista alguma infração existe alguma coima ou alguma coisa do género para os infratores? Isso Está estabelecido?

AL: Sim, está estabelecido na norma de presenças na área do parque natural. Há três classes de sanções. Há uma classe que é de repreensão oral e registada. Há outra que é um pouco mais gravosa de atribuição de coimas quando há reincidência. E a terceira classe de penalização definitiva de impossibilidade de entrada no parque, de forma permanente.

Investigador: Já alguma vez foi utilizada?

AL: Sim, já foi usada. Há um guia que neste momento está muito revoltado connosco, mas não há nada a fazer. Ele já era muito reincidente por dois aspetos fundamentais que nos condenamos. O primeiro, o respeito pelos visitantes, primamos muito que os nossos visitantes sejam bem-vindos, bem servidos, bem atendidos, bem acolhidos até ao regresso, e quando violam esse princípio por razões pessoais ou tendenciosas nos sancionamos mesmo com penalizações definitivas. Digamos por exemplo um turista que chega e devia ser cobrado por exemplo 10 euros, e a pessoa cobra 20 porque acha que deve fazer mais faturação, advertemos uma vez, advertemos duas vezes, se for à terceira vez ele deixa de fazer isso, nos não permitimos mais. Nós não queremos que a imagem do Príncipe seja distorcida, comprometida. Então esse é um aspeto, o outro é a tendência de mal-entendido entre guia e turistas. Imaginemos que pronto é uma turista feminina e um guia interessa se por ela, é natural, digamos sentimentalmente pode, mas tem de respeitar qual é a vontade pessoal dela. Tanto a turista como o turista, se percebermos que houve uma tendência de comprometimento do nosso belo nome que até agora achamos que é belo nome, aqui também a pessoa é sancionada severamente. Então há algumas normas estabelecidas para aplicação de sanções.

Investigador: Mas por exemplo se alguém for sancionado com uma penalização permanente da entrada no parque não têm meios para fazer qualquer tipo de monitorização se ele voltou a entrar no parque com turistas ou não.

AL: Através das guaritas nos temos permanência dos guardas, dos agentes do parque durante o dia. Costuma estar sempre alguém ao longo da semana. Mesmo que não esteja na guarita estará no trilho. Nós temos cinco agentes, quando não há férias ou questões de saúde há dois que ficam na guarita e outros três a fazer o controlo e monitorização. Isto está ativo agora. Mas neste momento temos um que tem um problema familiar e temos outro que está internado, estamos a trabalhar só com dois e estamos um bocadinho limitados. Nós funcionamos assim, e com um certo controlo. Para além disso nos temos alguns informadores comunitários que nos dão informação de alguma presença ou outra.

Investigador: Como classifica o grau de cooperação entre os diversos envolvidos do turismo?

AL: Eu considero muito positivo, sobretudo em relação aos hotéis. Nós temos um grau de cooperação muito forte. Entre os hotéis o parque natural e a reserva. Considero excelente, cujo é, do último encontro que nos tivemos houve manifesto dos próprios turistas em contribuir mais para a melhoria das condições técnicas e materiais do parque através do pagamento e aumento da taxa por turista através dos hotéis. E isso é aplicado para benfeitorias sociais e melhorias digamos das infraestruturas nomeadamente das guaritas e outras necessidades. Tem sido excelente a relação entre parque reserva e hotéis, tanto Sundry como Belo Monte. Apenas a relação com os guias é que está mais frágil, mas estamos a trabalhar para melhorar.

C – O futuro do turismo

Investigador: Tendo em conta as tendências da procura turística, em que produtos ou projetos pode o Príncipe apostar para projetar as suas potencialidades turísticas?

AL: A aposta no turismo sustentável sem sobra de dúvidas. Aqui os projetos de apoio devem concentrar-se na conservação e restauração das espécies em vias de extinção. Estes dois aspetos são fundamentais para garantirmos realmente essa qualidade, esse valor turístico e natural que nos temos na ilha do Príncipe.

Investigador: Acha que existe mais alguma atividade além das caminhadas que neste caso é o que contribui para essa manutenção com a taxa de entrada que permite a monitorização das espécies e a sua conservação. Mas existe mais alguma atividade que possa vir a permitir a continuidade dessas ações por parte do parque?

AL: Há uma atividade que nos estamos a tentar forjar, que é a criação de atividades de carácter terapêutico. A partir digamos dos recursos florestais, então dentro da convenção do protocolo de Nagoia, através da ATTRAP nos queremos criar um sistema de atendimento em medicina tradicional. Então no quadro da parceria com a Bird LIFE já se referiu uma gestão comunitária em parceria com o parque e uma das atividades que nos prevemos é essa de terapia tradicional com a participação da comunidade e mais concretamente para sistemas de massagens. Nós acreditamos que ainda em 2022 vamos conseguir implementar, porque já buscamos parceria de apoio financeiro com a Birdlife, agora falta é implementar.

Investigador: Até já construíram uma estrutura de apoio a essa atividade entre Pincaté e Ponta do Sol certo?

AL: Sim, exatamente.

Investigador: Mais algum projeto que possa vir a ter potencial?

AL: Sim, em termos de participação comunitária há algumas comunidades que tem algumas ações, não para atração turística, mas digamos que se ligam. Por exemplo nos queremos diminuir a pressão humana na zona do Parque e porque nos temos algumas espécies de caracóis que nós chamamos de buzio em vias de extinção nós queremos estabelecer atividades para recuperação e restauração dessas espécies. Então através da OIKOS, Birdlife e o parque já se criou digamos associações representativas para a dinamização dessas atividades. De modo que sejam criados búzios de forma mais responsável, com o apoio do projeto e evitar a destruição e degradação das espécies existentes no parque.

Investigador: Concretamente querem fazer viveiros de búzios para evitar que se vá explorar os que se encontram no parque.

AL: Sim, nos já percebemos que consideramos em extinção algumas espécies. De maneira que nos dizemos os castanhos, os cinzentos, tanto uma espécie como a outra está a ser cada vez mais raro. Então queremos é restabelecer essas espécies.

Investigador: Por exemplo algo como a extração do vinho de palma, vejo isso como um recurso de bastante potencial para fins turísticos, muito atrativo para os turistas acompanhar esse processo de extração e provar diretamente da palmeira.

AL: Sim é muito interessante, o que eu noto é que para o futuro seria importante explorar essa vertente porque a nível nacional e regional é muito utilizado e pode ser aproveitado sim para o turismo. Agora é preciso é que os guias estejam capacitados para orientar os turistas. É algo mesmo nosso, que os estrangeiros nunca viram.

Investigador: Por exemplo no PNP existe alguma margem para existirem atividades de manobras de cobras, escalada ou rapel?

AL: Sim, sim existem muitos pontos verticais, boas altitudes, terrenos acidentados. Desde que respeitem as normas estabelecidas pelo parque, pode fazer, mas não destrói ou não degrada ou descaracteriza tanto a área tampão como a núcleo do parque.

Investigador: É possível identificar algum local no parque apropriado para estas atividades?

AL: Sim através das montanhas como o pico mesa, pico papagaio, pico Príncipe. É preciso é conhecer os impactos e condicionantes das atividades.

Investigador: O que não está a ser feito que deveria ser tomado em consideração no planeamento turístico do Príncipe?

AL: Esse planeamento deve ser feito com a colaboração e contribuição direta e efetiva em parceria entre o governo, o parque, a reserva, o turismo regional e as florestas. Essa efetivação tem de incluir todos esses intervenientes.

Investigador: Isso Já acontece?

AL: Não, não acontece com eficácia. Ainda nós notamos algum distanciamento por exemplo entre o parque e a direção regional do turismo. E nos queremos aproximar mais. Nós estamos mais na conservação e as vezes eu acho que nos distraímos um bocadinho com essa aproximação.

Investigador: Qual é o papel dessa estrutura do turismo?

AL: É atribuir licenças e concessões aos operadores turísticos, os hotéis, os guias, a parte legal e jurídica é com eles.

Investigador: Se um guia quiser formalizar a sua atividade seria com a secretaria?

AL: Sim, exatamente.

Investigador: O que é que acha de esses guias que tiveram a vossa formação, a formação dos hotéis e da fundação trabalharem de forma independente?

AL: Aqui por uma questão informal, então da nossa característica própria, há uns casos em que nos damos um tempo até quando legalizar e ser formal. Mas as vezes passa muito tempo e continuam em informal.

Investigador: Mas não existe ninguém com atividade formal de guia?

AL: Individual ainda não.

Investigador: O maior caso é aquele guia Fernando?

AL: Sim sim, ele ainda é informal. Ainda não conseguiu formalizar junto da secretaria do turismo, ele já tentou mas ainda não concluiu.

Investigador: Existe algum requisito especial para essa formalização?

AL: Ele tem de apresentar a formalização da sua própria atividade, e tem que ser avaliada e aceite. Tem que fazer um projeto. Se e quero receber um turista tenho que começar sobretudo pela hospedagem. E a sua hospedagem não pode ser de qualquer maneira.

Investigador: Mas o Fernando não pode abrir uma empresa de animação turística?

AL: Pode, por isso que ele tem de apresentar na formalização o que é que ele pretende e o que é que ele tem para depois ter a sua autorização através da secretaria do turismo.

Investigador: Mas por vocês, PNP entidade responsável por fiscalizar e controla quem entra e sai do parque, não tem qualquer problema um guia que não esteja registado ou com um hotel a fazer a sua atividade com os turistas no parque?

AL: Nos não temos problemas porque nos temos uma parceria com a Associação de guias, em que esse individuo deve estar registado nessa instituição.

Investigador: E se não tiver?

AL: Não é permitido.

Investigador: Ou tem de estar com a Associação dos guias, ou com os hotéis ou alguma outra entidade formalizada ao qual foi permitida a entrada dos seus guias entrarem no parque.

AL: Exatamente.

Investigador: Quantas pessoas estão autorizadas a entrar no parque com turistas?

AL: Contamos com 16 neste momento.

Investigador: Ok. Acha que todos os turistas devem ser acompanhados com guia para entrar no parque, mas e se for fora do parque acha que devem ser acompanhados pelo guia?

AL: Sim, eu acho que sim porque é de forma a ser se responsável, de haver algum controlo da presença. Garantia da pessoa em si como visitante, é necessário. Imaginemos que no TR5 tem alguns cães selvagens, e o turista ao visitar não sabe sequer que os cães selvagens estão lá tão pouco sabe lidar com os cães. E pode acontecer casos graves, é necessário que haja digamos algum guia, ainda para mais sem infraestrutura de segurança. Sem garantia, então evitamos que haja certos riscos, é bom que haja algum guia a acompanhar.

Investigador: Considera que o setor público, neste caso a secretaria do turismo, tem contribuído para o setor? E qual é o papel que deve desempenhar no desenvolvimento turístico do Príncipe?

AL: Sim eu considero que tem contribuído porque há uma abertura no meu entender a 100% dos visitantes, seja de qual for a origem e qual o destino. Por isso eu considero isso uma grande contribuição, não tem havido impedimentos, não tem havido discriminação nenhuma, abertura total para turistas e projetos de turismo. E nos não temos problemas com entradas e presenças.

Investigador: Então não existem quaisquer entraves ao desenvolvimento e inovação por parte do governo. Existe uma boa parceria entre o setor público e o setor privado?

AL: Tem havido boa parceria, nos também fazemos parte do governo e nos proporcionamos abertura total.

Investigador: As estratégias do público acha que vão de encontro ao que o destino deseja de ter um destino sustentável?

AL: Sim está bem encaminhado.

Investigador: Gostaria de abordar mais algum tema relevante para o planeamento turístico?

AL: Para o planeamento turístico, desejo que nos consigamos ter uma plataforma de informação e difusão de informações da ilha do Príncipe para o resto do mundo. Deveria ser melhorado esse aspeto de comunicação para mais atração de turistas para a ilha do Príncipe.

Transcrição da entrevista a Miles Oats (MO)

Tempo de gravação: 40 min e 57 seg

Realizada em 16 de junho de 2022

Entidade e cargo: Diretor do Hotel Belo Monte

A – Ponto de situação do turismo

Investigador: So, to start, the topic is how is the tourism now in Príncipe and where do you think that the Príncipe Island holds itself in the tourism market, if it's in the nature market, in the cultural, health, adventure, the sports, the beach, what do you think?

MO: Ok so, in my opinion, Príncipe is more of a nature destination, because close as being on the equator, your days are often cloudy or it's raining or something like that, so we have in the past had issues with clientele who have come and complained because they presumed that this was a beach and a sun location, and for an example like today, it's not, and these are what our normal days are like. So for me this is more of a nature conservation and us, in terms of Africa's Eden and Belmonte, are developing packages with other travel agencies and we, on the side of this, have a scientific organization called Forever Príncipe, where we actively engage in Ecita university and a university in Colorado and another university where we are doing research projects based on Príncipe, and the scientists aren't here right now because of the whole COVID rubbish, but in the past we used to do presentations to the clientele of the hotel: how the programs are going, what is happening, what our findings are, and in terms of our active excursions, well, diving is an active tourist activity, hiking is as well, we don't offer a lot of activities where you just sit and view, the

same with when we do boat trips, we take snorkeling gear with and we send a tour guide with and then the tour guide will identify the fish and the different reefs and have more of a face to face with the clients instead of just sitting and passing and driving, so we are trying to engage our clients in the nature that is Príncipe, not just coming to lay on the beach and drink a beer on the beach.

Investigador: Sounds good, and what would you say are the main difficulties of having tourists here?

MO: Logistics, the access to Príncipe, the availability of skills-base, the availability of human resources, basically everything is an issue, if you want anything done here you'll have to do it yourself pretty much.

Investigador: What resources that attract tourists do you think that stood out in the Príncipe Island?

MO: Well, a lot of people come here for the beaches, but it's mainly your portuguese population that come for the beaches, we have currently opened a new demograph with the germans and the belgians who are coming here more for the nature excursions. For us the southern part of the island, the Obô Natural Park is a very big selling point and we do a lot of excursions inside the park where you can climb Oquêpipi...

Investigador: You can go to Oquêpipi, or you can climb it?

MO: You can do both, you can go to the Oquêpipi waterfall, you can climb Oquêpipi, you can also climb Pico Papagaio.

Investigador: Yeah, but that's hiking, not climbing?

MO: Hiking yeah, and you can also hike Pico Mesa, there's quite a lot of hikes in the south that we like to do, and we find that the clients enjoyed them as well because you get to see the pure nature.

Investigador: On those trips, do you have any that is more than 1 day, and you need to camp somewhere or something like that?

MO: So, when we had the excursions with the scientists, we used to do a field mission for 3 days, we would walk for 1 day, you would spend 1 day going around looking at all the different samples and research sites and basically work with the scientists, and on the 3rd day you would return. But as i said, due to COVID and all that we had to stop all of that, but we are looking at restarting it again within this year.

Investigador: But that's with the scientists that came with that purpose, not with the tourists?

MO: So how we engage our scientists is they're coming for research, but part of the research as well is the engagement of tourists into the conservation. So, they would lecture and almost teach while doing samples and doing what they need to do.

Investigador: So, you'll meet them with some interested tourists?

MO: Exactly.

Investigador: Ok, that sounds quite good. Do you have any resources that you would say that are not being used as they could?

MO: I don't know if you've heard of waterfall Monte Alegre?

Investigador: Yes, I've been there.

MO: The old hike used to hike through S. Joaquim, and that land is now owned by a private person, and as such, if you're not willing to pay a certain amount to walk through the property he will not allow you to go. So based on that we've stopped all excursions to that specific waterfall because of the difficulties of access to the waterfall and as well as the drive to São Joaquim now with the road and its current condition, is absolutely horrific, I will not send my vehicles on that road.

Investigador: It's a tough access but you could access it from Monte Alegre, they have both accesses not open but equally doable?

MO: Yeah, the issue with that again is you're going through private property, and the people here don't like it, and as well they see it as a potential earning for doing nothing. So, you must pay to walk past their property.

Investigador: I didn't have that knowledge that they have that awareness that they could try to earn money from that.

MO: Yeah, so both HBD and us have stopped doing the excursion to Monte Alegre because of that.

Investigador: And how do you think that the tourism entertainment is in the Príncipe Island, do you think its well-developed?

MO: Our biggest issue with tourism is A – Your connection between the islands and B – the health services here. The health services here are substandard, and it's always a very big concern of us if a client on a hike were to break a leg or to do something like that, if that client doesn't have insurance or evacuation policies or whatever, that client is stuck, he's not going anywhere. So, in terms of that, my biggest concern is the health care system.

Investigador: For sure. And do you think that with the conditions that we have now we are doing a good job with what we have, in terms of offering?

MO: In a sense of?

Investigador: Knowing that we have that health system do you think that we are offering what we can, or do you think there is space for a lot of growth in that segment?

MO: They work hand in hand. If you fix the health then you would be more adventurous on your excursions, so with the health being fixed you're more conservative on planning more adventurous excursions, so of course there is potential to grow, there is huge potential to grow, you could build camps in the south and all sorts of things. We actually have a concession for a roof camp that you build on top of the trees, but we're not going to do it until we are satisfied, and we are able to: A – If we have an emergency to have it settled, and B – that there is going to be enough clientele to actually be worth the investment forward. And until those things are fixed, i do not see much growth in that sense.

B – A intervenção das entidades locais no processo de desenvolvimento turístico

Investigador: Very well. Now the topic is the intervention of the local agents in the process of tourism development. In what aspects is your organization, Belmonte Hotel, involved in the tourism?

MO: Well, we are a hotel so...

Investigador: Yeah, you are a hotel, you do the activities for your guests. Do you have any more activities that could cross ways with tourism?

MO: Well, we have our scientific aspect to the tourism as well, and we have our social aspect which is a village outside Belmonte with a creche that we support and often take clients to go see the children and all the children come and they sing courtyard

Investigador: Ok, that's this community here?

MO: Yeah

Investigador: Very well. And how do you train your guys or your activity staff?

MO: So we, as expected, do a lot of the chatting, but also you find people that are naturally good with people and you want extroverts, you want people who are comfortable to talk, people who are forthcoming and happy. And you identify those people and then you send them for training obviously with the park, to get access into the park, you would give them training in English, you as a hotel would train them.

Investigador: And for example, do you have any responsibilities, as the organization, to maintain any certain resource or any certain location?

MO: Well, we maintain the roça of Belo Monte that is around us, and that's about it.

Investigador: Ok, and for example the beach, do you have any responsibility with that?

MO: No, we don't because it's a public beach. So all the beaches of the island of Príncipe and São Tomé are public, they cannot be privately earned, so as such we do not do too much investments on the beach because we cannot control the access to the beach.

Investigador: But the work that is done there was done by you?

MO: Yes, if we hadn't done anything Banana Beach would be inaccessible, because we maintain the roads and we do all of that.

Investigador: Ok. And do you think the other *stakeholders* are doing that part to develop a sustainable touristic destination?

MO: I think right in the beginning there was potential, but unfortunately it became competitive, and as such it has not ended well for that. I feel that the other *stakeholders* came in with amazing ideas, put in a lot of money into it, but never followed that, never ensured that there were the right people doing the right things at the right time, just assumed that if you throw money at a thing it will work. And, as such, it has actually had the opposite effect to what it was intended to do.

Investigador: Very well. And in that sense, how do you think that the cooperation between *stakeholders* is? It's not just HBD, we have different *stakeholders*, we have the government part...

MO: Ok, the government is not really featured, sorry for saying that...

Investigador: You don't have to be sorry, it's not your fault.

MO: ... In a sense of: we support the government in taxes, we support the government in terms of tourism, and if it wasn't for HBD and Africa's Eden, with their continual monthly tax obligations, Príncipe as a whole would be completely different, and for us as shareholders it is becoming exceptionally difficult to invest on the island as if you look at the demograph of politics and if you look at the sustainability of the project as itself, it's becoming unsustainable.

Investigador: Very well. And do you think that the goal of the different *stakeholders* is the same? Do you think that you are all going in the same direction? You already said that the competitive aspect of it ruined a little bit the destination.

MO: So, for me, my understanding, and I have a relationship with both *stakeholders*, they both want the same thing, we both want Príncipe to be a pristine nature location for people to come and enjoy nature and what it is while staying at a luxury hotel, we both are pushing towards that. But it is becoming, as I said earlier, very difficult in terms of operational cost, in terms of logistics, in terms of connectivity, it's really really difficult. During a period of COVID, we had to shut down, as Africa's Eden, we shut down for 16 months, we received no support from anyone, it was all unfortunately out of our *stakeholders'* pockets, and it's the same with HBD. I think we are here by the graces of our *stakeholders*, i think our *stakeholders* also are aware of the fact that they will never ever make money here, and that in itself is scary, because there is no sustainability without their monthly input.

Investigador: Yeah. And do you think that the micro-tourism *stakeholders* are a relevant part of the competitiveness of the destination?

MO: Indeed. If you look, for an example, at your local tour guides, they are actually having quite a negative effect on our revenue streams, in a sense of, they will come with an unregistered vehicle, without insurance, that by law, you have to have that in place, and they will take the clients for half the price that we do, so we can't compete with that. And honestly, I'm looking at stopping all excursions, because with the locals taking over the excursions and not having to obide by the rules that the hotels have to obide by, it's just not feasible. And secondly, with the smaller *stakeholders* we have now opened up airbnb's and small little hotels and things like that, and our biggest concern now is we have a plane that has 19 seats, of the 19 seats half of it is expats and locals, so you are left with 9 seats basically, and of those 9 seats at least half of that is going towards your smaller *stakeholders*, so amongst the 4 big hotel chains, while the 2 big chains with 4 hotels here, you are competing for 5 seats. And as such it's not sustainable.

Investigador: And you, as a destination, aligning with the government and the HBD, you established a goal of being a high market and with those micro going under and trying to gain as much quick earnings as possible, it's difficult to maintain that market.

MO: It is, because unfortunately, this is still a predominantly portuguese destination, and as such...

Investigador: That's not your goal, the portuguese?

MO: No, the portuguese unfortunately are the cheaper market, they are the budget travelers, and portuguese tourists would much rather spend money on excursions and accommodation, so based on that, it is becoming exceedingly difficult, we are looking at changing our current offerings to be more pacific in terms of clientele base to be more exclusive, in order to reach that high revenue stream, but as such, we'll have to reduce our current vision and view, and invest even further just to meet the international standards of higher luxury hotels.

Investigador: You'll try to do an upgrade of what you have now?

MO: Yeah, for us the middle-class tourists are just no longer feasible.

Investigador: Very well. We'll talk about it later, but do you think that the government should be more active in controlling and being above those people...

MO: Yes, most certainly.

Investigador: ... it's a responsibility for them?

MO: I think the government should have the same conditions for everyone, regardless of what your origin is and as well of what your financial backing is.

C – O futuro do turismo

Investigador: Ok. Next section is the future of tourism, knowing the tendencies of tourism, the people that are trying to have a higher quality, that have more standards, that look for different experiences where they can meet the local people and meet the local traditions. What projects or what resources do you think that Príncipe should bet on to reach its potential?

MO: For me, the park is a very, very important asset and it should be well maintained, and the second one is the roads, the roads access to the park, access to your different sites is of absolute paramount importance, because if a *stakeholder* is unable to arrive at a destination, they cannot mark it or use, or even create attention to that destination, so it's basic infrastructure that is lacking but needs absolute urgent attention.

Investigador: Yeah, and in products do you think that anything should be bet on? For example, you do the diving, do you think that it should be more effort put in the diving or any other project that you might see that has interest.

MO: So for me, everything works hand in hand, and with the diving, I've been here for 6 and a half years and there is a very rapid decrease in fish species and the fish quantity around the island and that's because of netting and

uncontrolled fishing on Príncipe, as well as it's just our fish stocks are depleting at quite a rapid rate, and another very big limitation, for example, with diving, is availability and fuel to go out on a boat, we've been now for a month and a half without fuel in Príncipe Island, and you need petrol to run a boat, so without petrol you cannot offer the excursion, so it comes back to the basic infrastructure that is desperately needed here in order to support your biggest *stakeholders* to be able to offer the service and the working relationship between the clients and the hotel. For us, working with the scientists is more of a personal passion for our *stakeholder*, and his concept is the tourism-based conservation, so he wants the hotel to support the conservation projects around Príncipe.

Investigador: Very well. And what's not been done that should be considered in the tourism planning?

MO: Sorry I don't understand what you're asking.

Investigador: What should be taken into account when we are doing the new planning for tourism? In terms of, do you think the government should give any type of incentives to go to new ways, do you think that the tourists should be more dispersed in the territory, do you think that the roads should be better acknowledged?

MO: So, for me, I would say going forward, 1 - Needs to develop a skills-base, right now Príncipe doesn't have a skills-base in terms of...

Investigador: Human resources?

MO: Human resources. If you look at training and education of hotel staff, tour guides, things like that, it's not existent yet. And if you want to do that you need to send people to Portugal for 2 years, and there's a very high risk that you will lose those people in Portugal and they will not come back, so our biggest issue is lack of skills, lack of training, lack of facilities to offer skills and, as I said, basic infrastructure.

Investigador: Yeah, it's the main problem, ok. And one big thing in that line is the language, the english. You are aiming for a market where no one speaks portuguese and you have no people here that speak english.

MO: Yes, that is certainly a very big issue, so you should offer 5 languages, which is german, english, portuguese, french, and spanish, normally in your big international hotels you're able to offer those 5 languages. We're here on Príncipe where 80% of the population can't read and write, they have past schooling, but they can't read and write, and of the 20% that can, 5% can speak french, and the rest can only speak portuguese, so the people that can actually speak english on the island of Príncipe is exceptionally rare.

Investigador: Very well. The last question is how do you think that the role of the public sector has been in the last few moments and what role should they be doing here on Príncipe?

MO: That's a very good question, in terms of the public sector, the public sector is absolutely essential, but it needs to be under the same conditions as the private sector. For me the public sector, for an example, as i said earlier, your hospitals, your shops, things like that, it's absolutely paramount because it's what supports the hotel. And if investment or development is not seen in that, the hotel can't function without it. Same as your power, because your public would be power, water, schooling, health, they all need major investment, major renewal, major roads, they need to be brought to a standard that the private sector can utilize, take advantage off, and grow and develop on top of. Because right now the private sector is having to support the public sector in a sense of building roads, and it's making it very difficult, because not only does the private sector have to support the public sector but they also have to support their own operations.

Investigador: Yeah, looks like the public sector is relying on the private to do their role.

MO: Basically.

Investigador: Yeah, they have the responsibility to create conditions for the private and for their own communities and they don't do their part on that, and that's cutting your legs on the tourism development.

MO: And as well with the taxes and the fines and what not...

Investigador: It's high? I have no idea.

MO: It is high and it's getting higher.

Investigador: I bet it should be really high for what they give you back.

MO: And what do you get back? I could honestly tell you i get nothing back. I pay a lot of money every month to taxes, and I get no return.

Investigador: Ok. Do you have anything more to add?

MO: No, it's interesting, i haven't thought of it this way in ages, it's good to come back to this way of thinking. Depressing, but interesting.

Investigador: And you will maybe me more aware in the direction that you need to do some restructures.

MO: Yeah, I am very concerned of the future of tourism in Príncipe, in all honesty. At this point right now it's not sustainable and I am concerned with inflation that is now rapid in Europe...

Investigador: Here as well...

MO: Everywhere, and especially with having been in lockdown for 2 years with COVID, people don't have money to go on holiday anymore, and we are certainly seeing it in terms of our reservations, we are really down, but our costs are going up, and we are getting to a point where I need to increase my rates by 20%, and that's not even to break even, that is just to keep in mind with inflation. And we are very quickly going to come to a point where we have outpriced ourselves out the market, and where your smaller *stakeholders* are going to take over. And then when your big *stakeholders* collapse and pull out, the smaller *stakeholders* don't have the support needed to fill the gap A and B to support the public sector. So, I am very concerned of the future of Príncipe, I don't know what the future holds.

Investigador: Very well, thank you.

Transcrição da entrevista a Emma Tuzinkiewicz (ET)

Tempo de gravação: 58 min e 12 seg

Realizada em 17 de junho de 2022

Entidade e cargo: Diretora da Sustentabilidade da HBD

A – Ponto de situação do turismo

ET: Acho que todas as nossas experiências são turismo ativo, por exemplo no descobrir Príncipe, que estão num carro, as pessoas estão caminhando à roça paciência, conhecer os nossos produtos biológicos, estão a conhecer arvores ao lado da estrada, ou por exemplo no barco, estão aprendendo da geografia e das aves. Por isso a nossa equipa de experiências tem muita informação, e a ideia é partilhar mais informação do Príncipe, espécies endémicas e tudo isso durante essas experiências. Não é apenas uma experiência para relaxar e disfrutar, obviamente isso também será, e aprender mais de conservação, das comunidades e tudo isso.

Investigador: sim todas essas partes enriquecem um simples passeio de carro com todas essas experiências tornam uma atividade muito mais rica.

ET: Sim e aqui no Príncipe é um destino longe para muitas pessoas e as pessoas estão muitas vezes aqui para aprender acerca deste lugar. E pessoas que só querem ir para uma praia, há mais praias mais perto de muitas outras partes do mundo, então na minha opinião muitas das pessoas muitos turistas daqui tem esta intenção de aprender, conhecer pessoas, a natureza. Porque é um destino com um foco maior em aprender e a explorar esta ilha e obviamente as pessoas tendem a estar na praia, mas também estão interessadas no explorar de uma maneira muito ativa.

Investigador: sim já vêm recetivas, e com essa curiosidade de aprender. Mas ainda recebem muita gente que se calhar vem para cá a achar que vem para a praia e para o Sol e a capa por perceber que não é tão tropical, tão solarengo, e nem contra aquelas praias estão maravilhosas como viu nas fotografias e sem desiludidos por causa disso. E por isso fazem bem em valorizar toda essa componente histórica e cultural.

Investigador: Atualmente como é que a ilha do Príncipe se posiciona como destino turístico? O que é que estão a tentar ser?

ET: A minha sugestão é ler o nosso sítio da web porque na nossa página tem esta história, e como estamos falando do Príncipe para chamar a atenção das pessoas, o Príncipe é um lugar único e muito especial primeiramente por causa da localização no centro do mundo, um grau para norte. Isso é uma coisa que chama a atenção e que a ilha tem. Praias sem pessoas, trilhos, tem muitas coisas para explorar e não muitas pessoas. Então essa coisa de explorar um lugar com esse sentimento de não ser um lugar com muitas pessoas, onde a natureza é imensa, com aves endémicas, espécies endémicas. Tudo isso são ideias que estamos falando do Príncipe como uma ilha, lugar, localização, coisas que estão aqui são muito distintas e por isso há exemplos como aves endémicas, comunidades, pessoas muito amáveis e é um lugar seguro. E há muitas coisas a fazer aqui, atividades, por isso nos nossos hotéis em ca noite o preço inclui uma atividade de meio dia – das 09 às 12h. Uma atividade a cada dia para incentivar as pessoas a explorar mais e a conhecer a ilha. E obviamente, outra coisa é inspirar as pessoas com a nossa visão de desenvolvimento sustentável e conservação desta reserva da biosfera. Inspirar pessoas a aprender mais da nossa visão, daquilo que estamos a fazer e que a sustentabilidade e essa ideia de desenvolvimento sustentável está na essência de tudo o que fazemos.

Investigador: E que vocações turísticas é que acha que são as mais procuradas? Vem à procura do desconhecido, conhecer as pessoas, relaxar ou explorar?

ET: Acho que muitas pessoas estão aqui para explorar. Porque há muitas coisas a fazer e o nosso modelo é de fazer experiências com turistas e também por exemplo, hoje está nublado, às vezes está a chover Às vezes está sol. O

nosso clima é muito inconstante, não há sol todos os dias, e as pessoas querem sentar todo o dia muitas horas na praia e por essa razão acho que as pessoas estão aqui mais para explorar.

Investigador: Quais acha que são as principais dificuldades para desenvolver turismo no Príncipe, as principais barreiras?

ET: Em primeiro, esta ilha e país não é muito conhecido. Por exemplo, sou americana e quando sai do meu velho emprego estava a falar com os meus colegas e ninguém conhecia São Tomé e Príncipe. Das muitas pessoas a quem eu falei só duas conheciam o nome do país. Na minha opinião, a razão número um de não ter mais turismo é de as pessoas não a conhecerem. Em Portugal é muito diferente, é uma ex-colónia e as pessoas tem informação desta ilha desde quase toda a vida. Mas na América não é verdade.

Investigador: Que recursos é que considera que são os que mais se destacam cá na ilha, recursos culturais, naturais, as coisas que mais atraem os turistas e quais não estão a ser aproveitados como deveriam?

ET: Acho que a natureza, porque por exemplo no momento que muitas pessoas adoram é este voar quando se está a aterrar no aeroporto e ver somente arvores. Este sentimento de como voar e aterrar nas arvores, e de todo este verde é algo muito exuberante e esta vibração da natureza é uma coisa que chama à atenção e é muito diferente de países como a América ou Europa. Natureza como esta não é tão comum porque temos edifícios, estradas. E a segunda coisa é as pessoas bastante acolhedoras e é um lugar seguro.

Investigador: E em termos de recursos físicos?

ET: Por exemplo praias ou trilhos? A cascata Oquêpipi é uma, as praias por exemplo a praia boi, trilhos, aqui temos um trilho na nossa conceção que é muito desconhecido, não tem um novo, mas vai da Roça Sundy até a praia Sundy. São estas coisas que são uma maneira de conectar com a natureza e fazer isso sem muitas pessoas. Outro é a roça Paciência, lá as pessoas podem aprender mais sobre a agricultura biológica e de produtos biológicos como sabonetes, cremes para corpo ... E há umas pessoas lá que estão a fazer cestos de materiais naturais. Os nossos turistas por exemplo, tem lá uma experiência com nosso guia que está explicando coisas.

Investigador: E participam nalguma atividade?

ET: Não necessariamente, só é possível ver e comprar cestos desta equipa que está a fazer os cestos, ver a agricultura biológico, ver o laboratório de cremes, frutos secos, e caminhar nesta área aprendendo mais.

Investigador: Que atrações que conhece é que considera que tenha potencial que possivelmente um turista poderia valorizar, mas que de momento não está a ser valorizado?

ET: Não tenho ideias de momento na minha mente podemos passar à frente.

Investigador: O segmento da animação turística na ilha, a oferta, neste momento é feita por vocês, pelo hotel belo monte, pela associação e pelos guias informais. Qual considera que seja o estado da animação turística na ilha e acha que o turista está bem servido?

ET: Não percebi, podes repetir?

Investigador: Qual é que acha que é o estado da animação turística no Príncipe, tendo em conta esses *stakeholders*, acha que ainda há espaço para desenvolver muito a animação turística, acha que está no ponto em que já está preenchido? Acha que está bem explorado ou ainda existe muitas oportunidades para desenvolver e expandir?

ET: Sim há mais potencial. Por exemplo, partes da ilha que não tem trilhos oficiais que potencialmente tem oportunidade de ter um trilho, contudo também há um equilíbrio que é muito importante de coisas novas e oportunidades para pessoas explorarem e conservação da natureza. Por isso sim, acho que há mais oportunidades de atrações, contudo é muito importante que caso algo seja criado o seja feito de maneira bem pensada e refletida para pensar no ambiente e não ser só mais pessoas a ir a algum sítio e depois um trilho que destrói uma área. Também na cidade há oportunidades para uma experiência por exemplo para uma pessoa ir ter com alguém para fazer uma saia para ti por exemplo, ir comprar um tecido e ter alguém a fazer uma saia que depois levas para casa. Ter a chance de à noite, ter um local ao lado da água onde possa ser possível tomar uma bebida ou algo um pouco mais... ter mais coisas para fazer à noite, ou grupos locais de dança a fazer coisas.

Investigador: E daquilo que se tem agora, acha que está bem explorado, foi corretamente desenvolvido e pensado?

ET: Acho que muitas coisas são tentativas, por exemplo há uma loja nova na cidade de artes papagaio, que são coisas feitas por artesãos aqui que tem coisas a vender, e restaurantes que tem comida local. Há uma coisa que é o carvão, que muitas restaurantes usam, e que não é uma coisa boa para a natureza, porque tem de usar arvores, é necessário pensar em alternativas para as cozinhas nos restaurantes.

Investigador: Sim já está agora a começar um projeto de produção de carvão através de cocos certo?

ET: Sim, exatamente.

Investigador: Crê que de alguma maneira está um pouco desorganizado? Qual é a sua opinião acerca dos guias turísticos informais?

ET: Acho que há diferentes níveis de turismo, e as pessoas que querem pagar um preço mais alto para uma experiência como o Sundy Praia e outras que querem só ficar na D&D ou noutra residencial na cidade, é uma experiência muito diferente e por causa do preço é muito distinto. Estas pessoas têm flexibilidade, de ficar em qualquer lugar, e isso é algo que funciona. E uma coisa importante, esses guias independentes, devem ser parte da associação. Eu estou bem, e acho ótimo que haja diferentes tipos de ofertas para as pessoas, assim mais pessoas podem vir e comer nos restaurantes e conhecer o Príncipe. Se alguém está cá sozinho, e gosta de andar por aí, a alugar um carro, e ter o seu guia local, mas todos os guias devem realmente fazer parte da associação porque ter pessoas que não fazem parte disso pode prejudicar o ambiente.

Investigador: Sim para garantir a qualidade é preciso ter a formação adequada.

ET: Ahh algo que me esqueci, algo que está a fazer falta. Acho que um género de um mapa de Santo António ou de coisas que é possível encontrar a caminhar de Santo António, por exemplo até à roça bela vista. Não é muito longe, é fácil, contudo o turista provavelmente não tem essa informação e na cidade onde estão restaurantes. Qual são as coisas diferentes e restaurantes, para dar aos hóspedes, principalmente aos que estão a ficar na cidade para ter mais informação, onde está um supermercado ou algo assim, onde está o estádio de futebol. Há jogos? Quando é que há jogos para ver. E mais informação da cidade e por exemplo muitas cidades na América quando estão no hotel tem um mapa da cidade com coisas para ver, acho que isso seria muito útil para essas unidades. E por exemplo, este restaurante tem o melhor polvo, este tem o melhor gelado, este é o restaurante do tal e o tal é esta pessoa. Mais informação para inspirar turistas a explorarem e sentirem-se a vontade, aprenderem onde estão estas coisas.

Investigador: Vocês como um dos principais *stakeholders* do turismo na região decidiram em apostar num mercado alto, porque é isso que a ilha consegue aguentar, não tem grande capacidade e muitas fragilidades ambientais e sociais, por isso é necessário apontar para o mercado alto. O que acha das unidades da cidade, acha que estão a prejudicar esse objetivo do destino?

ET: Não, acho que é importante ter ambos. Também há um hotel novo de Santa Rita que tem um preço mais que Santo António, contudo menos que HBD e Belo Monte. Eu acho que estes níveis de turismo são importantes, mas duas coisas têm de ser tidas em consideração. Uma das quais é o tamanho da unidade, espaços pequenos e não edifícios com cem quartos em cima da praia. Isso seria completamente contraditório com o que faz do Príncipe um local especial e o porquê de as pessoas virem aqui. Por isso ter regras bem definidas e restritas impostas pelo governo para o tipo de edifícios independentemente do preço da oferta. O tamanho e quantidade é verdadeiramente importante para manter a região especial. E a outra parte é construir de maneira a considerar os impactos ambientais. Não é cortar 40 árvores para construir algo. Essas duas coisas, independentemente do nível, não precisam de ser caro, mas espaços pequenos e construídos de maneira consciente são incrivelmente importantes. Porque se o Príncipe alguma vez tivesse grandes hotéis nas praias, e restaurantes ou um paredão em todas as praias, irai perder a sua essência especial. E já há tantas dessas ilhas nas caraíbas e outros locais que isto perderia o porquê de ser tão especial e diferente.

Investigador: Acha que o governo deve dar-lhes algum tipo de formação ou até impor um preço mínimo. Porque até para essas unidades, eles tentam competir baixando o preço e acabam com um negócio não sustentável em termos económicos, mas também ambientais consequentemente dos comportamentos competitivos. Assim acha que deve estabelecer um mínimo de qualidade e etiqueta de preço?

ET: Não tenho uma opinião acerca desse tema, no entanto acho que o governo tem um importante cargo para dar regras, qual tipo de turismo, qual tipo de edifício, qual tipo de construção é permitido através de regulação bem definida. Acho que é muito importante para o governo gerir, mas não tenho opinião nos preços, não sou uma especialista no assunto.

B – A intervenção das entidades locais no processo de desenvolvimento turístico

Investigador: De que maneira esta a HBD envolvida no turismo do destino?

ET: Temos agricultura, temos a nossa fábrica de chocolate, no dia em que os hóspedes chegam têm uma experiência de explorar a rota do cacau e aprender mais do processo enquanto estão a caminhar a plantação de cacau, aprendem como cozinhar o cacau e também aprendem acerca da história do cacau na ilha. Isso tem uma ligação do hóspede a nossa agricultura, também temos horticultura onde plantamos fruta e vegetais para fornecer aos nossos restaurantes e cozinhas. Caminhadas na roça Paciência, vendo o cultivo de coisas que vão ser servidas nos seus jantares, estas são as ligações que possibilita ligar os nossos hóspedes à agricultura. E também nós estamos ajudando as comunidades e a conservação, estamos parceria com a Fundação Príncipe que é uma ONG aqui da ilha. E estamos ajudando comunidades com projetos diferentes com os nossos critérios objetivos que usamos para avaliar necessidades das comunidades, ou seja, estamos a fazer isto como uma ajuda à ilha. Cada noite aqui no Príncipe, os hóspedes tem de pagar uma

contribuição da conservação e comunidades, e tudo isso vai ajudar diretamente projetos aqui. Isto é uma coisa que nos queremos, que todos os hóspedes que estão aqui, de aprender a importância de contribuir diretamente para o Príncipe.

Investigador: Esses projetos para as comunidades, vocês têm uma lista de requisitos, se eles cumprirem esses requisitos vocês podem apoiar esse projeto que eles tenham?

ET: Sim, por exemplo a Sonha Faz e Acontece, pediu a nossa ajuda para patrocínios de esta e alojamento para voluntários e essa parte do suporte ao empreendedorismo foi aceite, mas o alojamento não foi. É um exemplo de como estamos a fazer isto, com uma ligação direta ao turismo porque os fundos vieram desta contribuição da conservação e comunidades. E está a pagar outras coisas como o nosso impacto social, estamos a adicionar fundos a programas sociais e a contribuir com o nosso financiamento em prole da nossa responsabilidade social e ambiental.

Investigador: Tem algum projeto ativo de momento?

ET: Sim, uma é uma formação de cestaria na roça Paciência. Estamos a pagar a dois aprendizes e um professor de cestaria, este é um projeto social da HBD que estamos a fazer. O outro é estamos ajudando cooperativas, uma é a que faz joalheria com chinelos. Também a CAIP que faz pensos reutilizáveis e a CVR que estão fazendo joalheria de vidro, e estamos ajudando elas com apoio por exemplo uma mesa e uma máquina de cozer. E também no mês de março nós criamos um evento aqui para celebrar o Dia da Mulher, para celebrar os nossos hóspedes e convidar as cooperativas das mulheres a participar, são estes alguns dos exemplos.

Investigador: Acha que os diferentes *stakeholders* estão a fazer a sua parte para desenvolver uma ilha turística sustentável?

ET: Sim e não, é uma visão difícil de obter. Nós estamos a fazer as coisas com essa intenção, com as melhores intenções. Mas às vezes há coisas que vemos que tem impactos negativos, por exemplo, agora as pessoas têm mais poder de compra e por isso elas estão a jogar lixo no chão. Com mais emprego as pessoas têm mais salário e possibilidade de comprar coisas como sumol na cidade e estão a jogar isso para o chão. Outras coisas como oportunidades para as nossas colegas e termos mais aproximadamente 100 funções na HBD, muitas oportunidades para diferentes tipos de emprego e isto ajuda a ter mais oportunidades para pessoas. E estamos a trabalhar com o governo a entender a importância da conservação, e acho que o governo precisa de ser mais ativo e dar essas regulações do turismo sustentável e ajudar a infraestrutura. Por exemplo a lixeira na ilha precisa de ajuda, precisa de ser mais sustentável, na cidade precisa de reciclar coisas. E tudo isso, são essas coisas a nível da ilha que são responsabilidade do governo e precisa da sua intervenção.

Investigador: Não sei se já soube, mas esta semana implementaram uma taxa na venda de sacos de plástico nos supermercados do Príncipe.

ET: Ahh ainda não sabia, boa! Já há algum tempo que queria que isto acontecesse. São coisas como estas que vão ajudar o impacto na natureza. Parece pequeno, contudo é grande. Outra coisa é a educação, é fundamental. Ajudar a melhorar o sistema de educação, dar mais oportunidades a crianças. Isto é fundamental para qualquer coisa. Na minha vida educação era fundamental, por isso acho que ajuda todas as pessoas e a ilha e o desenvolvimento sustentável de toda a educação para crianças e adultos também.

Investigador: E por exemplo para os vossos empregados, tem algum tipo de formação?

ET: Sim temos um plano anual de formação e cada ano temos uma quantidade imensa de horas de formação. Por exemplo em 2021 temos mais de 31 mil horas de formação para os nossos colegas. Isto inclui a formação de inglês, temos um professor de inglês aqui. Temos por exemplo oportunidade de colegas para aprender mais de computador. Formações específicas das funções dos seus cargos, dos restaurantes, da equipa de experiências. Antes de reabrirmos tivemos muitos meses com uma equipa de experiências e com guias profissionais que estão aqui a ensinar aos nossos colegas de aves, de trilhos de como interagir com os hóspedes. Tudo isto, temos um foco muito, muito importante na formação.

Investigador: Isso é para os vossos empregados, e para os restantes *stakeholders*, sabe se tem algum responsável por dar-lhes formação para garantir que desenvolvem atividades sustentáveis. Acha que o governo deve ter uma responsabilidade nisso?

ET: Sim acho que eles poderiam, talvez vá começar este ano mais ajuda à educação da ilha e população geral. As empresas daqui tem esta oportunidade e responsabilidade de ajudar as comunidades e pessoas. Não necessariamente nas nossas formações, mas estamos a discutir como podemos ajudar noutras maneiras relativamente à educação.

Investigador: Acha que por vezes, outras entidades relaxam em demasia e se esquecem das suas responsabilidades?

ET: Eu acho que por exemplo a equipa da biosfera, há umas pessoas incríveis e com muita paixão para esse trabalho. Contudo só há três ou quatro pessoas. Por isso departamentos como esse precisa de mais ajuda a nível de governo, para proteger esta floresta azeitona, o parque natural no Sul precisa de mais pessoas e guardas. Contudo essa é a responsabilidade do governo, e esta é uma coisa que não acho que seja uma falta de carinho ou paixão, é uma falta de

peças. Não é possível com quatro pessoas guardar o parque da desflorestação, das pessoas tirarem recursos. Precisa de mais pessoas, com responsabilidade do governo nesse grupo do parque natural por exemplo. Apenas tem quatro pessoas, tendo de estar nos portões para receberem as taxas de turismo, fazer a manutenção dos trilhos. São tao poucos que não é possível para eles, tem tanta paixão, mas são apenas três ou quatro, precisam de realmente suporte para ajudar a proteger o parque e isso é da responsabilidade do governo. O governo tem o potencial de ter diferentes planos, mas eu não acho que os tem em ordem de momento. Mas há tanto mais que eu acho que eles poderiam estar a fazer para proteger o parque natural.

Investigador: Disse que tem uma parceria com a Fundação Príncipe, acha que os diferentes *stakeholders* tem uma boa relação ode cooperação?

ET: Acho que de um modo geral as pessoas comunicam umas com as outras e sabem que há sempre algo que pode ser melhorado. Mas acho que é bom.

C – O futuro do turismo

Investigador: Sabendo as tendências do turismo, acha que há algum projeto/recurso que o Príncipe deve apostar para alcançar o seu potencial?

ET: Eventualmente, precisa de haver mais aviões, porque há apenas uma capacidade de cerca de 30 pessoas chegarem aqui por dia. Portanto ter a capacidade de ter mais voos ou um avião maior ira permitir mais pessoas ca chegarem. De momento não é um problema, mas pode vir a ser no futuro se houver mais turismo.

Investigador: E em termos de experiências acha que alguma que se destaca? Por exemplo algo relacionado com o vinho da palma?

ET: Sim pode haver. Acho que essas experiências interativas são muito interessantes e possivelmente oportunidade para pessoas na cidade que estão à procura de emprego fazer algo, mas é algo que precisa de ser muito controlado e organizado.

Investigador: O que é que deve ser tomado em consideração que não está a ser no planeamento turístico do Príncipe?

ET: Similarmente ao que disse anteriormente, a parte da legislação em volta do turismo. É isso que vai determinar todo o futuro da ilha.

Investigador: Acha que o setor público tem estado a desenrolar corretamente o seu papel? Que papel devem assumir?

ET: Acho que é bastante positivo o compromisso do governo com o turismo sustentável e o selo da reserva da biosfera. Há cerca de 10 anos, quando o Príncipe se tornou reserva da biosfera pela Unesco, o governo foi incrivelmente importante e apoiou completamente o projeto. Em 2010, o governo optou por escolher a HBD com a conceção da Sundry ao invés da plantação de óleo de palma. São estas decisões que o governo faz que são incrivelmente importantes e que ditam o futuro desta ilha de uma maneira bastante positiva. E creio que nalgumas das decisões do dia a dia, eles têm maior capacidade de fazer um impacto positivo em como a educação, gestão de resíduos, e coisas dessas acontecerem, mas eles são, o que é muito importante, comprometidos em teoria ao que estamos a fazer como uma ilha.

Investigador: Sim ele tem uma boa visão da ilha, mas acha que por exemplos eles se encostam em demasia no setor privado? Eles têm inúmeras responsabilidades, como o sistema de ensino, de saúde, as infraestruturas que o turismo está dependente como as estradas por exemplo, e eles deveriam providenciar essas facilidades que vos permitem desenvolver as vossas atividades.

ET: Eu creio que depende, existe ajuda nalgumas vertentes e noutras eles são mais lentos do que poderiam ser. Em geral, a maneira como o governo está a gerir e orçamentar as suas despesas, claro que em todos os países existe espaço de melhora. Existe espaço de melhora. Mas as suas intenções, e aquilo em que creem, parece estar muito bem alinhado com o que a ilha pretende alcançar.

Investigador: Muito bem, tem mais alguma componente que gostaria de adicionar?

ET: Para manter o Príncipe especial, e garantir que os turistas querem vir tem de ser algo diferente, tem de ser algo único. Porque é um local difícil de chegar, e mesmo que não seja difícil é um caminho longo até cá chegar. Por exemplo na América se alguém quiser ir para uma praia numa linda ilha, é muito mais fácil ir para as Caraíbas, é um voo, eles conhecem e sabem como lá chegar. Para vir para aqui, é incrível e mais especial, mas tem de se manter especial porque se esta ilha começar a parecer tal como as outras ilhas nas Caraíbas vai perder a sua importância. E há tantas razões de como o turismo massificado não ajudou as pessoas das Caraíbas, por isso fazer as coisas de forma diferente é o mais importante. Manter em conta que a natureza, as comunidades a cultura em primeiro lugar e depois o turismo aparece como ferramenta para suportar esses elementos. Mas não pensar no turismo sob todos os custos.

Investigador: Quais são os mercados que estão à procura?

ET: Estamos à procura da Europa e diferentes países do norte da Europa. Obviamente Portugal ainda, talvez entrar mais nos Estados Unidos. Mas alargar o mercado, no passado houve uma dominância do mercado português porque conhecem o país, mas realmente tentar ter mais pessoas de diferentes locais virem.

Investigador: Quem tem esse papel de promoção do destino Príncipe lá fora?

ET: Eu acho que em STP deve haver um departamento do turismo que trata disso, mas não estou muito familiarizada com isso. Eu adoro viver aqui, este trabalho e o que a nossa empresa está a tentar alcançar. Estou com esperança de que toda a comunidade da ilha possa continuar a melhorar, há muito que temos de melhorar, há muito a aprender e muita coisa que estamos a fazer bem, por isso é uma excelente oportunidade estar aqui.

Transcrição da entrevista a Yodiney dos Santos (YS)

Tempo de gravação: 58 min e 29 seg

Realizada em 20 de junho de 2022

Entidade e cargo: Presidente da Associação de Guias da Ilha do Príncipe

A – Ponto de situação do turismo

Investigador: Atualmente como se posiciona o Príncipe no mercado?

YS: O turismo agora no Príncipe, está num patamar intermédio, os turistas que mais procuram o nosso serviço são os turistas ligados à praia e à natureza e conhecer a biodiversidade, e muitos são também apaixonados por aves. São o foco de turistas que nos rebemos cá atualmente, a maior parte vem para fazer praia e visitar natureza, caminhar, observar plantas e os animais exóticos que nos temos.

Investigador: Qual a fase em que se encontra o turismo do Príncipe?

YS: Eu diria, para a nossa realidade está a começar. O nosso turismo já é muito reconhecido, há muitos anos, mas está a começar num turismo de progressão dado na posição de STP (São Tomé e Príncipe). Com a exceção do Príncipe da sua ampla biodiversidade, belas praias e os investidores que temos na ilha tem havido muita procura nos últimos quatro cinco anos o turismo tem crescido de forma contínua. Sim, tem crescido, mas eu não diria que está desenvolvido, está no intermédio. Nós já somos muito reconhecidos pelo nosso potencial, mas ao mesmo tempo também, está num avanço, mas com um avanço dentro da nossa realidade. Indo por nossa realidade, já está muito avançado. Porquê? O turismo no Príncipe em diferença com São Tomé por exemplo, para mim o nosso está mais organizado. Nós estamos um pouco mais atrás em termos de tecnologia e número de pessoas a visitar, mas por outro lado em termos de conservação estamos mais bem organizados. Temos um turismo concentrado onde os operadores turísticos estão muito focados para a conservação, preservar as praias, ligado a atividades que atraem um elemento e criam alternativas de rendimentos para as pessoas locais. Guias conectados, onde há esse feedback de precário, serviço. Para a nossa realidade acho que estamos no topo, assim já tem sido nos últimos quatro/cinco anos.

Investigador: Existe muito espaço para crescer, mas o que vocês já têm está de acordo com aquilo que vocês querem ter, e as bases já estão todas sólidas para construir aquilo que vocês querem ter.

YS: Certo, é a nossa realidade. Embora que fala se muito de um turismo assim mais avançado, mas nos sabemos que mais turismo é mais número de pessoas, mais impactos e mais pegada ecológica. Então para o Príncipe acredito que já estamos no patamar certo. Temos durante todo o ano um fluxo de turistas que chegam de diversas nacionalidades, agora nos últimos tempos após a pandemia tem crescido muito a procura, os maiores turistas que nos visita são os portugueses. Muitos em particular, não vem por agências ou hotéis, mas sim individualmente onde procuram serviços de pessoal local, querem estar com pessoal local, querem participar nas atividades, na gastronomia local. Dar um passeio mais rural possível, mais terra a terra como nos dizemos aqui, mais puro possível, e isso para nos (como associação e como Príncipe no seu todo) é bom, então eu diria que estamos no limite. Eu digo que o turismo que está a acontecer agora é um turismo de proximidade, onde concilia com a biodiversidade, com a conservação na natureza, respeito às pessoas e à cultura. Então eu acredito que já estamos num patamar bem forte.

Investigador: O que é que achas que são as principais condicionantes ou dificuldades atualmente do turismo no Príncipe?

YS: No turismo, acredito que uma das condicionantes principais é a questão da saúde, precisamos de uma infraestrutura de saúde com melhores condições para dar mais garantida. Muita das pessoas tem muito medo de estar muito tempo na ilha com medo de ter alguma situação, acidente, percalço, doença, uma malária. Felizmente no Príncipe a malária já está numa fase de erradicação, mas é prioridade nós termos uma infraestrutura de saúde com qualidade, vai melhorar muito e vai dar mais segurança.

Investigador: Ainda para mais querendo vocês explorar o turismo de natureza e o conhecer a ilha, que muitas vezes nos leva para locais remotos, e locais mais afastados, com declives, dentro de floresta, com lama, e tudo isso são questões de risco que deveriam ser minimamente asseguradas, tanto pela saúde como pelo socorro

YS: Sim, outra situação, também condicionante, é em termos de mais capacitação, porque nos agora temos cerca de 34 guias inscritos na associação, mas operacionais estão entre 15 e 17. Estes são eco guias, muitas das vezes nos temos um fluxo de turistas que não nos permite satisfazer, e ainda nesse ramo, seria a capacitação dos guias com a língua, o inglês principalmente que é a língua universal, é uma das barreiras também que nos condiciona.

Investigador: Quantos guias têm a falar inglês?

YS: Nove, mas não é um inglês muito fluente, esse é que é o problema. Esses guias não estão apenas na associação, estou a contar também os membros da associação, mas que estão nos hotéis.

Investigador: Acerca disso, como é que isso funciona? Ele tem os vossos guias, e esses mesmos guias podem também estar no hotel? Mas existem pessoas do hotel que não estão na associação, que são formados pelo hotel ou pela fundação.

YS: Sim, mas agora já fazem parte da associação. Todos os pessoais, de qualquer hotel, ou individuais, ou motoqueiros, todos eles estão inscritos na associação dos guias. Só que dentro do lote dos guias, só alguns é que tiveram a primeira formação de eco guias – guias ecológicos autorizados a entrar na zona protegida. Mas os outros todos são formados, tem conhecimentos sobre a biodiversidade, sobre a gastronomia, a cultura, mas não estão ativos. Os que estão ativos atualmente são cerca de oito ou nove mais uns dez dos hotéis, nesse formato temos menos de 20 guias. Os restantes só tiveram formação, mas não praticam. O que acontece com essa parceria, temos um acordo assinado entre a associação de guias, os hotéis e as associações de conservação como a Fundação Príncipe, e na altura foi esses parceiros, a HBD, a Fundação Príncipe o PNP (Parque Natural do Príncipe) através do governo que capacitou os guias. Então há essa parceria, onde os hotéis com a necessidade de recrutar pessoas propõem alguns elementos da associação para fazer parte da sua equipa do staff, esse mesmo tem um contrato de exclusividade com o respetivo hotel. Mas nos vimos com os hotéis que eles nas horas livres, nas suas férias podem praticar a sua atividade para não estarem restritos a ser só guia do hotel. Então eles fora do trabalho do hotel, não retirando os clientes dos hotéis, podem fazer os seus serviços particulares e ganhar um extra. E nos enquanto membros da associação que não somos funcionários dos hotéis somos chamados pelos hotéis para prestar serviços quando ele tem grupos e principalmente pessoas que vem para fazer *birdwatching* ou passeios de barco eles convidam sempre.

Investigador: Legalmente, à partida só as pessoas que pertencem à associação é que podem fazer de guia?

YS: Certo, se não estão inscritos na associação não podem fazer a atividade de guia. Não devem fazer guia da natureza, mas alguns fazem porque o mercado é livre. Mas o que acontece é que eles podem, um motoqueiro por exemplo que também é guia ou já fez de guia no passado, mas não tem essa formação de eco guia para estar autorizado, então ele pode fazer uma excursão pelas roças ou pelas praias, mas ele não pode ir na zona protegida. Que é o lugar que é mais procurado pelos turistas que chegam, dentro da zona do parque. Só os 17 que fizeram a formação de eco guia é que estão autorizados a prestar os serviços de guia dentro da zona do parque.

Investigador: Os restantes à partida não são autorizados, mas como não existe grande controlo acabam por haver algumas ocorrências?

YS: Certo.

Investigador: Que recursos e potencialidades atuais se destacam na ilha e quais não estão a ser aproveitados como deveriam?

YS: O turista quer mais fazer praia e um trilho na floresta, mas há uma condicionante. Nós temos três trilhos na zona no parque, ou seja, nos temos no total 7 trilhos sendo um dos trilhos submerso para fazer snorkling na baía do Bombom. Mas a maior parte dos turistas que vem querem explorar a cascata Oquêpipi, está dentro do parque, é um trilho curto, é o ponto mais procurado na ilha. Qualquer turista que chega é a primeira coisa, querem fazer praia, mas também querem ir para a cascata Oquêpipi, fazendo um trilho dentro do parque e banhar na cascata. É o potencial que temos, e nos temos outros trilhos como o do pico papagaio que era muito visitado no passado, a Santa Joaquina que é um morro muito bonito, temos o trilho da maria correia, temos o trilho da roça infante. E também não são procurados, porque muitos desses trilhos são o dia todo, e o turista está muito focado para aproveitar um pouco de tudo num dia. Consegue ir à cascata sendo o trilho mais perto e muito fácil de fazer, preferem a cascata e depois aproveitar o final da tarde na praia. Mas aqui o potencial, o forte que é mais procurado é a cascata e as praias. Mas o resto tem também bastante potencial.

Investigador: Quais são as praias mais procuradas?

YS: A praia banana, boi e macaco, são as praias mais procuradas. E nos também temos um potencial que é na época da desova a observação de tartarugas marinhas, em que a praia grande recebe os turistas para fazer observação e

lançamentos de filhotes, que é potencial que também temos, mas que infelizmente não pode ser todo o ano, apenas no período da desova que ocorre entre setembro/outubro até março (libertação do filhote), nessa altura pode se explorar essa área também.

Investigador: Em que estado achas que se encontra a animação turística na ilha?

YS: Há várias atividades, o que tem haver com cultura acho que está muito baixo, negativo. Mas a nível de outras atividades como as que são prestadas pelos hotéis pela associação ou pelos guias individuais está no ponto, está mesmo no topo. Ter passeios de barco, tours de carro, passeios guiados na floresta para a zona protegida. Na parte gastronómica e cultural ainda falta fazer muito, nos temos muito grupo, muitas atividades, é uma das coisas que fazem parte do plano da associação de guias para o próximo ano para a próxima legislatura que é tentar procurar alternativas de proporcionar atividades culturais aos turistas. Chega um grupo, sempre que possível, ter um grupo, por exemplo na ilha temos vários grupos culturais como a deixa, o vindesmino, o bulaie, o jambi que é uma coisa mais difícil, o São Lourenço com o ato de Floripes, são várias atividades. Se o turista chega na ilha, não sendo nesse período para contemplar essa atividade não se faz nada, não se mostra nada de cultura. É uma das coisas que eu acho que se deveria impulsionar mais. Por exemplo o grupo hotel HBD faz isso, quando ele tem lote de turistas grandes, chamam diversos grupos a fazer a operação nos seus hotéis para atuar grupos e apresentar a sua cultura aos seus clientes. E acho que a associação de guias também poderia criar proporcionar algo do género. Por exemplo um turista que visita Abade, na zona sul, vai à zona sul, descia ia a Abade, visitava o mangal e depois tem lá um grupo de cestaria e não sei que, tem uma fábrica de sabão artesanal e tem um grupo de bulaie. Então o turista almoçava ali, e deixava uma pequena taxa para assistir um bocadinho da atuação, três quatro cinco música e toda a gente saia a ganhar. E que isso faça parte de um calendário de pontos a visitar em qualquer altura do ano, não estando só exclusivamente só quando há atividades do governo. E isso é um défice, há uma parte que nos precisamos de explorar e organizar mais essa vertente.

Investigador: Outra coisa que eu acho que se deveria fazer nesta vertente do cultural, mesmo aquilo que existe enquanto o turista esta cá é muito pouco divulgado, o turista não tem informação ou perceção sobre o que é que está a acontecer na ilha para poder participar. Vocês podem ter eventos que só acontecem uma vez por ano, mas vocês têm quase todos os fins de semana, ou até mesmo durante a semana eventos, mas as pessoas não têm como saber, por exemplo agora está a haver a festa do pau de bandeira, mas qual é o turista que sabe? Ninguém sabe e é algo interessante.

YS: Sim os turistas que visitam a ilha durante esses eventos deveriam ter essa informação, são essas coisas que falta fazer muito, está quase a zero é preciso explorar mais isso.

Investigador: Estavas no início a dizer, que na tua opinião, fora a cultura a animação turística está bem desenvolvida?

YS: Está bem desenvolvida, porque alem dos hotéis os guias individuais e da associação tem trabalhado e conseguem proporcionar qualquer elemento fora dos hotéis ou das agências, não tendo no Príncipe agências de viagens, conseguem proporcionar passeios a preços baratos e a bom custos aos turistas, passeios de barco, passeios de carro. E uma das coisas que eu acho que também ainda está a crescer, mas que já começa a faltar falta é disponibilidade de rent-a-car. Mais carros mesmo de pessoas individuais para poder alugar a turistas, porque muitas das vezes por falta de combustível na ilha, os preços disparam, muitas vezes os turistas estão muito apertados para encontrar esse ou outro carro em condições ou querem alugar um carro e não há. Muitas vezes tem de esperar e só mais tarde, então também é outra coisa que falta. Se tivéssemos aqui, ou unir as forças de todas as pessoas que tem carros disponíveis de aluguer, ou ter uma empresa ou grupo que aposte um pouco no rent-a-car. Há muitos turistas que vem apaixonados para andar de mota, estar mais individuais, mas depois tem outra condicionante que as nossas estradas aqui não permitem, não tem as condições necessárias para os turistas estarem ali de mota sozinhos. Por exemplo caem ali partem uma perna, vem aquela temática que falta uma infraestrutura de saúde de referência. São algumas condicionantes que nos temos atualmente. Mas em termos de proporcionar passeio está, acho que já esta, tem essa condicionante da língua, mas o resto está bem porque alguém que visite a ilha se consegue estar pelo hotel, ter contacto com um membro da associação de guia ou outro membro capacitado ele vai ter uma experiência fantástica e sai muito satisfeito.

Investigador: Costuma haver turistas que vem para cá e que não querem guia?

YS: Sim aparecem, mas é muito pouco. Alguns querem estar sozinhos, mas a maior parte dos turistas querem ter a experiência e para eles terem experiência tem de ter o acompanhamento de um guia. Há muitos que querem ficar assim um pouco mais particular, mas sempre tem preferência de num ou noutro ponto ter um guia para poder explicar e fazer a relação com os locais.

B – A intervenção das entidades locais no processo de desenvolvimento turístico

Investigador: Em que aspeto está a associação dos guias envolvida no turismo da ilha? Que atividades é que tem como associação? São responsáveis pelo quê, o que é que oferecem, o que é que envolve a associação?

YS: A associação dos guias turísticos do Príncipe está muito envolvida com atividades de conservação, ou seja, parceria com o parque natural do Príncipe onde nos apoiamos na limpeza na manutenção dos trilhos, a assistência de manutenção.

Investigador: Eles não têm as pessoas próprias para fazer isso?

YS: Não, isso é feito em parceria com a associação, os militares, os escuteiros, os motoqueiros. Então um dos papéis da associação de guias é contribuir para o melhoramento e manutenção das infraestruturas turísticas da ilha. Faz parte do nosso estatuto, é nossa responsabilidade.

Investigador: Isso é uma coisa que vocês tentam contribuir, mas por exemplo de quem é a responsabilidade dos trilhos do PNP ou da biosfera de limpar e de manter e de sinalizar?

YS: É o PNP, mas em parceria com a associação de guias. No estatuto da associação diz que nos temos de contribuir para a manutenção e segurança, porque é a nossa ferramenta de trabalho. Então precisamos de contribuir, mas toda a organização está na tutela do PNP através do gabinete da reserva da biosfera e conservação da natureza.

Investigador: Em que atividades estão mais envolvidos?

YS: Atividades sociais ligados ao governo, qualquer atividade em que somos solicitados a associação está disposto a apoiar, por exemplo limpeza nas praias, apoio de limpezas nas comunidades. Pronto por agora a associação não tem nenhum fundo, mas um dos nossos papéis seria apoiar a nível social as comunidades, as pessoas mais velhas, as crianças mais desfavorecidas com kits escolares, um melhoramento da habitação, tudo isso faz parte da nossa associação.

Investigador: E atividades oferecidas ao turista? Já falamos para a sociedade e para as infraestruturas, mas e para os turistas?

YS: Visitas guiadas, passeios e também refeições, piqueniques, que nos temos parcerias com os vários restaurantes. São as duas coisas que nos fornecemos.

Investigador: Mas não tem qualquer oferta estruturada, por exemplo, podem vir fazer este produto em que vamos ver os pássaros? Não, é apenas se as pessoas tiverem esse interesse falam com vocês

YS: Exato

Investigador: E se as pessoas não souberem o que fazer?

YS: Nos proporcionamos serviços, visitas guiadas, etc... Quando nos recebemos turistas, o turista normalmente vem com um foco, há uns que só querem fazer praia, há uns que querem caminhar, uns que querem observar, então consoante aquilo que eles querem nos fazemos um pacote personalizado para eles. Com visitas guiadas, almoços, tours guiados consoante aquilo que ele precisa.

Investigador: Então, mas por exemplo se o turista não conhece a ilha, que à partida não conhece, nunca vai conhecer coisas fora da caixa. Não existe nenhum produto em que seja por exemplo, se existisse uma atividade de ir ver as pessoas a recolherem o vinho de palma. Se as pessoas não sabem que existe essa atividade, as pessoas nunca iram procurar essa atividade.

YS: Essas atividades programadas não temos, programação não existe nada, o turista diz aquilo que ele quer fazer e nós proporcionamos pacotes de acordo com aquilo que ele quer fazer.

Investigador: A HBD por exemplo, tem as suas experiências específicas para oferecer, ir à cascata Oquêpipi, passear de barco, etc.... vocês não têm isso?

YS: Nos fazemos isso verbalmente conversando com o turista, um tour diário por tanto incluindo carro, almoço, incluindo visita a trilho, à roça, etc... Não tem nada no papel, mas nos temos o tour que é o serviço que nos oferecemos. Ao falar negociamos aquilo que eles querem fazer, por exemplo pelo tempo que eles estão aqui tentamos proporcionar. Por exemplo chegou um casal hoje e tentou contactar, eles estão até sexta-feira e queremos aproveitar um pouco de tudo, amanhã consegui um guia para eles que vai fazer com eles a zona sul, visitar as roças de plantação ir a cascata Oquêpipi voltar, ir ao mangal de abade e ficar lá na comunidade a visitar e almoçar até ao final da tarde, depois no dia seguinte vão fazer outro trilho e vendemos e negociamos o pacote de toda a viagem. Não tem nada assim de documento por escrito, estamos agora a preparar uns panfletos com serviços que podem ser apresentados e disponibilizados para pôr nas estâncias hoteleiras e nos aviões para quando o turista chega já saber.

Investigador: têm algum tipo de responsabilidade na formação de recursos humanos?

YS: Temos com a fundação, uma parceria, a equipa de projeto ProteTuga capacita todos os anos os guias, uma vez por ano tem de ser atualizado a cada temporada para fazer visitas guiadas a praia grande para ver tartarugas. Também com o parque temos o mesmo cenário onde todos os anos eles devem capacitar e formar novos guias, mas isso não aconteceu dado o défice que o governo tem através do parque natural para realizar essa atividade e depende muito do apoio da fundação, do grupo HBD. Por isso nos estamos há quatro anos sem formar uma nova equipa, mas já estamos a programar uma nova formação.

Investigador: Se calhar essa falta de formação ajuda a existirem guias que estão a fazer atividades sem a respetiva formação.

YS: Precisamente.

Investigador: Considera que os diferentes envolvidos do turismo estão a fazer a sua parte para desenvolver um destino turístico sustentável? Considere-se como diferentes partes envolvidas a associação, o governo através da reserva da biosfera e o parque, os hotéis, e eventualmente a Fundação Príncipe

YS: Com certeza, toda a gente. Essa é a diferença que existe no Príncipe, é uma grande vantagem, as pessoas estão concretizadas para conservação para a proteção para a reserva, respeitam muito o selo da reserva da biosfera, há pequenas coisas ainda que se precisa de melhorar, mas mesmo os investidores que nos temos na ilha estão muito focados para a conservação. Até mencionaram, qualquer que seja o governo que esteja tem de estar alinhado nisto, e os investidores que estão na ilha também estão muito focados, esta é a vantagem que o Príncipe tem.

Investigador: Eu tenho a certeza disso, que as pessoas estão todas com uma visão semelhante, mas estarão todas igualmente envolvidas? Por exemplo, não estou a meter a associação em causa por que até acho que não é da responsabilidade da associação, mas porque é que os trilhos e os sítios não são mantidos como deveriam? Alguém tem uma responsabilidade que não está a ser mantida. Porque é que há lixo na rua? Se calhar o governo deveria assumir um papel mais ativo nesse sentido. Todas os problemas que precisam de ser solucionados e não estão é porque alguém deveria estar mais em cima do acontecimento. Os hotéis, se calhar, nem todas as atividades dos hotéis contribuem para um destino sustentável. Se calhar a visão está certa, mas o que acontece acaba por ser outra coisa.

YS: O défice que nos temos aqui é pelo governo, porque nos também não temos de tomar iniciativa porque a iniciativa deve partir do governo que através do parque natural e reserva da biosfera tem a responsabilidade de mobilizar meios e condições para concretizar, e convidar porque os outros envolvidos estão sempre disponíveis. Por exemplo o governo diz, esta semana queremos fazer a limpeza do trilho do infante, se mandam uma carta à associação de guias estamos prontos, mandam aos motoqueiros estão prontos, manda aos hotéis, os hotéis estão prontos para a apoiar mesmo que não seja com recursos humanos apoia financeiramente, ou com o lanche ou almoço. Então a peça fundamental aqui é o governo, desde que o governo através do parque natural queira mobilizar, isso é que é o ponto focal para fazer tudo desenvolver. Qualquer deficiência que tenha, algo que não esteja a acontecer é o governo.

Investigador: Vocês mostram se totalmente disponíveis, existe uma falta de proatividade da parte do governo.

YS: Exato. Por exemplo agora nos temos um projeto em parceria com o parque natural onde nos estamos há dois meses há luta com o parque, com o diretor técnico do parque para nos fazermos limpeza no trilho de Santa Joaquina de forma a desafogar um pouco a cascata, mas nos é que temos de estar sempre a trás, sempre a trás, a pedir. Se nos tomamos a iniciativa fica que nos estamos a fazer o papel que eles deveriam fazer, cria esse conflito, percebe? Então o grande défice aqui é o governo, se o governo mobiliza todos os outros envolvidos estão disponíveis. Muitas vezes nos tomamos iniciativa própria, mas que depois não fica muito bem porque eles estão sempre na lentidão muito para trás.

Investigador: ok, agora disse uma coisa muito curiosa. Estão a tentar equipar e deixar pronto outro recurso, neste caso o miradouro de São Joaquim para acalmar o trilho do Oquêpipi. Achas que o trilho do Oquêpipi é muito usado?

YS: Sim, está a ser muito sufocado, principalmente quando temos outros potenciais locais que poderia estar a aproveitar.

Investigador: Mas como só um é que é mantido, acho que esse foi o trilho mais equipado e sinalizado que eu vi, é o mais utilizado.

YS: Todos tem, o pico papagaio tem cordas, Santa Joaquina.

Investigador: Isso é um pensamento interessante, e o mesmo acontece se calhar com a praia banana ou boi que devem ser as mais utilizadas, mas que se calhar há outras praias que as pessoas poderiam também aproveitar para visitar um outro local ou comunidade, mas para isso é preciso o acesso estar bom. É uma boa maneira de alargar os focos de turismo em vez de manter tudo no mesmo sítio, criar condições noutros recursos para criar uma maior dispersão do turismo e os seus proveitos em diferentes comunidades. Neste caso, como classifica o grau de cooperação e ajuda entre os interessados do turismo?

YS: Eu acho que está bom, eu diria que numa pontuação de um a dez seria um nove. Temos essa pontuação porque ainda há um bocadinho de défice, há falha de comunicação entre associação e os guias particulares na prática dos preços, e uma pequena deficiência de acorde de falta de comprimento por exemplo com o hotel do grupo belo monte. Mas de resto, 100%.

Investigador: Não percebi, também com o hotel belo monte existe alguma deficiência?

YS: Sim porque nos temos uma parceria onde eles devem chamar os membros da associação para prestar serviço, e às vezes isso não acontece, preferem ir com os seus motoristas que não são guias. Cada trilho tem um número limitado de pessoas, por exemplo para a cascata Oquêpipi cada guia só pode levar no máximo seis pessoas, a partir das sete ou oito

tem de chamar mais um guia por questões de segurança. Mas o hotel belo monte não faz isso, preferem ir com doze, treze ou dezassete só com um guia deles ou dois guias. Quando deveriam chamar um elemento para acompanhar. E igualmente com elementos individuais que não são eco guias e fazem esses trilhos e praticam preços que não são aqueles estabelecidos, às vezes abaixo para chamar mais pessoas, mas também às vezes acima, cobrando mais do que é permitido. E assim nos achamos que não é muito bom e queríamos regulamentar isso. Estamos a preparar, queremos melhorar isso, regulamentar isso. Dar uma nova formação para atualizar os guias atuais.

Investigador: Atualizar os guias atuais ou atualizar os preçários e a regulamentação?

YS: Não o preçário vai manter, atualizar para capacitar os guias atuais, ou seja, refrescar e capacitar os novos e identificar os guias certificados. Ou seja, todo o guia vai ter crachá de identificação e possivelmente a criação de uma t-shirt que identifica. Então os turistas, tendo uma formação nos aeroportos, na reserva, no parque, nos hotéis, onde o guia já está, se ele quer procurar um serviço, só pode andar com estes indivíduos não só eco guia, mas mesmo para fazer um tour tem uma lista de guias que são permitidos.

Investigador: Então qual é a vossa perspetiva acerca desses guias independentes, e alteram um pouco o paradigma, digo isto porque vocês como destino turístico elegeram para o vosso mercado um mercado relativamente alto e meteram a qualidade acima do preço, e estes guias independentes apareceram a baixar os preços atraindo os turistas para eles, mas não se apercebem que a nível global da ilha estão a prejudicar o destino. Se eles tivessem devidamente envolvidos no turismo iriam perceber que ganhavam mais em ter menos clientes, a ilha também aguenta menos clientes, mas a um maior preço. Concordas?

YS: Sim é isso mesmo.

Investigador: Relativamente ao grau de cooperação entre esses guias individuais, o problema será não haver fiscalização?

Yodi: Sim, existe a direção regional do turismo, foi criada, mas não faz nada, está adormecida. Deveria ser a direção regional do turismo a regular essa situação. Eles sabem da situação, mas ninguém faz nada, por falta de recursos, falta de meios, falta de mobilização, então isso está como está.

Investigador: Existe algum tipo de sanção para alguém que faz de guia e não deve?

YS: Não sabemos, é com a direção eles deveriam regulamentar isso, ter uma lei aprovada. Se há, não temos conhecimento por isso não conseguimos também. Por exemplo algum guia que cometa alguma coisa, através da associação podemos castigar, mas o que a direção do turismo vai fazer? Podemos punir, não canalizando os clientes para esse guia por exemplo. Mas ele pode ter contatos diretamente com turista, e por exemplo vai ao parque natural e pagar essa taxa de cinco euros o técnico deixa passar porque já o conhece como guia, mas se tivesse regulamentado e todos unidos, ele mesmo tendo um cliente não pode entrar porque está suspenso. A ideia do crachá é se um guia que cometa infração, tira-se o crachá, ele não tendo crachá não está identificado o turista não vai andar com ele. Essa é a ideia.

Investigador: Na monitorização dos parques, todos os trilhos à entrada do parque têm as guaritas para controlar quem entra e quem sai, a fiscalização ver se pagaram a taxa, mas quem é que mete lá o guarda?

YS: É o parque que mete a pessoa, mas não tem funcionado a 100%. Diariamente tem só meio período, mas essa fiscalização não está a funcionar bem.

Investigador: Têm algum tipo de ligação a São Tomé? Os turistas em São Tomé têm como saber como funciona o turismo no Príncipe? Alguém vos indica para falarem convosco?

YS: Sim, isso é particular, como não está regulamentado temos a associação de guias e São Tomé tem associação de guias, mas aqui é contacto de pessoa para pessoa, tenho alguns guias em São Tomé que sei que são bons, tu és clientes eu recomendo. Se vais a São Tomé fazer passeio toma este contacto de tal e tal guia e ele tem capacidade de fazer x.

Investigador: Estes guias independentes safam-se pelos clientes reencaminhados diretamente pelos seus contactos de guias de São Tomé.

YS: Nem sempre também há procura nos hotéis, por exemplo os turistas quando andam ali na rua andam a perguntar, alguns que já vem com indicação. O que é que acontece: vem um turista particular, que não tem nenhum contacto comigo, mas vem com recomendação para procurar Yodi. Tu vais ao aeroporto tem um motoqueiro, perguntas por um guia chamado yodi, e o motoqueiro diz que não conhece o Yodi ou que não está no Príncipe e pega o cliente para si. É nessa situação que acontece que não está regulamentado. E há recomendações, é assim que é o contacto feito. Ou os guias conseguem recomendações dos guias de São Tomé, ou caso se cruzem na rua, ou contacto direto na rede social.

Investigador: Outra questão, por exemplo o guia Fernando Almeida, é o guia com maior infraestrutura que tenho conhecimento, já possui várias viaturas e barco, porque é que ele não cria a sua própria empresa de animação turística? Ele é guia da associação?

YS: Sim ele é um dos ativos da associação. Além de estar na associação ele deve ter uma parceria, uma das coisas que acontece é que a ideia da criação da associação de guias é para que os guias estejam unidos, mas ele não mostra muito interesse em estar a partilhar com a fundação, ele gosta muito de fazer serviços particulares. É um dos guias mais problemáticos da ilha, pratica preços que estão fora dos estabelecidos.

Investigador: Mas caso ele cria-se uma empresa, e estivesse legalizado, poderia prestar os seus serviços independentes, existe alguma forma de esses guias independentes se legalizarem?

YS: Sim, através da associação. E depois quando a associação tiver capacitação eles podem estar legais. É só através da associação, a ideia é que qualquer um que faça serviço de guia deve estar alocado na associação como membro inscrito e depois o trabalho é individual. Não é que a associação está ali como forma de regulamentar as coisas e ter todo o mundo com conhecimento que este e aquele são guias. Mas os serviços não são prestados em prole da associação, são individuais nós não controlamos ou temos nada a dizer relativamente ao serviço de cada um. A ideia é que estejamos unidos em associação para poder ter mais transparência, mas os serviços são individuais, tem uma tabela que deve ser cumprida, os que estão dentro da associação sabem o conhecimento do preço e praticam essa tabela. Os membros da associação só pagam uma cota e uma joia que é para o fundo da associação. Trabalhamos como uma cooperativa, várias empresas dentro de uma cooperativa, mas cada uma explora no mesmo ramo à sua maneira. Não existe qualquer regulamentação de como cada um explora, a única coisa é a tabela de preços para a entrada na zona do parque. Os serviços tu propões ao turista com o teu pacote.

Investigador: Um turista só tem conhecimento de um guia ou pode falar com vários para ver qual faz o melhor pacote?

YS: Sim podem falar com vários, às vezes fazem contacto comigo por exemplo, mas depois de chegarem à ilha conhecem-te e falam contigo, tu apresentas um pacote melhor então ele prefere ir contigo. Ou então, dizem que preferem ficar comigo, apesar de ser mais caro, mas apresenta um serviço melhor. Então isso é tipo uma competição, não tem de estar regulamentado que a associação é que define as coisas.

Investigador: O que é que está definido?

YS: Que todos devem estar inscritos na associação e a tabela de preços da entrada da zona do parque, de resto tudo é livre, cada um faz o que quer e apresenta o pacote que quer.

Investigador: Então não existe ninguém a exigir aos guias qualquer tipo de qualidade?

YS: Tem de ser a direção do turismo a fazer isso, nos não estamos aqui para regulamentação, a associação de guia é uma organização não tem legislação possível para isso, a direção do turismo é que deve regulamentar isso. Eles devem ver o mercado, fazer uma análise e por exemplo para passeio de barco por mais que apresenta melhor serviço tu não podes praticar mais de 100 euros. Para aluguer de carro, os carros desta categoria devem ser alugados no preço máximo deste valor. Não é a associação de guias a fazer isso é a secretaria do turismo e a secretaria não funciona.

C – O futuro do turismo

Investigador: Tendo em conta as tendências da procura turística, em que produtos ou projetos pode o Príncipe apostar para projetar as suas potencialidades turísticas? Além do lado cultural que já referiste.

YS: A infraestrutura de saúde, acho que é os dois que falta o resto está tudo já é só melhorar. E também regulamentar, a direção do turismo deve haver uma regulamentação e fiscalização para poder manter o turismo numa forma mais sustentável e controlada.

Investigador: Achas que se deve apostar mais nalguma vertente do turismo?

YS: Deve se apostar mais no birdwatching, mas nem tanto para não haver de mais porque isso já acontece. Mas por exemplo de desportos náuticos não porque pode vir a abrir um excedente para turismo de massas. Como disse antes acredito que tudo o que já está a acontecer já está no patamar suficiente para a ilha. Precisa de melhorar algumas coisas, ter esses potenciais, encontrar mais alguns pontos atrativos para desafogar por exemplo a cascata, mas o resto acho que está controlado.

Investigador: Então a principal preocupação é não criar de mais?

YS: Sim, não criar demais, se nós criarmos mais atividade vai proporcionar trazer mais pessoas e mais pessoas não vai no conceito que é a ilha, não é a nossa realidade.

Investigador: Achas que a quantidade de turistas que tem agora é ideal?

YS: Já é a suficiente, é ideal, por ano chegam por volta de 2000 turistas num fluxo grande, mais ou menos em média é isso com os hotéis e particulares ronda os 2000, 2000 e pouco num ano alto. Agora este ano vai ter uma taxa muito grande.

Investigador: Já vi gráficos da direção do turismo em que apresentavam algo a rondar os 8 mil, não é possível?

YS: Por ano? No passado é possível que sim, mas desde a associação, uns anos antes do covid e agora ronda os 2 mil. Isso pode ser a nível nacional.

Investigador: A nível nacional acho que ultrapassa os 20 mil, tenho de investigar, os números estão diferentes em todo o lado, não existe um grande controlo de fluxos de turismo.

O que é que não está a ser feito que deveria ser tido em consideração no planeamento turístico do Príncipe? Já tocamos neste assunto, mas por exemplo, achas que o turista deveria ter mais autonomia ou menos autonomia, mais informação ou a informação que chega ao turista é suficiente?

YS: Eu acho que falta mais informações aos turistas, e não dar mais autonomia. Para a nossa realidade acho que não, por exemplo a semana passada no final de semana tinha um casal de turistas que foram para a cascata sozinhos então o senhor da guarita disse que eles não podiam entrar na zona do parque sem um guia se quisessem que se chama um guia e o rapaz me ligou e eles perguntaram como é que seria a parte do preço e eles disseram que não, eles preferem estar sozinhos preferiam fazer outra coisa. Então, esse tipo de turista nós não queremos, não faz sentido.

Investigador: Não querem porque não precisam de um guia, e isso significa ter menos um rendimento para o Príncipe?

YS: Para o pessoal local exato, se tu queres ir numa zona de reserva e não queres acompanhamento de um guia então vieste aqui fazer o que? Não faz sentido. Então se nos abrimos excedente para proporcionar mais atividade com o número de guias que temos, com um défice de capacitação, défice de infraestruturas de saúde, se abrimos excedente vai ter de canalizar mais pessoas para a ilha vai dar mais problema vai dar mais dificuldade por isso eu acho que está bom.

Investigador: Mas por exemplo se alguém quer ir a uma praia, devem ir sozinhos ou acompanhados?

YS: Aí é independente, alugam o carro, vão ali, vão onde querem, os turistas não são obrigados a ter o guia para seguir a todo o lado onde ele vai. Mas para a área protegida e em alguns locais é essencial.

Investigador: Achas que se deveria tentar criar uma maior dispersão do turístico na ilha? Fugir dos focos e criar capacidade para visitar outros sítios?

YS: Já existe, é isso que eu disse, agora falta dinâmica do governo através do turismo, da biosfera e do parque natural, de pôr em prática, ou seja, deixar disponível esses outros pontos. Mas já existem, todos os pontos na ilha têm potencial para o turismo, ou seja, que não seja área de reserva, estão disponíveis estão ali. Só que o foco está muito para a cascata, praia boi, praia macaco, praia banana não deixando desafogar esses locais. Falta informações, com informações as pessoas vão chegar a outros pontos. O objetivo é por exemplo conversar com aquele casal que eu falei e eles tem interesse em botânica. Então eu recomendei eles irem procurar um guia e ir para Santa Joaquina que é o trilho da botânica, tem muitas plantas medicinais. Isso é porque as pessoas querem fazer, mas não sabem onde encontrar informação, isso é a nível mesmo de plataforma a nível nacional que não deixam informação do Príncipe. A semana passada estava com umas senhoras que chegaram a São Tomé e disseram que as pessoas não falam do Príncipe. Compraram um pacote e só deixaram dois dias para o Príncipe, e arrependeram-se porque da próxima eles queriam o contacto da associação que quando tiverem as pessoas a vir eles vão entrar em contacto e eles vão recomendar as pessoas sempre vir diretamente ao Príncipe e ter a experiência do Príncipe e depois deixar menos dias para São Tomé, porque é totalmente diferente as duas ilhas.

Investigador: Considera que o setor público tem contribuído para o turismo, que papel deve desempenhar no desenvolvimento turístico do Príncipe?

YS: O setor público no que tem haver com turismo, não está a funcionar. Não funciona. O turismo está no nível que está graças aos investidores, o privado que é o grupo HBD que está muito organizado, muito focado para um turismo de qualidade. E a associação de guias que proporcionam umas visitas guiadas, com guias turísticos formados, que proporcionam pacotes dentro das normas também que os hotéis oferecem. Porque mesmo as atividades que nos fazemos são as mesmas atividades que os hotéis fazem. Então nos estamos ali nesse parâmetro de hotel, que é por exemplo o hotel Sundry do grupo HBD de cinco estrelas, nos estamos a prestar o mesmo serviço que eles prestam. Eles prestam serviço de passeio quando um cliente vai lá tem atividades de caminhada na floresta, birdwatching, passeio de barco que nos também proporcionamos, então estamos no mesmo parâmetro.

Investigador: Mais alguma coisa que aches relevante a ter em consideração no planeamento turístico do Príncipe.

YS: Não falamos, eu diria, assim a nível nacional. É que, uma coisa que também acontece, isso não é de hoje é em todos os ramos e o turismo não fica de fora é haver uma melhor sinergia no que se refere ao turismo porque quando se fala de turismo não se fala de turismo do Príncipe ou de São Tomé, é de São Tomé e Príncipe como as duas ilhas irmãs. Que a nível nacional deveria haver uma regulamentação onde o turismo estaria mais unido entre as duas ilhas, a plataforma nacional de turismo deveria responder as duas ilhas.

Transcrição da entrevista a Giffrey Teixeira (GT)

Tempo de gravação: 01 hora 12 min e 01 seg

Realizada em 21 de junho de 2022

Entidade e cargo: Diretor da Secretaria do Turismo e Comércio

A – Ponto de situação do turismo

Investigador: Atualmente, na sua opinião como se posiciona o Príncipe como destino turístico no mercado?

GT: Há coisa de sete anos que o Príncipe é considerado reserva mundial da Biosfera, desde esse tempo com a ajuda da HBD (*Here Be Dragons*) mais o governo regional, a tendência é estender a ilha do Príncipe para o mundo lá fora. E como nós fomos considerados reserva mundial da biosfera, isso pôs muita curiosidade no Príncipe, quem são esses que mereceram o destaque de reserva mundial. Com tudo isso, com a ajuda da HBD que nos ajudou muito, cada dia que passa o turista tem mais essa tendência de vir conhecer o Príncipe. E eu digo a ajuda da HBD porquê? Não é apenas sermos a reserva da biosfera, virem só e não verem algo que sentem atraído, não havia infraestrutura como temos agora. Temos as melhores infraestruturas hoteleira a nível de África que são esses bungalows que são feitos no Sundry Praia. É uma maneira de pôr o turista de várias dimensões. Estamos a falar de um espaço que o turista paga mil e tal euros, para pessoas que chegam cá para pagar esse valor são pessoas de alto nível. Isso quer dizer que o Príncipe está a ser conhecido lá fora. Claro que falar objetivamente em termos de atrações, aquilo que se pode oferecer diretamente aos turistas quando veem ainda estamos aquém. Ainda precisamos de muita coisa, eu como filho da ilha noto isso, temos praias bonitas, das melhores como a praia banana, mas ainda falta essa atração para turista vir e não ficar só por essa praia, ir para o pico e assim. Mas ter também algo que possa proporcionar, que ele possa vir interagir. Isso que nos falta. Não sei para quando iremos conseguir fazer isso, mas pronto.

Investigador: Como destino, vocês alguma vez se juntaram entre todos e definiram o tipo de turista que criam cá na ilha? Vocês são uma ilha pequena com recursos muito frágeis, vocês não podem receber muita gente cá na ilha, mas tem de tornar o turismo sustentável, o que inclui o economicamente. À partida se tem uma capacidade pequena, para ser sustentável economicamente tem que ser a um preço alto, alguma vez definiram isso como destino?

GT: Em relação diretamente a isso eu não sei responder, eu entrei há coisa de um ano e pouco não sei se já havia essas reuniões ou não. Mas falando não como diretor, mas como alguém normal sendo do Príncipe acompanhava algumas coisas. A primeira parte financeira e a segunda de biodiversidade e da proteção. Claro que quantas mais pessoas vierem maior o risco para a natureza, já que é uma reserva e temos que proteger. Ainda não estamos preparados para uma grande quantidade de turistas, somos por oito, nove mil habitantes não podemos receber muitos turistas como outros destinos. Vendo economicamente, sendo dos setores que mais gera fundos para o governo regional, esse valor do turismo ajuda em muito a receita do estado. Claro que quanto mais pessoas virem, economicamente é muito bom, mas é preciso ter bom senso não podemos receber dois mil turistas duma só vez a ilha não ia aguentar.

Investigador: O estado só recebe do turismo através dos impostos que são pagos pelas unidades hoteleiras?

GT: É uma taxa fixa por turista de 3 euros por noite que entra no cofre do estado. Mais o imposto. Isso são turistas que vem diretamente para a empresa HBD, porque tem por exemplo outros turistas que vem para a cidade e esse valor não entra infelizmente. Porque esses alojamentos não estão registados. Desde que pagas o imposto, e estás registado entra essa taxa. É com esse valor que a gente tenta minimizar as coisas.

Investigador: Quais seriam as atrações que se destacam aqui na ilha?

GT: Aqui no Príncipe, nos gostamos muito da parte da cultura. Temos o São Lourenço, a dexe, o visminino, a marcha. É mais isso que temos para oferecer, é coisas da ilha mesmo, durante todo o ano, nos organizamos isso e depois no mês da cultura. A olho nu é isso que nós oferecemos e temos. São coisas que são palpáveis. Fora isso, em termos de recursos naturais temos a praia banana, a Oquêpipi, a Oquêlolo, são duas cascatas uma fica no monte alegre e a outra no sul. São sítios muito giros, há outros sítios também como a praia boi, a praia burra, a praia macaca. São como são essas praias que a HBD e o governo regional tem esse cuidado de manutenção e limpeza para conservar a praia, especialmente a praia banana.

Investigador: Esses recursos que são concessionados para os hotéis, são os mais bem conservados?

GT: Sim, sim.

Investigador: E porque é que a Oquêlolo não é explorada?

GT: É uma boa pergunta, eu não sei se é pela distância ou se é por ser uma zona que ainda não teve esse investimento para ser um sítio atrativo. Não sei se já lá foste para S. Joaquim, onde queremos levar turismo queremos que os turistas cheguem bem até à sua chegada, nas localidades que passa, e São Joaquim é uma zona que ainda estamos a preparar porque por exemplo comparativamente com outras é uma zona que sofre mais necessidades, dá para ver mesmo pela população. Mas o governo regional está em cima, antes não havia luz lá, pouco a pouco agente vai criar as condições, mesmo a nível da estrada para lá por causa da chuva. O governo regional está a pensar lá, é um espaço para ser muito bem explorado muito bonito. E acredita que eu vivi no Príncipe tanto tempo, e só fui lá uma vez há coisa de dois anos. São sítios que as pessoas iam, mas não davam essa importância, as pessoas mais de comunidade visitavam, mas não

era um sítio de atração como o pico. O pico sempre foi um sítio de atração, toda a gente que vem quer ir para lá subir, já esses lugares assim as pessoas iam, mas ainda estavam um bocadinho... São esses sítios que os turistas gostam.

Investigador: Vocês reconhecem esses recursos e essas atrações para o turismo e para o turista, mas tem algum plano de como desenvolver esses locais?

GT: Falando assim por conhecimento próprio não. Mas claro que é uma preocupação do governo tenho certeza disso.

Investigador: Mas quem está encarregue disso é o governo regional ou é a secretaria do turismo?

GT: Aqui o governo é a secretaria, não importa qual é o tipo de trabalho que eu como diretor do turismo tenho que proporcionar, tenho que passar para o meu secretário e está sempre informado com o presidente. Porque estamos a falar de turismo no Príncipe. Então qualquer coisa que eu estiver a implementar ou um empresário que vem implementar mesmo que fale comigo como diretor do turismo eu tenho que levar ao governo regional, porque agente está a falar bem para o Príncipe. Ainda para mais de turismo que é uma coisa que o governo regional leva muito a sério, para saber quais são as suas ideias e organizar, ver aquilo que podemos fazer para o nosso próprio bem e para os turistas que é o mais importante.

Investigador: Em que estado considera que está a animação turística da ilha, bem servido?

GT: A parte da animação turística ainda estamos aquém como já tinha dito?

Investigador: Quem são os principais agentes a oferecer animação turística?

GT: Neste momento aqui no Príncipe é o presidente e vice-presidente dos guias. São os guias que passam a maior parte do tempo com os turistas.

Investigador: Então são os guias com a associação e os guias dos hotéis?

GT: Exatamente, são quem faz o principal papel. Eles aqui vão mostrar isso, levam para os locais, por exemplo em abade tem uma atração em termos de sabão onde fazem sabão. Tudo isso pronto, os guias como já sabem essas localidades levam os turistas para ver, os turistas cursos que querem ver como se traça a rede e assim. Então são esses diversos que os guias tentam animá-los até regressarem ao hotel.

Investigador: Os guias são mais uma ponte entre os turistas e os locais e as pessoas que já conhecem. Mas considera que mesmo assim está aquém do que poderia estar, porquê?

GT: Eu digo que está aquém porque eu já tive a oportunidade de ver lá fora, e eu via atrações turísticas. Não é que esteja a comparar porque são realidades totalmente diferentes. E eu via muito tipo de atrações, temos por exemplo esses parques que o turista também gosta, e assim.

Investigador: Mas isso cá nem faz sentido.

GT: Sim, sim claro isso eles já têm lá, vem mais para ver coisas que não se vê lá fora. Mas ainda falta nos termos essa capacidade. E isso é uma coisa que é nosso vamos tentar desenvolver para o turista que veio cá para isso. Tirando essas culturas que só se vê aqui no Príncipe só falta umas coisas em termos de diversão. É preciso formular ideias, eu sei que existe muitas coisas que agente consegue desenvolver cá para atração turística, que tem potencial, muitos mais do que aqueles que agente hoje oferece.

Investigador: Acha que está de certa forma desorganizada o panorama da animação turística por existirem por exemplo guias que não estão nem na associação ou nos hotéis, que são guias informais que fogem um bocadinho ao que o destino quer uma vez que não praticam os preços desejados e não garantem nenhum standard de qualidade exigido?

GT: Sim eu acho que sim, é pena dizer isso, mas infelizmente é uma realidade. Infelizmente tem muitos guias, como tinha mencionado, que não são guias que são autorizados para sair com os turistas. Esses guias por não estarem autorizados não tem nenhuma formação de guia. Porque o guia tem que ter formação. Não falam língua, os turistas que chegam cá não são só portugueses, são ingleses, franceses, etc.... eles têm que saber língua. Tem que dominar muito cultura geral. Tem que conhecer os pontos focais do Príncipe, as partes turísticas do Príncipe. Saber que em cada ponto tem uma quantidade turística que você pode levar, tem umas quantidades que não pode levar. Porque às vezes tem sítio de risco não pode levar dez pessoas às vezes só cinco. Às vezes fica um bocadinho lesado, só que nesse caso fica o governo regional e não esses guias. Porque tem muitos turistas, especialmente os portugueses que fazem o trabalho de casa, se ele está a andar com você ele já sabe isso, mas fica a tentar perceber se você entende mesmo daquilo que você está a falar. E muitas vezes é isso que acontece os guias falam coisas que não sabem, ficam a mentir, mente porque não sabe é cultura geral que não têm. Nós sabemos que os turistas são espertos são inteligentes, fazem perguntas, eles ficam baralhados e ficam a vender um Príncipe que é mentira. E isso infelizmente ainda acontece, temos essa desorganização. Agora temos essa Associação de Guias, e os guias formados pela empresa HBD, por vezes ao ano ou trimestralmente. A HBD tem já alinhado com o responsável da associação dos guias, logo que qualquer tipo de turista é identificado o guia para tal, por exemplo se é um turista que fala inglês tem de ser dos guias que entende mais inglês, e é esse o guia que vai andar com os turistas. É a associação que faz essa filtragem. E isso graças a deus acontece, mas não com todos,

porque a maior parte não tem a certificação. É um problema mesmo a nível central, já tinha falado na altura, porque ela disse que a gente aqui ainda tem um bocadinho de controlo, lá em S. Tomé é ainda pior.

Investigador: Cá se tem capacidade de controlar a situação, mas vale do que pôr em causa a qualidade que vos define como destino turístico.

GT: Exatamente, aqui a nível do Príncipe tem alguns outros que ainda estão rebeldes, que nos já chamamos à atenção. Aqui no Príncipe como é pequeno agente consegue ter mais informação que em S. Tomé. Então quando começa a fazer alguma coisa que não tem nada haver a informação passa até chegar, mas é um trabalho que a gente está a tentar melhorar.

Investigador: Tem alguma maneira de sancionar essas pessoas?

GT: Normalmente, a essas pessoas que fazem isso são por coincidência a maior parte das pessoas tem uma função no governo, pode ser um técnico ou um operário, mas são pessoas que tem funções. Nós já chamamos à atenção, e uns até que já demos castigo, mas voltou a fazer. Não vou mencionar nome, mas são essas situações que estamos a tentar minorar porque ainda tem esse descontrolo. Toda a gente quer ser guia só que para ser guia não basta vir e ser guia, tem requisitos. Vamos ver se a gente consegue melhorar isso para o bem do Príncipe.

B – A intervenção das entidades locais no processo de desenvolvimento turístico

Investigador: O governo ou a secretaria do turismo, qual é o seu papel na atividade turística? Como está envolvida no turismo, quais são as vossas responsabilidades?

GT: A nossa secretaria do turismo, nos somos, eu como diretor mais o técnico a nossa missão é tentar controlar da melhor forma as entradas e saídas dos turistas no Príncipe. Contabilizar. E para isso temos parceria com os hotéis, graças a deus temos boa parceria com os hotéis, a HBD, o Belo Monte, o Bom Bom que está parado, mas pronto. São empresas que já temos um protocolo a nível de entrada e saída e qualquer turista que entra já estamos informados.

Investigador: Mas isso é só para os hotéis?

GT: Exatamente, infelizmente ainda tem umas pessoas, umas pensões que ainda falta... não está a ter essa transparência nem está a ajudar-nos em termos desse trabalho. Porque eles sabem que por cada pessoa teriam que nos pagar três euros, e muitos fazem que poem até em suas casas. Eles ficam a fazer turismo em sua casa e cobram a essas pessoas, mas depois dizem que é amigo. É um valor simbólico. A primeira coisa de ele não ir pagar. O preço mais baixo aqui no Príncipe eu acho que começa aí por 50 euros, das pensões mesmo com requisitos formadas. Porque tem algumas casas assim de passagem que começa até pelos 20 euros. Eles, os turistas, indo para a casa de alguém não vai pagar esses 50 euros por dia vai pagar muito menos e depois não vai pagar os três euros para o governo. Então tem sempre essa fuga. Mas falando diretamente para as pensões, o Mira rio, a palhota, e assim agente tem esse controlo.

Investigador: São vocês que fiscalizam essas unidades hoteleiras e esses guias que não estão organizados legalmente?

GT: Em termos dos guias é a associação dos guias que faz esse controlo, agora a parte de hotelaria somos nós. Nós antes, como teve essa pandemia ficamos aqui parados, sem nada funcionar coisa de anos. Assim que deu abertura dos hotéis a equipa do turismo tinha que ir fiscalizar para ver se está em conformidade para receber o turista. Fomos para Belo Monte, fomos para roça e praia Sundry, fizemos todo esse trabalho na altura de recomeçar. Nós chegamos de surpresa para ver se o trabalho que está a ser feito está a cumprir a parte de higienização e isso, e se não tiver a gente tem multas. Mesmo que a gente encontrar alguma coisa que não corresponde ao que está estabelecido nos mandamos por exemplo uma nota para mudar isso, porque nos sempre temos esse cuidado de fazer relatório com prazos. Já da próxima vez se encontrarmos o mesmo ponto, aí nos já aplicamos multa.

Investigador: Além da fiscalização das unidades hoteleiras, contabilização de turistas através das unidades hoteleiras, a secretaria do turismo tem mais alguma atividade?

GT: A secretaria em si tem muitos compromissos porque abrange não só o turismo como a cultura e o comércio. Mas falando só no setor do turismo são esses pontos que nos aqui fazemos.

Investigador: Considera que os outros intervenientes do turismo, fazem o seu papel para desenvolver um destino turístico sustentável?

GT: Normalmente, todos esses que mencionaste é para em conjunto fazermos a nossa parte para que o turismo seja sustentável no Príncipe. Não apenas em termos financeiros, mas em termos ecológicos. É como acontece, eu não vou identificar o que está a falhar, nem todos trabalham com o mesmo empenho. Não é desleixo, às vezes falta algum incentivo de outra parte ou assim, mas que o objetivo é nós trabalharmos tudo em conjunto para melhorar o turismo do Príncipe isso não tenho dúvida. Todos têm esse propósito, sabem aquilo que têm de fazer.

Investigador: Eu se calhar não fui muito claro, o que queria dizer era que por exemplo, se existe alguém que tem uma responsabilidade, mas acaba por não assumir essa responsabilidade existe uma falha. É possível identificar muitas

falhas, mas por exemplo os trilhos recomendados não estarem limpos alguém deveria ter a responsabilidade de trabalhar no mínimo desses trilhos.

GT: Sim isso é verdade, isso que tocaste agora é um problema. A nível de toda essa parte é a reserva da biosfera que tinha esse compromisso, a reserva mais o parque natural. Só que o parque natural é mais pela identificação do trilho, a parte da limpeza é uma colaboração com a reserva. A biosfera foi criada para colmatar todos esses pontos e foi criado mesmo para isso. Por acaso graças a deus cumpria muito bem, mas depois houve uns problemas com o responsável que não vale apenas entrar em detalhes, tem um responsável que é indicado para alguns pontos que o outro responsável tinha o compromisso. Infelizmente a nossa reserva tem infelizmente alguma diferença para o trabalho que fazia antes, mesmo em termos de publicidade, limpeza, ficava sempre em atividade e isso morreu já não se faz mais nada.

Investigador: Em termos de infraestruturas, se se quiser equipar algum recurso, por exemplo de forma a reduzir a pressão na Oquêpipi e praia banana deve se criar alternativas para os turistas poderem visitar, quem é que teria a responsabilidade de equipar esses novos recursos?

GT: Tudo o que é a nível de infraestruturas, mesmo se possa ser qualquer tipo de empresa a implementar isso, tudo tem que passar pelo governo regional. Mesmo que se por exemplo a HBD, sendo uma empresa privada, não pode por exemplo inventar uma lei sem passar pelo governo regional. Eu estou a pensar fazer uma estrada, tem que passar pela infraestruturas e pelo governo. Claro que o governo regional não vai impedir, se é uma coisa boa. Qualquer tipo de investidores que vem para o bem do Príncipe o governo regional vai estar de mão aberta. Mas tudo o que passa a nível de infraestruturas tem que passar pelo governo regional.

Investigador: Como classifica o grau de cooperação entre os diferentes intervenientes do turismo? Existe boa comunicação? Tentam juntar-se por causa comuns?

GT: Por acaso temos essa preocupação. Fazíamos um encontro mensalmente, o turismo o parque Obô, ..., mas depois pronto paramos de fazer. Fazíamos esse tipo de encontro para perceber o que melhorar, temos essa preocupação, mesmo que não nos encontremos frequentemente. Mesmo a nível dos hotéis temos boa parceria com os hotéis, no espaço é sempre dado e informado qualquer coisa, A dois meses atrás tivemos uma formação que surgiu por reclamações de turistas a nível da HBD que estava a ser implementada uma cobrança além dos três euros que entra para o governo regional, uma cobrança de 20 euros por noite por cada pessoa. É uma informação que nós governo regional não sabia, e devia ter passado. Mesmo que sejam empresa privada devem satisfação ao governo regional, se implementam uma rubrica além das despesas normais, que não sabíamos para o que era. Os três euros já é um valor adicional, mas está estabelecido e já todos sabem antes de virem, as pessoas informara-nos e nos não sabíamos disso. Logo que eu soube essa informação fui ter com o meu superior e ele ficou também bem chateado porque não sabia disso. Eu como diretor fui perceber o que eles estavam a fazer. Reunimos com os responsáveis e a informação que eles disseram era que os vinte euros cobrados eram para conservação do meio ambiente, é uma cobrança similar a muitos outros hotéis de outras ilhas. Explicaram que os turistas que vem para esses hotéis que cobram esse valor tem essa consciência para manter e implementar medidas de conservação. Mesmo fazendo sem o nosso conhecimento, é bom para nos sabermos como responder quando vem falar connosco. A partir de agora já sabem que tem que comunicar connosco. Eles ainda não definiram para o que vão utilizar, só sabem que é para o bem da comunidade nativa, e depois vão perceber ao que vão atribuir esse valor. Graças a deus nos temos essa boa cooperação.

C – O futuro do turismo

Investigador: Em relação ao futuro da região, onde é que o Príncipe como destino turístico deve apostar para desenvolver o turismo da região?

GT: Dever-se-ia apostar mais na cultura do Príncipe, para o turismo é muito pouco utilizada, mas nós temos uma grande cultura, com eventos durante todo o ano. Enquadrar mais com o turismo tanto fica a ganhar a cultura, por se apostar mais na cultura, como o turista também sai satisfeito. Além disso o governo está a planear desenvolver o farol da ponta mina, é um edifício muito antigo com grande história e com muito potencial. São alguns pontos como este que ainda existe, e são esses pontos que o turista gosta de ir ver. Eles não vêm para ver bonita infraestruturas vem para ver o que é nosso e é antigo. Lá por acaso é um espaço que ainda não foi tocado, falta só criar algumas atividades, ser um sítio que é um ponto turístico mesmo, que qualquer hora o turista pode ir, vai ter o seu bar as pessoas para servir. É um sítio muito bonito. São sítios que a gente está a tentar ver para ver se descentraliza um bocadinho a Oquêpipi e Oquêlolo. São sítios também atrativos que os turistas possam passar e sentir bem. Vamos ver se é para este ano, é um projeto que já está mesmo para cima da mesa, para não ficar abandonado. É só mesmo preparar o espaço em si. Lá tem uma vista linda, não é preciso fazer hotel nem nada disso, só um miradouro para as pessoas ficarem lá com uma pessoa para servir uma água de coco ou algo simples, um buzio de mar, são essas coisas. De vez que o governo prepara o espaço as pessoas ambulantes vão explorar bastante, vão ter sempre turistas. É tudo isso que a gente está a tentar ver.

Investigador: Por exemplo aqui também identifico uma atividade com bastante potencial para se desenvolver são as plantas medicinais, nos vossos conhecimentos das plantas. Também o vinho da palma, que é muito interessante, tirar

vinho diretamente duma palmeira. Ou até a pesca artesanal que é algo que nós não temos e faz parte da vossa vida. Não identifica assim mais nada?

GT: A farinha de mandioca, como nos fazemos a nossa vassoura de andala. São coisas de verdade que o turista ia gostar muito. Não já feito, mas ver a fazer no momento e participar, ajudar a fazer, por acaso são muitas coisas que temos para oferecer. Coisas que só se vê aqui no Príncipe. Só falta mesmo essa organização, e explorar esses produtos todo para que o nosso turismo vá além.

Investigador: O que é que não está a ser feito que deveria ser tomado em consideração no planeamento turístico do Príncipe?

GT: Isso eu já tinha referido noutras entrevistas que tivemos, esse cuidado e essa capacitação dos guias turísticos. Porque eu acho que independentemente de tudo, independentemente do turismo ou do governo regional. Quem é o ponto focal é os guias turísticos. E é um sítio que nos temos que ter muito em conta. Quem vai estar diretamente com o turista é o guia. O turista pode até visitar outros sítios, mas eu não vou estar cem por cento com guia. As preocupações dos turistas de tudo é o guia que vai providenciar toda a experiência do turista, é ele que faz o turista gostar da ilha. Além do local é o turista que faz a ponte como local. É um ponto que infelizmente ainda não está muito bem preparado, tem que ter melhor capacitação, tem que ter formação. Às vezes quem dá essa capacitação é a HBD, mas não é sempre, às vezes dá uma vez por ano...

Investigador: Se vocês têm essa consciência de que os guias são um ponto tão significativo, não existe nenhum plano de serem vocês a assumir essas formações de forma a garantir uma qualidade que interessa a vocês como destino e não estar dependentes das entidades privadas para desenvolver essa formação?

GT: Por acaso eu já tive como o presidente da Associação e nós já falamos sobre isso, da capacitação desses guias que já estão e dos guias que querem entrar. Eu já tinha falado com a diretora geral natura em São Tomé para ver, mas infelizmente ela não está lá mais, para ver como é que eles nos podiam ajudar com essa formação, porque lá em S. Tomé eles dão essa formação para os guias. Se tinha alguma possibilidade de mandar uns técnicos de lá, e também a HBD que nos também fizemos pedido e eles tinham prometido de fazer algumas formações ainda este ano. É um ponto que nos discutimos bastante, e nós todos temos a consciência mesmo o parque, que o guia é que é a pessoa crucial. Se os guias estão bem informados em cultura geral, não é preciso dominar a língua muito bem, mas saber falar algumas coisas é essencial para que possam sair com um turista. Tudo isso vai ser muito melhor para o nosso desenvolvimento turístico do Príncipe, porque tem muitas reclamações que chega mesmo a nível de hotel e os hotéis passam para nos que tem alguns guias que não tem capacitação e mentem. E dão informação que não tem nada a ver com a nossa realidade. É um ponto que ainda falta nos fazer e concentrar nisso para ver se agente consegue... tem outros pontos, mas esse é muito importante, melhorar a parte dos guias.

Investigador: Considera que o setor público tem contribuído para o setor? Que papel deve desempenhar no desenvolvimento turístico do Príncipe?

GT: Setor público é dos mais interessados para o turismo no Príncipe. Claro que na cabeça de todos os responsáveis, diretores, não pode deixar só tudo para a direção do turismo resolver turismo no Príncipe. Digo isto porque, você como diretor de qualquer outro setor, não é por você nenhuma informação concreta porque eu por exemplo, a minha formação não é turismo. É economia e gestão, então eu por exemplo como diretor estou a conseguir lidar com isso, mas nunca tive nenhuma formação em turismo ou algo parecido. Então se você pensa para o bem do Príncipe, mesmo que você vê algum turista a reclamar de alguma coisa, você como responsável do setor tem que saber lidar. No meu olho tem essa contribuição e tem que ter mais ainda.

Investigador: Então está a dizer que as outras entidades do governo não direcionam tudo para a direção, mas fazerem as suas partes porque se todos fizerem o seu papel é menos pressão na direção.

GT: Exatamente. Porque quando agente fala de turismo no Príncipe estamos a falar do Príncipe, não estamos a falar de HBD, ou reserva mundial da biosfera, estamos a falar do Príncipe. Então você como cidadão não vai contribuir para jogar coisas na rua, um plástico no rio, então é essa contribuição que todos temos de fazer não é só deixar para a parte do turismo. É por isso à sexta-feira de cada mês fazemos limpeza, é um compromisso do governo regional para saber que toda a gente está metida no turismo, todos os setores, fazemos sempre não pode faltar ninguém, é como se fosse um dia laboral de trabalho não tem falta. Para saberem e sentirem que o Príncipe é nosso e o turismo é nosso. As pessoas graças a deus estão mentalizadas nesse sentido.

Investigador: Acha que a parceria privada com o público, o Príncipe está aberto às iniciativas do privado dentro do padrão da sustentabilidade e conservação?

GT: Sim estão, eu uso sempre a HBD como exemplo porque é a empresa que mais tem a preocupação nisso. Sempre que eles querem implementar alguma coisa a nível de sustentabilidade, a nível de qualquer coisa, solicita ao governo regional e nos estamos sempre em sintonia. Como da nossa parte eles também estão sempre presentes, em todas as

nossas limpezas, quando fazemos abrangemos todas as empresas privadas. Então graças a deus todos, não dá todos claro, mas pelo menos uma pessoa de cada setor vem nessas limpezas. É muito bom, é sinal que mesmo privado ou público estamos com os mesmos interesses.

Investigador: Gostaria de abordar mais algum tema relevante a ter em consideração no planeamento turístico do Príncipe?

GT: A única coisa, que eu nem ia acrescentar, mas é mais um pedido. Que é que a gente em sintonia consegue desenvolver o Príncipe. Não falo apenas em termos de turismo, falo em desenvolver as pessoas, sermos mais humanos. É uma coisa que infelizmente estamos a fugir disso, não era assim. Antes eram todos irmãos, é por isso que temos uma expressão aqui no Príncipe que somos todos primos. Agente sentia isso mesmo, mas agora com as coisas políticas ta a ver esse desentendimento. Antes apoiavam você no seu trabalho, agora porque pertence a outra classe política não apoiam. É uma coisa que eu peço, se todos tiverem bem claro que o turismo vai estar bem. Eu acho que falta-nos sermos mais humanos independentemente da religião ou da classe, para que possa mos ver outra pessoa e respeitar a opinião do outro. Se é para o bem do Príncipe possamos trabalhar todos juntos.

Investigador: Gostaria apenas de abordar a questão da saúde, algo essencial para o destino e para o turismo, num sítio tão remoto como o Príncipe e sendo que se aposta num turismo na natureza, qual é a sua opinião do estado da situação de não existir meios de socorro e mesmo que exista socorro até ao hospital não existam condições no hospital para fazer tratamentos e ainda em cima disso caso haja a possibilidade de fazer transporte para S. Tomé não está ainda garantida o auxílio e a saúde de nenhum paciente. Qual é a sua opinião desta grande condicionante para o turismo?

GT: Eu nem vou referir-me direcionado ao turismo. Vou falar mesmo à nossa saúde da população. Porque, primeiro nos estamos bem, e só depois de estarmos bem é que podemos atender o nosso turista. Não vale apenas passar logo para o turista se o cidadão não se sente bem. É uma coisa que nos preocupa, eu como filho do Príncipe é uma coisa que nos preocupa bastante. Não só a mim, mas à maior parte da população porque infelizmente a nossa saúde publica é ainda precária. Digo precária porque, especialmente aqui no Príncipe, não temos ainda um bloco operatório, não temos especialidades, não temos um hospital que pode atender nem dar o primeiro socorro. São coisas que nós que somos de cá, sentimos um bocadinho incomodados. O governo regional também sente porque é uma saúde publica, é por isso que muitos turistas, mesmo a HBD tem os seus próprios médicos e enfermeiros porque eles já têm noção da nossa saúde publica no Príncipe que é muito má infelizmente. O Filipe disse que vai apostar muito na saúde, está mesmo preocupado com isso, um bloco operatório e pessoas capacitadas, tudo isso. No mínimo conseguir garantir o primeiro socorro, é muito triste você vai para o hospital e ter que ser transferido para S. Tomé de avião, ser transferido sem o primeiro socorro. Falta o governo central apostar nisso também, para criar melhores condições no hospital. Mesmo lá também tem os seus problemas, não está a cem por cento, mas agora imagina nós cá. Eu trabalhei quatro anos no hospital, o próprio medico pode não recomendar viajar de avião porque pode ser perigoso. Mas esses técnicos de saúde de cá são heróis, eles fazem aquilo que vai além dos conhecimentos e das condições que eles têm para trabalhar, então eu nunca vou reclamar com o medico cá. Porque eu sei que a limitação que tem é muito grande. Até eu digo sempre que não é um hospital, é um posto de saúde que falta muitas coisas. Mas eu tenho fé, já passou muitos anos, mas a gente vai conseguir melhorar com o Filipe. Vamos conseguir não só o bloco operatório, mas ter pelo menos um sítio de socorro de atendimento para que mesmo o avião não venha durante os dias para que dê para aguentar. O avião não é grátis, o governo regional tem que fretar o avião, para um doente só cerca de vinte e sete mil euros. Às vezes apanha mau tempo, não dá para vir. Por isso o doente está acabado, quando chegar lá já não chega. Fazia toda a diferença ser atendido na hora, outra coisa é esperar um dia. Fica aqui medicado com aquilo que nós temos aqui, mas se for preciso uma operação lá não é fácil aguentar cá o paciente. Infelizmente aqui ficamos com a saúde à espera por causa desses problemas. Mas eu tenho fé, sou de cá gosto muito de cá e vai melhorar, precisa muito de melhorar.

Investigador: Os maiores tópicos são a saúde e a formação dos guias?

GT: Exatamente, e a saúde vem em primeiro lugar. Muitas pessoas de cá tem esse medo de ficar cá por causa da saúde, é uma grande preocupação, quem sofre dessas doenças, diabete e assim tem medo de ficar cá ou cá voltar. É uma preocupação sim, ainda bem que levantaste essa estão. Eu preocupo muito com isso, e muita gente cá se preocupa com isso e independentemente do turismo é algo essencial para a ilha. Tenho fé que vai melhorar nesse aspeto.